



**UNIFACS**

UNIVERSIDADE SALVADOR

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES\*

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

**PAULO HENRIQUE OLIVEIRA SILVA**

**CABULA: PATRIMÔNIO DISFARÇADO DE BAIRRO POSSIBILIDADES DE  
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ATRAVÉS DE ABORDAGENS  
PARTICIPATIVAS DO TURISMO**

Salvador  
2014

**PAULO HENRIQUE OLIVEIRA SILVA**

**CABULA: PATRIMÔNIO DISFARÇADO DE BAIRRO POSSIBILIDADES DE  
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ATRAVÉS DE ABORDAGENS  
PARTICIPATIVAS DO TURISMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano.

Orientadora: Dra. Carolina de Andrade Spínola.

Salvador  
2014

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIFACS Universidade Salvador,  
Laureate International Universities.

Silva, Paulo Henrique Oliveira

Cabula: patrimônio disfarçado de bairro possibilidades de desenvolvimento territorial através de abordagens participativas do turismo. / Paulo Henrique Oliveira Silva. – Salvador, 2014.

269 f.: il.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carolina de Andrade Spinola.

1.Desenvolvimento territorial. 2. Arranjos Produtivos Locais. I. Spinola, Carolina de Andrade, orient. II. Título.

CDD: 338.9

PAULO HENRIQUE OLIVEIRA SILVA

CABULA: PATRIMÔNIO DISFARÇADO DE BAIRRO POSSIBILIDADES DE  
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ATRAVÉS DE ABORDAGENS  
PARTICIPATIVAS DO TURISMO

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano, UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, a seguinte banca examinadora:

Carolina de Andrade Spinola – Orientadora \_\_\_\_\_  
Doutora em Geografia pela Universitat de Barcelona, UB, Espanha  
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities

Regina Celeste de Almeida Souza \_\_\_\_\_  
Pós-doutora pela Université de Toulouse II (Le Mirail), França, e pelo Centre d'Etudes  
Técniques de l'équipement de Lyon  
UNIFACS - Universidade Salvador, Laureate International Universities

Rosali Braga Fernandes \_\_\_\_\_  
Doutora em Geografia Humana pela Universidade de Barcelona  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Universidade Católica do Salvador (UCSAL)

Salvador, 26 de setembro de 2014.



## AGRADECIMENTOS

Ao final, dediquei-me a refletir sobre as pessoas que foram especiais nesse Mestrado. Assim, percebi que, na realidade, estive num árduo treinamento “*Stricto Sensu*” e cada uma dessas pessoas tiveram, claramente, o seu papel. Agora, permito-me exercitar minha Gratidão e agradecê-las...

DEUS,

Sou grato por ter utilizado desse período para reforçar minha compreensão de que a FÉ é a maior de todas as forças que devemos direcionar para que o nosso desejo possa acontecer.  
..Obrigado pela sua proteção incondicional..

À Família, minha mãe Solange de Lima Oliveira, meu pai Paulo Roberto, minha avó Dalva Ferreira, minha tia Simone de Lima e meu tio Gilmar Paim. Obrigado pelos meus valores ensinados com tanto amor na minha vida. Saibam que foram muito úteis durante todo tempo...

Aos meus “pequenos”: Maria Clara, Pedro Henrique, Guilherme Almeida, Maria Flor, Gilberto Junior (Juninho), Julinho e David Caique por serem crianças tão especiais e amorosas e também as primas Daniela e Isabella Almeida por terem me ensinado tanto desde quando eu ainda tinha a idade dessas crianças...

A Randerson Almeida por ser uma presença inalterável nessa trajetória. Nos momentos de sucesso, isso pode parecer irrelevante, mas nas ocasiões de fracasso, oferecem um consolo e uma segurança que não se encontram em qualquer outro lugar. Posso dizer que lhe dedico esse trabalho. Parabéns pela sua competência, identificada desde os tempos de “Manusko”. Sinceramente, Muito obrigado!

À minha orientadora Prof<sup>a</sup> Carolina Spinola a quem transmito meus melhores pensamentos, por ser um exemplo de profissional. É inteligente, sensível, comprometida com as soluções. Exercitou o papel de professora no verdadeiro sentido da palavra.

À Prof<sup>a</sup> Regina Celeste “Regi” por ter transformado tantos anos de carreira acadêmica em humildade, realizações, lucidez e inspiração [exemplo a ser seguido....].

À Prof<sup>a</sup> Rosali Fernandes pelos seus estudos sobre o bairro do Cabula, pelas contribuições trazidas na minha qualificação e por ser um ser humano tão generoso.

Ao Prof<sup>o</sup> Costa Gomes pela exatidão das contribuições científicas.

Ao Prof<sup>o</sup> Alcides Caldas pelos diálogos e reflexões no começo dessa trajetória acadêmica.

Ao Prof<sup>o</sup> Edivaldo Boaventura pelos livros, revistas e direcionamentos iniciais da pesquisa.

Ao Prof<sup>o</sup> Noélio Dantaslé por ter sido tão “*stricto sensu*” e ter enriquecido minha experiência.

Ao Prof<sup>o</sup> Renato Reis pela dedicação e ajuda no georreferenciamento.

Às Prof<sup>as</sup> Débora Nunes e Ana Licks pela riqueza das fontes bibliográficas apresentadas.

Ao Coordenador do Programa Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS, o Prof<sup>o</sup> Laumar Neves pelo apoio e incentivo, assim como aos outros professores do Programa que tornam este curso singular.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro.

Aos Funcionários da UNIFACS, em especial, as colaboradoras do Programa de Pós-Graduação: Lucy, Iracema, Regina e Gilsa pelo apoio prestado.

Aos colegas da turma de mestrado 2012.1, em especial, Mariana Lacerda, Meire, Analice Costa e Delor, Chelly, Hélio Ponce, Darlã, Virginia Garcéz, Maria de Lourdes, Claudia Fardin, Ramosildes e Fernanda Castro, pelos diálogos e apoios trocados ao longo da jornada.

Aos Colegas da Turma 2013.1, em especial, Thiago Cordeiro, Naira Brandão, Edimirian Góes e Gisele Costa pelas conversas e amizade.

Aos colegas da UFBA, Msc. Archimedes Ribas e Msc. Mariana Albinati pelas tessituras na construção desse conhecimento.

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Lúcia Castro (UNEB) por contribuir com a lapidação dessas idéias e pelas orientações iniciais quando, ainda na graduação, eu já pensava e escrevia sobre o assunto.

À Prof<sup>a</sup> Msc. Ariadna Bandeira (UNEB) por plantar a semente da pesquisa científica no curso de Turismo e Hotelaria da UNEB e com isso ter despertado o meu interesse em continuar na academia.

Aos Queridos Amigos que colaboraram diretamente com o meu sucesso: Lorraine Santos, Janaína Amorin, Débora Benvenuti, José Elysio, Ivana Carolina, Paulo Eduardo, Rachel Lobo, Jorge Luís, Deise Stabile, Luciana Pipi, Fabiane Silva e Waltson Raylan.

Aos amigos que torceram por mim: Milla e Larissa Brandão, Liziane Ferreira, Marília Gabriela, Paulo Jorge, Luanna Lulla, Jamille Souza, Viviane Jatobá, Vivian Korting, Leandro Antunes, Vanessa Meneghetti, Mayana Moura, Taiane Fraga, Laila Sheila, Luma Pattacini, Helen Araújo.

À Edvane Trindade por me transmitir sua sabedoria.

Aos moradores do Cabula por disponibilizarem seu tempo para responder ao questionário aplicado e aos bens culturais, lideranças e empresas locais, que serviram de inspiração para essa dissertação.

Ao Prof<sup>o</sup> Paulo Araújo simplesmente por ter proferido na minha seleção do mestrado as seguintes palavras: “Ao ler seu trabalho percebi com clareza o que você quer, ao ouvir você explicar acredito que será uma grande dissertação”.

À Arte Marikari pelos ensinamentos que colaboraram com um corpo, mente e alma sadios.

Não confunda derrotas com fracasso nem vitórias com sucesso. Na vida de um campeão sempre haverá algumas derrotas, assim como na vida de um perdedor sempre haverá vitórias. A diferença é que, enquanto os campeões crescem nas derrotas, os perdedores se acomodam nas vitórias. Por isso, julgue seu sucesso pelas coisas que você teve que renunciar para consegui-lo.  
(Dalai Lama e Robert Shinyashiki).

## RESUMO

Esta dissertação é o resultado de uma pesquisa teórica e empírica com o objetivo de identificar o patrimônio cultural de origem africana no bairro do Cabula e suas possibilidades de contribuição para o desenvolvimento territorial através de abordagens participativas do turismo na cidade de Salvador-BA. Esta análise caracteriza-se por ser de caráter indutivo, com a experiência do caso particular desse bairro. Em seguida, através do método descritivo e da pesquisa de campo, buscou-se conhecer e discutir o potencial desse patrimônio cultural para a implantação de processos participativos que envolvem a identidade cultural dos moradores, o desenvolvimento territorial, a necessidade de estoques de capitais intangíveis e o gerenciamento do turismo de base comunitária. Concluiu-se que os bens culturais de origem africana presentes no Cabula são capazes de contribuir com a formação da identidade local e com o desenvolvimento territorial do bairro. Para que isso aconteça é necessária a colaboração do poder público, através das políticas públicas, para ampliar sua dimensão cultural e fortalecer as ações locais. No que tange ao gerenciamento do turismo, antes de qualquer ação diretamente ligada à atividade, deve-se fomentar o fortalecimento dos capitais intangíveis, principalmente os estoques de confiança e para o surgimento de instituições e lideranças descentralizadas. A alternativa é investir em ações em longo prazo para que a participação comunitária e o desenvolvimento do Cabula sejam os fatores balizadores do processo. Essa pesquisa contribui para novas possibilidades de gerenciamento do turismo em Salvador-BA e é um convite à valorização da memória cultural de um bairro.

**Palavras-chave:** Bairro. Cabula. Patrimônio. Cultura. Identidade. Desenvolvimento territorial. Turismo de Base Comunitária. Arranjos Produtivos Locais.

## ABSTRACT

This dissertation is the result of a theoretical and empirical research in order to identify the cultural heritage of African origin in the neighborhood Cabula and their potential contribution to territorial development through participatory approaches of tourism in the city of Salvador, Bahia. This analysis is characterized as inductive character, with the experience of this particular neighborhood case. Then, through the descriptive method and field research, we attempted to meet and discuss the potential of cultural heritage for the implementation of participatory processes that involve the cultural identity of the inhabitants, territorial development, the need for stocks of intangible capital and the management of community-based tourism. It was concluded that the cultural assets of African descent present in Cabula are able to contribute to the formation of local identity and the territorial development of the neighborhood. For this to happen the collaboration of government is necessary, through public policies, to expand its cultural dimension and strengthen local actions. Regarding the management of tourism, before any action directly related to the activity, should encourage the strengthening of intangible capital, primarily inventories of trust and for the emergence of decentralized institutions and leaders. The alternative is to invest in long-term actions for community participation and the development of Cabula are the hallmarks process factors. This research contributes to new management possibilities of tourism in Salvador-BA and is an invitation to the appreciation of the cultural memory of a neighborhood.

**Keywords:** Neighborhood. Cabula. Heritage. Culture. Identity. Territorial development. Community Based Tourism. Local Production

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

19° BC	19° Batalhão de Caçadores
APLs	Arranjos Produtivos Locais
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	Banco Nacional da Habitação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCI	Câmara de Comércio Internacional
CEAO	Centro de Estudos Afro-Orientais
CEIFAR	Centro de Integração Familiar
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
CNTUR	Conselho Nacional de Turismo
COELBA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
COMOBE	Conselho de Moradores do Bairro da Engomadeira
COOFE	Cooperativa Múltipla Fontes de Engomadeira
DIMUS	Diretoria de Museus
EEPI	Escola de Educação Percussiva Integral
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
EPUCS	Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador
FGM	Fundação Gregório de Matos
FIB	Faculdade Integrada da Bahia
FPC	Fundação Pedro Calmon
FUNARTE	Conselho Federal de Cultura
FUNCEB	Fundação Cultural do Estado da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural
IPHAN	Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
IRDEB	Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia
MCULT	Ministério da Cultura
MTUR	Ministério do Turismo
NET	Nova Era do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PIB	Produto Interno Bruto
PLANDURB	Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade do Salvador
PLANTUR	Plano Nacional de Turismo
PMS	Prefeitura Municipal de Salvador
PPDRU	Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano

RAs	Regiões Administrativas
Rede Sist	Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais
SEC	Secretaria da Educação
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
TBC	Turismo de Base Comunitária
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIFACS	Universidade Salvador
WWF	World Wide Fund for Nature

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Processo recente de formação do Cabula: 1992-2010 .....	33
Figura 2 - Processo recente de formação do Cabula e dos bairros no seu entorno - 2010 .....	34
Figura 3 - Bairro do Cabula e área de influência.....	36
Figura 4 - principais autores da Teoria do Desenvolvimento Regional .....	74
Figura 5 - Variedade de empresas envolvidas no produto turístico e na satisfação do turista	111
Figura 6 - Processo de produção do turismo com foco .....	112
no mercado privado de pacotes turísticos.....	112
Figura 7 - Processo produtivo do setor industrial .....	112
Figura 8 - Mapa da cidade de Salvador .....	126
Figura 9 - Distribuição dos espaços culturais nos bairros que formam o circuito cultural de Salvador .....	133
Figura 10 - Mapa da Pobreza em Salvador.....	134
Figura 11 - Salvador e suas diversas áreas centrais.....	135
Figura 12 – Identificação espacial do Cabula.....	139
Figura 13 - A divisão de Salvador em Freguesias .....	140
Figura 14 - Principais eixos viários que influenciaram a dinâmica urbana do Cabula .....	142
Figura 15 - Bairro do Cabula.....	153
Figura 16 - Georreferenciamento do patrimônio cultural, das lideranças e empresas privadas do Cabula e sua área de influência .....	155
Figura 17 - Georreferenciamento do Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá (A), Fachada (B) e Culto Religioso (C) .....	158
Figura 18 - Georreferenciamento do Casa de Lua Cheia (A), fachada da Casa (B) e escultura de Yemanjá (C).....	162
Figura 19 - Georreferenciamento do Terreiro Viva Deus (A) e fachada do Terreiro (B e C)	164
Figura 20 - Georeferenciamento do Terreiro Bate Folha (A), barracão para cultos religiosos e festas (B) e Mata Atlântica (C).....	166
Figura 21- Georreferenciamento do Grupo cultural Arca do Axé (A), logotipo (B) e apresentação no carnaval de Salvador (C).....	170
Figura 22 - Georreferenciamento da Escola de Educação Percussiva Integral (A), logotipo (B) e ensaio percussivo (C) .....	172
Figura 23 - Georreferenciamento da Quadrilha Asa (A) e apresentações em concursos (B e C) .....	174
Figura 24 - Georreferenciamento do Centro de Integração Familiar (A), fachada (B) e apresentação de fanfarra (C).....	175
Figura 25 - Georreferenciamento do Conselho de Moradores do Bairro da Engomadeira (A), fachada (B) e atividade educacional com crianças da comunidade ( .....	176



Figura 26 - Georreferenciamento da sede do Projeto de Turismo de Base Comunitária na UNEB (A), fachada da UNEB (B) e logotipo do Projeto (C) .....	178
Figura 27 - Georreferenciamento do 19º Batalhão de Caçadores (A), vista aérea da área construída e mata atlântica preservada (B) e recepção do Hotel de Trânsito Pirajá (C) .....	182
Figura 28 - Georreferenciamento do Restaurante Paraíso Tropical (A), fachada do restaurante (B) e iguaria culinária do local (C) .....	183
Figura 29 - Georreferenciamento do Restaurante Bacalhau do Firmino (A), fachada do Restaurante (B) e iguaria culinária do local (C) .....	186

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Formas de capitais intangíveis determinantes na pesquisa .....	89
Quadro 2 - Disposição crescente de uma ordem comunitária .....	91
Quadro 3 - Comparação entre aspectos positivos e negativos da atividade turística .....	117
Quadro 4 - Diferentes relações entre o foco Global e Local do Turismo.....	122
Quadro 5 - Informações básicas das instituições entrevistadas.....	157
Quadro 6 - Avaliação níveis de confiança do Cabula na visão projeto TBC - UNEB.....	180

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição da amostra por Faixa Etária.....	187
Gráfico 2 - Renda média mensal familiar.....	188
Gráfico 3 - Escolaridade .....	188
Gráfico 4 - Tempo que mora no Cabula.....	189
Gráfico 5 - Motivação para morar no Cabula.....	189
Gráfico 6 - Principal motivação para morar no cabulas das pessoas que residem há mais de 41 anos.....	190
Gráfico 7 - Principal motivação para morar no cabulas das pessoas que residem no bairro a menos de 5 anos?.....	191
Gráfico 8 - O que passa pela cabeça quando falamos a palavra “Cabula”.....	191
Gráfico 9 - O que passa pela cabeça das pessoas que moram no bairro há 41 anos ou mais quando falamos a palavra “Cabula” .....	192
Gráfico 10 - Conhece alguma manifestação.....	193
ou patrimônio cultural do bairro.....	193
Gráfico 11 - Manifestações ou patrimônio cultural do bairro conhecidos .....	193
Gráfico 12 - Acredita que as manifestações ou patrimônio cultural participam da dinâmica local .....	194
Gráfico 13 - Sabia da existência de uma reserva de mata atlântica no Cabula .....	194
Gráfico 14 - Já visitou reserva de mata atlântica no Cabula .....	194
Gráfico 15 - Motivação para não ter visitado uma reserva de mata atlântica no Cabula .....	195
Gráfico 16 - Iguaria culinária típica do Cabula .....	195
Gráfico 17 - O que mais gosta aqui no bairro.....	196
Gráfico 18 - O que não gosta aqui no bairro .....	196
Gráfico 19 - Percepção quanto aos itens citados .....	197
Gráfico 20 - Mudanças observadas no bairro desde quando passou a morar nele .....	198
Gráfico 21 - Pessoas de 51 a 60 anos de idade que se consideram conhecedora da história local de onde vive? .....	199
Gráfico 22 - Pessoas de 2 a 30 anos de idade que se consideram .....	199
conhecedora da história local de onde vive? .....	199
Gráfico 23 - Sabe a Origem do Nome Cabula.....	200
Gráfico 24 - Sabia que o Cabula foi o principal quilombo na época da escravidão na Bahia.....	200
Gráfico 25 - Forma que percebe influência de origem africana no bairro .....	201
Gráfico 26 - Considera um terreiro de candomblé como patrimônio da cultura da cidade....	201
Gráfico 27 - Motivação para trabalhar ou com o patrimônio cultural de origem africana disponível no seu bairro.....	202
Gráfico 28 - Motivação para trabalhar com turismo .....	202

Gráfico 29 - Ocupação/habilidade principal das pessoas que moram na área pesquisada .....	203
Gráfico 30 - Assuntos abordados que mais chama atenção.....	204
Gráfico 31 - Avaliação do nível de confiança para as afirmações citadas .....	205
Gráfico 32 - Avaliação do nível de confiança para grupos citados .....	206
Gráfico 33 - Avaliação do nível de semelhança das pessoas que residem no bairro .....	207
Gráfico 34 - Avaliação dos aspectos que geram ou não semelhanças para as pessoas que residem no bairro .....	207
Gráfico 35 - Acredita que as semelhanças ou diferenças causam problemas relacionados a confiança.....	208
Gráfico 36 - Faz parte ou alguém de sua família faz parte de algum grupo, rede ou associação .....	208
Gráfico 37 - Nos últimos 12 meses fez alguma das ações citadas .....	209
Gráfico 38 - Contribuiria com tempo ou dinheiro para um projeto que não gere nenhum benefício pessoal direto, mas que gere benefícios para muitas outras pessoas da comunidade .....	210
Gráfico 39 - Motivos para não considerar que o bairro seja um local de atração turística ...	211
Gráfico 40 - Motivos para considerar que o bairro seja um local de atração turística .....	211
Gráfico 41 - Impactos positivos que o turismo traria para o bairro.....	212
Gráfico 42 - Impactos negativos que o turismo traria para o bairro.....	213
Gráfico 43 - Lugares que representam bem a cultura do Cabula onde levaria uma pessoa que quer conhecer o bairro .....	214

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
1.1 TRAJETÓRIAS DA PESQUISA.....	19
1.2 METODOLOGIA.....	26
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: INFLUÊNCIAS CONCEITUAIS.....</b>	<b>38</b>
2.1 UMA APROXIMAÇÃO AO CONCEITO DE CULTURA SOB A PERSPECTIVA DA CULTURA POPULAR .....	38
2.2 O PATRIMÔNIO COMO EXPRESSÃO DA CULTURA.....	51
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS: UM PANORAMA SOBRE SUA IMPORTÂNCIA PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E PROMOÇÃO DA CULTURA POPULAR.....	56
2.4 O PATRIMÔNIO COMO ELEMENTO DE EXPRESSÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL DE UMA SOCIEDADE.....	64
2.5 A EMERGÊNCIA DAS ABORDAGENS PARTICIPATIVAS DO FAZER TURÍSTICO E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL .....	67
<b>2.5.1 Desenvolvimento: suas principais definições e a noção de desenvolvimento territorial .....</b>	<b>67</b>
<b>2.5.2 Capitais intangíveis: o desafio do desenvolvimento territorial .....</b>	<b>83</b>
<b>2.5.3 Nova Era do fazer turístico: do paradigma fordista à Nova era do Turismo.....</b>	<b>92</b>
<b>2.5.4 Arranjos Produtivos Locais (APLs).....</b>	<b>104</b>
<b>2.5.5 Turismo de Base Comunitária (TBC).....</b>	<b>114</b>
<b>3 CABULA: TERRITÓRIO AFRICANO EM SALVADOR .....</b>	<b>125</b>
3.1 VIAGEM CURTA PELA FORMAÇÃO DE SALVADOR E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE .....	125
3.2 CARACTERIZAÇÃO DO BAIRRO.....	138
3.3 UM PEDAÇO DA ÁFRICA EM SALVADOR .....	146
<b>4 CABULA: ELEMENTOS CULTURAIS E ATORES LOCAIS.....</b>	<b>152</b>
4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	152
4.2 RESULTADOS DA PESQUISA .....	156
<b>4.2.1 Bens culturais, lideranças e empresas locais.....</b>	<b>156</b>
<b>4.2.1.1 Terreiro Ilê Axé Opo Afonjá .....</b>	<b>157</b>
<b>4.2.1.2 Casa de Lua Cheia.....</b>	<b>161</b>
<b>4.2.1.3 Terreiro Viva Deus .....</b>	<b>164</b>
<b>4.2.1.4 Terreiro Bate Folha .....</b>	<b>165</b>
<b>4.2.1.5 Grupo Carnavalesco Arca do Axé .....</b>	<b>170</b>
<b>4.2.1.6 Escola de Educação Percussiva Integral .....</b>	<b>172</b>
<b>4.2.1.7 Quadrilha Asa Branca .....</b>	<b>173</b>

<b>4.2.1.8 Centro de Integração Familiar (CEIFAR).....</b>	<b>175</b>
<b>4.2.1.9 Conselho de Moradores do Bairro da Engomadeira (COMOBE).....</b>	<b>176</b>
<b>4.2.1.10 Projeto Turismo de Base Comunitária UNEB.....</b>	<b>177</b>
<b>4.2.1.11 19º Batalhão de Caçadores (19º BC).....</b>	<b>181</b>
<b>4.2.1.12 Paraíso Tropical.....</b>	<b>183</b>
<b>4.2.1.13 Bacalhau do Firmino.....</b>	<b>185</b>
<b>4.2.2 Os atores locais e suas percepções do bairro.....</b>	<b>187</b>
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>215</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>223</b>
<b>APÊNDICE A - Modelo do questionário aplicado aos moradores do Cabula.....</b>	<b>250</b>
<b>APÊNDICE B - Resultado completo da tabulação dos questionários aplicados na pesquisa de campo realizada com moradores do bairro do Cabula.....</b>	<b>253</b>
<b>ANEXO A - Registro no livro do tombo no Iphan do tombamento do Terreiro de Candomblé Ilê Axé Opô Afonjá.....</b>	<b>265</b>
<b>ANEXO B - Notificação oficial do Iphan sobre o tombamento do Terreiro de Candomblé Bate Folha.....</b>	<b>266</b>
<b>ANEXO C - Premiações e participações da quadrilha Asa Branca.....</b>	<b>267</b>
<b>ANEXO D - Algumas premiações do Restaurante Paraíso Tropical.....</b>	<b>268</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta seção é dividida em duas partes, a primeira diz respeito à trajetória da pesquisa e a segunda trata de classificar a sua metodologia. No geral, esta introdução é composta por elementos que permitem uma visão macro da dissertação, encontram-se o tema, os argumentos que justificam a relevância do estudo, as áreas do conhecimento às quais recorreu o autor, bem como os objetivos propostos. A partir desse contexto, foram elaboradas quatro questões norteadoras para conduzir todo o processo científico. Elas estão descritas nesta seção, mas serão respondidas nas conclusões acerca da pesquisa. Destaca-se também a abordagem sobre o bairro do Cabula, pois a introdução traz as principais razões para sua escolha como o objeto de estudo da dissertação, assim como sua delimitação geográfica.

### 1.1 TRAJETÓRIAS DA PESQUISA

A proposta desta dissertação é dar continuidade à investigação sobre a temática de cultura e patrimônio cultural em Salvador, mais especificamente no bairro do Cabula<sup>1</sup>, iniciada no trabalho de conclusão do curso de Turismo e Hotelaria da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em 2009. A pesquisa tinha como recorte a Escola de Educação Percussiva Integral (EEPI) como um exemplo de produção cultural no referido bairro.

---

<sup>1</sup>Para melhor aproveitamento dessa pesquisa, o bairro do Cabula terá uma delimitação geográfica da área a ser pesquisada, mas também considerar-se-á a relação entre a área demarcada e os bairros do entorno. Isto porque, a realidade dos bairros da cidade de Salvador, além de muito complexa, representa um sério problema para os que pretendem trabalhar com ela, pois, embora seus habitantes vivam a cidade segundo a lógica dos bairros, Salvador possui uma ineficiente regionalização dos mesmos em seus órgãos oficiais (FERNANDES, 2005).

Em 2012, numa nova incursão científica, já no âmbito do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador (UNIFACS), ampliou-se o âmbito da pesquisa, isso porque o contato com a cultura local direcionou o olhar para novas possibilidades de organização sociocultural oriundas desses elementos, majoritariamente de origem africana, presentes na localidade. Eles são reconhecidos pelos valores patrimonial, cultural e social capazes de gerar benefícios à comunidade<sup>2</sup>. Dessa forma, o patrimônio cultural e a cultura tornam-se referências importantes na construção da pesquisa.

É inegável a ligação entre a Bahia e as matrizes africanas, por isso acredita-se que o reconhecer e legitimar essas relações permitir à sociedade local incorporar naturalmente, por propriedade cultural adquirida, valores identitários, legítimos e de pertença.

Em consonância com Canclini (1999), acredita-se no uso do patrimônio cultural de forma participacionista<sup>3</sup>, numa abordagem de recuperação e conservação dele como uma necessidade social cotidiana num processo democrático, seja ele em nível de bairro, como no Cabula, ou em nível Brasil, está ligada à participação social, a evitar desigualdades e a “coisificar” objetos, para que pessoas e bens culturais vivam de forma associada.

O Brasil, mesmo sendo um país de riqueza cultural<sup>4</sup>, tem dificuldade em organizar os benefícios e sistematizar as informações sobre patrimônio e cultura. O setor cultural, hoje,

---

<sup>2</sup> Com algumas contribuições de Max Weber (1973), Martin Buber (1987), Zygmunt Bauman (2003), Gianni Vattimo (2007), Manuel Castells (1999), Raquel Paiva (2003) entende-se comunidade quando relacionadas a três gêneros de comunidades: a) parentesco; b) vizinhança; c) amizade. O parentesco relaciona-se aos laços de sangue e à vida comum em uma mesma casa, mas pode não se limitar à proximidade física. Este sentimento pode existir por si mesmo com o afastamento físico, entretanto as pessoas sempre estarão à procura da presença física e real da família, do parentesco. A vizinhança se caracteriza pela vida em comum entre pessoas próximas da qual nasce um sentimento mútuo de confiança, de favores etc. Dificilmente se mantém sem a proximidade física. A amizade está ligada aos laços criados nas condições de trabalho ou no modo de pensar. Nasce das preferências entre profissionais de uma mesma área ou daqueles que partilham da mesma fé, trabalham pela mesma causa e reconhecem-se entre si (PERUZZO; VOLPATO, 2009; COSTA, 2005; BRANDÃO; FEIJÓ, 1984).

<sup>3</sup> A temática de recuperação e conservação do patrimônio cultural considera algumas perspectivas, como tradicionalista/folclorista, construtivista (PRATS, 1998; SIERRA, 2000), patrimonialista (RODRÍGUEZ BECERRA, 1997), produtivista/mercantilista (GARCÍA CANCLINI, 1989; 1999; ASHWORTH, 1994; KIRSHENBLATT-GIMBLETT, 2001) e participacionista (GARCÍA CANCLINI, 1999). Compreender sob o aspecto participacionista requer, nesta perspectiva de abordagem, que a recuperação e conservação do patrimônio cultural deve se pôr em relação com as necessidades sociais presentes e com um processo democrático de seleção do que se conserva. Também deve estar ligada à participação social com o objetivo de evitar as desigualdades e a monumentalização e a “coisificação” de objetos, ou seja, é muito importante pensar primeiro nas pessoas e logo nos bens culturais ou de forma associada. O participacionismo defende uma política do patrimônio cultural que tenha primeiro em conta o artesão e depois o artesanato. Nesta última perspectiva se pode enquadrar o conceito de “conservação holística” de Stoffle, (2000, p. 197), segundo o qual quando trabalhamos com patrimônio cultural temos de perguntar aos locais sobre os seus recursos culturais e como gerilos, atendendo também às parcerias e à negociação da partilha do poder, evitando assim o congelamento das culturas. Desde esta última perspectiva, o patrimônio cultural é um instrumento de autodefinição e autoconhecimento identitários que promove as chaves de compreensão da cultura (PEREIRO, 2006).

<sup>4</sup> “O Brasil tem uma enorme unidade. Tem uma diversidade extraordinária, e no campo da cultura diversidade não é impureza. Diversidade é riqueza. A gente precisa se conscientizar disso” (SUASSUNA, 2013 *apud* TESTA, 2013).



principalmente em Salvador, exige uma atenção particular. Em muitos casos o problema está no caráter individual e na informalidade em larga escala da atividade. Não há uma metodologia adequada para sistematizar as mais variadas formas de cultura que existem e qualquer número sobre o assunto é uma mera especulação (BARBALHO *et al*, 2011).

De acordo com o Ministério da Cultura (MCULT) (2013), a cultura representou em 2011 um montante de recursos gerado pelo setor cultural em relação ao Produto Interno Bruto – PIB<sup>5</sup> do País de 2,7%, ou seja, 110 bilhões de reais. No Brasil, o crescimento médio anual dos setores criativos é de 6,13%, superior ao aumento médio do PIB nacional, que foi cerca de 4,3% nos últimos anos.

Em contrapartida, destaca-se que, por vezes, a cultura popular de diversas cidades não é mensurada nessas pesquisas econômicas, pois, algumas vezes, não gera fluxo financeiro, não é responsável por postos de trabalho, não participa de programas de fomento à cultura do País e é pouco aproveitada. Este trabalho não pretende contemplar todas estas discussões e variáveis, mas pontuá-las para registrar essas ocorrências.

O enfoque, aqui, é valorizar uma dessas relações socioculturais presentes em um bairro popular de Salvador. Escolher um bairro como recorte, dentro da cidade de Salvador, tem relação com a presença de inúmeras raízes culturais distintas e também pelo bairro ser uma escala de organização administrativa que permite um olhar específico à pesquisa. Esta escala territorial é de grande relevância na análise de uma cidade, na medida em que proporciona uma maior visibilidade dos conflitos sociais e culturais presentes no dia a dia (BEZERRA, 2011).

E, nessa escala territorial, a cultura é a matéria-prima associada a todos os desdobramentos apresentados na dissertação. Estudar a cultura é, portanto, um código de símbolos partilhados pelos membros dessa cultura (LARAIA, 2000). Isto porque

[...] a cultura não existe em seres humanos genéricos, em situações abstratas, mas em homens e mulheres concretos, pertencentes a este ou àquele povo, a esta ou àquela classe, em determinado território, num regime político A ou B, dentro desta ou daquela realização econômica. (VANNUCCHI, 2002, p. 21).

O que ocorre em Salvador, Bahia, é que esses símbolos nem sempre são de fácil acesso para a maioria das pessoas e também nem todas as vezes são apoiados adequadamente. Essa constatação está relacionada tanto ao ponto de vista dos receptores de cultura (aqueles que têm acesso a experiências culturais) quanto ao dos geradores de cultura (locais/pessoas

---

<sup>5</sup>Define-se o Produto Interno Bruto (PIB) como “os bens e serviços produzidos no país, descontadas as despesas com os insumos utilizados no processo de produção durante o ano. É a medida do total do valor adicionado bruto gerado por todas as atividades econômicas.” (IBGE, 2009).

que têm sua relevância cultural). Na cidade há uma dicotomia sociocultural entre bairros populares<sup>6</sup> e bairros “elitizados<sup>7</sup>”, em que os primeiros têm dificuldade de acesso a essa fruição cultural<sup>8</sup> e também, na maioria das vezes, não têm consciência do seu próprio valor cultural e do entorno.

A prova disso é que, segundo o Censo Cultural da Bahia 2006<sup>9</sup>, nos bairros que vão do Centro Histórico, Campo Grande, Corredor da Vitória, Rio Vermelho e Barra estão localizados 46% dos considerados equipamentos culturais<sup>10</sup> da cidade pelo Ministério da Cultura. O resultado disso é que os 53% restante estão pulverizados nos outros bairros da cidade, com uma proporção ainda menor nos bairros populares. Como consequência, essas áreas privilegiadas concentram o lazer, as políticas, programas e atrativos culturais da cidade, tanto para moradores como para o turista.

Os dados estatísticos apresentados reafirmam a necessidade de um olhar ainda mais crítico para a cultura oriunda desses bairros mais populares, reforçado pelo fato de o referido Censo Cultural da Bahia, elaborado pela Secretaria do Estado, não considerar, por exemplo, terreiros de candomblé como equipamentos culturais. Ou seja, nesta perspectiva questiona-se:

---

<sup>6</sup>1945-1969 – Pré-metropolização: Migrações e grande expansão, é um dos principais períodos de desenvolvimento dos bairros populares em Salvador devido às grandes migrações regionais ocorridas e o consequente crescimento demográfico. Pode ser adicionado o impacto positivo causado pelo início das atividades da Petrobras na região, seguido pela implantação do Centro Industrial de Aratu. As grandes invasões datam do início deste período: Corta Braço (Pero Vaz), Alagados, Nordeste, Boca do Rio, entre outras. O planejamento municipal estabelece um zoneamento da cidade em diferentes áreas funcionais, consolidando a zona industrial na área de Itapagipe, e define áreas, como a de São Caetano, como “setor residencial operário”. O Estado amplia suas atividades, a partir de 1964, com o início da implantação dos programas habitacionais do Banco Nacional de Habitação (BNH) (VASCONCELOS, 2006).

<sup>7</sup>Domingos e Keller, em 1956, publicaram um guia sobre Salvador no qual se destacava a localização das classes na cidade: as “classes mais abastadas” residiam na Vitória, Graça, Barra, Barra Avenida e ao longo das praias atlânticas; as “classes médias” residiam em Nazaré, Barbalho, Santo Antônio e Soledade; enquanto que a “população pobre” se concentrava na Liberdade, São Caetano, Uruguai, Massaranduba e Penha (VASCONCELOS, 2006).

<sup>8</sup>O termo “fruição cultural” está empregado num sentido mais adequado do que seria o “consumo cultural”. A fruição é o contato direto daquele povo com a cultura, que dá sinais das suas preferências, de modo a ser uma experiência ampliada. Para maiores detalhes, ver vídeo Canal Futura: <<http://www.youtube.com/watch?v=tMzHNNbvqPg>>.

<sup>9</sup>O primeiro Censo Cultural da Bahia foi realizado em 2006 pela então Secretaria da Cultura e Turismo da Bahia a partir de levantamento realizado entre 2002 e 2006, em 417 municípios. O objetivo era possibilitar ao público em geral consulta via Internet de informações extraídas com base nos seguintes critérios: Entidades e Espaços Culturais; Patrimônio Cultural; Formação Cultural; Manifestações Artísticas e Socioculturais; Serviços e Comércio Culturais; Instituições; Meios de Comunicação; Calendário de Eventos (BAHIA, 2006). Este é o único Censo desta espécie realizado até hoje, por isso os dados encontram-se defasados e disponíveis apenas em CD-ROM, visto que o site onde também deveriam constar as informações encontra-se fora de operação.

<sup>10</sup>É uma área livre para produzir e apresentar cultura. Representa um processo de criação ou organização das condições necessárias para que as pessoas inventem seus próprios fins e se tornem, assim, sujeitos - sujeitos da cultura. São espaços que se preocupam com a conquista do desenvolvimento individual, para, posteriormente, desenvolver o coletivo, tendo como resultado a valorização da produção simbólica dos mesmos (SELDIN; VAZ, 2007). O equipamento cultural é entendido como a edificação destinada a práticas culturais ou que abriga grupos de produtores culturais e transforma-se, portanto, num equipamento democrático e de ação cultural (COELHO NETO, 2004).

e os 1165 terreiros de candomblé mapeados pela Prefeitura Municipal de Salvador (PMS) não seriam espaços culturais? Quais os impactos de não reconhecê-los? Esses espaços culturais “a margem” do melhor aproveitamento desencadeia uma relação injusta com a história de formação da cultura brasileira, tendo em vista que

As principais fontes de informação sobre as línguas africanas que eram correntemente faladas no Brasil até o século XIX são os terreiros de candomblé e outras variantes dos cultos afro-brasileiros espalhados pelo território nacional. Nesses lugares, sob a forma de língua ritual, sobrevivem os falares que deixaram de ser usados no cotidiano do povo negro em diáspora e foram sendo substituídos pela língua dominante do branco. Esses falares, inclusive, passaram a constituir o principal traço distintivo das chamadas ‘nações’ dos candomblés. Nações que transcendem etnias, mas que, pela língua e tradições religiosas, retraçam as remotas origens dos que as construíram. (SANT’ANNA, 2004, p. 1).

Espaços representativos e símbolos de conservação dos elementos de matrizes africanas são fundamentais para a construção da identidade da Bahia. Um terreiro de candomblé, por exemplo, é uma possibilidade cultural pertencente aos bairros de Salvador. Segundo a Prefeitura, através do Mapeamento<sup>11</sup> de Terreiros de Candomblé na cidade realizado pelas Secretarias Municipais da Reparação e da Habitação, em parceria com o Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, em 2010, atualmente são mais 1165 espaços culturais dessa natureza distribuídos em diversos bairros.

O importante dessa constatação é estimular o reconhecimento desses elementos culturais disponíveis nos bairros. A articulação dos mesmos no cenário urbano da cidade pode promover ainda mais a cultura da cidade. O problema é que nem sempre elementos culturais presentes nos bairros de uma cidade como Salvador<sup>12</sup> têm possibilidades de articulação e interação com a comunidade local.

O Cabula é conhecido hoje por ser uma área residencial e de comércio pujante, porém existem manifestações que resgatam a cultura regional, fortalecendo a singularidade e os valores sociais, permitindo perceber a sua relevância simbólica com suas práticas musicais, manifestações artísticas, características quilombolas e formação sociocultural (SILVA, 2010).

---

<sup>11</sup> As Secretarias Municipais da Reparação e da Habitação, em parceria com o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da UFBA, realizaram uma grande pesquisa sobre as religiões de matrizes africanas na cidade do Salvador. O objetivo foi conhecer os terreiros da nossa cidade: saber quantos são, onde estão localizados, suas condições de documentação, regularização fundiária e infraestrutura, entre outros aspectos socioculturais e demográficos. Esta pesquisa compõe o Programa de Valorização do Patrimônio Afro-Brasileiro, além de ser o ponto de partida para uma série de políticas públicas a serem adotadas nas comunidades (SALVADOR, 2010). Para maiores informações, ver link: <http://www.terreiros.ceao.ufba.br/>.

<sup>12</sup> Conforme Prado (1995, p. 35), [...] na cidade grande, seremos “indivíduos” – quando na rua, quando anônimos na massa, quando cidadãos, em condições de igualdade no exercício de direitos e obrigações; ou seremos “pessoas” – quando em casa, quando identificados e reconhecidos por nossas relações e posições em determinados contextos, podendo por isso ter precedência ou ser discriminados. Já na cidade pequena, a tendência é sermos sempre “pessoas”, identificadas como particulares, reconhecidas, localizadas.

O processo histórico de formação da cidade envolveu aquela área. Há fatos relacionados ao refúgio dos escravos no quilombo do Cabula, principal quilombo de resistência negra na época da escravidão na cidade, inclusive foi ele que deu origem ao nome do bairro (FERNANDES, 2003).

As características que comprovam a importância do quilombo do Cabula, na época, relacionavam-se à resistência cultural e à geografia física do local. Isto porque o quilombo do Cabula era um dos mais difíceis de serem acessados pelas milícias da época, devido ao seu relevo íngreme e mata fechada, sendo então o local preferido como esconderijo dos negros. As matas fechadas contribuíam ainda para a realização de rituais do candomblé, como forma de combate às ações ostensivas das milícias. O bairro guarda pouco dessas memórias, apenas algumas áreas remanescentes de Mata Atlântica são preservadas por instituições locais<sup>13</sup>.

Outra característica a ser citada é a existência de alguns terreiros de candomblé, muitos quase imperceptíveis, sem interferir na dinâmica local. Destaca-se a importância do Ilê Axé Opô Afonjá, que existe no local desde 1910. É liderado pela Ialorixá Mãe Stela de Oxóssi, a mãe de Santo mais antiga em exercício. Ele está entre os 7 (sete) terreiros de candomblé tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN). Seu tombamento ocorreu no ano 2000, pela sua relevância histórica e papel social (SILVA, 2010).

A fruição por parte de instituições culturais locais, atualmente, é uma forma de agregar ao repertório cultural dos moradores locais. É o caso da Escola de Educação Percussiva Integral, que busca, por meio das práticas de músicas desenvolvidas, uma filosofia artística adequada à formação. Um dos objetivos da escola é desenvolver estudos dos ritmos percussivos, como o coco, a embolada e o maracatu, atualmente pouco valorizados no País. Por isso, transformou-se em referência na preservação de ritmos, considerado, assim, um centro de música que eleva a autoestima étnico-cultural, inclusive por estrangeiros, que o visitam de forma aleatória, mesmo estando localizado fora do eixo tradicional (ESCOLA DE EDUCAÇÃO PERCUSSIVA INTEGRAL, 2007).

Observa-se que o patrimônio cultural pertencente à localidade é legítimo e um vetor de desenvolvimento local. Hoje, as premissas que regem as políticas públicas culturais se organizam sob a ótica econômica, mas essa pesquisa baseia-se num modelo de desenvolvimento humano, integral e com características endógenas e é nessa linha que a investigação tem como tema a análise do patrimônio cultural de origem africana existente no

---

<sup>13</sup>De acordo com a pesquisa de campo, constatou-se que existem áreas que preservam a Mata Atlântica no bairro, como o 19º BC (2.000.000 m<sup>2</sup>) e o restaurante Paraíso Tropical (60.000 m<sup>2</sup>). Áreas ligadas a cultos de origem africana destacam-se nesta preservação, como o Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá (39.000 m<sup>2</sup>), a Casa de Lua Cheia (7.000 m<sup>2</sup>), o Terreiro Viva Deus (□ 2.000 m<sup>2</sup>) e o Terreiro Bate Folha (155.000 m<sup>2</sup>).

Cabula e sua potencial contribuição para o desenvolvimento territorial do bairro através de processos participativos de gerenciamento do turismo.

A despeito dos processos participativos, destaca-se o potencial endógeno, que é um de raízes pouco definidas, com uma perspectiva do desenvolvimento rural, fortemente sustentada por julgamentos de valor sobre formas desejáveis de desenvolvimento (SLEE, 1994). Esse valor, associado ao plano local, modifica a organização sociocultural ampliando possibilidade ao bairro, o que se amplia aqui é o entendimento de que

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. (SANTOS, 2002, p. 96).

Durante o processo de análise desse território, junto a essa cultura local, algumas questões norteadoras foram importantes na condução da pesquisa: a) Em que medida o patrimônio cultural de origem africana existente no Cabula pode motivar o desenvolvimento da atividade turística no bairro? b) Os elementos de origem africana no Cabula são reconhecidos por seus moradores como referências culturais da história local? c) Como a comunidade local percebe a possibilidade de implementação de um modelo participativo de turismo no bairro? d) Quais os principais fatores limitantes e propulsores identificados para a implementação deste modelo?

O objetivo geral dessa pesquisa é analisar a potencial contribuição do patrimônio cultural de origem africana no Cabula para o desenvolvimento territorial do bairro, através de processos participativos de gerenciamento do turismo.

Já os objetivos específicos são: identificar o patrimônio cultural de origem africana presente no Cabula; analisar em que medida esse patrimônio contribui para a formação da identidade local e o desenvolvimento territorial do bairro; discutir o papel das políticas culturais para a afirmação da cultura; e, por fim, avaliar possibilidades de processos participativos construídos a partir desse patrimônio.

A importância da discussão está pautada nessa aliança entre bairros populares e processos participativos, no Cabula com um enfoque étnico<sup>14</sup>, gerando oportunidades para uma população pobre, majoritariamente negra, ou, ainda, simplesmente, para os moradores

---

<sup>14</sup> Etnicidade é o conjunto de características comuns a um grupo de pessoas que as diferenciem de outro grupo. Normalmente essas características incluem a língua, a cultura e também a noção de uma origem comum. Segundo Riesman (1951 *apud* MESQUITA, 2011), etnicidade é a autoconsciência da especificidade cultural e social de um grupo particular, ou seja, o fato de se pertencer a um grupo culturalmente ligado.

terem mais uma janela de visibilidade para aprender, dinamizar sua economia e falar ao mundo sobre sua história.

Desse modo, com base nas discussões teóricas e no ambiente científico, acadêmico e multidisciplinar do Programa de Pós-Graduação da Universidade Salvador (UNIFACS), este trabalho é realizado dentro do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano, o qual disponibilizou o capital intelectual para contribuir com esta pesquisa. A área de Concentração em Processos Urbanos e Regionais do Desenvolvimento e a linha de pesquisa estão relacionadas com desenvolvimento, políticas urbanas e redes de cidades, compreendendo a “cidade como centro de região, os processos de crescimento urbano, suas causas e consequências, as transformações da cidade, as tecnologias sociais para redução das desigualdades sócio-econômicas-culturais e a preservação do meio ambiente.” (UNIFACS, 2014).<sup>15</sup>

## 1.2 METODOLOGIA

O tópico vai apresentar o processo metodológico da pesquisa, inserida no âmbito das ciências sociais<sup>16</sup>, considerando seus métodos e marcos territoriais para melhor compreender os aspectos ligados ao objeto de estudo. O cientista social, ao deparar-se com o seu objeto, precisa desenvolver uma atitude crítica de forma a “desmontar” este “objeto”, na forma de categorias conceituais, buscando o seu entendimento, também enriquecido pela práxis (GOMES, 2001, p. 1). “Em suma, método científico é a lógica geral, tácita ou explicitamente empregada para apreciar os méritos de uma pesquisa.” (NAGEL, 1971, p. 19).

Esta metodologia foi elaborada tendo como base a lógica dissertativa de “aplicação de uma teoria já existente para analisar determinado problema.” (REHFELDT, 1980, p. 62). A dissertação de mestrado caracteriza-se por ser argumentativa, porque requer interpretação das ideias apresentadas e o posicionamento do pesquisador, conforme Salvador (1980 *apud* LAKATOS; MARCONI, 2003).

---

<sup>15</sup> O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS, de nível acadêmico, tem como objetivo associar as atividades de ensino, pesquisa e extensão à realidade baiana e nordestina, sem perder de vista o contexto da formação de uma sociedade global. Na realização das suas atividades vem se convertendo em um ponto de referência nos estudos da problemática regional e urbana, do turismo e do meio ambiente, com ênfase para as questões relacionadas com o desenvolvimento sustentado de regiões.

<sup>16</sup> As ciências sociais surgiram como parte do projeto iluminista. Surgiram com base na crença de que é possível progredir, melhorar as condições de vida de toda a sociedade. Todas as proposições do Iluminismo são de natureza progressista, universalizante, inclusiva. Neste sentido, havia ideologia em expansão que dava sentido à prática da ciência em geral e da social em particular: afirmação crescente da liberdade, da afluência, do bem-estar, da convivência pacífica, da democracia (REIS, 1998).

Nesta dissertação serão utilizados métodos e técnicas para atingir os objetivos esperados e a compreensão máxima da problemática, tendo em vista que

[...] por método entende-se o dispositivo ordenado, o procedimento sistemático, em plano geral. A técnica, por sua vez, é a aplicação do plano metodológico e a forma especial de executar [...] a técnica está subordinada ao método, sendo sua auxiliar imprescindível. (CERVO; BERVIAN, 2002, p. 152).

Para melhor compreender o enfoque dado ao estudo deste objeto a metodologia foi construída em paralelo com a necessidade do tema, que consiste em analisar o patrimônio cultural de origem africana do bairro do Cabula sob a perspectiva de desenvolvimento territorial, através de abordagens participativas de turismo e, por isso, tem um pano de fundo a ser considerado na pesquisa, que está relacionado ao caráter da cultura como fenômeno social dentro da comunidade em questão

O método de abordagem adequado a esta análise é o indutivo, que parte da experiência de casos particulares para a generalização ou universalização; ou seja, as conclusões são mais abrangentes que as premissas, objetivando, para os indutivistas como Bacon, uma clara ampliação do conhecimento (VIANA; PEREIRA, 2007, p. 1).

No recorte desta pesquisa encontra-se o bairro do Cabula como um caso particular, a fim de desenvolver conhecimento e possibilidades mais gerais sobre processos participativos. Também foram utilizados alguns métodos de procedimento, entre os quais o método histórico, que promoveu o alinhamento histórico da origem desses bens culturais do bairro em épocas antigas, para, assim, aproximar com os fenômenos culturais do Cabula na atualidade.

Outro método que será indispensável é o descritivo, com o qual haverá um diagnóstico, levantamento e detalhamento do patrimônio cultural do Cabula. Ele pretende descrever as iniciativas culturais e as expressões culturais inerentes ao bairro. Para tanto, as informações levantadas terão uma contextualização baseada no método bibliográfico.

Esta pesquisa se caracteriza como descritiva, bibliográfica e com características etnográficas. Sobre a primeira, é um passo inicial de todo trabalho científico, sobretudo quando bibliográfica, proporcionar maiores informações acerca do assunto estudado. Com esse caráter exploratório foi possível verificar que desde a primeira investigação feita em 2009 sobre a problemática cultural do Cabula, citada na introdução, até os dias de hoje, houve avanços no que se refere à produção teórica sobre o assunto<sup>17</sup>.

Essa pesquisa é bibliográfica e descritiva, pois, mesmo com essas evoluções teóricas constatadas para o enfoque dado ao objeto de estudo, existia pouco conhecimento acumulado,

---

<sup>17</sup> Ver detalhes no capítulo 4.

contribuindo para o levantamento do que já foi pesquisado, estudado e escrito sobre o tema proposto com o respaldo científico dos autores pesquisados (GIL, 2010). Essa obtenção de dados se deu após a identificação das fontes bibliográficas adequadas ao desenvolvimento da pesquisa e a descrição dos elementos que compõem o objeto de estudo.

Nessas consultas foram contempladas obras de referência, teses, dissertações, periódicos científicos, anais de encontros científicos, resumos, pesquisa em base de dados, pesquisa em sistema de busca, visitas às bibliotecas da Faculdade Integrada da Bahia (FIB), Olga Mettig, Visconde de Cairu, Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade do Salvador (UNIFACS) e da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, além das livrarias Saraiva, LDM

Já a sua característica etnográfica se origina do vínculo com a descrição dos elementos de uma cultura, tais como comportamentos, crenças e valores. Nela, observa-se a necessidade de coletar essas informações em campo, entrevistas e observações. É um método que se volta para o estudo das múltiplas manifestações de uma comunidade ao longo do tempo e do espaço (GIL, 2010).

Por outro lado, fazem-se necessárias técnicas de pesquisa adequadas para auxílio dos métodos supracitados. Por conta disso, utilizar-se-á a documentação indireta para o levantamento de dados sobre a atuação do poder público. Então, a pesquisa documental coletou os dados nos órgãos de gestão cultural, em Salvador, relacionados logo abaixo. Os documentos encontrados foram ser escritos ou não, primários ou secundários, além de contemporâneos ou retrospectivos. Os órgãos são: Ministério da Cultura, instância Nordeste, as secretarias de Turismo e de Cultura, Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), bem como a Empresa Municipal de Turismo de Salvador (SALTUR), o órgão oficial de turismo do Estado da Bahia (BAHIATURSA), Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC), a Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB), a Fundação Gregório de Matos (FGM) e a Fundação Pedro Calmon (FPC).

Complementados por consultas em sítios especializados, como do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nas bases de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), além de outros sítios especializados disponíveis na *World Wide Web*; levantamento e análise de dados secundários, paralelamente à revisão bibliográfica foi realizado um levantamento de dados por intermédio de documentos oficiais, artigos



publicados, registros em jornais e revistas locais, com acesso ao acervo dos principais títulos, em sítios oficiais relacionados à cultura local.

Após esse levantamento foram feitas leituras do conteúdo selecionado, iniciadas por uma leitura exploratória para avaliar em que medida a obra consultada interessa à pesquisa. Esta leitura é feita “mediante o exame da folha de rosto, dos índices da bibliografia e das notas de rodapé. Também faz parte deste tipo de leitura o estudo da introdução, do prefácio, das conclusões e mesmo das orelhas dos livros.” (GIL, 2010, p. 59).

Após a leitura exploratória, haverá uma análise do material selecionado, para ordenar e resumir as informações contidas nas fontes. Em termos práticos, essa fase passou pelos seguintes momentos: leitura integral da obra ou do texto selecionado, identificação das ideias chave, organização das ideias seguindo a ordem de importância e sintetização das ideias (GIL, 2010).

Em seguida, foram feitos fichamentos com o objetivo de concentrar bibliografias, resumos, obras consultadas, anotação das ideias que surgiram durante a leitura, registro de comentários e organização acerca das notas de rodapé. Essa etapa reverteu em ganho de tempo e qualidade nas informações.

Após os métodos que caracterizaram a primeira etapa desta investigação, utilizou-se um método de procedimento para direcionar a pesquisa – o estudo de caso. Ele dispensa os excessos de detalhes no construto da pesquisa, atendo-se aos elementos fidedignos ao objeto de estudo. O trecho a seguir, da obra de Gilberto Andrade Martins, é bem elucidativo e sintetiza de forma clara e objetiva a relação desse método com o tema desta dissertação. Ele afirma que:

O estudo de caso é próprio para a construção de uma investigação empírica que pesquisa fenômenos dentro de seu contexto real – pesquisa naturalística – com pouco controle do pesquisador sobre eventos e manifestações do fenômeno. Sustentada por uma plataforma teórica, reúne o maior número possível de informações, em função das questões e proposições orientadoras do estudo, por meio de diferentes técnicas de levantamento de informações, dados e evidências. Como se sabe, a triangulação de informações, dados e evidências garante a confiabilidade e a validade dos achados do estudo. Busca-se, criativamente, apreender a totalidade de uma situação – identificar e analisar a multiplicidade de dimensões que envolvem o caso – e, de maneira engenhosa, descrever, compreender, discutir e analisar a complexidade de um caso concreto, construindo uma teoria que possa explicá-lo e prevê-lo. (MARTINS, 2006, p. 12).

A escolha do estudo de caso está relacionada com os elementos levantados na pesquisa bibliográfica e descritiva. Notou-se que em muitos bairros populares de Salvador há raízes culturais que contribuem para formação da identidade local. Daí fez-se necessária a escolha

de um bairro que atendesse às expectativas do recorte cultural e de resgate de uma memória cultural. Ao analisar a cultura de uma determinada localidade é compreensível a heterogeneidade de fatos históricos encontrados, por isso esse objeto pode ser estudado em variadas escalas e sob inúmeras perspectivas.

Nessa metodologia o marco territorial utilizado como escala de análise é o bairro. O objetivo foi restringir o campo de estudo e oferecer maior probabilidade de respostas confiáveis. O bairro do Cabula é o recorte escolhido como estudo de caso, portanto o objeto de estudo da dissertação.

Observa-se que a escala bairro vem sendo mais discutida nos últimos anos, com algumas interpretações, principalmente em campos da geografia, arquitetura, filosofia, trabalhando a temática de forma diversificada. Sobre essa variedade epistemológica nos deteremos em trazer fontes mais elucidativas a fim de delinear o caminho metodológico dessa pesquisa.

O bairro é uma escala urbana e traz a ótica marxista em Lefebvre, já que por ele foi dado ao bairro um enfoque considerável. Sua compreensão traz o problema na ótica da modernidade, com seus limites e contradições, chamando-o de unidade natural da vida social, com a ideologia comunitária na sua base.

[...] a diferença mínima entre os espaços sociais múltiplos e diversificados, ordenados pelas instituições e pelos centros ativos. Seria o ponto de contato mais acessível entre o espaço geométrico e o espaço social, o ponto de transição entre um e outro; a porta de entrada e saída entre espaços qualificados e espaço quantificado, o lugar onde se faz a tradução (para e pelos usuários) dos espaços sociais (econômicos, políticos, culturais etc.) em espaço comum, quer dizer, geométrico. (LEFEBVRE, 1975 *apud* BEZERRA, 2011, p. 200-201, tradução nossa).

A complexidade do termo é clara, principalmente, por ser uma variável de natureza popular e científica. As diversas definições de bairro podem ser conformizadas de uma maneira que obedecem às várias interpretações referentes a esta unidade espacial. Por isso, o suporte colhido vem abrir uma reflexão e um precedente para contribuir com análises mais especializadas e focadas em recortes territoriais de uma cidade como Salvador, em que a unidade urbana do bairro possa contribuir para a ordem sociocultural.

Etimologicamente, aceitam-se duas origens possíveis para a palavra bairro: árabe ou latim. Os significados mais antigos remetem a 'exterior, subúrbio', ou a 'travessa, divisória', e, posteriormente, a 'o que está do lado de fora, arrebalde, zona marginal da cidade, povoado junto a uma cidade'. Em documento do século XVII aparece a palavra bairro, significando 'parte de uma cidade.' (HOUAISS, 2001, p. 124).

Já para Ximenes (2000, p. 112) e Almeida (1981, p. 420), “Cada uma das grandes divisões de uma cidade” e “Cada uma das divisões principais de uma cidade; porção do território de uma povoação”. “Cada uma das partes em que se costuma dividir uma cidade ou vila, para mais precisa orientação das pessoas e mais fácil controle administrativo dos serviços públicos.” (FERREIRA, 1994, p. 252).

O que nos fez escolher essa porção territorial como unidade de análise do problema patrimonial advindo dos bairros populares de Salvador foi a preocupação com a questão da identidade do indivíduo ligada a esta unidade espacial e os benefícios que esta poderia gerar. Nesse sentido, estabelece-se uma construção comum a Souza (1987), já que o pesquisador ressalta que os elementos físicos e os laços afetivos estão intimamente ligados à população do bairro.

Basicamente, esse panorama geral sobre bairro faz concluir que essa unidade territorial pode “catalisar a referência simbólica, e, politicamente, o enfrentamento de uma problemática com imediata expressão espacial.” (SOUZA, 1989, p. 140). E com vista à insuficiência dos equipamentos de consumo coletivo e a valorização do vínculo com as raízes afro-brasileiras que ocorre no Cabula. O ideal é que ele esteja “provido de equipamentos coletivos e acessíveis ao pedestre; mas, além disso, ele se constitui em torno de uma subcultura e representa um corte significativo na estrutura social [...]” (CASTELLS, 2009, p. 131).

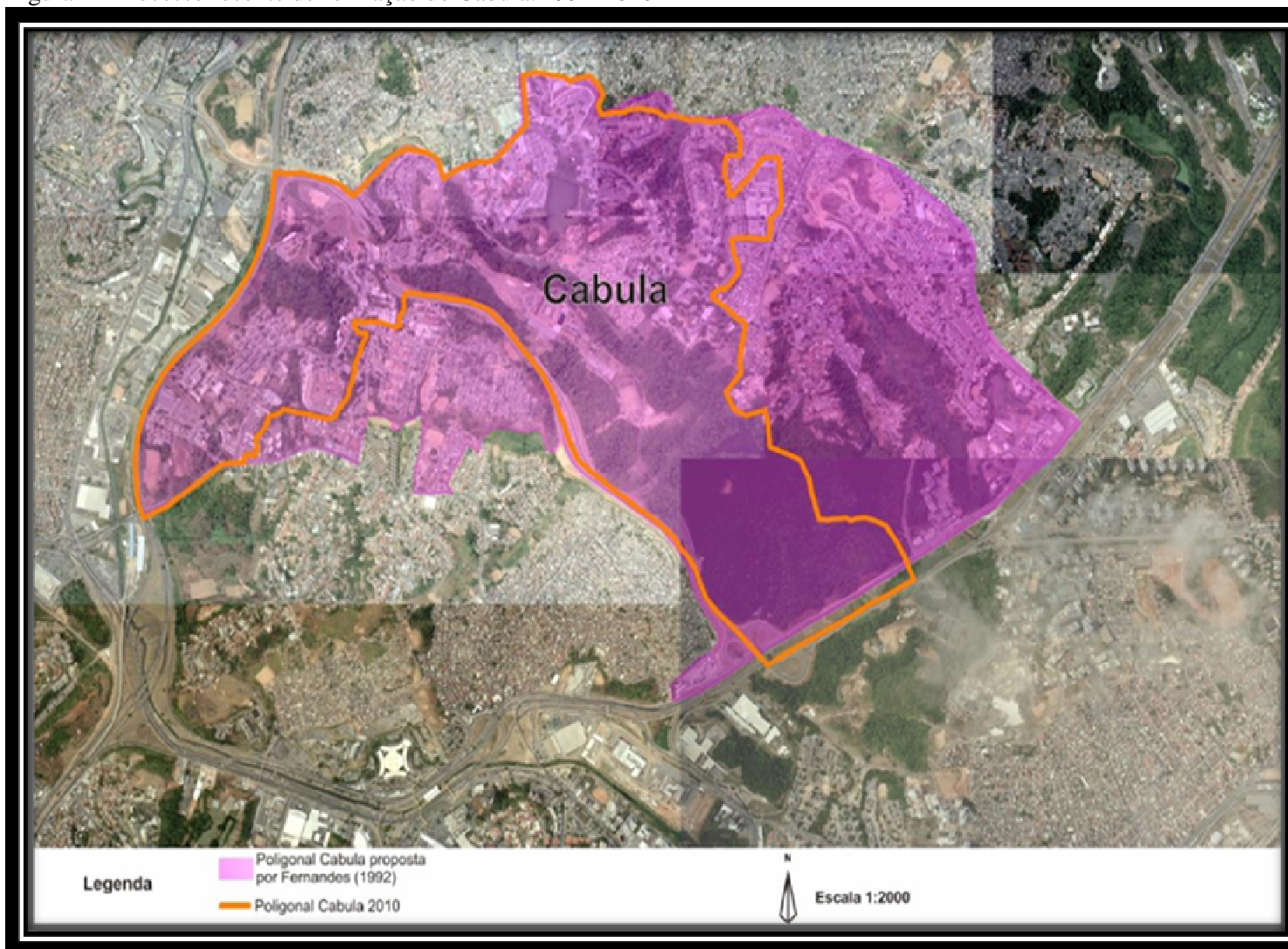
Vê-se que tal reafirmação do patrimônio cultural de matrizes africanas proposta por essa dissertação é importante para a redescoberta, para o reconhecimento mais sistemático e legítimo daquilo que já existe. Esses valores, à medida que não são devidamente articulados, são perdidos e redescobri-los não é uma tarefa fácil. Para Castells (2009, p. 134), “[...] não se descobre ‘bairros’ como se vê um rio; nós os construímos, determinamos os processos que chegam à estruturação ou à desestruturação dos grupos sociais no seu habitar [...]”.

Por conseguinte, devido à complexidade de estudar a escala bairro em Salvador e no tocante à sua configuração espacial é necessário fazer a delimitação geográfica para esta dissertação. Essa delimitação faz-se ainda mais necessária porque o bairro do Cabula passa por profundas transformações no âmbito de sua conformação e do padrão habitacional. Por outro lado, o bairro foi escolhido como objeto de estudo por ter uma representatividade histórica no Miolo de Salvador (FERNANDES; LIMA; PENA, 2011).

A delimitação geográfica desse objeto foi elaborada tendo como base o estudo de Fernandes, Lima e Pena (2011). Essa análise colaborou para compreensão do processo evolutivo de formação do bairro, que considera inicialmente, a delimitação elaborada por

Fernandes (1992), área demarcada em lilás na Figura 1, demonstrando que o bairro do Cabula já teve uma área maior do que a atual.

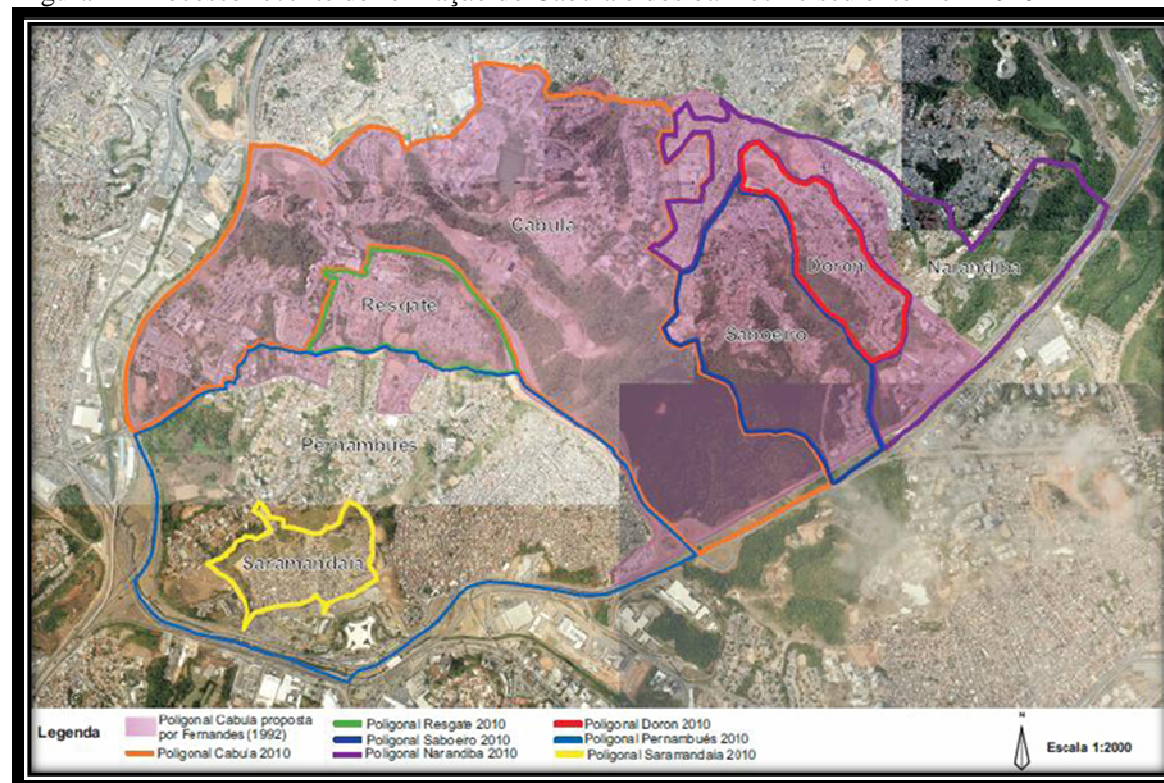
Figura 1 - Processo recente de formação do Cabula: 1992-2010



Fonte: Fernandes, Lima e Pena (2011, p.10).

Em seguida, os mesmos autores registram a nova delimitação do bairro, atualizada por Fernandes (2010). Essa delimitação considerou a formação de novos bairros a partir da fragmentação da área do Cabula de 1992, ao mesmo tempo em que demarcou os novos limites para o que seria o bairro do Cabula (ver Figura 2).

Figura 2 - Processo recente de formação do Cabula e dos bairros no seu entorno - 2010



Fonte: Fernandes, Lima e Pena (2011, p.11).

A formação desses novos bairros, como Resgate, Pernambués, Saramandaia, Saboeiro, Doron, Narandiba, cooperou para o entendimento de que, por serem originários da antiga área do Cabula, eles têm uma relação de influência sobre o atual, visto na Figura 2. Utilizou-se também da percepção<sup>18</sup> da dinâmica dos elementos culturais presentes em áreas próximas ao Cabula. Essas contribuições resultaram na conclusão de que o Cabula delimitado como bairro por Fernandes (2010) sofre influência de inúmeros bairros do seu entorno. Por isso, a delimitação mais adequada para essa pesquisa é aquela que considera o Cabula esboçado por Fernandes (2010), mas também uma área de influência no seu entorno.

Nesta pesquisa essa área de influência (Engomadeira, Mata Escura, Resgate, São Gonçalo, Barreiras e Tancredo Neves) é definida com a colaboração dos estudos de Santos et. al (2010) e vai agregar a pesquisa alguns outros bens culturais<sup>19</sup> a serem caracterizados. Desse modo, a delimitação usada como objeto de estudo apresenta-se no mapa a seguir, na Figura 3.

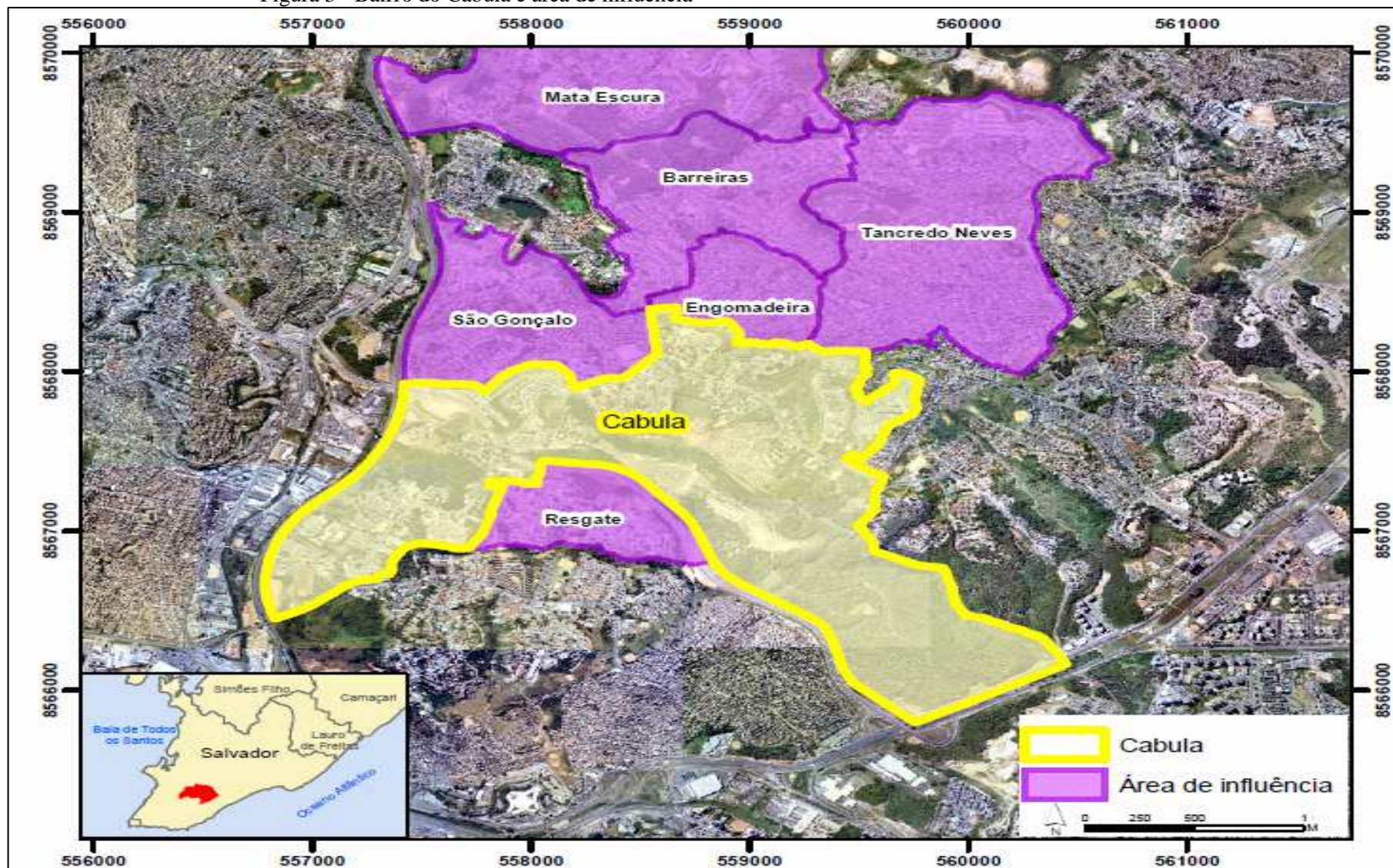
---

<sup>18</sup> Essa percepção se deu desde os primeiros estudos sobre o Cabula por parte do autor em 2009.

<sup>19</sup> Esses bens culturais serão caracterizados a partir da pesquisa de campo e apresentados no capítulo quatro dessa dissertação.



Figura 3 - Bairro do Cabula e área de influência



Fonte: Elaboração do autor deste estudo com base em Fernandes, Lima e Pena (2011, p.11) Santos et al (2010).



A partir da definição dessa área de estudo todos os enfoques conceituais e empíricos foram se integrando, de modo que esta dissertação organizou-se em 05 (cinco) capítulos. O Capítulo I é a Introdução, que vai tratar dos aspectos referentes à trajetória da pesquisa com dados que comprovem sua relevância e que esclareçam os caminhos teóricos a serem seguidos. Traçado com base na justificativa, problema da pesquisa, objetivos e referencial teórico. Esse capítulo traz, ainda, a metodologia do trabalho para explicar os caminhos escolhidos e os métodos adequados à pesquisa, como os de abordagem, de procedimento, técnicas de pesquisa, coleta de dados, variáveis, demonstrando seu caráter qualitativo.

O Capítulo II é a Fundamentação Teórica, que discorre sobre as bases teóricas utilizadas para conduzir o processo. Apresenta, ainda, os principais conceitos da investigação como cultura, cultura popular, patrimônio, identidade territorial, políticas públicas, desenvolvimento, capitais intangíveis, e aborda também os conceitos e paradigmas da atividade turística, arranjos produtivos locais e turismo de base comunitária.

No Capítulo III – Cabula: Território Africano em Salvador, busca-se analisar aspectos da história da cidade e sua herança africana, evidenciando contextos da história local. Apresenta caracterização do bairro do Cabula, discorre sobre a caracterização da história do bairro e quais suas ligações com as matrizes africanas.

O quarto capítulo: Cabula e suas Possibilidades num Processo Participativo, é empírico e mostrará os resultados obtidos com a pesquisa de campo e as possibilidades de processos participativos de gerenciamento do turismo através do patrimônio disponíveis no bairro.

Por fim, o Capítulo V traz as considerações finais evidenciando o cumprimento dos objetivos propostos e do problema de pesquisa. Serão retomadas as principais bases teóricas com o propósito de relacioná-las com as indicações que o objeto de pesquisa revelou em campo. O propósito desta dissertação não é encerrar o tema em questão, mas sinalizar recomendações.

Assim, a importância científica e social está definida com objetivo de contribuir para fomento de outros olhares sobre a problemática, pois um mesmo objeto pode ser estudado e reestudado sobre inúmeras perspectivas, para ganho do conhecimento. Este trabalho também faz um convite a conhecer a relevância da memória cultural de base comunitária. Os estudos existentes sobre o assunto são dispersos e as informações aqui levantadas podem contribuir como dado científico para outras pesquisas, principalmente de algumas áreas como desenvolvimento endógeno, cultura, turismo, patrimônio cultural.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: INFLUÊNCIAS CONCEITUAIS**

Para este capítulo, foi elaborada uma breve fundamentação teórica sobre as áreas de conhecimento que estão relacionadas com o tema. Ao estudá-lo percebe-se uma diversificada gama de conceitos correlacionados, que envolve compreensões de variadas áreas de conhecimento. Com o objetivo de um estreito e indissociável vínculo com essas áreas do conhecimento, elaborou-se a fundamentação teórica.

Num primeiro momento, este capítulo traz os conceitos relacionados aos recursos culturais encontrados no bairro do Cabula, sendo então necessária a compreensão sobre Cultura (popular), Patrimônio (Cultural – material e imaterial), Políticas públicas (cultura e patrimônio) e Identidade. Em seguida, a fundamentação abrange os conceitos relacionados às possibilidades participativas no bairro, ou seja, Desenvolvimento (suas definições e o desenvolvimento territorial), Capitais intangíveis, Turismo (conceitos e paradigmas), Arranjos Produtivos Locais e Turismo de Base Comunitária.

Com esse arcabouço teórico foi possível amadurecer a busca conceitual do autor. Essa busca teórica começou questionando: “[...] Como é que se organiza o Homem para satisfazer as suas necessidades econômicas, tendo em conta as restrições que lhe são impostas pelo espaço geográfico? [...]” (PÓLESE, 1998, p.53). E terminou afirmando que as restrições impostas pelo espaço, muitas vezes, existem porque o Homem, ao buscar satisfazer as suas, esquece de organizá-lo.

### **2.1 UMA APROXIMAÇÃO AO CONCEITO DE CULTURA SOB A PERSPECTIVA DA CULTURA POPULAR**

A cultura de uma determinada sociedade não tem relação, apenas, com a realidade concreta do que acontece na atualidade, pois envolve acontecimentos passados. Ela tem um caráter construtivo e, por isso, desempenha um papel fundamental na formação individual e coletiva do sentido da vida.

Estudá-la permite observar elementos da formação dos indivíduos, pois está relacionada aos elementos centrais, as virtudes vocacionais e à capacidade de interação entre esses elementos. Eles podem se apresentar de modo estáticos ou dinâmicos, ou ainda variar de acordo com a interpretação dada a eles.

[...] a palavra cultura tem sua raiz no latim colere, cultus [...]. Em sentido mais amplo, a cultura, referindo-se ao ser humano expressa o modo como este encara as coisas, o mundo, o sentido da vida, sendo também cultura como sinônimo de mundi vivência. (ULLMANN, 1991, p. 307).

Para Vannucchi (2002, p. 21), cultura

[...] é tudo aquilo que não é natureza. Por sua vez, toda ação humana na natureza e com a natureza é cultura. A terra é natureza, mas o plantio é cultura. O mar é natureza, mas a navegação é cultura. As árvores são natureza, mas o papel que delas provém é cultura [...].

E acrescenta:

[...] a cultura não existe em seres humanos genéricos, em situações abstratas, mas em homens e mulheres concretos, pertencentes a este ou a àquele povo, a esta ou àquela classe, em determinado território, num regime político A ou B, dentro desta ou daquela realização econômica. (VANNUCCHI, 2002, p. 21).

Dessa maneira, ela exerce papel de um bem vivido por todos, vista como um bem comum e, só posteriormente, um bem privado. Quando essa dinâmica não é reconhecida o patrimônio cultural pode originar expressões aleatórias, marcadas por incertezas, contradições e com pouco diálogo com a comunidade que pertence. Tal dinamismo reforça o papel construtivo exercido pelo pensar cultural, pois a partir dessa ação os significados, os símbolos e os veículos materiais deixam de ser vagos ou homogêneos. Tornam-se capazes de cooperar com a formação do indivíduo (BARROS; OLIVEIRA JR., 2011).

É por intermédio dessas dinâmicas, ordenamento e gestão dos signos culturais que se amplia o contato cultural entre o homem e o seu sentido social, tendo como consequência a projeção de relações sociais concretas no cotidiano dos atores envolvidos e a formação do sentimento de pertença, característico de um território.

Nessa compreensão, Souza (2001) colabora e afirma que o território é um espaço onde se exerce as relações de poder e é através dessas relações que se delimita o espaço. Vale ressaltar que para essas relações de poder destacamos o papel dos bens culturais locais na formação desse empoderamento, visto que são elementos “construídos historicamente, mantidos socialmente e aplicados individualmente” contribuindo para o fortalecimento das relações territoriais (GEERTZ, 1989, p. 10).

Dentro dessa concepção, destaca-se que os bens culturais presentes num território podem ser relativos, subjetivos e de valor simbólico multi interpretativo. Aponta-se a necessidade de proteger os seus processos de uso e incorporá-los como bem utilitário no dia a dia de uma determinada população, por exemplo, um terreiro de candomblé, tem um valor relativo ao ponto de vista de quem o usufrui, ou seja, ele pode não ter uma beleza

arquitetônica em si, mas sua beleza é dada pelos olhos de quem o vê e muitas vezes pela função que adquire naquela comunidade.

O valor que uma sociedade atribui a determinado bem reflete suas crenças, modos de pensar e sua identidade. É por meio desses símbolos que ela se mantém unida e se reconhece como um grupo. A cultura em si, quando utilizada, com o passar do tempo, se torna objeto do cotidiano, funcional ou estática, e de valor histórico. Para tanto, é necessário coexistir no espaço, ter uma posição no dia a dia da comunidade e assim ser capaz de mobilização. Isto porque, também é usada para alertar e despertar a consciência crítica da comunidade e combater a manipulação que ocorre por parte de ideologias que estão no poder (REIS, 2007).

Para mais “deve ser entendida em sentido amplo, consistindo num conjunto de modos de fazer, ser, interagir e representar que, produzidos socialmente, envolvem simbolização e, por sua vez, definem o modo pelo qual a vida social se desenvolve.” (MACEDO, 1982, p. 35). As necessidades culturais da população não estão determinadas em nenhum livro ou manual, elas resultam da compreensão que os segmentos atuantes nos campos político e cultural têm dessas necessidades e dos interesses envolvidos.

Então, a cultura tem uma capacidade transformadora nos espaços onde é praticada, contribui para gerar um sentimento de pertença e acende a população para o entendimento de que podem herdar

[...] mais do que espaços territoriais [...] herdaram paisagens e ecologias, pelas quais certamente são responsáveis ou deveriam ser responsáveis. Desde os mais altos escalões do governo e da administração até o mais simples cidadão, todos têm uma parcela de responsabilidade permanente, no sentido da utilização não predatória dessa herança única. (AB'SABER, 2003, p. 10).

O resultado desse conjunto de descobertas permite compreender a cultura local uma vantagem competitiva para o desenvolvimento local (CALDAS, 2011). Torna-se indutora da transformação de espaços comuns em territórios únicos, distintos e livres de características homogeneizadoras tão comuns nas sociedades urbanas industriais da atualidade. Esses territórios passam a disponibilizar recursos que só podem ser utilizados em benefício daquela própria comunidade de modo cíclico.

Conviver à revelia dessa relevância contribui para um desequilíbrio sociocultural da sociedade civil. A cultura é, sim, uma vantagem competitiva quando vista como tal, ao contrário disso vai na contramão do desenvolvimento social. Por isso, esta investigação reconhece a cultura de origem africana existente no bairro do Cabula como subsídio para o desenvolvimento territorial e também como elemento constituinte de possibilidades

participativas de gerenciamento do turismo. É um diferencial sociocultural, econômico, turístico, educacional e competitivo. Principalmente pela tendência à homogeneização pela qual a cultura no mundo passa hoje.

Ela corresponde ao “grito” angustiado daqueles que estão corrompidos pela globalização, que vive a ameaçar e solapar as identidades e a "unidade" das culturas nacionais, e nada mais são do que uma representação maior daquilo que começa como unidades menores dentro de uma nação (HALL, 2005).

Ainda que se tente vender a todos a mesma cultura estandardizada, todos os povos estão à procura de sua própria identidade em meio a essa homogeneização. O sonho do capitalismo globalizado é, pois, chegar ao que Mattelart bem definiu como ‘mercado comum de imagens’. Este seria um amontoado de formas simbólicas entendidas e aceitas por todos os povos da mesma forma, sem a necessidade dispendiosa de adaptação local. A homogeneização cultural não é, senão, a tentativa insistente de se chegar a esse mercado comum. (ABDALLAH; AMORIM; GARCIA, 2014, p. 4).

No comércio internacional de bens e serviços essa homogeneização não atrapalha tanto, pois permite a formatação de produtos para o consumo cultural das massas (segmento dominante no mercado da indústria cultural). É uma poderosa arma do capitalismo globalizado, que cria uma cultura com formas simbólicas compreensíveis para o maior número possível de pessoas, para forjar universos culturais e facilitar o consumo no mercado econômico (ABDALLAH; AMORIM; GARCIA, 2014).

Já no Brasil, o problema de oferta cultural existe e é agravado pelas dimensões continentais do País. Em termos de oferta cultural, apresenta desequilíbrios regionais e locais, justificados também pelo fato de que as cidades só fazem crescer e o planejamento que contemple a preservação da cultura local não acompanha tal crescimento.

As preocupações com a cultura não devem ser coadjuvantes nesse processo, a fim de evitar desequilíbrios na sua oferta e na sua valorização. Hoje, o que se vê é uma sociedade que reforça uma ordem segregacionista, que marginaliza seus bens histórico-culturais que foram e são importantes para a formação histórica local (BOTELHO, 2005).

No Brasil, sobretudo fora do eixo Rio de Janeiro–São Paulo, a atenção dada à cultura é desproporcional, pois justamente onde as pessoas mais necessitam é que a organização cultural é menos fomentada. Justifica-se esse cenário também por que “a área da cultura sempre foi uma área periférica do ponto de vista das políticas de governo. Então são sempre os menores orçamentos, em geral com dirigentes que têm menos peso político.” (BOTELHO, 2005, p. 73).

Outra contradição é que a cultura contribui na ordem de 7% para o PIB mundial. Esse dado poderia ser potencializado se reconhecesse, de fato, a diversidade cultural existente e não aquela produzida pelo capitalismo para consumo. Abriria novas possibilidades que não aquelas pré-formatadas pelo mercado econômico. Pois, “quanto mais denso e rico o conteúdo cultural de uma determinada sociedade, maiores suas possibilidades.” (FURTADO, 2008, p. 21). Compreende-se que ela é relevante no mundo moderno, quando se desprende do autor cultural, ganhando “vida própria” (FURTADO, 2003).

No Brasil, país diverso e multicultural, tem-se ainda a dificuldade de encontrar informações sistematizadas sobre a cultura, que é tratada, em muitos casos, o âmbito da informalidade. Portanto, a sistematização dos seus estudos, conceitos e produções, principalmente, sobre temáticas pouco difundidas, é fundamental para a criação de políticas públicas efetivas de promoção e valorização, que beneficiará inúmeros segmentos da sociedade (BARBALHO *et al.*, 2011). Outra vantagem em mantê-la “oxigenada” no mercado é que os produtos culturais não são destruídos com o seu uso, pois a utilização por um indivíduo não reduz a possibilidade de consumo por outra pessoa.

No Brasil, seja ela de massa ou popular, tem uma grande capacidade de mobilização social e econômica, basta que se percebam as manifestações culturais, como o carnaval ou o São João, em que o sagrado confunde-se com o profano. Neste exemplo, os fatos religiosos, apesar de importantes, concorrem de modo desleal e perde espaço para atrações de massa e de evidência na mídia.

Para a legitimação da cultura é necessário criar um processo de condições necessárias para que as pessoas reinventem seus próprios fins e se tornem, assim, sujeitos da cultura. São possibilidades de conquista do desenvolvimento individual, através do conhecimento adquirido, para posteriormente desenvolver o coletivo (SELDIN; VAZ, 2007). Desta forma, cada indivíduo ergue, a sua volta, pequenos mundos de sentido que lhe permitem uma relativa estabilidade. Desse modo, a cultura fornece aos indivíduos equilíbrios simbólicos, contratos de compatibilidade e constrói uma base favorável ao fortalecimento dos capitais intangíveis na comunidade na qual os mesmo vivem (BOTELHO, 2001).

Cabe, então, pensar a cultura numa dimensão social, que não se constitui apenas no plano do cotidiano do indivíduo, mas sim em âmbito especializado: é uma produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos. Para que essa intenção se realize, ela depende de um conjunto de fatores que propiciem ao indivíduo condições de desenvolvimento individual e territorial (BOTELHO, 2001).

Por isso, é importante que a população tenha participação efetiva, não apenas como receptora, mas também como produtora de fluxos e estoques simbólicos. Por outro lado, é necessário um planejamento da cultura no Brasil, que envolva

Direito de acesso e de fruição dos bens culturais por meio dos serviços públicos de cultura [...], enfatizando o direito à informação, sem a qual não há vida democrática; Direito à criação cultural [...]; Direito a reconhecer-se como sujeito cultural, graças à ampliação do sentido de cultura [...]; Direito à participação nas decisões públicas sobre a cultura, por meio de conselhos e fóruns deliberativos (CHAUÍ, 1995, p. 82-83).

De acordo com a contribuição de Chauí, reenquadrar o processo de condução da cultura no Brasil é um passo básico, que permitirá uma ampliação dos seus conceitos, direitos, deveres e com a viabilidade de desenvolvimento concreto. Assim,

Para que a cultura, tomada nessa dimensão antropológica, seja atingida por uma política, é preciso que, fundamentalmente, haja uma reorganização das estruturas sociais e uma distribuição de recursos econômicos. Ou seja, o processo depende de mudanças radicais, que chegam a interferir nos estilos de vida de cada um, nível em que geralmente as transformações ocorrem de forma bem mais lenta: aqui se fala de hábitos e costumes arraigados, pequenos mundos que envolvem as relações familiares, as relações de vizinhança e a sociabilidade num sentido amplo, a organização dos diversos espaços por onde se circula habitualmente, o trabalho, o uso do tempo livre, etc. (BOTELHO, 2001, p.2).

A partir daí, amplia-se o olhar direcionando-o aos espaços mais variados no tecido urbano de uma cidade, para evitar uma organização sociocultural segregacionista e colaborar com a manutenção das manifestações socioculturais dos bairros. Esse reconhecimento pode colaborar para recuperação da força de trabalho, estímulo do lúdico e geração de renda das áreas evidenciadas (MELO; PERES, 2005).

Esses conceitos, em consonância com o recorte geográfico dessa pesquisa: o bairro do Cabula, trazem à luz a necessidade de equidade na atenção ao patrimônio cultural que existe na cidade. Assim sendo, estaríamos discorrendo sobre uma democracia cultural que ainda não existe na prática, pois nem toda a cultura disponível é reconhecida como tal, sendo tal constatação uma questão mais ampla do que a questão física.

Para Caldeira (2000), para o desenvolvimento sociocultural é vital a compreensão dos significados materiais e imateriais dos fatos históricos com a necessidade de identificação e símbolos que façam os atores sociais convergirem ao bem coletivo a fim de gerar a capacidade no indivíduo de sensibilizar o outro através da cultura, que assume o papel de representante do que há de imaterial no homem criativo, colabora com a condição da existência humana por permitir produzir, circular, amar, construir, sendo assim “reaparecendo

em um plano conceitualmente mais elevado: materialidade dotada de significado, parte da experiência humana.” (SOUZA 1997, p.23).

Nesta perspectiva, Souza (1997) reconhece que a cultura imuniza a sociedade, ela atinge os recursos ligados diretamente ao povo, aos seus ancestrais, permitindo que as histórias sejam contadas e perpetuadas ao longo do tempo. Ela evita que o etnocentrismo<sup>20</sup> seja praticado em âmbito local, pois mostra que o homem presente pode contar as histórias passadas e contribuir para a memória das futuras gerações com a identidade coletiva.

Para tanto, reconhece-se a importância da política cultural para que haja um fortalecimento desses conceitos e uma valorização cultural em si mesma. Assim, entende-se a política cultural como uma gestão democrática dos recursos culturais de todo e qualquer lugar. Ela nada mais é do que “um programa de intervenções realizadas pelo Estado, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas.” (COELHO NETO, 2004, p. 293).

Política pública deixa de ser, então, sinônimo de política governamental do governo e envolve ou deveria envolver o setor privado e a sociedade civil (terceiro setor, universidades e centros de debate), amalgamando as perspectivas de diferentes atores sociais. (REIS, 2007, p. 140).

Hoje, pela ausência de equipamentos que atendam à demanda, bem como de políticas culturais, urbanas e de lazer que beneficiem a todos, as manifestações e expressões culturais são variadas e aleatórias, marcadas por incertezas e contradições, representando cada vez menos a história dos povos e mais as vontades da minoria.

Descaracterizar a matéria-prima cultural de alguns municípios não caminha para o fomento de uma identidade cultural forte que é indispensável para formar recursos culturais, para conservar a pluralidade existente, através da preservação e disseminação das crenças, costumes, práticas sociais e ideologias.

O conceito de cultura é muito amplo e responsável não só pela identidade cultural, mas por inúmeros elementos. A cultura popular é um deles e representa um recorte conceitual importante, pois sinaliza os caminhos, os modos de fazer, de pensar, de conviver e rememorar os acontecimentos pertencentes a uma determinada população.

Sua importância está pautada na necessidade de perceber todos os tipos de cultura. Nesta seção propõe-se uma abordagem da cultura popular, que considere o seu

---

<sup>20</sup> Em cada Cultura existem tipos de comportamento individual ou coletivo que condicionam, explicam e explicitam as atitudes no e do grupo. O Etnocentrismo Cultural ocorre quando os povos assumem a superioridade da sua própria cultura, como se houvesse culturas superiores e outras inferiores (FILIPA, 2009).



desenvolvimento e inter-relação com a população que a produz, numa dimensão social (influências de classe social) e cultural (o tipo de bem cultural disponível).

A cultura popular é um recorte do que amplamente se chama de cultura e está imbuída de questões de ordem social, política e econômica. Destaca-se aqui apenas algumas das variações simbólicas da cultura popular e seus principais conceitos.

Segundo Chatier (1995), a cultura popular é uma categoria da erudita. A princípio, esta informação foge à lógica, porque normalmente ela é considerada, pelo senso comum, como um tipo de cultura oposta a cultura erudita (MUCHEMBLED, 1978 *apud* CHATIER, 1995, p. 2). Ele ainda afirma que a cultura popular foi criada por atores que não são “apreciadores” da cultura popular. Ela foi criada para ser separada e desmerecida por grupos elitizados, a partir do século XVIII, no limiar da atmosfera iluminista. Favoreceria também a centralização dos poderes dos reis e da Igreja.

Na verdade, essas vertentes, erudita e popular, têm significados uma pela existência da outra. Basicamente, o fato de uma determinada cultura ser popular significa dizer que não foi aceita como erudita, pois a última, para ser legítima, precisa satisfazer uma classe social dominante. Ainda de acordo com Chatier (1995), categorizar dessa maneira as culturas disponíveis numa sociedade é fortalecer o etnocentrismo cultural. Ser popular ou erudita não significa ser bom para uns e inadequada para outros.

Nesta reflexão, compreende-se como popular aquilo que tem grande representação sociocultural, capaz de identificação sem a necessidade de ser trabalhada nesses fins. Ela tem uma ligação direta com os elementos da identidade intrínseca a uma determinada população. Nesta pesquisa não se entende cultura popular como sendo uma cultura destinada ou realizada por classes econômicas menos abastadas. Isso reforçaria a segmentação cultural que tem ação predatória frente à cultura local.

Por outro lado, é inegável que dentro da cultura popular existam práticas que representam os setores marginalizados que através da cultura popular promovem um enfretamento das questões sociais. Definitivamente, a proposta é reforçar os níveis de identificação que a cultura popular tem capacidade de promover, quando vista sob a ótica da identificação entre os sujeitos.

O que se vê hoje é que os grupos mencionados e relacionados com a essência da cultura popular são formados por classes populares que sacrificam a maior parte de sua renda com a alimentação, aquelas que gastam menos com roupas, higiene pessoal, cultura e entretenimento e que se entregam às práticas culturais pré-fabricadas em sua intenção pelos

“engenheiros da produção cultural de massa”, ou seja, mercado capitalista (BOURDIEUR, 1979 *apud* SERPA, 2009, p. 162).

O recorte social do referido grupo demonstra a fragilidade e, ao mesmo tempo, o quão desafiadora é a percepção, o entendimento, a conceituação e coexistência dessa forma de relação cultural dentro de uma sociedade tão heterogênea do ponto de vista socioeconômico, em que a força do capital (cultura massa/erudita) sobrepõe a dos interesses de caráter popular.

A interação da cultura popular não se dá apenas com outros tipos de cultura, mas também com o contexto da sociedade brasileira, entretanto, aprofundar-se sobre tais aspectos não se enquadra na necessidade da pesquisa. Os elementos trazidos dão um panorama generalizado do contexto no qual a cultura popular está envolvida.

Nota-se que fatos influenciaram a forma de comportamento cultural no mundo. Os fatos a seguir apresentados retomam acontecimentos anteriores a fim de possibilitar maior compreensão de que a cultura popular está ligada com a economia e a política, ao meio social e à concepção de mundo da população de uma época.

Em meados do século XIX a modernização capitalista estava em alta, já que a modernidade começou a acontecer desde o Renascimento, aperfeiçoando-se com a chegada do Iluminismo, o capitalismo e o progresso tecnocientífico.

[...] o domínio científico da natureza permitia liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder. Somente por meio desse projeto poderiam as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda a humanidade ser reveladas. (HARVEY, 1996, p. 23).

A expansão do capital tornou-se a questão nacional em diversos países, de modo que a sua expansão significava a internacionalização do capital mercadoria, do capital produtivo e por último do capital financeiro. Os meios de comunicação, a exemplo do aperfeiçoamento do telégrafo, e de transporte tinham seus usos ampliados com a construção das estradas de ferro, o advento dos barcos a vapor, daí foi incluído o elemento rapidez e segurança na vida das pessoas, desde a metade do século XIX.

A consequência desse novo cenário foi à diminuição das distâncias entre os países europeus e principalmente entre os continentes. Contribuiu para a troca de mercadorias, aumento da competitividade nos países e o deslocamento de pessoas. Houve ainda o crescimento das cidades em detrimento do campo, porque os indivíduos começaram a mudar seus anseios, mudaram suas formas de se relacionar (Benjamin na obra *Charles Baudelaire*

*um lírico no auge do capitalismo* (1995) explicita as mudanças ocorridas na postura dos indivíduos perante as novas formas de se relacionarem).

Nas cidades brasileiras, durante quatro séculos de colonização, historicamente formadas por contingentes vindos de sociedades rurais, cresceram subordinadas ao campo. Mas, a partir do início e transcorrer do século 20, a produção industrial provoca o aumento da população vinda do campo determinando um incremento considerável na concentração urbana e a socialização das relações de trabalho (CARLOS, 2000, p. 227).

Em concordância, nota-se que os fatos culminaram num elemento nas novas relações sociais – a impessoalidade. Em verdade, a impessoalidade não é uma característica que contribui para o entendimento de nenhuma cultura, seja ela popular ou não. No entanto, nesse caso, essas transformações alteraram a organização social, formas de circulação, modos de produção e geraram um questionamento: “que espaço teria a tradição neste contexto? Essa foi uma das grandes questões colocadas aos intelectuais europeus e aos brasileiros que iniciaram os estudos sobre elementos da cultura popular no final do século XIX.” (CATENACCI, 2001, p.2).

O período vivido pela sociedade hoje é uma superposição de fatos históricos. A acumulação de acontecimentos desde a modernidade culminou no que se pode chamar de pós-modernidade e que influencia na relação das pessoas com a sua cultura. Pós-moderno não é apenas uma outra palavra para a descrição de um estilo particular. É um conceito periódico cuja função é relacionar a emergência de novos caracteres formais na cultura com um novo tipo de emergência da vida social e uma nova ordem econômica (HARVEY, 1996).

Está relacionado com aquilo que é

[...] eufemisticamente chamado de modernização, sociedade pós-industrial ou de consumo, sociedade das mídias ou do espetáculo, ou capitalismo multinacional. [...] Tanto não marxistas quanto marxistas chegaram ao sentimento geral de que, em algum ponto, após a Segunda Guerra Mundial, uma nova sociedade começou a emergir. (JAMESON, 1983 *apud* NÓBREGA, 2008, p. 3).

Diante disso, “o mundo em que a cultura popular sobrevive revigora-se e até amplia-se, porém, parodiando Lyotard, na condição pós-moderna” (NÓBREGA, 2008, p. 5). Desse modo, reconhecer a existência dessa influência aqui é válido para materializar os caminhos desafiadores de uma sociedade tão heterogênea e fragmentada. Reconhecemos a complexidade e o viés relativo dos conceitos aqui apresentados. A cultura popular não inspira conceitos uniformes, ela coexiste com fatos sociais, políticos, econômicos provisórios e mutáveis.

Diante de tal quadro voltamos ao interesse específico de apresentar características conceituais inerentes à cultura popular. Basicamente, ela é o conjunto de criações e manifestações espontâneas, originais e autênticas, nascidas e consumidas pelos próprios sujeitos que as geraram (NÓBREGA, 2008).

Seu caráter popular é o claramente necessário para manter sua autenticidade, pois ela é influenciada por outros tipos de expressões culturais, e não descaracteriza-la é fundamental. Alerta-se, pois

[...] as culturas populares revelam-se, na análise, nem inteiramente dependentes, nem inteiramente autônomas, nem pura imitação, nem pura criação. Por isso, elas confirmam que toda cultura particular é uma reunião de elementos originais e importados, de invenções próprias e de empréstimos. (CUCHE, 1999, p. 149).

Em concordância com Ortiz (1992), percebe-se que a cultura popular tem um viés mais abrangente, que vai além do conceito de classe, e mostra que o popular é considerado como sinônimo de povo, enquanto a perspectiva mais classista tem nos grupos populares os portadores de uma cultura própria, distinta da elite esclarecida.

Dessa forma, o viés popular relaciona-se intrinsecamente com a questão nacional. Essa ligação com o povo a torna uma manifestação, um espaço de resistência e defesa ao que é nacional, ao que é autêntico, principalmente frente àquilo que é importado pela elite do estrangeiro e inserido no contexto nacional, regional, estadual, municipal e local (ORTIZ, 1992).

Com essa responsabilidade, a cultura passa a ser determinante para a formação da identidade local, pois parte da construção macro do Estado-Nação que por muito, no Brasil, simbolizou um caminho para a resistência colonial (ORTIZ, 1992). Vale ressaltar que apesar de considerar a cultura popular como um indispensável elemento da formação da identidade de uma nação ou de uma localidade, ela não é a única, não é hegemônica, não é absoluta.

Com ela coexistem outros tipos de cultura e de formas de se expressar a história de um povo. Entretanto um encontro teórico recorrente da cultura popular é com a cultura erudita, que, para muitos autores, coexistem opostamente. Na verdade, o que ocorre é que a expansão da cultura popular significa reação ou resistência a essa dominação da cultura das elites. Porém, esse teor revolucionário por vezes acontece, pois a expansão da cultura propagada pela classe dominante pode significar uma expansão colonizadora, porque tem o objetivo de impor ou criar um desejo difícil de ser alcançado, como itens de consumo (SILVA, 2010).

Uma das questões presentes nessa relação é a comparação entre essas duas culturas para abordar a questão da qualidade, quando se afirma que a cultura erudita tem qualidade e a

popular não. Como a primeira é geradora de status social, condiciona a segunda a ser o inverso. A questão da qualidade aqui é vista como uma condição de melhor aproveitamento da cultura popular disponível e não um veículo de aculturação ou ainda uma aproximação entre essas culturas.

A qualidade para a cultura erudita baseia-se na forma como ela pode ser moldada para ser apresentada ao mercado. Em contrapartida, a cultura popular precisa respeitar seus limites, não ultrapassando em nome da qualidade, por ter um vínculo direto com valores identitários que precisam ser respeitados para manter o status de cultura. Não significa dizer que a cultura popular não tenha condições de se relacionar com o mercado de consumo cultural, mas a preocupação é com a qualidade em si mesma, não aquela que folcloriza, que agrega elementos exógenos ao processo.

Ainda nesse emaranhado entre popular e erudito, surge à necessidade de diferenciação das classes dominantes, visto que a cultura popular começou a ser discutida após ser “recortada” de um modo geral de fazer cultura. Conforme diz Ortiz (1992, p. 66-7), ela é o elemento simbólico que permitiu aos intelectuais tomar consciência e expressar a situação periférica que seus países vivenciam.

Por isso, ser cultura popular não significa contrariar ou não ter elementos da cultura erudita ou de elite, elas fazem parte de um mesmo contexto histórico. As mesmas não possuem estatutos diferentes que envolvam níveis de importâncias dentro de uma sociedade, são reconhecidas aqui como manifestações e não possuem estatutos diferentes, permitindo aqui que uma categoria se aproprie de criações da outra, promovendo o que consideramos como hibridismos<sup>21</sup> e que viabiliza a heterogeneidade e democracia cultural em âmbito local.

Os atos culturais são impregnados de outras influências determinantes relativas ao espaço e ao tempo como práticas sociais fomentadas por determinações institucionais familiares, econômicas, religiosas, políticas, intelectuais, lúdicas, sujeitas aos processos pós-modernos padronizados de práticas imaginativas e comunicacionais. A concretização de um caráter genuíno da expressão da cultura popular está ligada ao ato e à convivência das pessoas que existem nessa cultura, com a realidade do pertencimento pela aproximação física com referenciais de mesmos objetivos e projetos específicos, de caráter preferencialmente participativo (NÓBREGA, 2008).

A cultura popular não é melhor nem pior que a cultura “erudita” dos teatros, dos museus, das galerias de arte e das casas de espetáculo da cidade. Essa relação de hierarquia

---

<sup>21</sup> O hibridismo cultural traz consigo a ruptura da ideia de pureza. É uma prática multicultural, possibilitada pelo encontro de diferentes culturas (CANCLINI, 2011).

deve ser desconstruída paulatinamente no dia a dia da população cultural urbana. Com hierarquia não há a possibilidade de construção de um diálogo profícuo entre os diferentes agentes e grupos que produzem cultura (SERPA, 2007, p. 143).

Acredita-se que a cultura popular é “aurática<sup>22</sup>” e se manifesta com originalidade em espaços próprios e singulares, obedecendo à máxima de ser consumida espontaneamente no meio e por aqueles que a criam (NÓBREGA, 2008). A inspiração desse trabalho está pautada na busca por uma ideia de cultura que abarque as representações e práticas sociais das classes populares nas cidades contemporâneas, nesse caso de Salvador, a partir do bairro do Cabula, onde possam ser evidenciadas as características e peculiaridades do patrimônio e manifestações culturais populares (SERPA, 2007).

A princípio parece uma tarefa ingrata e complexa, particularmente numa cidade tão diversa, num momento de transformações na paisagem da cidade, porém o crédito aqui está relacionado com a necessidade de novas alternativas de gerenciamento dessa cultura, claramente disponíveis nos bairros.

Esse diálogo deve estar, aliás, na base de processos identitários que subsidiem novas e renovadas relações entre esses agentes e grupos, podendo originar, inclusive, conselho e estruturas de gestão inovadoras para a produção cultural da cidade (SERPA, 2007, p. 143).

É necessário reconhecer a existência desses diversos tipos culturais, este é um primeiro caminho para percebê-la na sua origem e evita que sejam

[...] manifestações esquecidas pela mídia [...] como a capoeira, as rendeiras, a costura artesanal, as festas de pescadores, os grupos de teatro popular, as festas promovidas pelas associações de moradores, os carnavais de bairro, o maculelê, os blocos e danças afro. Na maioria das vezes, é nas associações de moradores, nas paróquias e nos terreiros de candomblé que essas manifestações encontram algum espaço de expressão. Ao mesmo tempo, muitas delas vão desaparecendo, permanecendo vivas apenas na memória de alguns moradores. (SERPA, 2007, p. 143).

“Nos bairros populares da cidade, muitas vezes à margem de qualquer subsídio ou lei de apoio à cultura, manifestações populares “alternativas” vão surgindo ou “teimosamente” persistindo.” (SERPA, 2007, p. 143). A chave é garantir uma maior participação dela no meio social, cultural, econômico, político e cotidiano, e, a partir disso, reconhecê-la como popular, não como à margem da sociedade, tendo em vista o legado e o valor patrimonial muitas vezes importantes para a construção do futuro daquela população a que pertence.

---

<sup>22</sup> Tipo de cultura baseada na experiência e na tradição ligada às questões simbólicas da sociedade (MATTOS, 1997).

## 2.2 O PATRIMÔNIO COMO EXPRESSÃO DA CULTURA

Segundo Funari e Pelegrini (2008), a palavra patrimônio tem sua etimologia no vocábulo latino *patrimonium*, que os romanos empregavam para se referir a tudo que pertencia ao pai, considerado o chefe de família, compreendendo-se o que estava sob seu domínio, tais como: bens móveis e imóveis, filhos, mulher, escravos, animais.

No começo do reconhecimento do que era patrimônio ele era restrito apenas à aristocracia. Na Idade Média (séculos VI-XV), em virtude da influência da Igreja e do Cristianismo, o patrimônio passou a abranger valores religiosos coletivos e simbólicos, que passavam para os indivíduos a necessidade de partilhar a ideia de culto e valor das formas materiais e espirituais do Cristianismo (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

O advento do Renascimento (séculos XV-XVI) passou para o conceito de patrimônio uma nova perspectiva voltada para os valores humanos em oposição ao domínio da religião, embasado na Antiguidade Greco-Romana por meio da leitura e da propagação de obras clássicas, do colecionamento e catalogação de objetos e vestígios antigos, tais como: vasos de cerâmica, moedas, estátuas de mármore e metal, entre outros, que serviram para a fundação, na Europa, do Antiquariado:

Alguns estudiosos enfatizam que o patrimônio moderno deriva, de uma maneira ou de outra, do Antiquariado que, aliás, nunca deixou de existir e continua até hoje, na forma de colecionadores de antiguidades. No entanto, a preocupação com o patrimônio rompe com as próprias bases aristocráticas e privadas do colecionismo, e resulta de uma transformação profunda nas sociedades modernas, com o surgimento dos Estados nacionais. (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 13).

Com a Revolução Francesa (século XVIII) criou-se uma comissão cuja finalidade era a preservação dos monumentos nacionais objetivando a proteção dos bens materiais franceses e da sua cultura. Implementaram-se as primeiras ações políticas para a salvaguarda de procedimentos de conservação e restauração de monumentos que caracterizavam grandeza, poder e memória de feitos passados de uma nação. Entretanto, compreendia-se o patrimônio como um bem material concreto, pois a obra de arte era um exemplar que possuía exclusivamente beleza plástica e cujos valores deveriam passar por um processo de compartilhamento nacional (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 13).

No século XIX, surgiu a ideia de preservação do patrimônio, quando a ideologia do progresso se associava à modernidade. Embora pareça paradoxal este fato, naquele momento a preservação patrimonial permitia que se justificassem os Estados-nações europeus como resultantes de um longo processo histórico, em oposição às colônias, consideradas estas como

territórios de povos sem história, parados no tempo. Por meio de discursos sutis, todavia oponentes, as elites europeias destacaram valores relacionados ao patrimônio.

Já a pós-modernidade caracteriza-se por um período em que se deram significativas transições, bem como transformações sociais que, concomitantemente com o término da sociedade industrial, gerou uma fragmentação e reconfiguração do poder, trazendo como consequência a emergência de novas identidades culturais, políticas, sociais e econômicas (GIDDENS, 1991).

Nesse contexto, o patrimônio sofre com a instabilidade de uma organização sociocultural que contemple um “diálogo” contínuo entre ele e a sociedade civil, tendo em vista os impactos supracitados. Dessa forma, o patrimônio cultural passa a representar um momento histórico remoto a ser preservado, mas também um contexto longínquo da grande maioria das pessoas que residem em bairros mais populares das grandes metrópoles, por exemplo, conforme trazido por Botelho na seção anterior.

O patrimônio não pode ser absorvido pela sociedade civil apenas como um bem distante dela, num sentimento de nostalgia em relação ao passado, que abre espaço para o desenvolvimento de uma indústria da nostalgia que resgata, idealiza, romantiza e até inventa o passado, por meio de processos que abrangem a patrimonialização da cultura (ANICO, 2005). Em contrapartida, essa nostalgia não é inerente ao patrimônio, de modo que ele pode até representar um momento histórico longínquo, com objetivo de ligar a comunidade a que pertence a sua história.

Isto significa dizer que a memória que o patrimônio simboliza deve estar visível de forma a “congelar” a época e o discurso que este expressa (ABADIA, 2010, p. 52). “[...] preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção [...] preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares [...]” (LE MOS, 2001, p. 19). O patrimônio é essencial para que se transmitam as memórias coletivas, pois é por meio dele que se efetiva a transmissão da história, “a estabilização do tempo passado e, conseqüentemente, a aquisição da perenidade.” (ABADIA, 2010, p. 23).

Na medida em que esse patrimônio vai sendo marginalizados do meio físico da sociedade vão também sendo esquecidos pelas gerações que têm direito a compartilhar dessa existência. Se aquele bem cultural é tão importante a ponto de se tornar um patrimônio, não deve ser esquecido, deve gerar memória (TORINO, 2013, p.3).

Portanto, “a memória coletiva seria, assim, uma memória partilhada por um grupo, um povo, uma nação, constituindo e modelando a identidade, a particularidade, a inscrição na história do grupo relacionado.” (TORINO, 2013, p.3). O enfoque sobre a memória é



energizado subliminarmente pelo desejo de ancorar-se em um mundo caracterizado por uma crescente instabilidade do tempo e pelo fracionamento do espaço vivido. O patrimônio tem como responsabilidade abrigar o passado no futuro (HUYSSSEN, 2000, p. 20).

A partir dessa consciência de que no presente existe um passado que não foi esquecido, pode-se utilizar esse recurso no presente de modo utilitário e de várias maneiras. A primeira delas é a sensibilização da população para o entendimento de que o passado é a origem das atitudes e ideologias, “aprendemos a caminhar, pensar, amar, imaginar, criar, fazer atos-motores ou ideativos simples e complexos, etc.; e nossa vida depende de que nos lembremos de tudo isso” (IZQUIERDO, 1989, p. 90), pois “[...] é toda a nossa cultura linear e acumulativa que desmorona se não pudermos armazenar o passado à luz do dia.” (ABADIA, 2010, p. 8).

No século XX, com o processo acelerado da urbanização, deu-se uma nova perspectiva aos bens patrimoniais, cujo viés se voltava para a cultura e a história, possibilitando a compreensão das dinâmicas sociais de forma heterogênea. Dessa forma, apresentaram-se tempos e modos de viver diferenciados; além da valorização das linguagens, ritos, crenças, comportamentos coletivos, considerados relevantes para as referências culturais dos grupos humanos (LOSEKANN, 2009).

Com isso, no século XX, foram promovidos diversos eventos que visavam à proteção dos bens históricos e culturais em nível internacional:

A internacionalização da preocupação com os bens patrimoniais e o reconhecimento de que a salvaguarda destes era um assunto que extrapolava as fronteiras nacionais acarretou a criação da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual, dentro da Sociedade das Nações. (LOSEKANN, 2009, p. 3).

O propósito dessa Comissão era potencializar as relações culturais entre os países. Para atingir esse objetivo, em 1931 foi fundada a Conferência Internacional de Atenas, que resultou na criação da Carta de Atenas. Este foi o primeiro documento internacional cujo objetivo era proteger os bens históricos e artísticos (IPHAN, 2013), que tornou possível perceber a preocupação com a organização das unidades dentro de uma cidade, de modo a perceber, desde o ano de 1933, um problema pertinente até hoje e que conversa também com esta dissertação ao apresentar que

Raramente a unidade administrativa coincide com a unidade, ou seja, com a região. O recorte territorial administrativo das cidades pode ter sido arbitrário desde o início ou pode ter vindo a sê-lo posteriormente, quando, em decorrência de seu crescimento, a aglomeração principal uniu-se a outras comunidades e depois as englobou. Esse recorte artificial se opõe a uma boa gestão do novo conjunto. De fato, certas comunidades suburbanas puderam

adquirir inopinadamente um valor imprevisível, positivo ou negativo, seja tornando-se sede de residências luxuosas, seja acolhendo centros industriais dinâmicos, seja reunindo miseráveis populações operárias. (IPHAN, 2013).

Segundo essa mesma fonte, no fim dos anos 1950 a legislação destinada a proteger o patrimônio, a partir da necessidade de uma melhor compreensão das diversidades ambientais, culturais e comunitárias, incluiu o meio ambiente, os grupos sociais e locais. Em 1972 a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)<sup>23</sup> realizou, em Paris, no período de 17 de outubro a 21 de novembro, a primeira convenção alusiva ao patrimônio mundial, cultural e natural, ao considerar que os sítios professados como patrimônio: monumentos, sítios históricos e naturais, formações geológicas, construções, entre outros, pertencem a todos os povos do mundo.

Atualmente, a Convenção do Patrimônio Mundial conta com a participação de 188 países e uma gama de cerca 936 propriedades consideradas como Patrimônio Mundial, ou seja, como patrimônio de valor universal excepcional. Esta Convenção foi criada em 1972 pela UNESCO para incentivar a preservação de bens culturais e naturais significativos para a humanidade. Trata-se de um esforço internacional e cabe aos países signatários dessa Convenção indicarem bens culturais e naturais a serem inscritos na Lista do Patrimônio Mundial. As informações sobre cada candidatura são avaliadas por comissões técnicas, sendo a aprovação final feita anualmente pelo Comitê do Patrimônio Mundial, integrado por representantes de 21 países (IPHAN, 2014).

O Brasil assinou a Convenção em 1977 e é também é um dos países que aderiram à Convenção do Patrimônio Mundial, tendo como principal órgão federal de proteção ao patrimônio o IPHAN, que se dedica a fiscalizar, proteger, identificar, restaurar, conservar e revitalizar monumentos, sítios e bens móveis do país por meio do planejamento de programas e projetos que envolvem a sociedade e a instituição e de busca por financiamento e parcerias para auxiliar na concretização das ações elaboradas.

No momento atual, e de modo mais abrangente, compreende-se que o patrimônio é formado pelo:

Patrimônio Natural: reservas da biosfera, reservas naturais, parques nacionais e monumentos naturais;

---

<sup>23</sup> A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foi criada em 16 de novembro de 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros – hoje são 193 países – na busca de soluções para os problemas que desafiam as sociedades. É a agência das Nações Unidas que atua nas seguintes áreas de mandato: Educação, Ciências Naturais, Ciências Humanas e Sociais, Cultura e Comunicação e Informação (UNESCO, 2011).

Patrimônio Cultural Material: monumentos, sítios arqueológicos, sítios históricos, conjuntos arquitetônicos, zonas típicas, paisagens, documentos, objetos, obras de arte, artefatos históricos, fotografias etc.;

Patrimônio Cultural Imaterial: linguagem, formas de vida, tradições, mitos, costumes, rituais, músicas, dança, tradição oral [...] (BRASIL, 1988).

No viés conceitual, Mazzucchi Ferreira (2006) afirma que o vocábulo patrimônio é um léxico contemporâneo que abrange uma gama de expressões cuja característica principal é a multiplicidade de sentidos e definições que a elas podem ser atribuídos. Essa é uma palavra plural que, em sua essência, reúne uma série de contradições e complexidade quanto à sua definição e que ganha, cada vez, mais espaço no cotidiano.

Dada acepção ao termo patrimônio – tanto de bens materiais como dos traços imateriais que definem a identidade, história e memória de um grupo sociocultural e que, concomitantemente, integram sua cultura –, entende-se quão importante é, para a vida social da contemporaneidade, classificar, proteger e conservar os bens culturais (CARNEIRO, 2004).

Ainda de acordo com Mazzucchi Ferreira (2006), o termo patrimônio evoca o sentido de permanência do passado. Ademais, esse vocábulo denota a necessidade de se proteger algo significativo no campo das identidades do desaparecimento. E é nessa necessidade que está posta a relevância dessa pesquisa, que concorda com Mazzucchi Ferreira (2006) ao mesmo tempo em que se complementa que o patrimônio cultural tem chances ainda maiores de manter-se vivo na memória da sociedade na medida em que participa de processos interativos dentro de uma comunidade ou bairro. "A história do patrimônio é a história da construção do sentido de identidade e, mais particularmente, dos imaginários de autenticidade que inspiram as políticas patrimoniais." (POULOT, 1997, p.36).

O passado possui uma função importante para justificar a sociedade do presente e, depois, quando se reconstrói o imaginário do passado de acordo com os valores e ideologias do presente, segundo as formas vigentes que o interpretam e expressam. Como a percepção do passado pode mudar de acordo com as ideologias do presente, naturalmente os entendimentos dos usos do patrimônio e das suas funções possam, também, ser diferentes ao longo do tempo (ABADIA, 2010). Compreendê-lo de forma diferente faz parte do processo evolutivo da sociedade, não absorvê-lo ou mantê-lo marginalizado é o cuidado que se deve ter para que não acabe no ostracismo.

É essencial enfatizar que o patrimônio consiste em uma construção cultural, logo “um jogo de escolhas e um espaço de conflitos” Mazzucchi Ferreira (2006, p. 45) destaca que o patrimônio, mais do que herdado, é reivindicado. Ao se falar em escolhas, faz-se referência ao

estilo eletivo do que representará uma sociedade, um grupo ou a humanidade, esta considerada em um sentido mais amplo.

Se não houver memória será impossível conceituar patrimônio. Sendo um elemento efetivo do que se costuma denominar identidade, quer individual quer coletiva, a busca da memória é uma das atividades basilares dos indivíduos e das sociedades atuais. Não é verdade que o sentimento de identidade, isto é, “de situação num tempo e num lugar específicos segundo o desempenho de um papel específico”, que é aquele que cada indivíduo atribui a si mesmo, depende da aceitação do imaginário coletivo instituído no âmbito social (CARNEIRO, 2004, p. 56).

Acredita-se na valorização dessa especificidade que se associa à recuperação das possibilidades e gera oportunidades de um futuro mais atrativo, através da geração do conhecimento, junto a uma reinterpretação do passado, com a conscientização do homem do seu atual poder de interferir na sociedade. O patrimônio pode ser compreendido de diferentes formas e sentidos, correspondentes a diferentes percepções e posicionamentos por parte de agentes de grupos que compõem a sociedade. Assim também diversas perspectivas de estudo, como a histórica ou a etnográfica, vêm contribuindo para o desenvolvimento de ações em prol do patrimônio (PRADO, 2011, p. 127).

O estatuto que o patrimônio adquiriu nas sociedades contemporâneas é contraditório, pois, ao mesmo tempo em que é um símbolo de um passado que deve ser reverenciado, não são todas as camadas da população que o identificam como tal, sendo muitas vezes necessária a implementação de políticas de educação patrimonial por parte dos governantes. (DELGADO, 1999, p. 8).

E questiona-se, então, como o patrimônio de matriz africana, representativo e decisivo na construção histórica do Brasil, pode ser incorporado no traço cultural da sociedade. Como Salvador pode ir além da “terra da felicidade”? Para que um bem seja considerado como patrimônio histórico é necessária a existência de um nexos vinculante com a identidade, a ação e a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

### 2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS: UM PANORAMA SOBRE SUA IMPORTÂNCIA PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E PROMOÇÃO DA CULTURA POPULAR

O histórico da criação de políticas de patrimonialização de bens culturais como um campo especializado das políticas públicas brasileiras é parte de um movimento mais amplo de constituição da própria identidade cultural brasileira; da constituição de suas

especificidades a sua relação com os movimentos culturais “estrangeiros”; e da conquista do espaço institucional de gestão em meio às disputas políticas e o intrincado mundo da burocracia estatal (PRUDENTE, 2009).

É também o histórico do esforço nacional que se contrapõe à hegemonia das concepções elitistas do patrimônio cultural, centradas na “pedra” e no “cal”, com o desenvolvimento de políticas de patrimônio que “registrem” as várias expressões da cultura e do meio ambiente brasileiros (PRUDENTE, 2009).

Pode-se conceituar política pública como um conjunto de ações que o Estado executa com o objetivo de beneficiar as necessidades da sociedade. Em tese, a política pública se constitui em uma gama de ações e regras que o Governo elabora e executa visando ao benefício da coletividade. Essas políticas podem acontecer de forma harmônica, ao se articular o exercício da intersetorialidade da administração pública, quando diversas secretarias agem, de forma integrada, para o bem da coletividade (DIAS, 2003).

Ao se declarar uma política como pública tem-se como referência o seu caráter imperativo e não a dimensão do conjunto social a ser alcançado. A política pública, como instrumento de estratégias governamentais, tanto pode ser formal ou informal. Na primeira hipótese, ela é declarada, documentada. Na segunda, ela é identificada por meio das tendências e quando o Estado entender que essas atividades podem se constituir num vetor a interferir na atividade econômica, sociocultural, ambiental das comunidades locais e consequentemente no controle e desenvolvimento social (ALMEIDA, 2006).

Elas se materializam como um conjunto de programas e medidas governamentais por meio dos quais se traçam diretrizes e metas que devem ser fomentadas pelo Estado, com o objetivo de fazer cumprir direitos fundamentais previstos pelo disposto na Constituição Federal (FREY, 2000). Denominam-se políticas públicas "programas de ação governamental visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados." (BUCCI, 2002, p. 241). Vale à pena ressaltar que as políticas públicas se voltam para intervenções no âmbito social e possuem aplicabilidade irrestrita, pois se embasam nos direitos fundamentais da sociedade em que estão inseridas.

Essas políticas podem ainda ser consideradas de acordo com diferentes classificações. Elas podem ser classificadas em distributivas, redistributivas, regulatórias ou estruturadoras (FREY, 2000). As políticas distributivas caracterizam-se por apresentar um grau baixo de conflito, uma vez que as políticas de caráter distributivo só parecem ter vantagens e não acarretam ônus – pelo menos diretamente percebíveis – para outros grupos. Geralmente, elas

beneficiam um grande número de destinatários, embora em escala relativamente pequena; na distribuição de serviços e benefícios, incluem-se opositores potenciais.

Políticas redistributivas, ao contrário, são voltadas para o conflito. Seu objetivo é o deslocamento consciente de recursos financeiros, direitos ou outros valores entre camadas sociais e grupos da sociedade. O processo político que visa uma redistribuição costuma ser polarizado e repleto de conflitos (FREY, 2000).

As políticas regulatórias trabalham com proibições, ordens, decretos e portarias. Os efeitos relacionados aos custos e benefícios não podem ser de antemão determinados, pois dependem da configuração das políticas. Podem ser distribuídos igual e equilibradamente, entre os diversos grupos e setores da sociedade, custos e benefícios, assim como essas políticas também podem atender a diversos interesses, particulares e restritos.

Todas essas são políticas estruturadoras, também denominadas de constitutivas, e definem as regras do jogo, isto é, as condições gerais que fundamentam as políticas distributivas, redistributivas e regulatórias.

No caso de uma política voltada para a cultura ela pode estar dentro das diversas classificações apresentadas, depende de para quem ela se aplica. Essa indefinição também tem a ver com o fato de a cultura estar relacionada com a diversidade, com a fruição de minorias, de excluídos da sociedade ou ainda de cidadãos que buscam direitos identitários (ciganos, *gays*, negros [...]). Então, as políticas culturais oscilam de acordo com as necessidades de ordenamento. Elas devem implicar num desenvolvimento planejado a curto, médio e longo prazos frente à quantidade de variantes daquela atividade proposta (RIBEIRO; SOUTO; GOMES, 2009).

A dinâmica entre cultura e política pública deve ser definida para conhecer bem o papel da política naquela realidade cultural. Seus efeitos na sociedade são definitivos no dia a dia de bens culturais disponíveis. Isto porque são responsáveis por elevar alguns artefatos à categoria de patrimônio, atuando no nível do imaginário e destacando os elementos constitutivos referenciais no desenvolvimento da sociedade (MEIRA, 2001). A cultura, por mais bem definida que seja, trata de elementos do imaginário popular, do passado e traz consigo esses altos níveis de subjetividade. Neste contexto, reforça-se a necessidade de que

As políticas públicas também são perceptíveis e ou codificadas por meio de um conjunto de leis, decretos e outros documentos que regulam a ação do Estado. Embora as políticas e as ações estatais nem sempre estejam completamente previstas ou regulamentadas em lei, esta é sempre o limite máximo, a instância que prevê os parâmetros gerais dentro dos quais deve se dar a decisão ou a tomada de decisão. (SANT'ANNA, 1995, p. 37).

Em escala mundial, os movimentos de preservação e valorização dos monumentos, em termos internacionais, já aconteciam desde meados do século XIX, mormente nas nações europeias e nos Estados Unidos. Após a Segunda Guerra Mundial, as políticas culturais e de preservação dos bens culturais ganharam novos rumos, como já abordado acima (GOLDANI, 2006).

Em 1948 a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que incluía a defesa dos direitos de liberdade pessoal, a igualdade, o direito à vida, defendendo também os direitos denominados de “novos”, como: direito da nacionalidade, de asilo e de casamento; nos direitos sociais encontram-se os direitos ao repouso, à associação sindical, lazer, saúde, educação, à vida cultural, entre outros (GOLDANI, 2006).

A Carta de Veneza, publicada em 1964, foi importante para a preservação dos bens culturais. Ela reconhece que as obras, as quais, ao longo do tempo, ganham valor cultural e servem de identidade para um grupo, são monumentos históricos. No Brasil constata-se que partiu do poder federal a democratização das políticas culturais, porém, na prática, são os órgãos municipais que mais se destacam nesse tipo de propostas (GOLDANI, 2006).

Em termos de Brasil, o foco que se evidenciava era o patrimônio arquitetônico que valorizava, mormente, o que se originava da ação do colonizador português. Conseqüentemente privilegiava-se o período histórico colonial e o estilo barroco. Havia, também, uma significativa preferência pelos monumentos religiosos e pelas construções que marcavam a presença do Estado português.

Por muito tempo, a atenção e as energias do principal órgão de preservação do país, que moldou a constituição dos órgãos estaduais, estiveram estritamente voltadas à proteção do legado material da colonização portuguesa e do período imperial. Esse foco concentrou a ação do IPHAN no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e nos estados em que estão presentes os maiores legados da cultura do açúcar, destacadamente, Bahia e Pernambuco. (PORTA, 2012, p. 11).

Numa evolução desse cenário, como marco importante das políticas culturais brasileiras relacionadas à preservação, valorização e divulgação dos bens culturais brasileiros está à criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, no governo do presidente Getúlio Vargas. Em 1936, já existia uma proposta de projeto de lei do escritor Mario de Andrade que atribuía determinadas características ao Patrimônio Artístico e Nacional. Em 1937 esse projeto se tornou lei, mas não teve a abrangência que Mario de Andrade propôs (GOLDANI, 2006).

O serviço do patrimônio Artístico Nacional teve como objetivo determinar, organizar, conservar, defender e propagar o patrimônio artístico nacional, competindo-lhe determinar e organizar o tombamento geral do patrimônio artístico nacional. Outras competências eram sugerir medidas para conservação, defesa e enriquecimento do patrimônio artístico nacional; determinar o serviço de conservação e de restauração das obras pertencentes ao patrimônio artístico nacional; sugerir a quem de direito, bem como determinar dentro de sua alçada, a aquisição de obras para enriquecimento do patrimônio artístico nacional; e fazer publicidade necessária e controlada para a propagação do conhecimento cultural (IPHAN, 2013).

Esses fatos ajudaram a regulamentar a proteção ao “patrimônio histórico e artístico nacional”, que, em sua forma definitiva, adotou como princípio basilar o instituto do tombamento. Desta forma, consagrou-se a ênfase na proteção aos bens materiais, sobretudo os arquitetônicos. A política de patrimônio cultural que se instaura fundamenta-se no Decreto-Lei 25/1937, com o instituto do tombamento (BOTELHO, 2006).

A partir do Golpe Militar de 1964 promulgam-se vários instrumentos disciplinadores e organizadores da produção e distribuição dos bens culturais no Brasil. Assim, são criados, dentre outros, o Conselho Federal de Cultura (FUNARTE) e o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). Depois de 1964 o movimento cultural brasileiro apresentou dois momentos caracterizadores, "que não são na verdade contraditórios; por um lado ele é um período da história onde mais são produzidos e difundidos os bens culturais, por outro ele se define por uma repressão ideológica e política intensa". (MEIRA, 2001, p. 6).

A partir dos anos de 1970 houve grandes transformações na proteção ao patrimônio histórico e artístico brasileiro, conforme a já citada criação da convenção do Patrimônio Mundial. Após a Segunda Guerra Mundial surgiu a necessidade de inventariação dos bens patrimoniais objetivando a preservação da arte e cultura para que não fossem esquecidas, principalmente em sociedades ocidentais (BLACH, 2012).

O fenômeno de expansão da globalização e também do capitalismo foi decisivo na mudança e transformação da cultura nas sociedades e modificam os vínculos existentes entre diferentes gerações (BLACH, 2012). O IPHAN apresentou mudanças na sua orientação, transcendendo os limites da atuação anterior. Dessa forma, a política federal de proteção ao patrimônio começou a dar ênfase à cultura como um todo e não apenas nos seus aspectos históricos e artísticos.

Na década de 1970 as discussões a respeito da ampliação da proteção do patrimônio histórico e artístico do Brasil objetivavam abranger os múltiplos legados culturais e históricos da trajetória brasileira. Em outras palavras, era necessária a inclusão de legados da cultura



indígena, da afro-brasileira e da popular de uma sociedade que resultou de um ininterrupto processo de contato entre diferentes culturas (PORTA, 2012).

Em 1977, com a Lei nº 6.513, foram criadas áreas e locais de interesse turístico, considerados de valor cultural e natural e definidos como: reservas e estações ecológicas, bens de valor histórico, artístico, arqueológico ou pré-histórico, manifestações culturais ou etnológicas e os locais onde ocorrem, entre outras (PORTA, 2012). O que se almeja ao reconhecer valor utilitário nessas ações práticas é uma pluralidade cultural viável. Na prática, trata-se de

Pluralidade Cultural, não é a divisão ou o esquadramento da sociedade em grupos culturais fechados, mas o enriquecimento propiciado a cada um e a todos pela pluralidade de formas de vida, pelo convívio e pelas opções pessoais, assim como o compromisso ético de contribuir com as transformações necessárias à construção de uma sociedade mais justa. Reconhecer e valorizar a diversidade cultural é atuar sobre um dos mecanismos de discriminação e exclusão, entraves à plenitude da cidadania para todos e, portanto, para a própria nação. (BRASIL, 1997).

Os debates ocorridos nas décadas de 1970 e 1980, que buscavam uma autoridade cultural que provocasse no governo a necessidade de criar uma identidade e memória nacionais, constituíram a base da legitimação das políticas oficiais do patrimônio cultural no Brasil. A identidade brasileira seria “o efeito [...] das narrativas por meio das quais os intelectuais nacionalistas e outras categorias sociais concebem(ram) a cultura brasileira como um objeto permanente de desejo e de busca.” (GONÇALVES, 2002, p. 39). Do que se pode inferir que a identidade brasileira criada assim teve propósitos, funções e objetivos estritamente políticos, partidários e individualistas.

Em seguida, ampliou-se o conjunto de bens que o instituto do tombamento protegia, assim como a procura de mecanismos de salvaguarda do patrimônio “imaterial” ou “intangível”. Como exemplo, pode-se citar o tombamento pelo IPHAN, em 1984, do terreiro “Casa Branca”, também denominado de Ilê Axé Iyá Nassô Oká, em Salvador (BOTELHO, 2006). Ou seja, a mudança de percepção de quem administra os bens culturais públicos interferem na dinâmica local dessa cultura disponível nas cidades em todas as suas áreas. Sendo essa uma das maiores preocupações no meio cultural, tendo em vista que o não reconhecimento dela numa política pública inclusiva pode ajudar a mudar a identidade coletiva de um local.

Françoise Choay (2006) nessa análise acrescenta, a esse momento histórico, uma consequência com essas mudanças, uma *inflação patrimonial*. Ela consiste numa intensificação da patrimonialização orientada por valores econômicos. Esses estão ligados ao

desenvolvimento de uma indústria de bens culturais, convertidos em moeda corrente visando ao turismo de massa e ao estabelecimento das cidades-atração.

Isto significa dizer que existe na sociedade um reconhecimento do patrimônio visando necessidades de mercado para produção de produtos culturais de consumo, em detrimento de reconhecê-lo como bem legítimo capaz de gerar desenvolvimento territorial (item explicado na próxima seção). Um exemplo deste quadro foi a política cultural dita para atender os anseios do patrimônio cultural no Nordeste brasileiro, mas que deixou sinais de negativos, pois foi o

[...] primeiro indício da transformação proporcionado pela onda de intervenções executadas em áreas centrais e sítios históricos de várias cidades do Nordeste, na esteira do projeto de “recuperação” do Pelourinho, em Salvador. Essas intervenções – que produziram espaços muito semelhantes destinados ao turismo e ao lazer – alcançaram estrondoso sucesso de público e colocaram, rapidamente, as cidades onde foram executadas em evidência no cenário nacional. (SANT’ANNA, 2004. p. 44).

Outra problemática é que, de início, o campo do patrimônio cultural brasileiro foi formado no âmbito de uma política reproduzida do velho mundo ocidental. No entanto, mesmo com um começo baseado em narrativas “ancoradas nos discursos europeus de civilização” (GONÇALVES, 2002, p. 46), o campo do patrimônio deu alguns passos em direção a uma forma mais ‘miscigenada’ e diversificada de gerir os bens culturais.

Ainda hoje não alcançou a total democratização cultural, o fato de leis, decretos, portarias e resoluções serem sancionados não indica que toda a população esteja consciente das ações concretas decorrentes das legislações governamentais. Tratar do patrimônio cultural é sempre esbarrar em questões permeadas pelo poder. Um bem é tido como patrimônio cultural porque alguém lhe concedeu tal título e, mesmo que inocuamente, dirimiu vários outros. De forma que “o que sobrevive enquanto memória coletiva de tempos passados não é o conjunto dos monumentos e documentos que existiram, mas o efeito de uma escolha realizada pelos historiadores e pelas forças que atuaram em cada época histórica.” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 44).

Nos já citados anos 1980 surgiram ainda políticas patrimoniais, legislações, resoluções e portarias que marcaram a época por conceituações e definições de impacto ambiental, e sobre determinações a respeito da necessidade de autorização do SPHAN para concessões de intervenções em bens de pedra e cal e seus entornos tombados pelo órgão. Diminuiu a proteção dada de forma avulsa para os monumentos e surgiram proteções para as áreas coletivas, como a restauração de espaços públicos e mercados (PRUDENTE, 2009).

Legalmente, a Constituição Federal de 1988, além de modernizar o conceito de patrimônio, constitui-se em um marco para a atualização da política de preservação do patrimônio no País. O texto constitucional alargou as responsabilidades para a sua preservação e os instrumentos que a efetivam. No que concerne ao conceito de patrimônio, a Carta Magna retomou o que fora proposto por Mario de Andrade.

Esses avanços foram postergados nos anos de 1990 e apenas na década de 2000 lançaram-se as primeiras bases de uma política de patrimônio nova. Esses marcos são: o Decreto nº 3551, de 2000, que criou o registro de bens culturais imateriais; o lançamento, em 2004, do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, que institucionalizou e disponibilizou recursos destinados à salvaguarda, apoio e fomento do patrimônio imaterial (PORTA, 2012).

Em 2002, os primeiros tombamentos de áreas remanescentes de quilombos; em 2007, o início do programa Legados da Imigração, que tombou vários bens relacionados à imigração alemã, italiana, ucraniana e polonesa em Santa Catarina; em 2008, o tombamento da Casa de Chico Mendes; em 2009, a Portaria que instituiu a chancela de Paisagem Cultural; em 2010, o primeiro tombamento relacionado à cultura indígena, e, finalmente, em 2010, os primeiros tombamentos referentes ao patrimônio naval (PORTA, 2012).

Classificaram essas novas etapas do patrimônio cultural brasileiro como a terceira geração. Além da reafirmação dos direitos individuais e sociais, acrescentou-se a esses os direitos de solidariedade, que são: direito à paz, direito ao meio ambiente, ao desenvolvimento, e o direito ao patrimônio comum da humanidade (GOLDANI, 2006).

Na perspectiva liberal, a produção de leis para preservação patrimonial é um compromisso liberal, enquanto ao Estado compete, como exercício da cidadania, assegurar o direito e o seu acesso (FONSECA, 1997). Nesse contexto, é necessário que se analisem as práticas políticas que os diversos órgãos competentes desenvolvem. São esses fatores que causam a necessidade de se refletir quanto às ações e sua efetivação no contexto sociocultural brasileiro (GOLDANI, 2006).

Ao patrimônio atribui-se uma memória do passado impregnada de significados que a tradição e a cultura coletiva local contêm. Ele, num conjunto de ações concretas pode, num manejo participativo, agregar valores simbólicos e tangíveis ao cotidiano de atores locais que convivem direta ou indiretamente com eles. O resultado está na preservação patrimonial enquadrada numa postura natural daquela sociedade. O que demandaria um menor esforço das políticas de preservação, que caminhariam apenas para ações determinadas.

A base desses resultados seria a identificação entre o bem preservado e a comunidade. À política cultural caberia também regular e facilitar o consumo desses bens, com fomento a

atividades criativas e a diminuição de barreiras à inovação cultural dentro do território. As dimensões da vida social teriam como objetivo central uma política cultural originando a liberação das forças criativas da sociedade, ao abrir espaço para que ela floresça. Trata-se, em síntese, de defender a liberdade de reconhecer, criar e recriar através de processos mais participativos (FURTADO, 2008, p. 41).

#### 2.4 O PATRIMÔNIO COMO ELEMENTO DE EXPRESSÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL DE UMA SOCIEDADE

É o vínculo entre o indivíduo e a cultura disponível em âmbito local que comungam em conjunto ou individualizado para dar compreensão ao processo identitário de uma sociedade. “As identidades individuais e sociais são importantes para a construção de relações de vínculos que justifiquem a construção de grupos que permitam sentimentos de interação e reconhecimento social.” (CÔRA, 2013, p. 2).

A identidade cultural é subjetiva e complexa, por envolver, antes, fatores ligados a inúmeras abordagens, como identidade pessoal, raça, etnia, gênero, modernidade, pós-modernidade e tantos outros temas. Apesar disso, para seu fortalecimento é necessário compreendê-la de forma simplificada, mas não no caráter simplista ou menor que possa parecer. O caminho é observar a identidade de onde ocorre de forma espontânea, sem ter que construí-la para alcançar um objetivo, mas sim poder alcançar um objetivo, a partir de um olhar de reconhecimento daquilo que se manifesta.

A construção de uma identidade local pode se dar de forma espontânea, ao longo do tempo, ou de forma induzida, num curto período temporal [...], a primeira tende a ser a partir das raízes culturais e sociais comunitárias, ou seja, de baixo para cima, já a forma induzida é de cima para baixo, por vontade do poder estabelecido. Na maioria das vezes esta forma tende a ferir os valores de cultura popular (OLIVEIRA; SILVA; PINTO, 2005).

Tais características comprovam o caráter sociológico do tema identidade e, apesar dessa importância, por muito tempo o tema identidade existiu como assunto secundário, “permanecendo unicamente um objeto de meditação filosófica.” (BAUMAN, 2005, p. 23).

As ciências sociais e da comunicação, a partir dos seus pensamentos contemporâneos, contribuíram para trazê-la como assunto importante e observada a partir de diferentes prismas. Alguns autores utilizam perspectiva de identidade pessoal, como Giddens (2002); Woodward (2000); Turkle (1997), ou, ainda, a identidade coletiva, com Hall e outros (2005). Enquanto a primeira contribuiu para um nível psíquico das identidades, um reflexo da modernidade que

se estende ao núcleo do eu, a segunda aproveita-se, então, positivamente, dessa identidade pessoal

ao promover a integração social o patrimônio apropria-se do sujeito local enquanto detentor de uma identidade capaz de interligar-se a outros sujeitos formando uma rede social composta de uma identidade coletiva. Neste aspecto, o elo fundamental entre a identidade e o patrimônio cultural é a representatividade social proporcionada por este no sujeito ao sentir-se possuidor de uma memória e de um passado representado materialmente por um elemento histórico. Surge então o sentimento de pertença e a afetividade entre os dois elementos que legitima, por consequência, a manutenção e preservação do patrimônio. (LEÃO, 2009, p. 39).

Somado a isso, a relevância de dialogar com o conceito de identidade aqui é o reconhecimento de que a sua construção e/ou afirmação contribui para um ordenamento e valorização patrimonial no espaço, num recorte ligado às possibilidades de produções socioculturais participativas no espaço urbano.

Na medida em que os atores sociais dominam a sua identidade pessoal, as chances de distorções perceptivas sobre seu entorno são menores e o entendimento da sua cultura e patrimônio é mais concreto.

Quando as primeiras ferramentas foram cunhadas à base de pedra e madeira, o homem passou a atribuir valor simbólico a entes antes pertencentes apenas ao meio como mero componente disperso. Esta passagem do inanimado para o subjetivo e posteriormente o conhecimento cultural é a base para a proliferação das representações simbólicas. (ARAÚJO; REIS, 2012, p. 94).

Construir, com fatos cotidianos, essas representações simbólicas, numa escala individual, anterior à formação da identidade, é a base para o pensar e o ser social das identidades ditas como válidas nesta pesquisa, aquelas não induzidas, mas sim construídas de baixo para cima.

Os caminhos até chegar a esse nível de identificação, e por consequência de identidade, fazem necessário entender que em âmbito local os indivíduos convivem com diversos símbolos, que eles não são aleatórios, que muitas vezes compõem um fato histórico e o conecta ao que você é.

O que chamamos de símbolo é um termo, um nome, uma história ou mesmo uma imagem que nos pode ser familiar na vida diária, embora possua conotações especiais, além do seu significado evidente e convencional. É anterior ao patrimônio e a identidade, porém serve de base para os mesmos, já que pode implicar em alguma coisa vaga, desconhecida ou oculta para nós, mas que pode ser aprofundada e entendida na medida em que nos conecta com algum elemento da nossa identidade pessoal [...] assim, uma palavra ou uma imagem é

simbólica quando implica alguma coisa além do seu significado manifesto e imediato (JUNG, 2002).

Essa ligação, que ocorre inicialmente entre os indivíduos e os diversos símbolos existentes na sociedade onde vivem é o que introduz as pessoas no universo do valor cultural, para, em seguida, começarem a valorizá-lo como patrimônio e, assim, identificá-lo como parte integrante do local onde se vive da sua identidade cultural. Algo só pode funcionar simbolicamente se carregar esse poder de representar, substituir ou complementar outra coisa diferente dele. Ora, o símbolo não é simplesmente um objeto ou uma informação. Ele é o fato histórico que resistiu ao lugar onde outrora foi presente. Portanto, ele representa esse objeto de certo modo e numa certa capacidade (SANTAELLA, 2003, p. 12).

Com a colaboração da filósofa Marilena Chauí, complementa-se esse raciocínio no entendimento de que um patrimônio, capaz de promover o sentimento de identidade, deve ser trazido à frente ou empunhado para indicar algo cujo valor não é medido por sua materialidade, e sim por sua força simbólica. A propósito, se uma simples pedra for o local onde um Deus apareceu, ou um simples tecido de lã, for o abrigo usado por ele possui um valor incalculável, não como pedra ou como um tecido, mas como lugar sagrado ou relíquia heroica. Eles são fecundos porque deles não cessam de brotar efeitos de significação (CHAUÍ, 2005).

Daí a função principal da identidade, a de legitimar um grupo, logo esse processo dinâmico aceita que cultura seja pensada no plural como “culturas”, até porque os atores são diferentes e constroem espaços de identificações diferentes, permitindo a consolidação da idéia de diversidade social. Carrega em si próprio o espírito da ação cultural, torna-se força motriz de incentivo a produzir e apresentar a cultura local. Ela estimula as pessoas a reinventarem seus próprios fins e se tornarem, assim, sujeitos – sujeitos da cultura (SELDIN; VAZ, 2007). Assim, a identidade fornece aos indivíduos equilíbrios simbólicos, contratos de compatibilidade e compromissos uns com os outros, no que tange às relações sociais, de vizinhança e até econômica (BOTELHO, 2001).

Isto posto, cabe realmente pensar a identidade numa dimensão sociológica, que não se constitui apenas no plano do cotidiano do indivíduo, mas sim em âmbito especializado, na medida em que contribui para construir determinados sentidos, associados a um conjunto de modos de fazer, ser, interagir e representar que envolvam simbolização e, por sua vez, definem como vida social que dão sentido à existência (MARCELLINO, 1996).

Isso é vital para o desenvolvimento sociocultural de uma comunidade, porque permite a compreensão dos significados dos acontecimentos circunvizinhos, demonstra a capacidade

do indivíduo de sensibilizar o outro através da produção humana. Esta, então, assume o papel de representante do que há de imaterial no homem criativo. Afinal, uma forte articulação cultural depende do apoio a ele, seja físico ou político.

Dessa forma, aumenta-se a possibilidade de acesso ao que é produzido, com estímulos para que eles (comunidade criativa) sintam-se capazes. Essa identidade que emerge do patrimônio cultural disponível demarca a localidade através das idiossincrasias valorizadas pelos atores sociais, que naturalmente incorporam elementos do desenvolvimento territorial a essa experiência comunitária de identificação com o patrimônio cultural existente.

## 2.5 A EMERGÊNCIA DAS ABORDAGENS PARTICIPATIVAS DO FAZER TURÍSTICO E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

### **2.5.1 Desenvolvimento: suas principais definições e a noção de desenvolvimento territorial**

O desenvolvimento é uma das variáveis que está na pauta da academia, dos governos e de quase todos os setores da sociedade. A verdade é que isso não ajudou a transformá-lo num tema de conceitos absolutos, pelo contrário, o transforma em uma premissa relativa. Ele tem inúmeras vertentes e pode ser analisado por diversos pontos de vista.

Uma ideia razoavelmente aceita sobre o tema é a de que se trata de crescimento em termos quantitativos, acompanhado de qualidade de vida, que, de acordo com Souza (2002, p. 64), é “à crescente satisfação das necessidades – tanto básicas quanto não básicas e tanto materiais quanto imateriais – de uma parcela cada vez maior da população”. Ainda nessa perspectiva, pode-se considerar que o desenvolvimento, a partir do momento em que distribui melhor a renda, contribui para a justiça social.

Segundo Souza (2002, p. 64), a justiça social evidenciaria a capacidade do ser social de “conciliar poderosamente o respeito à alteridade com a exigência de igualdade”. Para ele, essa possibilidade só existe com o desenvolvimento da autonomia individual e coletiva, em que o indivíduo é capaz de estabelecer metas para si na medida em que for capaz de refletir criticamente sobre informações.

Apesar da importância dos conceitos supracitados, vale dizer que o conceito de desenvolvimento tem várias vertentes de entendimento, e isso tem relação direta com o fato de ser usado por agentes diferentes e, por isso, ter sentidos diferentes. Uma das principais questões nessa interpretação do conceito está relacionada ao enfoque quantitativo e/ou qualitativo dado ao desenvolvimento. Esse debate está pautado no entendimento de que as

alterações na composição dos diferentes setores da sociedade podem formar melhores indicadores de bem-estar econômico e social, da pobreza, do desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia (VASCONCELLOS; GARCIA, 1998).

Pode-se dizer que, por parâmetros como esses não estarem bem determinados, há um intenso e necessário debate sobre a distinção entre desenvolvimento (qualitativo) e crescimento (quantitativo), sendo daí que parte a compreensão básica do que se quer enquanto desenvolvimento e também imprime um caráter relativo ao conceito.

Esta seção visa introduzir essa discussão trazendo algumas das suas definições, diferenciações e tipos presentes no campo da teoria e o seu enquadramento na sociedade, passando pela caracterização de suas principais categorizações, como o desenvolvimento econômico, industrial, regional, endógeno, local. Apresenta ainda o entendimento do desenvolvimento que visa menor impacto ao meio ambiente, conhecido como desenvolvimento sustentável e, por fim, as bases de um desenvolvimento territorial para elucidar sobre as possibilidades de processos participativos, posteriormente discutidos ainda neste capítulo.

Ao longo da história da sociedade o desenvolvimento passou por uma trajetória evolutiva que o ajudou a se tornar um importante tema, complexo e diverso. Muitas teorias, modelos e definições surgiram com o objetivo de adaptá-lo as várias realidades e momentos históricos.

No século XIX o termo usado para expressar melhoria na sociedade era “progresso”, que, até então, substituía o que se pensava sobre desenvolvimento. Esse “progresso”, interpretado também como uma possibilidade para os europeus e norte-americanos, mas também empregado para dizer que os povos “exóticos” precisavam de “civilização” para estarem no mesmo nível de quem os colonizava (HERMET, 2000). Somente no século XX a ideia de desenvolvimento vai ganhar força, e é dentro do liberalismo que o termo substitui a noção de progresso.

Já no século XX a ideia de desenvolvimento se fortalece, principalmente com o fim da II Guerra Mundial (1939-1945), quando muitos debates acerca do tema surgiram. Um conflito bélico como esse gerou muito problemas, como miséria, desemprego, discriminação, desigualdades, problemas políticos e o surgimento de territórios com inúmeros problemas de desenvolvimento a serem resolvidos (SUNKELL; PAZ, 1988 *apud* OLIVEIRA, 2002, p. 44).

A Declaração Inter-Aliada de 1941 e a Carta do Atlântico deram início a um pensamento global de desenvolvimento, expressando o direito do homem de usufruir dos bens sociais e econômicos da sociedade, que posteriormente culminariam no surgimento da



Organização das Nações Unidas (ONU), com a Declaração das Nações Unidas, em 1942, firmada por 26 países, que visava disseminar o progresso (OLIVEIRA, 2002; CANCLINI, 2011).

Nesse contexto, como documento mais importante para tratar das questões de desenvolvimento, em 1945, na Conferência de São Francisco, foi divulgada a Carta das Nações Unidas. Nesse mesmo ano é criada a Organização das Nações Unidas, inicialmente com 51 países, com o objetivo de aumentar os níveis de desenvolvimento no mundo (ONU, 2010).

Ao analisar a evolução do desenvolvimento no mundo deve-se reconhecer o surgimento da ONU. “Verificou-se no pós-guerra o transplante da forma oligopólica de coordenação de decisões do âmbito das nações (e especialmente dos Estados Unidos) para a esfera internacional.” (FURTADO, 1973, p. 741).

Desde o começo a ONU acrescentou ao tema, já que a promoção do desenvolvimento sempre foi um dos seus pilares principais, através das instituições internacionais, dos debates sobre avanço econômico, social, liberdade, cooperação e o respeito aos direitos humanos (ONU, 2010). Dentre os programas podemos citar o Fundo Monetário Internacional, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio, o Programa das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, o Programa para a Educação, Ciência e Cultura, a Organização Mundial de Saúde, a Organização Internacional do Trabalho (ONU, 2010).

Outras influências decisivas à formação do conceito foram à crise do petróleo, na década de 1970, o advento da revolução da ciência e tecnologia, em 1970, e os novos paradigmas da globalização, em 1980, cada um contribuindo de forma diferente. A crise do petróleo, com seus impactos financeiros, a revolução da ciência e tecnologia, com novas ferramentas de modernização disponíveis, ou, ainda, a globalização, com a necessidade de integrar o mundo (BRASILEIRO, 2006).

Porém, mesmo com tantos fatos a favor de uma compreensão mais ampla, teve conceito e aplicabilidade marcados por controvérsias, sendo a principal delas a sua dita igualdade com o tema crescimento econômico.

Poucos são os outros conceitos nas Ciências Sociais que têm-se prestado a tanta controvérsia. Conceitos como progresso, crescimento, industrialização, transformação, modernização, têm sido usados frequentemente como sinônimos de desenvolvimento. Em verdade, eles carregam dentro de si toda uma compreensão específica dos fenômenos e constituem verdadeiros diagnósticos da realidade, pois o conceito prejulga, indicando em que se

deverá atuar para alcançar o desenvolvimento. (SCATOLIN 1989, p. 24 *apud* OLIVEIRA, 2002, p.38).

Essas duas noções foram sempre vistas como sinônimas e o resultado foram alguns insucessos de projetos e programas de crescimento econômicos, vistos como de desenvolvimento: “ao final do século XX, vários projetos de desenvolvimento enfrentavam realidades socioeconômicas que não os legitimavam enquanto alternativas válidas para o conjunto da sociedade.” (AGUIAR *et al.*, 2009, p.2)

Celso Furtado, um dos maiores pensadores sobre desenvolvimento, justifica essa errônea aproximação. Ele afirma que esse crescimento econômico, dito desenvolvimento, atrelou-se à lógica dos meios, ou seja, ligado à ideia de eficiência e inovação tecnológica. Dessa forma, a teoria do desenvolvimento e o andamento do sistema produtivo da sociedade confundiam-se quando o foco era produção industrial e econômica (FURTADO, 1981).

Na verdade, em consonância com Sandroni (1994), desenvolver é sinônimo de observar as características de cada país ou região. Tudo acaba sendo importante, sua cultura, seu passado, sua história, extensões geográficas, condições demográficas, recursos naturais e outros.

Vale esclarecer que “apesar das divergências existentes entre concepções de desenvolvimento, elas não são excludentes. Na verdade, em alguns pontos, elas se completam.” (SCATOLIN, 1989, p. 24 *apud* OLIVEIRA, 2002, p.38). Ou seja, se crescimento econômico equivale a incremento e arrecadação monetária, o desenvolvimento equivale à qualidade da distribuição e os impactos dos mesmos nas condições de vida da população. “O crescimento econômico, apesar de não ser condição suficiente para o desenvolvimento, é um requisito para superação da pobreza e para construção de um padrão digno de vida [...] precisa acontecer em ritmo capaz de atender distintas classes sociais, regiões e países.” (OLIVEIRA, 2002, p. 41).

Segundo esse raciocínio, uma das mais difundidas vertentes do desenvolvimento é o desenvolvimento econômico. Segundo Souza (1993), há autores que de fato consideram desenvolvimento sinônimo de crescimento e outros que consideram o crescimento uma condição básica e não suficiente para determinar o desenvolvimento.

Com o tempo, buscou-se entender qual era de fato o papel do crescimento em vista do desenvolvimento econômico. E com Milone (1998 *apud* OLIVEIRA, 2002, p.40) notou-se que:

[...] para se caracterizar o desenvolvimento econômico deve-se observar ao longo do tempo a existência de variação positiva de crescimento econômico, medido pelos indicadores de renda, renda per capita, PIB e PIB per capita,

mas sobretudo os níveis de redução de pobreza, desemprego e desigualdade e melhoria dos níveis de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte.

Esses termos se difundiram claramente a partir da primeira metade do século XX, em 1940, quando os economistas ligados à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) iniciaram o processo de delimitação do conceito de desenvolvimento econômico (OLIVEIRA, 2002). Definitivamente, desenvolvimento econômico é consequência de um conjunto de fatores, entre eles quantitativos, apresentados em forma de incrementos positivos em renda e produtos e utilizados, através de uma transformação qualitativa, para atender diversas necessidades.

Com base em Rodrigues (1993, p. 20), acredita-se, com isso, que “o crescimento econômico carece de sentido, se não consegue promover, em última instância, o desenvolvimento humano [e social], entendido como a realização (ou satisfação) pessoal dos indivíduos de um país/região”. Numa contribuição de Sen (2000) destaca-se o papel do Estado e do mercado com fins no projeto de desenvolvimento, onde eles não se excluem e sim coexistem, respeitando o fato de que um poder pode suprir as deficiências do outro.

Outra contribuição é de Furtado (1973, p. 75), na qual diz sobre o grau de abrangência desse desenvolvimento econômico, pois ele afirma que desenvolvimento econômico é um simples mito, porque com ele tem sido possível desviar as atenções da identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem os avanços da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento.

Por outro lado, o desenvolvimento traz elementos concretos, como a industrialização vista na sociedade de um modo geral. “O desenvolvimento da indústria foi durante algum tempo considerado como sinônimo de desenvolvimento econômico.” (SUNKEL; PAZ, 1998 *apud* OLIVEIRA, 2002, p.38). Tornou-se uma espécie de indicativo do nível de desenvolvimento de um país ou região, principalmente, por estar relacionado aos incrementos quantitativos geradores de crescimento econômico. O engano está no fato de a indústria ser pensada isoladamente, apenas pelo viés do crescimento econômico, e não dialogar com as possibilidades de um desenvolvimento palpável, já questionado por Furtado (1973).

O que se vê é a ideia de buscar o desenvolvimento por meio da industrialização que é reforçada pelo desempenho das nações mais industrializadas do planeta. Estados Unidos e Inglaterra serviram de exemplo para outros lugares do mundo, muitas vezes sem que esses locais levassem em conta as características próprias e distintas para alcançarem níveis elevados de conforto (OLIVEIRA, 2002).

De acordo com esse mesmo autor, um dos principais motivos para tal é a responsabilidade que a indústria tem de incrementar níveis da economia com seus produtos, no assim chamado crescimento econômico. Essa é a razão para que vários países do mundo almejem industrializar seu território, de fato influenciados por exemplos como dos EUA, que, com sua experiência, influenciaram as políticas de industrialização e de redistribuição de renda em diversos países, inclusive nos subdesenvolvidos.

A prova disso é que em 1950 os países em desenvolvimento iniciaram planos que visavam o desenvolvimento pautados num processo intensivo de industrialização. O Brasil foi um exemplo disso, quando nos anos de 1950, 1960 e 1970 preocupou-se com promoção de renda e produto, em acumular capital e com uma indústria para substituir as importações (CAPUTO; MELO, 2009, p. 1).

Essa estratégia visava produzir internamente o que antes era importado. Para tanto, protegiam-se os produtores internos da concorrência estrangeira por meio de taxas e tarifas de importação, além de uma série de benefícios concedidos pelos governos, que acreditavam ser a industrialização a chave do desenvolvimento. (OLIVEIRA, 2002, p. 44).

A chegada dos capitais estrangeiros foi uma das formas de financiamento desse desenvolvimento e sua entrada no Brasil foi resultado da expansão mundial pela qual passavam os capitais norte-americanos, europeus e japoneses, além de políticas internas de atração destes capitais, vigentes então na economia brasileira (CAPUTO; MELO, 2009).

A industrialização passou a ser compreendida como solução dos problemas enfrentados pela América Latina (SCATOLIN, 1989). Políticas de incentivo ao crescimento econômico desalinhadas do desenvolvimento geram, segundo Cano, consequências

[...] nas áreas industrializadas do Brasil, por exemplo, onde a qualidade de vida baixou consideravelmente: ganharam mais indústrias e mais empregos, mas também ganharam mais filas de transporte, menos água, escolas e hospitais [...] e muito mais favelas (CANO, 1985, p. 29).

Como alerta, pode-se dizer que a industrialização pode ser nociva, pois provoca distorções na urbanização, poluição do meio ambiente e alienação do ser humano, por isso as políticas industriais devem estar alinhadas a fim de promover sua regulação (SLIWANY, 1987).

[...] a criação, implementação, coordenação e controle estratégico de instrumentos destinados a ampliar a capacidade produtiva e comercial da indústria, a fim de garantir condições interno e externamente. A política industrial tem como objeto de intervenção atividades econômicas específicas ou setoriais e em temas que diretamente afetam a sua competitividade e função social – geração de emprego, qualidade de produtos e processos, incentivos fiscais e financiamentos, suprimento energético e de transporte,

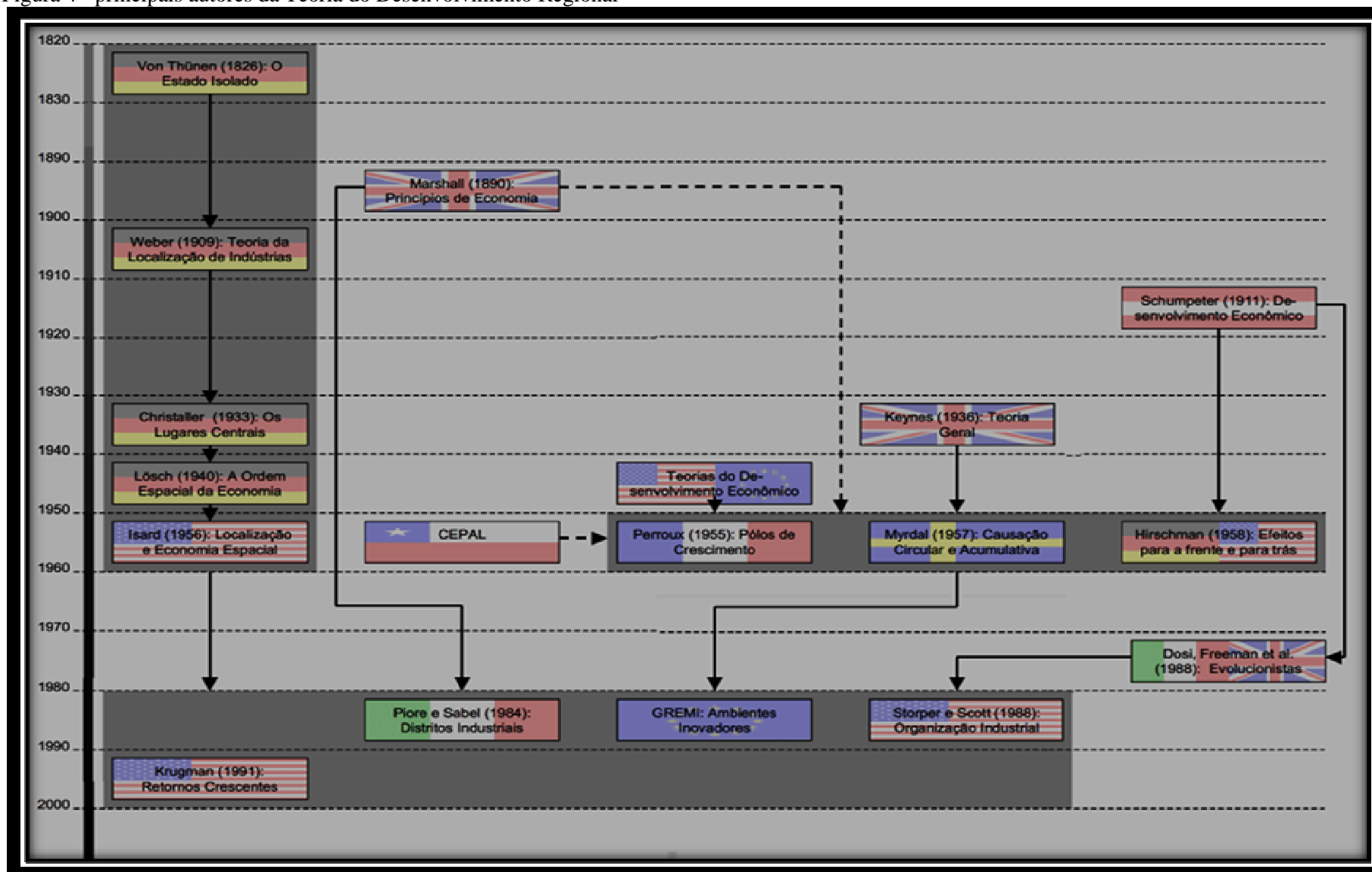
infra-estrutura tecnológica e meio ambiente. (CAMPANÁRIO; SILVA, 2004, p. 14).

Mesmo com tantas controvérsias, o conceito de desenvolvimento busca atingir setores e espaços variados, tendo destaque na literatura econômica o setor da industrialização. Já esses espaços apresentam-se em diferentes escalas e são influenciados a partir da relação direta como os “fixos e fluxos” de Santos (1996) que envolvem o tema.

Em uma dessas escalas podemos destacar a regional, que contribuiu para o tema com diversas teorias e modelos com o propósito de buscar caminhos para o desenvolvimento. Assim, podemos dizer que a economia regional contribuiu para sua evolução através das teorias pertencentes à micro e macroeconomia, respectivamente, espacial (relevância de onde se localiza) e regional (as regiões como subespaços nacionais).

A partir dessa compreensão, traremos um breve sobre as teorias e modelos da economia regional para situar o tema desenvolvimento nesse contexto. Antes, vale esclarecer que a economia regional é, sob a ótica econômica, a inter-relação e diferenciação de áreas num universo desigualmente distribuído de recursos e imperfeitamente móveis, com ênfase especial no planejamento dos investimentos de capital social para mitigar os problemas sociais criados por estas circunstâncias (RICHARDSON, 1981, p. 222 *apud* VICENTE, 2003, p.37). Numa proposta de sistematizar as teorias e modelos que surgiram nesse sentido usa-se a Figura 4, abaixo.

Figura 4 - principais autores da Teoria do Desenvolvimento Regional



Fonte: Cavalcante (2001, p.5).

A proposta não é trazer uma análise com riqueza de detalhes acerca dessas teorias e modelos, mas sim destacar a importância de sua existência ao mesmo tempo em que apresentar suas pautas mais relevantes. Até porque “A produção teórica em torno das questões do desenvolvimento centrou-se, até os anos 50, no estudo dos fatores que determinam a localização e organização espacial das atividades econômicas e, também, na identificação dos fatores de crescimento regional.” (SILVA, 2010, p. 10).

Podemos destacar, no início do processo, Von Thunen (1826), autor da Teoria da Localização Agrícola – O Estado Isolado. Como agricultor que era, baseando-se na observação das suas propriedades propôs um modelo. Ele se preocupou com o que determinava o preço e como a produção agrícola se dispunha no espaço. O modelo defende que o custo relativo do transporte dos produtos agrícolas para os mercados determinaria o uso do solo em volta da cidade, pelo que no entorno imediato de uma cidade/mercado (SILVA, 2010).

Já Alfred Weber (1909) teve influência nos primeiros modelos de localização industrial, afirmando que a localização de atividades industriais relacionava-se a três fatores: custo de mão de obra, custo de transporte e fator local. Na teoria weberiana indústria busca localização que minimize salários e transporte de matérias-primas e de produtos, atribuindo ao desenvolvimento industrial fatores ligados diretamente com o custo dessas indústrias, sendo estas instaladas à medida que analisassem esse cenário (SPINOLA, 2003).

De acordo com Spinola (2003), outro teórico que contribuiu para a teoria do desenvolvimento foi Christaller (1933), um geógrafo alemão cuja principal contribuição foi a “Teoria dos Lugares Centrais”, que serviu de base para estudos das cidades como sistemas de cidades, ao invés de simples hierarquias ou entidades individuais. Observou também o modo como as cidades crescem em relação umas às outras, acreditando haver uma lógica no ordenamento dos lugares centrais via otimização da localização das empresas.

Ainda de acordo com o mesmo autor, Christaller (1933), destacou conceitos fundamentais na teoria como o “limiar mínimo de um bem ou serviço” e “alcance ou raio de ação de um bem ou serviço”. Em suma, o primeiro conceito refere-se ao que ele chamou de “mercado mínimo” em termos de população ou renda, que são fundamentais para a comercialização lucrativa de serviços e produtos, sendo a adequação desse limiar fator preponderante para evitar prejuízos ao fornecedor. Já o “alcance ou raio de ação de um bem” aponta à distância máxima que consumidores estão dispostos a percorrer para consumir um determinado bem ou serviço, com preferência a consumir o que está próximo a eles, nos lugares centrais.

August Lösch (1940), com sua Teoria da organização das Regiões, também se preocupou com um melhor desenvolvimento a partir de um planejamento das atividades econômicas que nele acontece. Ela visa explicar as razões que levam à concentração espacial da produção. Dessa forma, ajudou o entendimento dos problemas locacionais urbanos, relacionando o tamanho e a função dos lugares (SILVA, 1976 *apud* PEDRÃO, 1999).

No campo da macroeconomia regional temos Walter Isard (1956) e sua Teoria da Localização Industrial, com a combinação ideal entre os insumos de transportes a serem utilizados e a matéria-prima e o produto (CAVALCANTE, 2007).

Por fim, destaca-se o modelo de Perroux ou a Teoria do Crescimento Econômico, que destaca as diferenças entre os espaços econômicos e geográficos, já que para ele os espaços econômicos são abstratos e constituídos por um conjunto de relações sobre os fenômenos econômicos, sociais, institucionais e políticos (SASAKI, 2006).

Ele é o representante das teorias dos pólos de crescimento, assunto tratado com mais detalhes na sessão sobre Arranjos Produtivos Locais (APLs). Mas, a princípio, podemos dizer que um polo de desenvolvimento é criado quando um centro de atividade econômica provoca transformações estruturais, expansão da produção e geração de emprego no meio em que está inserido. Podem surgir em torno de uma aglomeração urbana, ao longo das fontes de matérias-primas, nos locais de passagem e fluxos comerciais significativos ou ainda em torno de uma grande área agrícola dependente (SOUZA, 2005).

Outros modelos e teorias ainda surgiram e foram influenciados por diversos marcos históricos, dando uma dinâmica maior ao contexto. Apesar do não aprofundamento no assunto, outros pensadores econômicos foram importantes, como Myrdal – disparidades regionais e causação circular – e Hirschman – *forward and backward linkges* (PEDRÃO, 1999).

Em Myrdal e Hirschman (*apud* PEDRÃO, 1999), já se verificavam sinais que culminariam futuramente no que hoje essa dissertação denomina de processos participativos, porque eles são autores que fazem referência a fatores de natureza não econômica nos processos de desenvolvimento e crescimento regional. Myrdal (*apud* SILVA, 2010) vê a importância e a qualidade dos fatores de produção como determinantes do desenvolvimento, enfatizando questões como a qualificação da mão de obra, a comunicação, a consciência de crescimento e vizinhança e o espírito empreendedor, que são aproximações ao conceito de capitais intangíveis a serem estudados em outra seção deste trabalho (SILVA, 2010).

Com o tempo essas percepções ganharam destaque na produção teórica de desenvolvimento. A discussão sobre a relevância de fatores que não fossem apenas de



natureza econômica ocorreu mais intensamente entre as décadas de 1970 e 1980, emergindo a necessidade de conservar o meio ambiente pensando também nas gerações futuras.

Os modelos econômicos estudados até o momento foram dando espaço a novas formas de pensar o tema. Surgiram muitas iniciativas que contrariavam as teorias centralizadoras predominantes até o momento. Essas iniciativas foram somadas ao reconhecimento das instituições governamentais, organizações da sociedade civil, universidades, teóricos e estudiosos sobre a necessidade de pensar o desenvolvimento de forma mais equilibrada com o meio ambiente.

As noções de sustentabilidade e desenvolvimento estão relacionadas com satisfação econômica ao mesmo tempo em que satisfaz “às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das novas gerações atenderem às suas próprias necessidades.” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 46). Nessa tentativa de um desenvolvimento menos predatório surgiram as bases do desenvolvimento sustentável. Ele apresenta princípios importantes na condução do desenvolvimento na sociedade, porém ainda necessita amadurecer tais princípios, tendo em vista sua viabilidade dentro da sociedade capitalista da atualidade.

No surgimento desse paradigma alguns marcos históricos antecederam a sua formação. Destaca-se, em 1798, com Thomas R. Malthus, a obra “Um Ensaio sobre o Princípio da População”, na qual o autor questiona o crescimento da população e as condições que o mundo teria de satisfazer suas necessidades. O seu foco de análise era a produção de alimentos, em que considerava o crescimento da população sempre maior que a produção de alimentos. Apesar de ele não contar com o advento da tecnologia, que ajudou a mudar esse processo, já era uma preocupação alinhada com as ideias de sustentabilidade (OLIVEIRA, 2002).

No ano de 1972, na cidade de Estocolmo, Suécia, ocorreu a Conferência das Nações Unidas, da qual participaram 113 países para discutir desenvolvimento e meio ambiente. Ali foi apresentado por Ignacy Sachs o conceito de ecodesenvolvimento, por isso ele foi considerado o teórico precursor do desenvolvimento sustentável. Sachs, citado por Raynaut e Zanoni (1993, p. 7), acredita que para um país ou região as relações com o ecodesenvolvimento se iniciam com

[...] desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças, tendo por objetivo responder à problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio. (MONTIBELLER FILHO, 1993, 132).

Nesse mesmo ano o chamado Clube de Roma também registrou sua contribuição através do relatório sobre os riscos dos efeitos da poluição e do esgotamento das fontes de recursos da natureza. Os temas tratados foram aceleração da industrialização, aumento da desnutrição, rápido crescimento populacional, a preocupação com os recursos não renováveis e a proposta de crescimento econômico zero. Essa proposta teve uma repercussão internacional, pois contrariava todas as teses de crescimento econômico da época, com o argumento de que para respeitar a finitude dos recursos naturais era necessário estagnar o crescimento do capital industrial e, conseqüentemente, do crescimento da economia (MONTIBELLER FILHO, 1993).

Em 1980 a ONU criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, para desenrolar o paradigma de desenvolvimento sustentável, pautado na limitação do crescimento da população, preocupação com a alimentação, um olhar para a biodiversidade, menos consumo, mais tecnologias de fontes renováveis, aumento da produção industrial, controle da urbanização e a satisfação das necessidades básicas (ALMEIDA, 2002).

Em 1991 as “Diretrizes Ambientais para a Indústria Mundial” foram aprovadas pela Câmara de Comércio Internacional (CCI), as quais continham 16 compromissos de gestão ambiental a serem assumidos por empresas e industriais. A repercussão no Brasil foi a criação da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável. E, em 1992, a ECO-92 acontece no Rio de Janeiro para estimular essas novas percepções, relacionadas às questões sociais, uso da terra, sua ocupação, água, abrigo, serviços sociais, educativos e sanitários, crescimento urbano (BARBOSA, 2008).

Essa conferência mostrou também que o mundo não estava ou está tão preparado para levar fixamente a idéia de sustentabilidade, pois muitas foram as frustrações quanto às perspectivas positivas da Rio-92. Apesar disso, houve resultados concretos provenientes dessa discussão em torno da sustentabilidade na época. De modo que, acontecesse em paralelo a Conferência oficial patrocinada pela ONU, o Fórum Global 92. Ele foi promovido pela Sociedade Civil representada por entidades, que elaboraram a "Carta da Terra", para que houvesse em nível pessoal, social e coletivo o espírito da sustentabilidade traduzido em ações concretas. O compromisso era com a preservação dos recursos disponíveis no planeta terra. Ainda com esse objetivo, foi elaborado o mais importante documento, a Agenda 21 (CAMARGO, 2004).

Trata-se de um programa de ação para conduzir adequadamente os setores sociais e econômicos, a conservação dos recursos para o desenvolvimento, fortalecimento dos grupos sociais, implementação de projetos e programas sobre desenvolvimento sustentável e dentre

outros aspectos. De fato, a Agenda 21 não trouxe mais um compromisso político aos 175 nações presentes na sua assinatura, ela é um modelo de postura ética perante o desenvolvimento das nações. Apesar disso, todos esses esforços valeram para o avanço do tema a fim de torná-lo possível (CAMARGO, 2004).

É evidente que na sociedade atual mostra-se como um objetivo difícil, as distâncias entre as necessidades básicas de muitos e os interesses econômicos de poucos estão desconectados do emaranhado que envolve os pensamentos sustentáveis. Essa reflexão permite compreender que pesquisas como esta, que buscam parâmetros de sustentabilidade nas possibilidades participativas, são estudos preliminares longe de conclusões ou aplicabilidades com garantia de êxito. Atualmente,

Satisfazer as necessidades e as aspirações humanas é o principal objetivo do desenvolvimento. Nos países em desenvolvimento, as necessidades básicas de grande número de pessoas – alimento, roupas, habitação, emprego – não estão sendo atendidas. Além dessas necessidades básicas, as pessoas também aspiram legitimamente a uma melhor qualidade de vida. Num mundo onde a pobreza e a injustiça são endêmicas, sempre poderão ocorrer crises ecológicas e de outros tipos. Para que haja um desenvolvimento sustentável, é preciso que todos tenham atendidas as suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar as suas aspirações e uma vida melhor. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 46-47).

De acordo com Sachs, para esse alcance é necessário analisá-lo sob a ótica de cinco dimensões: a social, com melhoramentos no nível de renda; a econômica, com o aumento da eficiência do sistema econômico vigente; a ecológica, com a conservação ambiental; a espacial, com a ocupação equilibrada dos espaços da sociedade; e a cultural, com o melhoramento dos níveis de pensar da sociedade (SACHS, 1993).

Ao correlacionar os pensamentos da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991) e Sachs (1993) percebe-se que toda essa sustentabilidade gira em torno de uma organização espacialmente justa, com foco nas aspirações humanas. Nesse sentido, pode-se buscar apoio nas ideias de Amartya Sen (2010), pois o trato dado por esse filósofo ao pensar o desenvolvimento finaliza qualquer dúvida sobre tais correlações. Ele atenta ao fato de que desenvolvimento não é composto por elementos que vêm do externo, mas também da expansão das capacidades das pessoas de levarem o tipo de vida que elas valorizam (SEN, 2010).

O desenvolvimento com características sustentáveis e os outros tipos de desenvolvimento influenciados por essas características (endógeno, territorial [...]) são sistêmicos, pois dependem desse nível de compreensão do que as pessoas entendem que

querem para si e para sua sociedade (seja cidade, bairro, rua [...]). Contudo é preciso destacar que essas capacidades também podem ser potencializadas pelas políticas públicas que em tese deveriam contribuir para o fortalecimento político das ações coletivas e comunitárias, sendo então uma relação de mão dupla (SEN, 2010).

A presença desses atores locais, em estado de interação com as escalas de poder e gestão da sua respectiva sociedade, é o caminho básico para que este desenvolvimento sustentável contribua para o desenvolvimento territorial e endógeno, tendo em vista que as relações de poder sobre o espaço são reconstruídas, tornando-o território. Por estarmos falando de um potencial para promoção de uma nova coerência local, em consideração de um processo social que se reconhece o maior controle dos recursos disponíveis no território, falamos, então, de potencial endógeno de desenvolvimento (RAMBOÇ; RÜCKER, 2008).

Sobre esses paradigmas podemos dizer que as décadas de 1970 e 1980 também foram importantes para o surgimento dessa discussão sobre o paradigma territorial e endógeno, que relaciona os temas com desenvolvimento associado aos recursos e à relação que se tem com o espaço (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001). Nessa linha de raciocínio, alguns conceitos surgiram para caracterizá-lo. Aqui, considera-se o desenvolvimento territorial e endógeno equivalentes, ao mesmo tempo em que claras são as suas diferenças.

Nessa altura da discussão faz-se necessário delimitar, claramente, o conceito de desenvolvimento territorial e endógeno que norteia a pesquisa. Para o primeiro menciona-se o pensamento de Boisier (1997) como a mais adequada definição desta dissertação, visto que consiste numa expressão ampla que inclui o desenvolvimento de micro-localidades.

Essa definição ainda considera para tal desenvolvimento mudança socioeconômica, estrutural, delimitados geograficamente com uma descentralização dos sistemas de decisão. Boisier (1997) ainda destaca o aperfeiçoamento do território, visto como mais do que um suporte físico de elementos naturais, e sim como um sistema físico e social complexo, dinâmico e articulado que visa o aperfeiçoamento da sociedade ou comunidade que habita esse território, associado ao aperfeiçoamento de cada pessoa que pertence a este território (elementos importantes que compõem os capitais intangíveis a serem abordados em outra seção).

Nesse prisma, numa correlação entre os conceitos de desenvolvimento citados no começo deste capítulo e em consonância com Dallabrida, Siedenberg e Fernández (2004), percebe-se que o desenvolvimento territorial amplia as possibilidades do espaço e não se restringe a crescimento econômico. Mesmo porque o conceito de território agrega um valor

polissêmico ao desenvolvimento, pois ele tem várias abordagens, conforme destacou Haesbaert (2006, p. 37):

Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões, a Ciência Política enfatiza sua construção a partir das relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais; a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo.

Essa polissemia característica do conceito de território faz necessário dizer que a abordagem de desenvolvimento territorial da pesquisa consiste em considerar o viés cultural como balizador. Assim, o território é interpretado como fruto da apropriação ou valorização simbólica do espaço vivido por um grupo social. Nessa articulação serão consideradas ainda as relações de poder existentes e as possibilidades de novas relações econômicas a partir desse desenvolvimento, tendo como foco a busca de demandas sociais por parte dos atores locais, através da potencialização tanto dos capitais tangíveis (aspectos econômicos do desenvolvimento) quanto intangíveis (capacidade coletiva para realizar ações em comum).

Já na delimitação do conceito de desenvolvimento endógeno considera-se o paradigma com duas perspectivas principais, a de baixo para cima (decisões horizontais) e de dentro para fora (potencial endógeno). Assim, usam-se

[...] critérios alternativos de destinação de fatores, substituindo o princípio de máxima rentabilidade, pelo de mobilização integral de recursos; critérios alternativos de intercâmbio de produtos, substituindo o princípio predominante de vantagens comparativas, pelo de benefícios obtidos pelo comércio; formas específicas de organização social e econômica (desenvolvimento rural e de aldeias, uso de tecnologias intensivas em mão-de-obra através de projetos pequenos e medianos) com destaque para a organização territorial e; uma mudança no conceito de desenvolvimento, que abranja metas sociais mais amplas, com uma motivação endógena. (LIMA ANDRADE, 1997, p. 19-20).

Tal desenvolvimento está baseado na utilização do potencial existente em um dado território, no seu conjunto de recursos que se apoia nas possibilidades de economias geradas no plano local, lideradas localmente, para geração de externalidades positivas, equivalentes a grandes empresas, porém substituídas por rede de empresas, com foco nos relacionamentos pessoais que formam o núcleo dos pequenos negócios e promovem mudanças estruturais na economia local (BRAGA, 2002).

Esse tipo de desenvolvimento vai contra a face da globalização, pois não considera legítima a homogeneidade das sociedades, para dar lugar à unidade de vida social numa concepção do espaço, que por mérito ganha caráter territorial e cultural forte. Ou seja, numa economia globalizada, muitas vezes, a permanência de atividades de caráter localizado é questionável. No entanto, importa a concepção de desenvolvimento que se quer para esse enfrentamento. Isto porque essas atividades localizadas podem garantir fortalecimento territorial. Nesse cenário percebem-se duas frentes, uma que questiona a força do “local” pelos defensores da globalização, e outra que reforça iniciativas cooperativistas e solidárias.

Apesar da legitimidade dessas formas de desenvolver é necessária uma dose de lucidez, vista a partir de autores como Vázquez Barquero (1998), quando reconhece a fragilidade dos elementos necessários para a efetivação desse desenvolvimento. Algumas delas relacionadas a: fraca autonomia dos municípios para lidar com a questão do desenvolvimento e a importância do nacional e internacional para os investimentos.

Há também uma carência de recursos humanos adequados e dispostos a assumir o desafio, mesmo porque os atores locais, na maioria das vezes, não têm o tempo necessário para se dedicar aos fatores endógenos decisivos para modificar esse cenário, visto que buscam fora do seu local de origem as condições necessárias para a qualidade de vida. Nesse prisma, podemos afirmar que

participação e vida política são tarefas árduas em sociedades de massas clivadas por procedimentos de homogeneização simbólica que ocultam os conflitos, em tais sociedades a pressão econômica e simbólica impele os indivíduos a despender uma parcela grande de seu tempo ‘ganhando a vida.’ (BRAGA, 2002, p. 34).

Numa perspectiva holística de desenvolvimento territorial e endógeno reconhece-se a dinâmica dos valores econômicos e sociais gerados a partir da incorporação por parte das pessoas do vínculo com o local, com o que é próprio. Mas em contrapartida defende-se como valor a ser destacado, com a mesma relevância, a cultura local, pois ela é um elemento de aglutinação social determinante:

Historicamente, cada comunidade territorial foi se estruturando em decorrência das relações e dos vínculos de interesse de seus grupos e atores sociais e da construção de uma identidade e uma cultura própria que a diferenciam das demais comunidades. O território pode ser visto como um emaranhado de interesses de uma comunidade territorial, o que permite defini-lo como um agente do desenvolvimento local, sempre ocupado em manter e defender a integridade e os interesses territoriais nos processos de desenvolvimento e mudança estrutural. (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001, p. 50).

Por conseguinte, percebe-se que “O desenvolvimento não é algo adquirido, algo fixo. Todos os países, todas as sociedades e territórios estão em vias de desenvolvimento. Só se pode falar dele quando há ação, quando as coisas se movem.” (ROSA, 1999, p. 37). Os elementos culturais e/ou patrimoniais são vetores de dinamização desse desenvolvimento, quando os mesmos não são colocados na coadjuvação do processo promovem o enraizamento e afirmação da identidade, como base do vínculo local, fundamentais para o êxito do desenvolvimento territorial e endógeno.

### **2.5.2 Capitais intangíveis: o desafio do desenvolvimento territorial**

Os processos de exploração da natureza de modo exacerbado e o interesse dos grandes capitais em lucros permeiam a história do crescimento econômico mundial e têm se apresentado como motivos para que a sociedade atual discuta novas alternativas de desenvolvimento socioeconômico. A busca por melhores condições de sobrevivência visa um desenvolvimento próximo do sustentável, em que a integração das sociedades em diferentes níveis aconteça.

Como marco histórico desses novos desencadeamentos referentes ao desenvolvimento econômico podemos citar que “a teoria da localização foi dominante até o fim da II Guerra Mundial, ganhando o desenvolvimento regional um novo impulso após este período em função dos desafios que muitos economistas tiveram para explicar as desigualdades geradas pelo processo de desenvolvimento econômico.” (HADDAD, 2009, p. 120). Na medida em que esses impulsos foram se materializando em teorias e as desigualdades foram sendo explicadas, a percepção do social, do local e dos atores sociais foi inserida no contexto.

No ínterim, desses três pilares citados é esta seção discutirá um conceito importante na emergência do desenvolvimento integrado, participativo e territorial: os capitais intangíveis. Adota-se como viés conceitual o entendimento de que este “desenvolvimento ocorre quando, na sociedade, se manifesta uma energia capaz de canalizar, de forma convergente, forças que estavam latentes ou dispersas.” (HADDAD, 2009, p. 128). Por isso, a abordagem central dessa seção será compreendê-los e promover reflexões sobre a capacidade desses capitais como “uma energia capaz de canalizar”, portanto um desafio para o desenvolvimento territorial.

Os capitais intangíveis são um conjunto de valores não corpóreos e, por isso, considerados um ativo intangível que necessita de uma sensibilização dos indivíduos envolvidos. A preocupação em adquirir tais valores só pode começar com análise e ênfase no potencial que o ser humano apresenta (CUNHA, 2007, p. 6).

Sob o ponto de vista do potencial humano, consideram-se os capitais ou ativos intangíveis um desafio que se inicia na mente humana, na sua formação cultural e do resultado desses junto à sociedade. Esses ativos são um conjunto de meios ou a matéria posta à disposição para a operação social de modo a conseguir o desenvolvimento (IUDÍCIBUS, 1997).

Assim, admite-se certa dificuldade em teorizá-lo, já que envolve unidades constituintes do indivíduo de maior complexidade e influência em variadas áreas como psicologia, crenças, costumes, cultura, educação etc. Essas unidades constituintes são “um termo que denota uma espécie de habilidade, propensão, capacidade, tendência e hábitos. É um ambiente ativo, que fica na expectativa e engaja-se no que apareça em consonância com seus valores.” (GEERTZ, 1989, p. 43).

O desenvolvimento da capacidade humana permitiu ao longo do tempo uma evolução humana no raciocinar, comunicar, ensinar e, a partir daí, muitas produções humanas passaram a ter um caráter mais abrangente. Como tal, os capitais intangíveis são desafios para o desenvolvimento, exatamente por priorizarem, basicamente, valores que não estão contidos numa ação ou em coisas, mas num sistema organizado de disposições que descobrem a sua manifestação através de problemas individuais e coletivos na sociedade (GEERTZ, 1989).

Os novos ganhos em capacidade humana formaram o intelecto e a habilidade em produzir para a sociedade. Esses valores determinaram seu próprio curso de forma a crescer totalmente como parte da evolução orgânica do homem (GEERTZ, 1989). O que Domenico De Masi (2000, p. 26) observou de relevante, trazido aqui como um exemplo para ajudar nessa compreensão, é que “o homem descobre que pode fabricar objetos e assim chamados de animais criativos: [...]. Em suma, naquele longo período aprendemos a criar utensílios com os quais compensamos nossas fraquezas, mas que serviram também, em um segundo momento, para expressar nossa potencialidade”.

A contribuição desses autores permitiu fazer um paralelo com a análise dos capitais intangíveis, porque eles surgem como elemento básico para o desenvolvimento de processos participativos. Seu objetivo envolve ainda diminuir as fraquezas do ser humano, e, em um segundo momento, favorecê-lo como ser coletivo. Essa intangibilidade que envolve o ser humano depende também de fatores motivadores externos que refletem a contribuição da sociedade/comunidade onde se vive. Portanto, é necessário pensar em meios adequados e ações, dentro delas, que permitam a expressão desses ativos a partir das trocas humanas e da identificação entre os indivíduos.



Quando a sociedade não se apresenta organizada para absorver ou estimular esses ativos, eles podem ser vistos de formas variadas, indiretas e aleatórias, marcadas por incertezas e contradições, representando uma deficiência as novas possibilidades de desenvolvimento local participativo. Por isso, os significados desses capitais não devem ser vagos ou homogêneos, e sim profundos e heterogêneos, para serem capazes de cooperar com as dinâmicas privadas (indivíduo) e coletivas (relação simbiótica entre ele e a sociedade). E é por intermédio desse ordenamento que "nessa nova economia, a informação e o conhecimento substituem capital físico, tornando-se uma das maiores vantagens competitivas nos negócios; e a inteligência criadora constitui-se na riqueza da nova sociedade." (CRAWFORD, 1994, p. 15).

Esse alinhamento entre a nova economia, novas formas de pensar o desenvolvimento e assim as possibilidades inclusivas devem estar longe de se constituir mais uma falácia/modismo frente a uma "crise" dos paradigmas que envolvem a economia. Mesmo porque ela sempre ocorreu na história mundial. De alguma maneira, é através da crise que se avalia e muda o rumo das coisas. Os capitais intangíveis se apresentaram nesta crise com a contribuição de que as pessoas não são separadas em blocos, talvez divididas em classes, gêneros, profissões, interesses, mas que podem assumir uma transdisciplinaridade que envolva o cotidiano em rede<sup>24</sup>, por mais que o pensamento capitalista favoreça a transformação do mundo em blocos socioeconômicos (VIVERET, 2012).

Apesar dos capitais intangíveis, que estão na base do desenvolvimento local, agregarem ao gerenciamento dos processos econômicos de uma determinada comunidade, suas bases são de compreensão que o mundo passa por uma crise, que não é financeira. Hoje a mesma espécie que destrói, que desregula o clima, que degrada a biodiversidade, é a mesma que sofre as consequências. Portanto, o mundo vive um grande paradoxo, em que as alternativas para melhoria do quadro se apliquem nos ativos intangíveis, pois para problemas financeiros sempre surgem soluções financeiras rápidas, mesmo que não sejam as ideais.

De acordo com Viveret (2012), lidar com esse desafio é reconhecer primeiro que as sociedades, seja em âmbito nacional, estadual, municipal ou local, passam pela arrogância

---

<sup>24</sup>O termo "rede" é utilizado com frequência em setores da economia solidária. A apropriação desse conceito requer entender, através de França Filho e Cunha (2009), suas características que podem influenciar qualquer trabalho de natureza participativa. Em termos tipológicos, dão-se de três formas: transterritorialmente, territorialmente e mista. No primeiro envolve articulação de vários empreendimentos atuando na cadeia produtiva de um produto X. Já o segundo supõe articulação entre empreendimentos de naturezas diversas, contempladas socioeconômicas, sócio-políticas, socioambientais e socioculturais (foco dessa pesquisa), também dialogando com a economia local já existente. E o terceiro tipo é de dimensão territorial, com articulações transterritoriais, não limitando sua experiência a um âmbito geográfico específico a viabilidade da própria rede, que tende a conectar-se com outras redes através da expansão de suas atividades.

humana, o que significa falta de humildade no reconhecer o limite entre ele e o meio ambiente (cultural e natureza), que deve ser respeitado, caso contrário a consequência disso é uma piora na crise ecológica, social, política, cultural, econômica e pessoal.

Por conseguinte, entende-se que o fundamento básico dos processos participativos que envolvem essa pesquisa, APLs e TBC, está relacionado diretamente com as bases conceituais do tema capitais intangíveis. Isto porque, comportam-se como ferramenta catalisadora do desenvolvimento local-territorial e visam uma diminuição desse fenômeno de desequilíbrio.

O conceito desses ativos intangíveis está sendo incorporado aos poucos à sociedade e está calcado no desenvolvimento social. Por muito tempo, segundo Franco (2001), o velho paradigma científico considerava todas as tentativas dos economistas de encararem o desenvolvimento social como resultado do desenvolvimento econômico. O inverso é considerado como verdadeira premissa, porque, sem alcançar um nível de desenvolvimento social, as sociedades têm dificuldades para expansão econômica dada a forte concentração de renda e ativos produtivos.

Diante dos elementos apresentados entende-se que o conhecimento humano é o meio através do qual os mesmos podem buscar melhores alternativas econômicas, sendo que essas podem estar associadas tanto aos meios de produção quanto às técnicas de gerenciamento (PACHECO; PADOAN; XAVIER, 2008). Por conta disso, ao analisar esse tema alguns elementos constituintes devem ser apresentados.

De acordo com Franco (2001), podemos trazer como pré-requisito para uma aproximação adequada entre o conhecimento humano e as alternativas econômicas as seguintes características: capacidade de subordinar interesses individuais aos de grupos maiores, da sociedade trabalhar junta visando benefícios mútuos, de se associar umas às outras e formar novas associações, de compartilhar valores e normas, quanto constituir e compartilhar a gestão e de viver em comunidade em sentido *stricto sensu*, interagindo socialmente, de modo a criar contextos onde se manifeste *ethos* de comunidade.

Na maioria das vezes “os atores sociais nunca antes passaram por um projeto de capacitação nesse sentido.” (MIELKE, 2010, p. 22). Trata-se então de outro desafio presente na base desses ativos, que deve ser considerado, prioritariamente, tendo em vista uma organização do processo a priorizar uma gestão de baixo para cima. É necessário considerar também os lados conflituosos da sua aplicabilidade. Em consonância com Mielke (2010, p. 22), a contribuição de Matos (2006) reforça essa percepção, pois percebe que em situações de exclusão social, é preciso considerar que os comportamentos são historicamente determinados

pela busca de alternativas de curto prazo para subsistência, frequentemente utilizando estratégias individualistas, operando nos limites da lei, dos costumes e da dignidade humana.

Reconhecer os capitais intangíveis como complemento de uma organização social diferente das bases do sistema econômico vigente é reconhecer que, mesmo inseridas numa sociedade urbana industrial que apresenta características de dicotomia econômica, social e cultural, “essas populações não estão impossibilitadas de se organizarem coletivamente.” (MATOS, 2002, p.6).

Para tanto, as noções de cooperação devem estar associadas ao dia a dia local, de modo que compreendam a importância de que “uma massa humana não se distingue e não se torna independente por ela mesma, sem se organizar (no sentido amplo).” (GRAMSCI, 1966 *apud* NUNES, 2002, p. 15).

A maior consciência da dependência mútua e das necessidades de cooperação entre diversos atores e níveis para enfrentar os graves problemas sociais e econômicos confere um maior protagonismo à negociação como mecanismo nos processos de tomada de decisões sobre o território. (SILVA; SPINOLA, 2012, p. 2).

Tal argumento garante aos locais voltados para os Arranjos Produtivos Locais e Turismo de Base comunitária, por exemplo, um cenário propício ao desenvolvimento territorial e, assim, de ideias, com predisposição dos mesmos a colocarem em prática e trabalharem em prol dela e de seus valores.

Segundo Furtado (2003), as práticas se desprendem do autor cultural ganhando vida própria e deixando legados às comunidades. “Uma das chaves do desenvolvimento local reside na capacidade de cooperação entre seus atores.” (GODARD *et al.*, 1987, p. 139). Ainda nessa perspectiva, Boisier (1997) acredita que a sociedade civil, compreendidas com formas locais de solidariedade, integração social e cooperação, pode ser considerada o principal agente da modernização e da transformação sócio econômica em uma região.

Segundo Boisier (1997), existem várias outras formas de capitais intangíveis fundamentais no reconhecimento do desenvolvimento territorial, que, apesar das diferenças existentes, aproximam-se pelos elementos comuns presentes em cada um deles. Antes disso, diante das definições apresentadas por Boisier (1997), podemos dimensionar a importância dessa diferenciação. Na discriminação a seguir existem nove formas de capital possíveis e fundamentais para o desenvolvimento territorial organizado.

Depreende-se, portanto, que o capital econômico seria aquele ligado aos recursos financeiros, normalmente externo ao local, o que garante a presença da característica exógena ao território. Por isso, é necessária a articulação entre os governos territoriais e os agentes

financeiros. O capital cognitivo está relacionado ao conhecimento científico e técnico disponível na comunidade. Suas contribuições estão relacionadas ao conhecimento gerado acerca do próprio território e dos saberes científicos e tecnológicos que podem ser usados para promover desenvolvimento territorial.

Outro deles é o capital simbólico, relacionando a palavra ao poder de construir na região, uma autorreferência, um discurso regional, importante na competição com o mercado externo. Já o capital cultural refere-se ao patrimônio, imaterial e material, específico de uma determinada comunidade, o saber-fazer, a cultura que demarca a característica do território, matéria-prima que agrega valor ao sentimento de pertencimento ao território.

O capital institucional diz respeito às empresas/instituições privadas e públicas do território, associado à capacidade de atuar na tomada de decisão e que demonstrem vantagens no processo decisório, como a velocidade com a qual ela é tomada, a flexibilidade, a maleabilidade, inteligência e, principalmente, o grau de cooperação entre elas.

O capital psicossocial tem relação com o pensamento e a ação, entendido como a própria essência do ser humano, sua capacidade criativa, seu conhecimento, habilidades e sobretudo a capacidade de criá-lo e recriá-lo que depende de sua condição física (daí a importância da saúde, alimentação), mas também psicossocial, daí a importância da educação, da cultura, da capacidade empreendedora dos indivíduos e do reconhecimento de que o futuro é socialmente construído.

O capital social refere-se à capacidade de confiança e de cooperação entre os membros que formam o território. O capital cívico, construído frente às práticas políticas democráticas, de confiabilidade nas instituições públicas e da preocupação com os assuntos públicos. Já o capital humano, antes destacado nessa pesquisa, é considerado como um dos mais importantes porque determina o protagonismo da comunidade que desenvolve seu território.

Por fim, o capital sinérgico é a capacidade social de promover ações conjuntas para fins coletivos e deve ser um estoque latente existente em qualquer território. Como requisito deve estar articulado com as demais formas de capital para potencializar condições propícias ao desenvolvimento.

Nessa investigação todas as formas de capitais intangíveis supracitadas são reconhecidas como relevantes para o desenvolvimento territorial, considerado também como consequência dos processos participativos de APLs e TBC, através do patrimônio cultural de matriz africana existente no bairro do Cabula. Em contrapartida, essas formas particularizadas por Boisier permitiram a escolha de alguns desses capitais (Quadro 1) tomando como base as

necessidades mais latentes a essa pesquisa, mas também não deixando de reconhecer que todos esses capitais estão imbricados uns nos outros.

Quadro 1 - Formas de capitais intangíveis determinantes na pesquisa

<b>FORMAS DE CAPITAIS INTANGÍVEIS</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>
Capital Humano	O estoque de conhecimentos e habilidades que possuem os indivíduos que residem na região e sua capacidade para exercitá-los.
Capital Cultural	Refere-se aos produtos imateriais e materiais específicos de uma determinada comunidade, constituintes da identidade coletiva e da autoestima. Ao acervo de tradições, mitos e crenças, linguagem, relações sociais, modos de produção e os produtos imateriais (literatura, pintura, dança, música, etc.) e materiais (produtos produzidos especificamente por uma determinada comunidade).
Capital Social	O que permite aos membros de uma comunidade confiar um no outro e cooperar na formação de novos grupos ou em realizações em comum.
Capital Institucional	As instituições ou organizações públicas e privadas existentes na região: o seu número, o clima de relações interinstitucionais (cooperação, conflito, neutralidade), o seu grau de modernidade.
Capital Cívico	A tradução de práticas de políticas democráticas, de confiança nas instituições, de preocupação pessoal com os assuntos públicos, de associatividade entre as esferas públicas e privadas etc.
Capital Sinérgico	Consiste na capacidade real ou latente de toda a comunidade para articular de forma democrática as diversas formas de capital intangível disponíveis nessa comunidade.

Fonte: Adaptação do autor com base em Boisier (2000 *apud* HADDAD, 2001, p. 53) e Franco (2001).

Entende-se, por conseguinte, que esses capitais são fundamentais para a organização sociocultural coletiva de um território, colocando-o como um centro de irradiação em que os sujeitos que proporcionam esse desenvolvimento passam a entender o seu papel em todo o processo.

Sobre isso, Gramsci (1966 *apud* NUNES, 2002, p. 15) complementa com uma abordagem sobre a transformação de dada situação, que também se aplica a essa transformação promovida pelos capitais intangíveis nas pessoas e no território. Assim, ele afirma que as ideias não nascem de forma espontânea no cérebro de cada indivíduo. As ideias possuem um centro de formação, de irradiação, de difusão, de persuasão que pode ser o território ou um grupo de homens, ou mesmo um indivíduo que as elaborou e apresentou sob forma política de atualidade.

Isso demonstra as possibilidades de um salto territorial, através dessas relações, em que as pessoas da comunidade representam estoque de capitais intangíveis, para considerar, a partir daí, o outro como um sujeito e não como um objeto, potencializando a comunicação entre os diversos setores daquela sociedade, com fins numa intercompreensão e na diminuição da manipulação (JEANNERET, 1992).

Nesse ponto, outro capital também influencia diretamente no desenvolvimento territorial é o cívico. Observa-se que enquanto

[...] os cidadãos cívicos procuravam os políticos para saber sobre assuntos legais ou administrativos, os não cívicos procurávamos políticos com intuito de obterem empregos; enquanto os cívicos votavam por convicção, os não-cívicos votavam por clientelismo. (PACHECO; PADOVAN; XAVIER, 2008, p. 27).

Portanto, ainda em consonância com os mesmo autores, as chances de desenvolvimento são maiores aos cívicos, com menor dependência política, já que comportam-se de modo proativo ao procurarem os políticos para tratarem de assuntos coletivos. Isso fortalece as relações sociais e se caracteriza como contribuição para a formação do Capital Social.

Boeira (2005) aborda indiretamente o desenvolvimento territorial ligado ao capital social. Quando as pessoas agem coletivamente sob a forma de capital social, a sociedade explora melhor as oportunidades sob seu alcance, trazem eficiência ao processo e seus custos de transação são reduzidos, diminuem a incidência de conflitos, mais atores sociais são constituídos e a sociedade civil torna-se mais forte. Cerullo (2006, p. 5) acrescenta que o Capital Social

[...] compreende as normas implícitas de reciprocidade, informação e confiança presentes nas relações cotidianas, desenvolvidas pelos indivíduos, que potencialmente podem gerar benefícios diretos ou indiretos a si próprios e à comunidade, transcendendo relações conflituosas e competitivas para conformar relações de cooperação e ajuda mútua.

Os ativos intangíveis “são invisíveis porque não são contabilizados.” (SVEIBY, 1998, p. 9), e, embora de difíceis mensurações, promovem uma unidade ao território. Do ponto de vista sistêmico, os resultados obtidos têm relação com a soma de todas essas qualidades e competências individuais, independentemente da posição hierárquica que exista nas organizações pertencentes à cadeia produtiva local (PACHECO; PADOAN; XAVIER, 2008).

Outra dimensão que ajuda a compreender as tessituras formadas entre desenvolvimento territorial e capitais intangíveis está relacionada com a presença dos

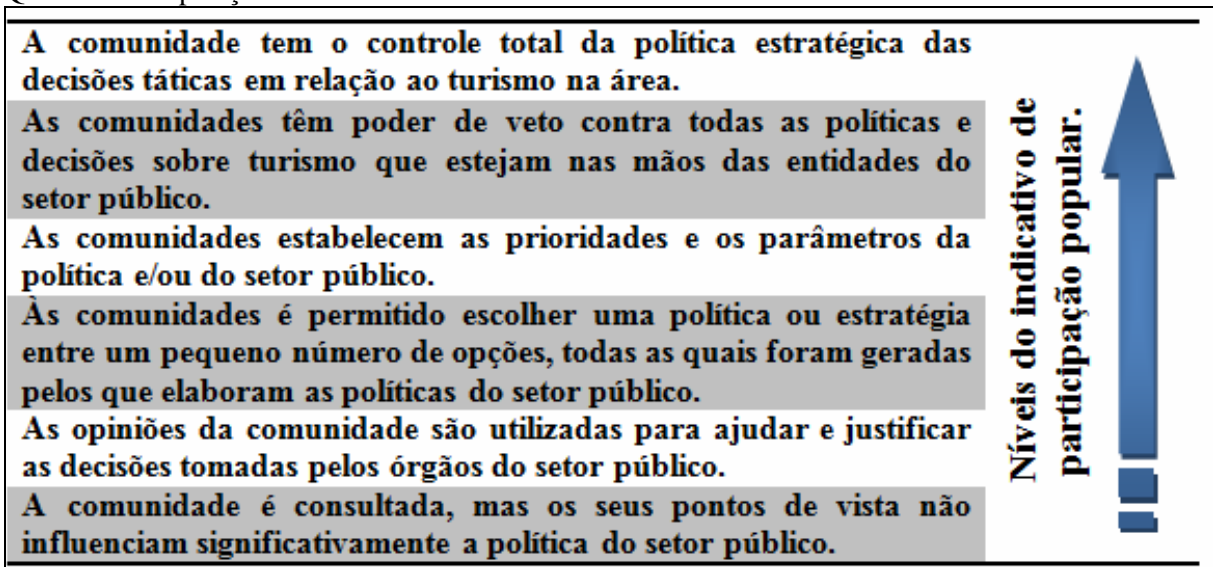
organismos horizontais e verticais. Nota-se que eles são responsáveis pela dinâmica local, já que representam os capitais institucionais.

O formato horizontal contempla as cooperativas, associações, sindicatos, no mais com organizações desprovidas de hierarquia e regras rígidas. Em relação às verticais elas criam rede de solidariedade entre seus membros, priorizando a reciprocidade, em vista a uma cooperação espontânea. Nessa convivência as verticais buscam controlar seus estoques de clientelismo e hierarquia, respeitando presenças intangíveis das redes sociais (AMARAL FILHO, 1996).

Todo alinhamento, na prática, precisa ser iniciado através de um alto processo de sensibilização na comunidade, já que quando ela passa a ter consciência de que domina os elementos presentes nos capitais intangíveis isso representa um caminho de significação e reconhecimento do que é ser um agente individual e socialmente constituído. Esse cenário proporciona aos membros da sociedade conhecerem melhor seus direitos e deveres no contexto a que pertencem.

O Quadro 2, abaixo, apresenta uma possibilidade que pode ser comum a esse tipo de estímulo na sociedade, mas que precisa de um olhar atento para criação de elos concretos.

Quadro 2 - Disposição crescente de uma ordem comunitária



Fonte: Adaptação do autor deste estudo com base em Swarbrooke (2000, p. 65).

De acordo com Franco (2004), basicamente esses ideais sustentáveis, aplicados ao contexto de ativos intangíveis, priorizam: ao invés de ofertar recursos investem nas capacidades das pessoas e do meio ambiente local; nega as políticas assistencialistas e promovem as habilidades locais; não espera do Estado as melhores iniciativas, organizam-se como sociedade civil para elaboração e/ou execução de programas inovadores, tendo como bases estoques culturais presentes na sua região (oportunidade de exercer capital sinérgico);

substitui os diagnósticos que sinalizam áreas carentes e sem recursos por um mapeamento das potencialidades que possam ser dinamizadas e ter como meta diária o protagonismo comunitário.

Diante destes fatores é possível compreender que uma estratégia política de desenvolvimento social não pode se ater somente a ações de aspecto rígido. Essa estratégia deve criar, manter e ampliar o estoque de intangibilidade nos territórios, fortalecendo a auto-organização social, estimulando soluções colaborativas, ao promover participação recíproca com os membros das comunidades locais (PACHECO; PADOAN; XAVIER, 2008).

As bases teórico-conceituais trazidas até aqui confirmam que para o desenvolvimento territorial acontecer a partir da incorporação de capitais verifica-se a necessidade de interação dos diversos conhecimentos apresentados. O ponto de partida para a criação dessas redes é o indivíduo, preparado para se comunicar com seus capitais culturais e diversos outros disponíveis no seu local de origem. Essa intrarrelação é capaz de resolver problemas de ordem local e também de agregar novas atividades econômicas, como, por exemplo, as de Turismo de Base Comunitária em conjunto com os Arranjos Produtivos Locais, ou ainda potencializar as já existentes.

Com isso, a intervenção do poder público, ainda que necessária e obrigatória, passa a ter uma conotação menos fatalista frente aos benefícios gerados por estarem organizados socialmente e capazes, enquanto cidadãos, de formularem e executarem as estratégias de desenvolvimento. Espera-se que essas inquietações, até então transformadas em conflitos sociais desagregadores, passem a canalizar atenção para responder questões relativas ao território, a exemplo da formulada por Franco (2004): “Por qual motivo uma comunidade não está conseguindo se desenvolver?” “O que está impedindo que o patrimônio cultural locais sejam conservados?” “Por que as pessoas não estão tomando as iniciativas?”. À medida que os mesmos forem encontrando respostas no seu próprio dia-a-dia os estoques de capitais intangíveis vão aumentando em paralelo ao desenvolvimento territorial e finalmente os recursos disponíveis à sociedade vão representar uma inovação para o gerenciamento das novas possibilidades que surgirão.

### **2.5.3 Nova Era do fazer turístico: do paradigma fordista à Nova era do Turismo**

Nos últimos tempos observa-se uma tendência mundial, em especial no Brasil, para a emergência de novas condições de desenvolvimento para alguns setores da economia, devido as novas formas de comportamento do mercado e os novos insumos oferecidos por ele. Diversas atividades econômicas enfrentam uma nova ordem que inclui novas formas de



gestão, de tecnologias, de perfil do consumidor e do gerenciamento das suas potencialidades produtivas.

Esse cenário também influenciou o turismo por sua característica multissetorial e sensível às variações de comportamento do mercado econômico. O turismo, apesar de envolver-se diretamente com os aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos e psicossociais das sociedades, é uma atividade com viés fortemente econômico. Isto lhe garante uma sensibilidade maior às mudanças de ordem econômica pelas quais o mundo passa.

O emaranhado de fatos históricos que envolvem essas relações não será abordado detalhadamente aqui, pois o objetivo desta seção é trazer bases para o entendimento dos processos que caracterizaram a evolução da atividade. Tal abordagem terá como pilares a compreensão do modelo “fordista” do fazer turístico e sua transição para a Nova Era do Turismo (NET). Sob o ponto de vista epistemológico, serão apresentados conceitos a ele atribuídos, ao longo do tempo, e que influenciou vários modelos de turismo.

Para iniciar a abordagem, define-se o conceito de turismo que etimologicamente tem a matriz do radical *tour* originada no latim, que por sua vez é originado do substantivo *tornus*, do verbo *tomare*. Os significados são: “giro, volta, viagem ou movimento de sair e retornar ao local de partida”. De épocas muito anteriores ao termo latino é a palavra *tour*, do hebraico antigo em seu sentido ouro e litoral, como expressão designativa de “viagem de exploração, de descoberta, de reconhecimento.” (ANDRADE, 1998).

Andrade (1998) afirma que o termo turismo tem origem na língua francesa, com a palavra *Tourisme*. Em 1760, o termo foi utilizado pela primeira vez na Inglaterra e as atividades hoje remetidas às turísticas tiveram início no mesmo país no século XVIII.

Porém, mesmo que não com toda a infraestrutura que é peculiar à atividade turística, os deslocamentos que o caracterizaram por muitos séculos iniciaram muito antes desse período. Todos os conceitos de turismo apresentados até hoje tiveram influência de fatos históricos que aconteciam e acontecem em paralelo ao desenvolvimento da atividade.

De acordo com Machado (2013), podemos usar alguns modelos propostos acerca destas influências e analisar Acerenza (1995), Cunha (1997), Lickorish e Jenkins (2000), Molina (2003), OMT/Fayos-Solá e Gee (2003). A partir daí e com foco em OMT/Fayos-Solá e Gee (2003), considerar-se-á a evolução das diversas fases evolutivas do turismo e dos seus conceitos até chegarmos nas duas vertentes principais dessa seção – o “modelo fordista” e a “NET”.

Com base em Fayos-Solá e Gee (2003), pode-se traçar uma breve evolução da atividade turística que vai desde o início da humanidade até os dias de hoje:

- a) Início nos primórdios da humanidade até o século V, relacionadas com os deslocamentos dos povos das civilizações pré-históricas, motivados pela busca por alimento, abrigo e clima mais ameno.
- b) Do século V até o XIV, com o declínio do império romano influenciando na redução das viagens ao mesmo tempo em que as motivações de cunho religioso cresciam com idas a Jerusalém e Roma.
- c) A terceira etapa é a do Renascimento dos séculos XIV e XVIII, em que o conhecimento era o grande motivador e o Grand Tour, que eram viagens pela Europa para obtenção de cultura e realização educacional aconteciam com frequência.
- d) A etapa seguinte seria a da Revolução Industrial do século XVIII até o XIX, quando as mudanças econômicas e sociais da época estavam relacionadas à ascensão de uma nova classe de trabalhadores urbanos com maior tempo livre, proporcionando o mais tempo livre para lazer e, por isso, o declínio do Grand Tour.
- e) A quinta etapa é a do turismo moderno, com início no século XX estendendo-se aos dias atuais, que traz consigo a influência da tecnologia, mobilidade, desejo, acessibilidade, renda, crédito. Isso caracteriza os grandes fluxos turísticos internacionais e domésticos, proporcionando o aumento das viagens, o advento do turismo em massa e a segmentação da atividade.

A partir daí, é no início do século XX que se tem o registro da primeira definição de turismo, datada de 1910. É do economista austríaco Herman Von Schullern, que o definia como “a soma das operações, principalmente de natureza econômica, que estão diretamente relacionadas com a entrada, permanência e deslocamentos de estrangeiros para dentro e fora do país, cidade ou região.” (HERMAN VON SCHULLERN *apud* BENI, 2004, p. 32).

Na década de 1930 surgiram os economistas da Escola Berlinesa, que, assim como diversas escolas europeias, definiram o turismo levando em consideração aspectos definidos como importantes para os estudos econômicos dessas escolas. Algumas dessas definições vigoraram por pouco tempo, pois foi uma época em que conceitos mais completos surgiram e ampliou-se o campo de estudo até então ligado ao aspecto econômico (BARRETTO, 1998).

Robert Glucksmann (*apud* BARRETTO, 1998, p.9)., por exemplo, ampliou o conceito de turismo ao afirmar que:

Quem definiu turismo como um problema de transporte, confunde este com tráfego de turistas. O turismo começa onde o tráfego termina, no porto de turismo, no lugar de hospedagem. O tráfego de viajantes conduz ao turismo, porém, não é turismo propriamente, nem sequer em parte. Turismo é a soma das relações existentes entre pessoas que se encontram temporariamente num lugar e os naturais desse local. (GLUCKSMANN apud BARRETTO, 1998, p. 9).

As definições, até então, demonstravam um elevado grau de pobreza nas informações, principalmente por serem puramente econômicas. Até meados da década de 1940 essas eram as bases teóricas da atividade, sendo que as políticas, culturas, questões sociais e mesmo jurídicas pertinentes ao conceito não apareciam. Com Hunziker e Kurt Krapf, ganhou-se nova perspectiva as quais, na Suíça, acrescentaram ao conceito elementos que são usados até hoje.

Em 1942, eles afirmaram que o turismo é o conjunto das relações e fenômenos produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas fora de seu lugar habitual de residência e que esses tais deslocamentos e permanência não estão motivados por uma atividade lucrativa principal, permanente ou temporal.

Já a década de 1950 foi marcada por relações de prestígio e status gerados pela atividade. Esse foi um dos principais motivadores, a partir de então, para justificar o envolvimento das pessoas com o turismo. Observou-se o surgimento de um “conjunto de princípios que regulam as viagens de prazer ou de utilidade, tanto no que diz respeito à ação pessoal dos viajantes ou turistas como no que se refere à ação daqueles que se ocupam em recebê-los e facilitam seus deslocamentos.” (ANDRADE, 1998, p. 37).

As influências daqueles que recebem os turistas, ou seja, a comunidade receptora, começa a ser comum nos conceitos seguintes nas próximas décadas. Da mesma forma que o fenômeno turístico foi tratado como pertencente ao setor de serviços, tendo em vista que, por não ser nem atividade agrícola nem industrial, ele é classificado no setor terciário. Sendo assim, uma combinação complexa entre atividades industriais e comerciais (BATISTA, 2003).

Na década de 1970 Boullón (1998), discorreu sobre o planejamento do turismo e o reafirmou como atividade do setor terciário, como conjunto de serviços vendidos ao turista. Esses serviços são inter-relacionados, de maneira que a ausência de um deles dificulta e/ou impede a prestação de todos os outros. É produzido em locais rigidamente predeterminados, para os quais se deslocam os turistas, ou seja, não há uma distribuição de produto, é o consumidor quem viaja à fonte de produção (BOULLÓN, 1998).

Outro teórico importante nessa construção paradigmática foi Oscar de la Torre, em 1980 e 1990, com o qual valores sociais começam a ser postos com clareza nos conceitos, pois. Então, ele é visto como

[...] é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas, inter-relações de importância social, econômica e cultural. (BARRETO, 1998, p. 12).

Nesse emaranhado de conceitos, a Organização Mundial do Turismo (OMT) resolve padronizar um conceito definitivo e defini turismo com sendo

[...] atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadias em lugares distintos do seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com a finalidade de lazer, por negócios ou outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado. (OMT, 2001, p.38).

Por conseguinte, nota-se

[...] através dos anos e séculos, inúmeros fatores imprimiram-lhe feições diversas, e entre eles salientam-se as alternativas de expansão do trânsito de pessoas, ao se deslocarem movidas pelos mais diferentes propósitos. O peregrino rumo aos lugares santos, o mercador transportando riquezas e ideias, o senhor percorrendo seus domínios, o viajante e o explorador em busca de horizontes novos, cada qual conduzia consigo necessidades inspiradoras. (BELCHIOR; POYARES, 1987, p. 16).

Essas variadas feições do turismo foram influenciadas pelas mudanças dos paradigmas mundiais e de cada momento histórico, contribuindo para dificultar sua epistemologia com definições de diversos autores e áreas. Com a contribuição de Jafar Jafari (apud BENI, 2004), e na tentativa de definir o pressuposto conceitual desta dissertação, destaca-se seu caráter holístico, em que o foco está no ator social, seja ele turista ou comunidade receptora.

Portanto, a definição adequada para este trabalho é a de que o turismo é o “estudo do homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades; e estudo dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físico, econômico e sociocultural da área receptora.” (JAFARI *apud* BENI, 2004, p. 37).

Percebe-se que a partir daí a palavra indústria aparece nos seus conceitos, na medida em que seus índices econômicos ganham magnitude. E é inegável que o turismo tem mais do que um status de indústria, de fato é considerado uma “indústria sem chaminé”, pois é composta por inúmeros negócios que surgiram em seu entorno e passou a assumir proporções de uma grande indústria, tornando-se uma atividade produtiva com necessidades ainda maiores de planejamento (SPINOLA, 2001).

O turismo comporta “dos automóveis aos aviões de grande capacidade e autonomia; dos crediários à intermediação das vendas dos transportes e alojamentos pelas agências e operadoras; tudo facilita a ascensão do turismo aos patamares de ‘indústria’ global.” (PRAXEDES, 2001, p. 47).

Alguns marcos históricos influenciaram o crescimento do turismo enquanto indústria. Podemos destacar dois deles, a Revolução Industrial (século XVIII) e a II Guerra Mundial (século XX). A Revolução Industrial, que aconteceu na Inglaterra. Ela teve duas fases, sendo a primeira da evolução tecnológica e a segunda com as evoluções química, elétrica, do petróleo, aço, com a introdução de navios movidos a vapor, o desenvolvimento do avião e etc.

Isso propiciou a mecanização dos sistemas de produção da época, o que os tornou mais eficientes, as produções passaram a ser mais rápidas, os preços menores e o consumo estimulado. Nesse sentido, houve um aumento da oferta de mão de obra com a sua migração do campo para os empregos industriais, surgindo muitos sindicatos para organizar tudo isso, tendo em vista a diminuição das jornadas de trabalho e o surgimento do tempo livre (MEDAGLIA; SILVEIRA, 2009).

Esse tempo livre permitiu possibilidades de exercer atividades de lazer por parte dos trabalhadores nas suas folgas, mas não ainda o desenvolvimento do turismo. O que se conhece como “sair de férias” para viajar ainda não era praticado, mesmo porque as condições de investir em férias não correspondiam aos rendimentos dos trabalhadores da época.

Na segunda fase da Revolução Industrial o turismo ganha força, principalmente com o fretamento de um vagão de trem por Thomas Cook, em 1841, para realizar a primeira excursão organizada. O sistema ferroviário, até então destinado ao transporte de cargas, dava lugar ao transporte de pessoas com objetivo de lazer. A ideia de Thomas Cook introduz no mercado de viagens a característica de grandes excursões, marca do turismo de massa até hoje (MEDAGLIA; SILVEIRA, 2006).

No século seguinte a Segunda Guerra Mundial foi outro marco histórico que ajudou a tornar o turismo uma atividade ainda mais difundida entre países da Europa. Toda essa composição dialogava com a necessidade que os países no pós-guerra tinham de ter novas possibilidades para novos rumos da economia. Observou-se também uma nova organização dos estados e de normas atualizadas das relações internacionais.

Os padrões cambiais também mudaram. Houve a necessidade de atração de moedas fortes e, somada à crise subsequente ao período de guerra, intensificou-se o interesse no turismo receptivo como possibilidade de agregar à arrecadação nacional. No pós-guerra “os

operadores de viagem lançam ao mercado milhões de pacotes de viagens ‘tudo incluso’, utilizando voos charter a preços muito acessíveis.” (BALANZÁ; NADAL, 2003, p. 23).

Cabe ressaltar que o turismo surgiu também no emaranhado de estratégias com objetivo de cumprir um papel ideológico do capitalismo. As grandes empresas do setor passam a trabalhar numa economia de escala, incorporada ao modo de produção e consumo turístico, com o barateamento dos preços unitários dos produtos turísticos e também o preço para o consumidor final. Nessa nova configuração, Esteve Secall faz uma ressalva sobre o resultado dessa relação turismo e modos de produção da época:

*[...] el turismo, y en forma más concreta las vacaciones estivales, constituyen un período de ‘liberación’ controlada tendente al mantenimiento y reproducción de las relaciones de producción capitalistas y de la estructura de clases. (SECALL, 1983, p. 145 apud MEDAGLIA; SILVEIRA, 2009).*

Nesse cenário, o turismo aproxima-se das economias de escala e, como consequência, do modelo de fordista. Esse “Turismo Fordista” (massificação, standardização e pacotes turísticos rígidos) emergiu no continente americano e foi exportado para o Brasil.

A formação da estrutura turística brasileira é mais recente e, portanto, a representatividade do País no contexto da evolução do turismo global é tímida e pautada nos reflexos do seu desenvolvimento na Europa. Sua organização produtiva passou de empírica para profissional depois dos anos 1970, antes disso, o único polo brasileiro de turismo mais conhecido no exterior era a cidade do Rio de Janeiro, que possuía uma infraestrutura razoável (FERREIRA, 2007).

Isto posto, a partir de meados do século XX o turismo começa a ser influenciado pelo modelo de Henry Ford e deixa de ser organizado para uma prática, exclusivamente, elitista. Os fatores associados ao aumento do tempo livre, maiores rendimentos disponíveis, o desenvolvimento tecnológico, melhoria dos transportes colaborou para uma maior democratização e o mercado oportunizou à atividade um aumento no número de praticantes (LIMA, 2013).

O modelo fordista imprime ao turismo uma produção em série, basicamente, pacotes de viagens, em que as empresas do setor visavam seus clientes satisfeitos a um custo baixo. Para isso, algumas vezes comprometeu-se as questões ambientais e socioculturais dos destinos receptores. Isto porque, o principal interesse do “turismo fordista” é o aumento do número de turistas, é gerar fluxo de pessoas sem a preocupação com os impactos socioambientais, dando origem ao turismo de massa.

A partir daí, ele passa a ser considerado uma indústria cada vez mais forte, pois é como uma atividade industrial real e não como uma atividade terciária, porque nele existe um processo de transformação de matérias-primas para a elaboração de produtos que são comercializados e consumidos no mercado (SESSA, 1968 *apud* BENI, 2004, p. 34).

Assim, as barreiras entre os destinos ficaram cada vez mais estreitas, aumentando expressivamente o número de viagens.

[...] o longe não existe mais; o estranho mimetiza-se, a aventura e a descoberta da viagem transformam-se em um pacote comercial, planejado, vivido antes do tempo. Sabe-se o que vai acontecer antes de percorrer os roteiros. A descoberta da terra estranha reduziu-se ao poder aquisitivo. Turismo precisa ser reinventado, precisa redescobrir como inteligibilidade que deve dinamizar criativamente a fruição. Para tanto, é indispensável superar a simples visibilidade decorativa e esteticizante da terra estranha com cartão-postal, para propor a descoberta que, sem planos, envolverá o turista na sua capacidade de encontrar alternativas a conhecer o que é estranho, a fim de também conhecer a si mesmo. (MOESCH, 2001, p. 97).

O turismo de massa dominou o mercado. Foram oferecidas ao consumidor viagens quase sem sair do lugar, vivendo a liberdade de uma viagem baseada no confinamento em ônibus ou cabines de avião ou quartos climatizados dos hotéis, para, posteriormente, desfilar diante de monumentos, paisagens que já foram divulgadas massivamente nos meios de comunicação através de estratégias de marketing de massa, como tv, *outdoor*, rádio, jornais revistas (GUATTARI, 1994 *apud* LUCHIARI, 2000).

De acordo com Poon, o mercado do turismo, baseado no modelo fordista, tem como foco os turistas homogêneos, previsíveis e que recorrem a pacotes predefinidos. Suas motivações estão nas viagens como uma novidade, como o prestígio social, os destinos são indiferentes, sendo a fuga do trabalho e de casa os itens importantes. Eles desvalorizam o patrimônio, não têm interesses especiais, fazem refeições no hotel e buscam o sol e praia (POON, 1993).

O aumento desse tipo de reforça a perda da autenticidade e os simulacros. Favorece a construção de *resorts*, “que cria seu próprio mundo dentro daquele espaço limitado” (BORBA, 2005, p. 37), “reforçando um sistema fechado de ilusões que se perpetuaria através de simulacros que funcionam como espaços de fuga.” (STEIL *apud* RIEDL *et al.* 2002, p. 55).

A enorme popularidade dos atrativos como cruzeiros marítimos, *shopping centers* e restaurantes *fast-food*, por exemplo, retrata a busca pela inautenticidade, pois vivem uma outra parte da sua vida, em outro local, mas em contato com vidas simuladas (RITZER; LISKA, 1997 *apud* KÖHLER, 2009). Uma modalidade que representa bem essa

inautenticidade inerente ao modelo fordista é o segmento de sol e praia, imbricado ao turismo de massa e o responsável pela hegemonia do mercado e da atividade em áreas litorâneas. Ele é responsável pela atração dos maiores fluxos de visitantes e o seu sucesso está associado ao fato de ser uma modalidade de turismo intensiva e, portanto, mais adequada à exploração industrial (SPINOLA, 2001).

A demanda do turismo “fordista” é incrementada também pelo consumo massificado desses destinos pelos “novos ricos”. Para atingi-los, o mercado usa tecnologia, sistemas de reservas, franquias de hotéis, tarifas promocionais, *marketing* de massa. Esses produtos turísticos foram se favorecendo pelos baixos custos dos combustíveis, extensa construção de hotéis, voos *charter*, oligopólios de companhias aéreas e o apoio do governo ao turismo (POON, 1993).

O modelo fordista de turismo não tem “vinculação com o espaço local mais imediato, e passou a adotar características padronizadas e pré-determinadas em termos globais, para agradar a um número cada vez maior de consumidores.” (SPINOLA, 1999, p. 34). O que o caracteriza é um modelo baseado em acúmulo de capital na busca por lucro, gerando concentração de renda, segregação social, desestruturação dos sistemas sociais e degradação do meio ambiente como resultado (BRASILEIRO, 2006).

Os impactos acabam sendo negativos, pois estes elementos compõem um modelo concentrador de renda, ou seja, prevalece o turismo de massa (BRASIL, 2005).

Dessa maneira, a cultura do consumo passa a ser uma expressão da sociedade contemporânea capitalista que, através do acesso e uso das diversas mercadorias e espaços, passa a estabelecer níveis de qualificação social distintos. Essa concepção traduz claramente o papel do turismo no processo de criação de espaços de consumo para classes privilegiadas, como é o caso dos *resorts*, *campos de golf*, *condomínios fechados e praias privadas* localizadas no litoral nordestino do Brasil. (SANTOS, 2007, p.2).

A partir do entendimento da existência dessa cultura de consumo, surge a necessidade de responder perguntas como a de Urry (2000), ligadas ao enquadramento social, ambiental, cultural e territorial do turismo, tornou-se tarefa difícil. Com Urry (2000), reforçamos a necessidade de questionar esse modelo desgastado, pois

[...] umas das perguntas que devem ser formuladas é “Desenvolvimento para quem?” Muitas das facilidades que resultam do crescimento do turismo como atividade econômica – aeroportos, campos de golfe, hotéis de luxo e outros – são de pouco benefício para a massa da população indigente. A maior parte da riqueza que é gerada é assimetricamente distribuída, e a maior parte da população dos países em desenvolvimento participa de uma pequena parcela dos benefícios. A maioria dos empregos gerados nos serviços relacionados ao turismo é relativamente de baixa capacitação e pode reproduzir o servilismo característico dos regimes coloniais. Deve-se



perguntar, entretanto, se muitos países têm outras alternativas ao turismo como uma estratégia de desenvolvimento. (URRY, 2000, p. 64).

O modelo fordista oferece ao turismo uma proposta de desenvolvimento que Urry (2000) chamou de “servilismo”, que vai além da mão de obra utilizada, e sim um servilismo do território, em que as prioridades são: às demandas dos grandes mercados emissores, que nada mais são do que economias já fortificadas internacionalmente que trazem consigo a experiência do pioneirismo no turismo de massa e, com isso, ditam os caminhos do turismo no mundo, deixando os países em desenvolvimento, como o Brasil, fora do protagonismo no gerenciamento da atividade. No entanto, este modelo exploratório já dá sinais de mudanças para a sobrevivência da atividade em longo prazo.

Em meados do século XX, a humanidade experimenta caminhos de transformação para um novo paradigma do turismo, “onde a ruptura de alguns valores e a persistência pela construção de modos específicos de apropriação de objetos e lugares emergiram.” (SANTOS, 2007, p. 1). Com essas mudanças, elementos de diferentes períodos coexistem, alguns podem desaparecer sem sucessor, outros podem desaparecer completamente e novos podem se estabelecer. Nesse caso, o turismo do “modelo fordista” continuou a existir, em diversos países do mundo, inclusive no Brasil. Porém, surgiram novas possibilidades de organizá-lo no mercado capitalista (MACHADO, 2013).

A partir da década de 1970, com às intensas discussões sobre as questões ambientais, o modelo fordista apresenta um acentuado declínio. Esses interesses começaram a agregar novas visões às políticas de turismo e foram somadas as crises subsequentes do ano de 1980, referentes às políticas fiscais e ao petróleo, que deram ao turismo possibilidade de competir com destinos alternativos e com preços mais competitivos (PASSOS, 2009).

Diante dos fatos, na década de 1990, já se podia considerar que o turismo dava espaço para um momento mais qualitativo da sua atividade, conhecido como “Nova Era do Turismo (NET)”, com vistas no menor impacto no meio ambiente. Considera-se um marco importante nessa trajetória, a Conferência Mundial de Turismo Sustentável, que aconteceu no ano de 1995, reforçou esse novo caminho, pois deliberava que o turismo e suas políticas tinham que estar embasadas nos conceitos de sustentabilidade definidos pela Rio-92.

Esta nova proposta demanda um turismo mais integrado, sistêmico, com atuação determinante dos setores público e privado, já que até a década de 1970 a intervenção do poder público no setor era limitada. Os órgãos criados na época, como o Conselho Nacional de Turismo (CNTUR) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), organizavam a atividade pontualmente, com foco em atrair turistas internacionais, regulação de hotéis e

formatar a imagem do Brasil no mundo com o “samba”, “mulatas” e “futebol”, sendo essa a autenticidade planejada na época. Basicamente, aproveita-se de uma imagem já construída pelas músicas de Dorival Caymmi ou pela literatura de Jorge Amado para construir a identidade do turismo pelo mundo (MAGNAVITA, 2007).

Nessa nova fase, a partir de 1990, o turismo foi visto como uma forma de desenvolver não apenas o global, mas também o local. Com a intervenção estatal mais delineada, o foco em políticas públicas para melhorar o controle dos impactos negativos do turismo aumentou (HARVEY, 1996). Nos anos 2000, foi criado o Plano Nacional de Turismo (PLANTUR), que funcionou como um instrumento da Política Nacional de Turismo

Nele estão previstos o desenvolvimento de pólos turísticos. O fortalecimento do turismo interno, o programa de qualidade e produtividade do setor, a formação de recursos humanos para o turismo, o ecoturismo, o MERCOSUL e todo o programa de marketing por segmento. Merece destaque especial a estratégia de articulação institucional no âmbito governamental e privado. (CALVACANTI, 2002, p. 66).

Apesar de não ser o objetivo dessa seção discorrer sobre o cenário político, vale dizer que no decorrer dos anos seguintes, entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, o turismo foi ganhando mais espaço nessa perspectiva de desenvolvimento local, nas suas políticas públicas, no controle do Estado, na criação do Ministério do Turismo, bem como das suas políticas nacionais de turismo (a partir do ano 2003).

A “Nova Era do Turismo” trouxe consigo uma perspectiva mais duradoura com práticas de menores impactos. É nessa busca, e em oposição ao modelo fordista, que Fayos-Solá assenta pilares sobre essas práticas voltadas para a qualidade, menor impacto ao meio ambiente, eficiência, competitividade, educação e um modelo de gestão compatível com a realidade de destinos turísticos (FAYOS-SOLÁ, 1996).

Os destinos deixaram de ser passivos no processo e buscaram um protagonismo, uma autonomia para gerir seus recursos turísticos. Com isso, o destino não deixa de ser competitivo, mas considera outros valores antes disso, como ser consciente dos impactos econômicos, ambientais, sociais, culturais e políticos (RITCHIE, CROUCH, 2000).

O novo contexto exige ainda que as empresas tenham estratégias competitivas reformuladas, com os consumidores e os locais beneficiados diretamente por inovação. De acordo com Fernandes (2005) a NET ou o turismo “pós-fordista” tem características relacionadas a

- a) Uma produção baseada nas exigências do consumidor;

- b) Os serviços não são dominados por economias de escala;
- c) As viagens concebidas para os indivíduos com diferentes necessidades;
- d) As férias são mais flexíveis;
- e) Os turistas são mais exigentes, flexíveis, “verdes” e conscientes, em que o ambiente e a cultura local são chave da experiência turística.

As economias de escala não têm mais um papel fundamental e, assim, o lucro deixou de depender delas. Os destinos e as empresas agora dependem de estarem preparadas para criar vantagens competitivas para uma diferenciação ainda maior dos seus concorrentes (POON, 1993).

Para atender a esse novo mercado o turismo passa a operar em um alto grau de segmentação considerando diversos aspectos, como nacionalidade, nível econômico, cultural, formação acadêmica, local de residência, razões para deslocamento, experiência prévia, formação e, ainda, a tipologia do turismo, se rural, de negócios, cultural, de aventura etc. (FERNANDES, 2005).

Um ponto que deve ser destacado nessa mudança de paradigma é o comportamento do consumidor. E foi baseado em Valls (1996), Poon (1993), Santos e Arrebola (1992) e Santos (2007) que podemos determinar as principais diferenciações. O turista é considerado um multiconsumidor turístico, já que as atividades que desenvolve em um determinado espaço de tempo são variadas e distintas, com múltiplas motivações, tem uma consciência ambiental mais desenvolvida, preocupado com a paisagem natural, urbana e com seu entorno, sendo chamado por Rodrigues (1997) de consumidor produtivo do espaço.

É o turista que realiza várias viagens curtas durante o ano e fragmenta suas instâncias. Exige das empresas um aumento nas opções de destinos, já que os escolhe de forma muito racional, observando qualidade numa viagem mais personalizada, com reservas feitas em um curto espaço de tempo. Por isso, os pacotes de turismo rígidos diminuem progressivamente.

Por conseguinte, pode-se mencionar que o surgimento de novos paradigmas reforça a necessidade da autenticidade e das ações integradas. Essas bases são aplicadas aos processos participativos propostos nessa dissertação, por entender que o turismo adequado a comunidades atende às propostas da “Nova Era do Turismo”. Para tanto, é necessário atentar-se as etapas anteriores a implementação da atividade, aqui, basicamente, entende-se como o advento dos estoques de capitais intangíveis e o conceito de desenvolvimento adequado para os agentes locais.

#### 2.5.4 Arranjos Produtivos Locais (APLs)

Os Arranjos Produtivos Locais, também conhecidos por APLs, estão relacionados com a questão das políticas industriais e do desenvolvimento, dentro das ciências econômicas. A formulação dos seus conceitos foi influenciada por fatos de ordens geopolíticas mundiais e hoje correlaciona agentes políticos, sociais e econômicos. A abordagem a seguir apresenta esses principais fatores, associados a sua caracterização teórica com uma análise direcionada ao subsídio teórico visando à contribuição do recorte temático da pesquisa, tendo em vista a amplitude do contexto que envolve os APLs. A seção deste capítulo não comporta uma discussão detalhada de todos os elementos que envolvem o tema. O objetivo é partir da bibliografia acumulada e fixar os aspectos essenciais.

Nessa análise as pesquisas, trabalhos e livros indicados pelos profissionais da Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais – Rede Sist<sup>25</sup> foram base teórico-conceitual utilizada. Esta rede é referência quando tratamos de APLs no Brasil. Ela é uma rede de pesquisa interdisciplinar que existe desde 1997, sediada no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ao mesmo tempo faz parcerias com várias universidades e institutos de pesquisa no Brasil e com organizações internacionais (REDE SIST, 2014).

Podemos entender os Arranjos Produtivos Locais como aglomerações envolvendo diversos agentes diferentes, basicamente sendo econômicos, sociais e políticos. Todos têm o foco num mesmo objetivo, ligados a um conjunto específico de atividades econômicas e localizados num mesmo território. Essas condições ganham aproveitamento na medida em que exercem seus vínculos de interação, aprendizagem e cooperação. Todos esses fatores são direcionados para enraizamento da capacitação social e da capacidade inovativa, essenciais para a competitividade (REDE SIST, 2004).

Os arranjos produtivos estão ligados diretamente às questões territorial e local. Nas últimas décadas muito tem se falado em desenvolvimento. Esse recente enquadramento do território e suas possibilidades de uso através de APLs, por exemplo, faz parte de um novo paradigma do desenvolvimento econômico, oriundo das transformações na sociedade, principalmente após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Houve uma reorganização do setor industrial em que a sociedade industrial foi substituída por uma ênfase na informação e no conhecimento. Isso exigiu das empresas, do mercado e dos governos novas formas de

---

<sup>25</sup> A Rede Sist é uma rede de pesquisa interdisciplinar, formalizada desde 1997, sediada no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e que conta com a participação de várias universidades e institutos de pesquisa no Brasil, além de manter parcerias com outras instituições da América Latina, Europa e Ásia (REDE SIST, 2014).

atuação. Uma época caracterizada pelo neoliberalismo, “mundo sem fronteiras”, pelo processo de globalização e de transformações vivida pelas organizações (ALBUQUERQUE; NÓBREGA; OLIVEIRA, 2013).

Porém, até então, as políticas industriais estavam voltadas a outras formas de aglomerações que priorizavam aspectos quantitativos. O modelo de acumulação era de produção em massa, apoiado pelo modo de regulação keynesiano<sup>26</sup> da economia (ALBUQUERQUE; NÓBREGA; OLIVEIRA, 2013, p. 2).

Incentivou-se, à atração de investimentos para determinado local e como consequência, esses locais atraem empresas e, então, criam e reforçam uma característica: a aglomeração. Esses investimentos passaram a potencializar as exportações para outras regiões e começam a elevar a renda, a atrair pessoas e induzir investimentos públicos em infraestrutura. Para atender esse volume de pessoas, atraem-se mais empresas, para prestar outros serviços e atender a demanda produtiva do território e regiões anexas (BNDES, 2005).

Uma questão importante associada a esse termo é a possibilidade de incluir

[...] diferentes tipos de aglomerados referidos na literatura – tais como distritos e pólos industriais, clusters, arranjos produtivos e inovativos locais, redes de empresas, entre outros. Geralmente, essas aglomerações envolvem algum tipo de especialização produtiva da região em que se localizam. (CASSIOLATTO; LASTRES, 2003, p. 7).

O conceito de aglomeração passa a ter uma vasta capilaridade nas ciências econômicas, contendo inúmeras representações, mas vale lembrar que o objetivo aqui é discorrer alguns dos que foram pontos chaves no surgimento dos APLs.

Esses diversos tipos de aglomerações obedecem a um determinado momento histórico, a diferentes atores, articulações, governança, mas também há uma convergência na medida em que amplia “suas chances de sobrevivência e crescimento, constituindo-se em relevante fonte geradora de vantagens competitivas.” (CASSIOLATTO; LASTRES, 2003, p. 3).

Dentre esses diversos tipos podem-se destacar os centros industriais, característicos das grandes cidades. São grandes aglomerações industriais em que as empresas desempenham um papel importante, porém podem não apresentar altos índices de interação, sinergia e relações entre elas (BNDES, 2005). Os centros, então, geraram uma demanda de formulação das políticas específicas, nas décadas de 1950 e 1960 para incentivá-los nas capitais estaduais de regiões menos desenvolvidas.

---

<sup>26</sup> A escola keynesiana se fundamenta no princípio de que o ciclo econômico não é autorregulado como pensam os neoclássicos, uma vez que é determinado pelo “espírito animal” (*animal spirit* no original em inglês) dos empresários. É por esse motivo, e pela incapacidade de o sistema capitalista conseguir empregar todos os que querem trabalhar, que Keynes defende a intervenção do Estado na economia.

O cenário foi de grande convergência de empresas para esses aglomerados. Inicialmente relacionadas aos setores mecânico e metalúrgico e, posteriormente, atraíram indústrias de outros setores, interessadas em mercados consumidores, em condições de logística, busca de incentivos fiscais, mão de obra especializada, bons serviços, condições de urbanização e outras (BNDES, 2005).

Outra aglomeração produtiva que influenciou o surgimento dos APLs foi o chamado complexo, que são concentrações de empresas geralmente associadas a uma cadeia produtiva. São empresas ligadas em cadeia que produzem etapas diferentes do processo produtivo (BNDES, 2005). Como contribuição, Haddad (2003, p. 30) traz esse complexo industrial como sendo “um conjunto de atividades que ocorrem numa dada localidade e pertencem a um grupo ou subsistema de atividades que estão sujeitas a importantes inter-relações de produção, comercialização e tecnologia”.

As políticas governamentais a partir dos anos 1950 induziram o crescimento dos complexos, com a indústria automobilística e, a partir dos anos 1970, com a política de apoio ele adquiriu mais força no setor petroquímico. “O crescimento da economia de mercado até o início da década de 1970 baseou-se em unidades produtivas dedicadas à fabricação de bens em altos volumes, integradas verticalmente e empregando processo de trabalho de característica taylorista-fordista.” (ALBURQUERQUE; NÓBREGA, 2013, p. 2). Todas essas intervenções visavam à substituição das importações por exportações, para aumentar a competitividade externa das cadeias industriais (SPINOLA, 2001).

Sob o ponto de vista regional esses novos redirecionamentos estavam ligados à necessidade de desenvolver áreas atrasadas, com potencial competitivo, insumos e outros tipos de vantagens que possuíam (BNDES, 2005). As aglomerações produtivas passam a ser indutoras do desenvolvimento econômico local a partir das novas formas de produção pós-anos de 1970. Todas essas políticas voltadas para as indústrias tinham respaldo acadêmico nos teóricos do desenvolvimento (BITTENCOURT; CAMPOS, 2009). Com esse andamento houve busca por explicação sobre o fenômeno da aglomeração, que passa pela teoria da localização industrial, primeiramente através de clássicos, como Von Thunen e Alfred Weber, já mencionados na seção anterior.

Segundo Haddad (2003), essas teorias são relevantes para as aglomerações até certo ponto, vejamos que a economia de aglomeração e sua operacionalidade são definidas de forma deficiente por eles, tendo em vista que explicam de maneira isolada os processos de concentração industrial.

Alfred Marshall é um economista inglês, em meio aos citados, que traz os primeiros estudos sobre as novas formas de organização industrial, em finais do século XIX. Essas contribuições estão relacionadas aos distritos industriais desenvolvidos na Itália e representam a reação e adaptação às tendências da globalização e a relação tecnologia - novos paradigmas. Esses distritos concentravam-se nas regiões norte e nordeste da Itália e tinham como base as pequenas e médias empresas (SENGENBERGER; PYKE, 1992; PYKE'ET ALII', 1990; LOCKE, 1995 *apud* GALVÃO, 1998). Essas empresas, ao se agruparem, se fortaleciam, gerando economia de escala, maior especialização produtiva, além de atração de mão de obra qualificada (BITTENCOURT; CAMPOS, 2009).

Os distritos industriais tiveram êxito em vários países, pois passaram a organizar redes, desenvolvendo sistemas complexos de integração como a cooperação, solidariedade, coesão e a valorização do esforço coletivo. A materialização de uma eficiência coletiva, gerada pela ação conjunta, resulta numa competitividade acirrada entre as empresas em comparação com firmas que atuam isoladamente no mercado (GALVÃO, 1998).

Essa cooperação, presente nos distritos industriais italianos, está ligada ao sucesso do seu bom desempenho político, social, econômico e de competitividade visto através do aumento da taxa de crescimento das exportações ou pela grande capacidade inovativa na Itália nos anos de 1980 e 1990. Isso porque, com o nível de cooperação elevado, aumenta-se o caráter democrático dos distritos, assim como o envolvimento dos entes públicos (BNDES, 2005).

A cooperação forma as bases para a formação dos Arranjos Produtivos Locais no Brasil (APLs). Ela pode ser dividida de duas formas: a cooperação multilateral, coordenada por uma instituição representativa de associação coletiva autônoma – sindicatos, cooperativa de crédito, associação de produtores etc.; a cooperação bilateral, que é feita para solucionar um objetivo específico, sem autonomia decisória – relações informais de troca de conhecimento etc. (BNDES, 2005)

Sob a ótica de operacionalização dessa cooperação temos a horizontal e a vertical. A primeira é quando as empresas atuam conjuntamente, sob diversas formas jurídicas de parcerias, mas guardam sua autonomia (legal e comercial) e permanecem concorrentes. A consolidação é notar que os verdadeiros concorrentes das empresas da aglomeração não são seus “vizinhos de muro”, e sim empresas de outras aglomerações. Já a cooperação vertical ocorre entre as empresas do mesmo setor e se fundamenta na interação de empresas que fabricam produtos complementares, tanto porque podem complementar a carteira de produtos de uma ou de ambas as empresas ou porque uma pode atuar como fornecedora da outra

empresa. É nesse tipo de cooperação que surgem as diferentes relações de subcontratação entre empresas (GUERRINI; OLIVEIRA, 2002).

Dessa forma, constata-se que a cooperação é fator primordial, principalmente quando se pretende dar um salto nos pensamentos econômicos cartesianos da época e repensar as políticas da economia. No mundo, a partir dos anos 1980, há uma mudança de paradigma para abrigar essas contribuições marshallianas. Houve a substituição do antigo modelo fordista de acumulação, que cabia numa verticalização empresarial, por uma acumulação flexível, com descentralização e uma menor dependência das economias de escala (GALVÃO, 1998).

No caminho desse sucesso de experiência italiana crescem a literatura e as necessidades desses distritos em diversos países.

Da experiência bem-sucedida de reestruturação produtiva na Itália emergiu uma nova literatura, que partia do conceito mais restrito de distrito industrial para uma denominação mais geral, a de *cluster*, capaz de compreender todo tipo de aglomeração de atividades geograficamente concentradas e setorialmente especializadas – não importando o tamanho das unidades produtivas, nem a natureza da atividade econômica desenvolvida, podendo ser da indústria de transformação, do setor de serviços e até da agricultura. (GALVÃO, 1998, p. 8).

Os Estados Unidos são um exemplo desses desdobramentos dos distritos industriais. Nesse caso tem sido identificada uma enorme quantidade e variedade do que eles chamam de *clusters*. Ou seja, é um termo americano usado como sinônimo de Distritos Italianos e também de APLs, mas com alguns pontos de diferenciações. No caso dos clusters, “estão geograficamente concentradas e setorialmente especializadas e que se formam de modo espontâneo.” (GALVÃO, 1998, p. 9).

O método de identificação desses *clusters* foi desenvolvido por um autor norte-americano chamado Porter (1993), que acredita numa vitalidade econômica de um setor como sendo resultado direto da competitividade de indústrias locais e que, num mundo globalizado, os indivíduos, as empresas, as regiões e o governo devem pensar globalmente, mas agir localmente (PORTER, 1993).

Por outro lado, aqui no Brasil, no que tange aos aspectos ligados às aglomerações produtivas, especialmente em questão (APLs), é a superação dos desafios impostos por essa globalização e a alta competitividade tão discutidas e que domina o mercado na atualidade.

Nesses arranjos existem elementos de endogenia, demonstrados num processo sustentável de aproveitamento das oportunidades das capacidades locais. Sua condição básica, além da cooperação, é a participação dos atores locais, econômicos, públicos e privados,



capazes de catalisar tais potencialidades locais para uma melhora integral da qualidade local (TABOSA *et al.*, 2004).

Ainda com esses autores, pode-se afirmar que para APLs é condição importante a participação local, o que significa, portanto, oportunizar às pessoas participação efetiva nas atividades de desenvolvimento, gerar condições para que elas mobilizem seu próprio potencial, sejam agentes sociais, gerenciem seu recursos, tomem decisões e controlem as atividades que afetam suas vidas. Essa preocupação está cada vez mais em voga na sociedade urbana das grandes cidades, que criam dicotomias locais dando autonomia para algumas áreas da cidade e criando dependência em outras diante de um processo de organização espacial-político-cultural excludente.

A existência de arranjos produtivos numa localidade em geral contribui para o fortalecimento dos valores citados. O seu uso também está relacionado, usualmente, a aglomerações produtivas do setor industrial, em que o local conta com um conjunto significativo de empresas que operam no mesmo setor e a participação delas é maior que a participação de demais setores. Dessa forma, não se define aglomeração apenas pela quantidade de empresas (ALMEIDA, 2006).

Na literatura sobre APLs encontram-se experiências dispares do que de fato configura-se um arranjo produtivo. Originalmente, sua formação envolve uma variedade de agentes como fornecedores, associações de classe, universidades, instituições governamentais pró-ativas no local, centros tecnológicos, instituições para difusão de informações e outros. Porém, mesmo na dificuldade de encontrar diversos desses fatores nos locais a serem implantados, algumas das experiências foram classificadas como APL, o que rendeu para a literatura alguns casos distantes da realidade (BNDES, 2005).

Posta essa disparidade os APLs passaram a ter uma linha mais bem definida voltada para a concentração geográfica de pequenas e médias empresas, preferencialmente, somadas a outras instituições e associado à existência de vantagens competitivas locais de abrangência setorial (BNDES, 2005).

Para Cunha (2007), as vantagens locais também são fundamentais e podem se dividir em: economias passivas (ganhos em função da proximidade com cliente, com fornecedor, urbanização, infraestrutura, custo com transporte etc.) e em economias ativas (acúmulo e intercâmbio de conhecimento ao longo do tempo numa determinada localidade) (LUNDVALL, 1988 *apud* BNDES, 2005).

Ademais, para a conformação de um verdadeiro APL também é preciso a interação dos diversos atores sociais da localidade com as empresas, sobretudo a classe trabalhadora, o setor

público e instituições locais voltadas ao desenvolvimento cultural, social e à preservação ambiental e artístico-cultural (BACELAR, 2004).

Como salientado no item anterior, o conceito de APL está tradicionalmente ligado às estruturas produtivas industriais. Essa premissa não inviabiliza sua utilização para outras órbitas da produção, como o setor serviços. O turismo, por ser uma atividade essencialmente do setor de serviços, inclui-se nessa possibilidade, no entanto algumas mediações devem ser pensadas (CORIOLANO, 2009). De antemão, compreende-se o destino turístico como uma aglomeração territorial natural, portanto com noções que embasam a criação dos APLs. Basta que se percebam exemplos presentes nos estudos de Feger *et. al.* (2008) sobre o APL Rota da Amizade, no oeste catarinense, e de Sampaio (2009) sobre a Vila do Abraão, situada em Ilha Grande (RJ).

Todos esses exemplos têm em comum a concentração física de atrativos turísticos, de prestadores de serviço e órgãos de fomento desta cadeia produtiva. Somado a isso tem a expressiva quantidade de MPEs que compõem o setor turístico, aproximando-se de 97% das empresas do setor de turismo no País (IBGE, 2009).

Na aplicação dos conceitos de APLs em possibilidades participativas dentro do turismo numa localidade, é fundamental conhecer os setores que estarão intrarrelacionados nessa cadeia produtiva. A priori, são eles: hotéis, pousadas, alojamentos, restaurantes, serviços de entretenimento ligados a aspectos culturais, históricos, ambientais ou comerciais, agências e operadoras de turismo, empresas de transporte e organizações públicas e privadas de apoio ao turista, desde as infraestruturas básicas até as específicas. Os caminhos que levam ao êxito de um arranjo produtivo local no setor de turismo devem buscar a contemplação desse conjunto de empresas (BRASIL, 2008).

Aqui cabe diferenciar os arranjos voltados para o turismo e para as práticas tradicionais das industriais. No caso da aglomeração industrial o conjunto que forma o núcleo dos arranjos opera apenas numa etapa produtiva. No caso do turismo as empresas pertencentes ao arranjo e a localidade compreendem vários e diferentes subsetores.

Obrigatoriamente, devem apresentar diferentes conjuntos de empresas nucleares, pois o que caracteriza o turismo são as diferentes atividades à disposição de um turista. É possível haver um número maior ou menor de empresas em cada subsetor, mas para que seja considerada uma Aglomeração Produtiva Local do setor Turismo é necessário que haja um número expressivo de empresas em cada um dos subsetores ou, pelo menos, nos subsetores mais relevantes (BRASIL, 2008).

Essa organização produtiva nos sinaliza que no turismo não há etapas diferentes da produção do setor. As empresas desses subsetores entregam ao cliente seus produtos ao mesmo tempo. O cliente, nesse caso, que se hospeda em um hotel usufrui das suas dependências, mas também da infraestrutura da cidade, das suas opções de entretenimento e da sua beleza natural. Portanto, o produto turístico e a satisfação do turista dependem da atuação concomitante de diversas empresas em diferentes ramos de atuação, conforme mostra a Figura 5, a seguir.

Figura 5 - Variedade de empresas envolvidas no produto turístico e na satisfação do turista

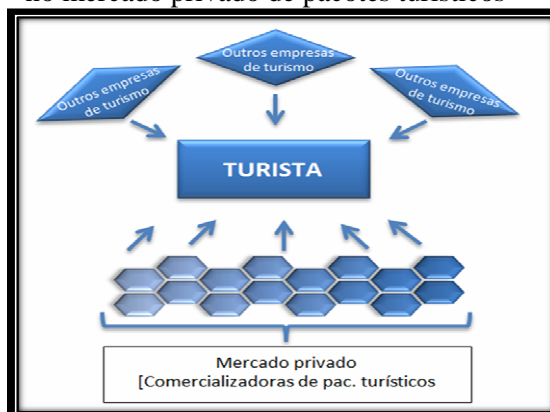


Fonte: Adaptação do autor deste estudo com base em Brasil (2008).

Por essa organização produtiva, o turismo demonstra também o quão complexo é o gerenciamento da sua atividade, já que as empresas que compõem o produto turístico atendem necessidades diferentes de um mesmo mercado (o turista).

A Figura 6 reforça a complexidade da atividade turística e demonstra que mesmo a atividade tendo um processo de produção mais concentrado num mercado de pacotes turísticos ainda assim o seu produto destinado ao turista vai ter interferência de outras empresas que não estão previstas no mercado privado que se preparou para atendê-lo.

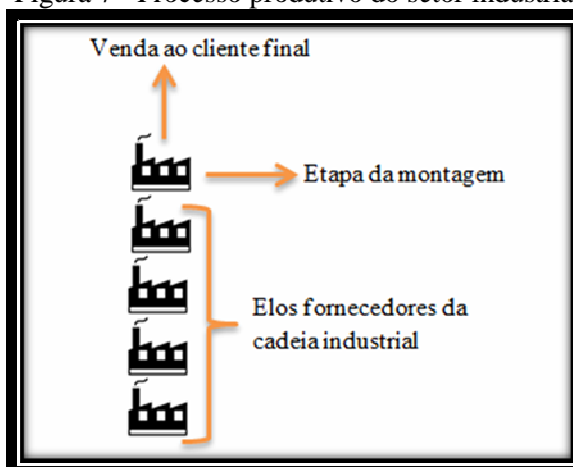
Figura 6 - Processo de produção do turismo com foco no mercado privado de pacotes turísticos



Fonte: Adaptação do autor deste estudo com base em Brasil (2008).

Para ampliar essa percepção podemos comparar o processo de produção do turismo com o do setor industrial. Conforme mostra a Figura 7, na atividade industrial o processo produtivo é mais linear e contínuo. Há um alto grau de independência entre as etapas de produção e o consumo do cliente final, tendo como consequência maior possibilidade de detectar e de reverter os problemas processuais.

Figura 7 - Processo produtivo do setor industrial



Fonte: Adaptação do autor deste estudo com base em Brasil (2008).

De acordo com as características do turismo apresentadas, nota-se que é uma atividade produtiva que deve ter o planejamento como seu principal aliado. Numa abordagem complementar e com a colaboração do Ministério do Turismo (MTUR), pode-se inferir que essas relações trazem ainda como premissa a disputa pelo orçamento e a decisão de compra do turista que se dirige aquele destino turístico ou ao arranjo produtivo.

Ou seja, os aspectos do cliente estão imbricados para todas pois há situações que precisam ser administradas, como a influência da estratégia de uma empresa (ou de um grupo de empresas) na definição do perfil do turista. Exemplo: se uma empresa elabora ações voltadas

para um segmento do mercado, as demais empresas terão que se adaptar para oferecer produtos ou serviços ou compreender a nova dinâmica causada por esse novo público. Esse nível de interação entre as empresas do *trade* turístico fica mais evidente e as fazem depender cada vez mais umas das outras (BRASIL, 2008).

Na visão do turista o prazer da viagem está relacionado a todos os aspectos de uma forma completa, e não apenas sob um ponto de vista. A satisfação deve ocorrer com os serviços de todos os subsetores. Exemplo: se a comercialização for via pacotes quando se sabe de antemão os serviços que os turistas irão usufruir – as demais atividades da localidade também devem estar com uma qualidade equiparável, caso contrário pode prejudicar todo o esforço coletivo.

Essa interdependência entre as empresas envolvidas na cadeia produtiva do turismo não significa que haja cooperação entre elas. Os caminhos para aumentar esses níveis de cooperação passam pelo

[...] intercâmbio sistemático de informações produtivas, tecnológicas, mercadológicas, com interação de vários tipos, por meio de programas comuns de treinamento, realização de eventos/feiras, cursos e seminários, com integração de competências, por meio da realização de projetos conjuntos, incluindo desde melhoria de produtos e processos de pesquisa e etc. (CASSIOLATO; LASTRES, 2003, p. 25).

É evidente que a cooperação e as vantagens competitivas de cada arranjo produtivo promovem o seu diferencial frente ao mercado econômico. Observam-se outros aspectos que podem garantir êxito nessa dinâmica, qual sejam, cultura e criatividade. Por agregarem valor à formação desses APLs esses dois elementos, especificamente, colaboram com a cooperação, com a dinâmica produtiva e inovativa de onde estão inseridos.

O Brasil, como um país diverso e multicultural, tem ainda a dificuldade de reconhecer as inúmeras representações simbólicas disponíveis, seja no cenário nacional, estadual, municipal ou local, daí essa cultura, que forma um país multicultural, passa a ser tratada no âmbito da informalidade. Pensar em iniciativas locais como os Arranjos Produtivos Locais (APLs) significa trabalhar na reversão desse processo e é uma alternativa no escopo do problema e fundamental para a criação de políticas efetivas na promoção e estímulo dessas novas iniciativas. A consequência beneficiará inúmeros segmentos, sejam o cultural ou do turismo, que normalmente já se beneficiariam pela influência que tem no mercado consumidor, mas, também, além destes.

“Quanto mais denso e rico o conteúdo cultural de uma determinada sociedade, maiores suas possibilidades.” (FURTADO, 2003, p. 21). E é nessa perspectiva que se coloca

um olhar sobre a relevância dos arranjos produtivos locais dentro do uso dos conteúdos culturais disponíveis e legítimos da sociedade. Para mais, Furtado ainda afirma que ela não pode ser compreendida senão a partir da inovação e de transformação econômica social. Por isso a relevância das políticas públicas direcionadas a entender cada aspecto da cultura, cada manifestação, em cada região, localidade, respeitando as idiossincrasias.

Tal compreensão sobre a ligação entre os APLs e a cultura promove um bem-estar aos atores locais e reforça as ligações com o território. Furtado (2003) complementa ao dizer que isso gera desprendimento dos bens culturais, que passam a ganhar vida “própria”, deixando o campo restritivo e se colocando disponível, como mais um elemento produzido no dia a dia por determinada sociedade. Os arranjos produtivos contribuem com esse processo na medida em que legitimam esses bens, através do seu uso planejado e múltiplo dentro de uma dada comunidade (COSTA, et. al. 2009, PUPPIM DE OLIVEIRA, 2009).

No que concerne à compreensão dos arranjos, a inovação também é um elemento chave, com base nas trocas humanas e não em trocas comerciais. Principalmente pelo turismo ser uma atividade de serviços, em que o consumo dos clientes é também o tratamento dispensado pelas pessoas. Nesse caso, quanto maior for a condição psicossocial dos protagonistas do processo, melhor é a qualidade do serviço ofertado. Portanto, melhorar as condições de vida da população de uma localidade, que operacionaliza a atividade por APLs ou não, deve ser vista tanto como um objetivo final de uma proposta de desenvolvimento local tanto como um meio para melhorar os serviços prestados nas atividades de turismo da cidade (BRASIL, 2008).

Definitivamente, acredita-se que os Arranjos Produtivos Locais, através da aglomeração de diferentes agentes, são capazes de fortalecer o desenvolvimento territorial do bairro do Cabula. Sua configuração apresenta possibilidades de envolvimento do patrimônio cultural com os agentes locais. Nessa premissa, as atividades produtivas devem conter estoques suficientes de capitais intangíveis, noções de pertencimento ao bairro, identidade, desenvolvimento territorial, a criação de emprego, a regeneração urbana, o empreendedorismo e outros aspectos nesse sentido.

### **2.5.5 Turismo de Base Comunitária (TBC)**

A atividade turística está no seio do desenvolvimento do setor de serviços do mundo e hoje é dominada por grandes capitais financeiros tornando-se um elemento de interesse internacional. As características do turismo convencional estão relacionadas a uma forma já

considerada antiga de pensar a atividade, pois carrega consigo todos os impactos inerentes aos grandes negócios da sociedade urbano-industrial.

A modalidade convencional de turismo não é de interesse nessa pesquisa, porque indica-se outra forma de pensar o fenômeno do turismo - O Turismo de Base Comunitária (TBC). Ele desponta como uma alternativa para comunidades até então desinteressantes para o turismo tradicional, que se baseava no modelo fordista de produção estudo na seção anterior. Nesta seção vamos discorrer sobre as características do Turismo de Base Comunitária, que é um modo de fazer turístico novo, com bases conceituais presentes em alguns segmentos como o eco, etno e agro-turismo, para em seguida chegar ao TBC (SAMPAIO *et. al.* 2011).

Para as formulações teóricas do TBC foram associadas muitas experiências em projetos turísticos de contato direto com comunidades e reflexões científicas advindas da academia. Sua implementação é um processo desafiador pois exige uma compreensão precisa de como trabalhar com comunidades e suas diferentes populações, que trazem consigo realidades peculiares que precisam ser consideradas em todo o processo.

Exige-se um olhar apurado para as diferenças e para as relações sociais reconhecidas como aquelas que ativam a dinâmica no local onde a atividade será desenvolvida. Através do TBC, pretende-se abandonar seu viés puramente mercadológico, ampliando sua capacidade de transformação, enquanto atividade social e. Segundo Krippendorff (2009, p. 90),

A promoção do turismo é vital para a aldeia e para a região e chega a ser de interesse nacional. Mas ninguém fala das eventuais repercussões negativas, apenas de rendimentos, de trabalho e de melhor qualidade de vida. E quando o turismo tiver invadido a região e seus moradores tiverem tomado conhecimento da verdade, às suas próprias custas, a euforia inicial dará lugar à desilusão.

Por outro lado, quando o turismo é bem organizado demonstra uma força promotora de benefícios e de visíveis sinais de melhora na situação econômica por estimular a economia local. De fato, tudo isso depende do modo como o turismo é implantado em um determinado território. O cenário atual no Brasil corresponde a um modelo de atividade repleto de segmentação, sujeito à descontinuidade política, com uma organização e planejamento que dependem diretamente da política adotada pela gestão pública local (DIAS, 2003).

Com isso, aumenta-se a preocupação não apenas com o impacto físico da atividade, mas também para a forma como a atividade se relaciona com a comunidade receptora. Com o tempo, a falta de planejamento ou de participação popular cria nos

os habitantes das regiões visitadas [...] um certo rancor em relação aos efeitos negativos do êxodo das massas turísticas. Essas populações têm cada

vez mais a impressão de que são invadidas por esse desenvolvimento e, ao mesmo tempo, dele excluídas. (KRIPPENDORF, 2009, p. 19).

Em consonância com esse mesmo autor, percebe-se que o Brasil está na fase inicial de um processo mais planejado da atividade turística. Isto porque, o país é um grande território com uma variedade de riquezas naturais e culturais, mas o turismo lhe gera rendimentos inferiores em relação a muitas cidades em várias partes do mundo. É fato que o setor de serviços ultrapassou o industrial como principal atividade econômica e é nesse prisma que a oxigenação do turismo deve promover alterações no processo de desenvolvimento da atividade a fim de promover uma capilaridade aos seus benefícios (DIAS, 2003).

Por isso, e como contribuição para perceber essas inerentes ao turismo, a seguir apresenta-se o Quadro 3, com um comparativo entre aspectos positivos e negativos do turismo. O objetivo é promover uma visão sistêmica da necessidade de se pensar processos mais participativos na atividade turística e estar atento aos fatores ligados à realização do turismo como atividade econômica menos predatória, conforme mostram alguns desses aspectos a seguir.



Quadro 3 - Comparação entre aspectos positivos e negativos da atividade turística

ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS
<b>Econômicos</b> Influxo de dinheiro Efeito multiplicador Indústrias de serviços com trabalho intensivo Melhor infra estrutura: estradas, água, esgotos, aeroportos, recreação. Gastos dos residentes com o uso de atrações criadas pelo desenvolvimento	<b>Econômicos</b> Sazonalidade Vazamento econômico Imigração de estrangeiros como mão-de-obra Custo de segurança para balancear o crime Perda de rendimentos devido a crises econômicas externas/terrorismo
<b>Sociocultural</b> Ampliação da perspectiva social Preservação de laços familiares Mobilidade incrementada Apreciação do patrimônio e da identidade étnica Estimulo do folclore; criação de museus	<b>Sociocultural</b> Coca-colalização Perda da identidade cultural na comunidade global Transformação dos turistas em “coisas” Deterioração de sítios históricos devido ao uso exagerado Medo de terrorismo e crime Simplificação da cultura
<b>Ambientais</b> Conscientização da necessidade de conservação Estabelecimento de marcas ecológicas Conscientização dos limites dos recursos globais Estabelecimento dos limites de uso de terras	<b>Ambientais</b> Custos de preservação Transformação de parques nacionais e Zoológicos Perda das áreas selvagens Poluição Uso exagerado do habitat devido a febre do Ecoturismo
<b>Capitais Intangíveis</b> Surgimento de novos laços antes não desenvolvidos na prática. Revitalização da percepção humana perante seu entorno.	<b>Capitais Intangíveis</b> Descaracterização dos valores sociais em detrimento das necessidades dos visitantes.

Fonte: Adaptado pelo autor deste estudo, com base em Smith (1989, p. 100).

Esses desdobramentos não serão contemplados nesta seção e estão sendo postos apenas a fim de esclarecer que o Turismo de Base Comunitária surge como uma das alternativas para a atividade em determinadas localidades e, sobretudo, para as suas populações.

É de grande valia, esclarecer que por mais que nesse turismo haja possibilidades de promover a inclusão social e combater a pobreza, ele não é uma panaceia<sup>27</sup> (KRIPPENDORF, 2009). É importante o entendimento de que ele não irá resolver todas as problemáticas econômicas e sociais. “Ele não está excluído do modelo de mercado, mas afasta-se da concentração do capital, busca melhor distribuição de riquezas. Isso ocorre com crescimento lento.” (BARBOSA; CORIOLANO, 2013, p. 7).

O surgimento desse novo modelo de organização do foi aos poucos através do construto de diversos autores, como MacCannel (1973), Jafari (1974), Butler (1974), Turner e Ash (1975), Smith (1977), De Kadt (1978), Cohen (1978), Mathieson E Wall (1982), dentre outros. Na interação intelectual com esses autores podemos buscar informações na década de 1960, na Alemanha, com Knebel, sobre a Sociologia do Turismo, que destacava os aspetos positivos e negativos da atividade, mas considerava seu balanço final positivo.

Já De Kadt, em 1979, falava dos impactos de ideologias e atitudes externas causados em comunidades locais. Até esse período o turismo e quem o consumia eram considerados homogêneos, de origem ocidental e classe média. Todavia nessa década surge o legado de MacCannel, que aponta o turista como um indivíduo em busca de algo autêntico (BERNARDO, 2013).

O tema da autenticidade, apesar de reintroduzido por MacCannel, deu seus primeiros sinais com Boorstin (1961), crítico do turismo de massas. Ele entende esse turismo como uma mercadorização da cultura e a homogeneização da experiência turística que invariavelmente resultaria numa experiência inautêntica, num “pseudo-evento.” (BERNARDO, 2013).

Esses pseudo-eventos também foram importantes na construção do conceito do turismo de base comunitária, pois ele traz quatro a serem evitadas:

1. Sua não espontaneidade: “o autêntico é natural e como tal deve ser permitido que se expresse.” (SPINOLA, 2012).
2. O seu propósito de reprodução contínua: trazendo para si uma característica de produção em série da cadeia produtiva da indústria, do Fordismo.
3. A ambiguidade entre autêntico e encenado: promovendo na interpretação do turismo uma linha muito tênue entre esses dois paralelos, comprometendo a experiência em si mesma.
4. Capacidade de se tornarem profecias anunciadas: perpassa também pela perda da espontaneidade

---

<sup>27</sup>Medicamento cujas propriedades podem curar todos os males. Mecanismos ou práticas que, hipoteticamente, são capazes de solucionar todos os problemas e/ou dificuldades (FERREIRA, 2009).

Nesse prisma, os caminhos científicos e acadêmicos que levaram às atuais teorias de TBC têm relevância nesses estudos em turismo e sobre autenticidade da década de 1970. A relação entre turismo e autenticidade solidificou-se finalmente por MacCannel, ao apresentar o artigo “*Staged Authenticity: Arrangements of Social Space in Tourist Settings*” (1973)<sup>28</sup>, no qual ele traz o turista como um ser conduzido por operadores de turismo a representações teatralizadas dos aspectos culturais dos locais visitados, em detrimento de lugares autênticos (MACCANNEL, 1973).

Ele não encontra no turista o exemplo do inautêntico, mas um peregrino do mundo secular que busca no turismo a versão moderna da busca universal do homem pelo sagrado (MACCANNELL, 1973, p. 593 *apud* HILLMAN, 2007, p. 3).

Procurando abordar a questão da cultura numa base estruturalista influenciada pelos autores clássicos como Durkheim ou Marx, o autor refuta a proposta de Lévi-Strauss de que a modernidade havia obliterado as estruturas da sociedade, ao considerar que esta procura ativa pela autenticidade demonstrava que o homem moderno está alienado pelo seu cotidiano vazio e inautêntico, e procura uma nova autenticidade noutros lugares e noutros tempos, daí o fascínio pelo outro, usualmente, “exótico” e “real”. Isto é, o turista procura o que não encontra nas sociedades modernas. (BERNARDO, 2013, p. 9).

Este mesmo autor ainda complementa sua análise constatando que MacCannel “tenta provar que os operadores turísticos conseguem simular a realidade procurada pelo turista e que os turistas tentam olhar através do palco encenado, em busca dos bastidores procurando a dita verdadeira experiência.” (BERNARDO, 2013, p. 11).

Ou seja, os questionamentos sobre um modelo de turismo que dialogasse com a população local de forma verdadeira acontecem desde a década de 1970 e ajudaram a formar o conceito de Turismo de Base Comunitária. Tais situações caminham no viés contrário do modelo convencional de gerenciamento do turismo e reforçam a necessidade de repensar os modelos e segmentações dessa atividade econômica.

Atualmente, o grande desafio do TBC é se descobrir e reinventar ao mesmo tempo em que acontece, pois nessa relação o

[...] mais urgente em turismo não é outra coisa que a crítica científica em profundidade de um corpus teórico com um século e meio de existência que já não serve para conhecer o turismo nem para resolver adequadamente seus problemas a fim de substituí-la por outra com mais capacidade de oferecer uma explicação da realidade que sirva de guia para orientar as mais adequadas estratégias de investimento de acordo com o mercado. (MUÑOZ DE ESCALONA, 2004, p. 8-9 *apud* NECHAR; NETTO, 2011, p. 388).

---

<sup>28</sup>Livre tradução: “Encenando Autenticidade: Arranjos do Espaço Social em Configurações de Turismo” (1973).

Necessita-se de novas vertentes disponíveis à sociedade a fim de oxigenar a atividade. O TBC consolida-se como uma nova vertente, mas não construído como modismo ou ferramenta de fomento ao consumo ou ainda uma segmentação evidenciada para fornecer produtos a uma fatia do terceiro setor (SPINOLA, 2012).

Na definição dessa atividade os elementos constituintes envolvem aspectos da solidariedade, de capitais intangíveis, valores comunitários, engajamento e empoderamento. Ao partir desta premissa compreendemos a importância do Turismo de Base Comunitária/Local como uma política afirmativa em direção às populações tradicionais e/ou para populações urbanas com as características tradicionais a serem mantidas vivas, independente da hegemonia capitalista das sociedades urbanas industriais. Essa hegemonia vista na cidade de Salvador e no Estado da Bahia, se apresenta como uma realidade e, mesmo assim, o TBC pode trazer alternativas a essas populações, principalmente porque considera os modos de vida próprios o pré-requisito principal para o seu surgimento.

Vale destacar que na atual caracterização do Turismo de Base Comunitária suas práticas no Brasil estão associadas majoritariamente ao uso da natureza. Ela é a principal matéria-prima motivadora dos principais projetos que trabalham com TBC<sup>29</sup>. Percebe-se que, em muitos casos, ele surgiu como alternativa de preservação/conservação de biomas brasileiros e de ambientes naturais.

Nesta dissertação, a cultura é observada como uma forte possibilidade de desenvolvimento do TBC no Brasil e, sobretudo, em Salvador-BA. Esse destaque amplia o raio de atuação do TBC e considera a cultura como matéria prima principal na análise do TBC. Assim, ela deixa de ser considerada apenas parte integrante da natureza, mas consolida-se como força motriz do TBC.

É assim, nessa esfera holística, que o TBC deve ser desenvolvido, vendo a sociedade e o meio ambiente, correlacionando natureza e cultura, e beneficiando ambas em igual proporção. A abordagem elucidativa desses conceitos pauta-se na necessidade de ampliação da perspectiva da cultura dentro do desenvolvimento da atividade, que acontece majoritariamente em áreas de preservação ambiental. Isso favorece uma aplicabilidade maior, mesmo em sociedades urbanas, com uma especulação imobiliária “agressiva”, em que a natureza foi devastada, mas a cultura e identidade da população ainda podem ser preservadas.

---

<sup>29</sup>Consulte exemplos de projetos de TBC na obra Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/Livro%20TBC.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2013.

Em diversos empreendimentos que surgem e assolam as cidades grandes percebe-se que a cultura local tem sido elemento muitas vezes negligenciado, ocorrem muitas apropriações de terra para criação de grandes complexos hoteleiros e grandes condomínios, tudo isso é repleto de injustiças sociais e riscos. Ou seja, esses riscos estão postos em qualquer área ou região de uma cidade. As populações receptoras, sejam elas de bairros ou comunidades distantes, estão designadas aos poucos benefícios, muitas vezes a nenhum desenvolvimento local e ao esquecimento da cultura que ali existe.

Por esse motivo o presente trabalho, alinhado com as discussões anteriores sobre Turismo de Base Comunitária, busca analisar o potencial de TBC no âmbito de um bairro pertencente a uma grande cidade como Salvador. Aqui se acredita em possibilidades de conservação da cultura a partir do gerenciamento de um turismo que oportuniza maior autoestima à população, conhecimento, subsistência, afeto, proteção, liberdade, identidade, criação, ócio criativo, desenvolvimento tanto territorial como humano (MAX-NEEF, 1986 *apud* SAMPAIO *et al.* 2011).

Independente do grau em que essas oportunidades apareçam dentro de uma comunidade que desenvolve o TBC, apresentam-se como formas de satisfação para a população envolvida e moldam a dinâmica econômica, passando pela política, a ponto de serem vistos como bens palpáveis para essas pessoas que até o momento viviam buscando alternativas, muitas vezes sub-humanas, num mercado competitivo, numa sociedade de consumo, que hoje domina o cenário econômico no Brasil (MAX-NEEF, 2012).

Embora se saiba que não há desenvolvimento, que não resulte em impactos ao meio ambiente (SAMPALIO *et al.* 2011), o TBC aparece como uma alternativa econômica que já surge pensando na redução deste impacto e com preocupação com o que é genuíno.

O que não se sabe é o quanto de desenvolvimento pode ser considerado territorialmente sustentável, pois o que convencionou a chamar de desenvolvimento, sobretudo pela perspectiva urbana-industrial-consumista, mais se assemelha com “mau” desenvolvimento(SAMPALIO *et al.* 2011, p. 26).

Todo esse questionamento está relacionado com as diferenças que envolvem o turismo quando o foco é global e quando o foco é local. O Quadro 4 apresenta um comparativo da bipolaridade dessas relações:

Quadro 4 - Diferentes relações entre o foco Global e Local do Turismo

<b>FOCO GLOBAL</b>	<b>FOCO LOCAL</b>
EXPANSÃO ECONÔMICA	DESENVOLVIMENTO HUMANO SUSTENTÁVEL
TURISMO COMO INDÚSTRIA	TURISMO COMO SISTEMA
TURISMO COMO CONSUMISMO	TURISMO NA CULTURA/CULTURA NO TURISMO
GLOBALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
CENTRO	PERIFERIA
MODERNIZAÇÃO	SUBDESENVOLVIMENTO
VISA MAXIMIZAR A DIFUSÃO DO MERCADO ATRAVÉS DA FAMILIARIDADE DO PRODUTO; PRODUTO HOMOGENEIZADO E DIFERENCIADO, DEPENDENTE DO CENTRO; FOCO SOBRE OBJETIVOS DO TURISMO DEFINIDOS POR PLANEJADORES EXTERNOS E PELA INDÚSTRIA DO TURISMO.	VISA AO DESTINO INDEPENDENTE E DIFERENCIADO COM MENOR DEPENDÊNCIA DO CENTRO; FOCO SOBRE OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DEFINIDOS PELA COMUNIDADE; PAPEL DAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS LOCAIS.
INDIVIDUALISTA	HOLÍSTICO
CAPITAIS MATERIAIS	CAPITAIS INTANGÍVEIS

Fonte: Adaptação do autor deste estudo, com base em Burns (2002, p. 139).

Nesta dissertação o local em questão é o bairro do Cabula, localizado no centro geográfico de Salvador, que apresenta uma soma de particularidades, a fim de serem relacionadas e demarcadas no local, com o objetivo de promover o desenvolvimento territorial e do turismo. Uma das dificuldades encontradas nesse objetivo é que

[...] a localidade às vezes não passa de uma circunscrição projetada por uma autoridade, em razão de princípios que vão desde a história a critérios puramente técnicos. Em outros casos, ela exprime a proximidade, o encontro diário, em outros ainda, a existência de um conjunto de especificidades sociais, culturais bem partilhadas. (BOURDIN, 2001, p. 25).

A consequência apresentada por essas propostas de TBC é utilizar o seu modo de fazer turístico como uma prerrogativa de convivência entre o local e o global, de modo que haja o desenvolvimento local inserido no contexto global. Isso traz a força de um Turismo de Base Local bem administrado, pois significa que os grandes capitais nacionais e internacionais irão conviver com os capitais intangíveis, sem que haja sobreposição de importância entre eles. Assim, o que se busca com o TBC, trazendo a *World Wide Fund for Nature* (WWF)

internacional<sup>30</sup> para contribuir com a pesquisa, é que através dessa convivência entre local e global ele possa

[...] ser definido como aquele onde as sociedades locais possuem controle efetivo sobre seu desenvolvimento e gestão. E por meio do envolvimento participativo desde o início, projetos de turismo devem proporcionar a maior parte de seus benefícios para as comunidades locais. (WWF-INTERNACIONAL, 2001, p. 2).

O grande desafio do TBC é sustentar suas bases nas forças da população envolvida no processo, através das possibilidades locais de cultura e natureza, de modo a engajar a população nesses projetos turísticos. Por mais que essas comunidades tenham interesse e tenham benefícios tangíveis, é necessário ter consciência de determinadas limitações, como conflitos internos, despolitização, lideranças desarticuladas, baixo nível educacional, desinteresse de aprendizado etc. (SANSOLO, 2002 *apud* MENDONÇA; IRVING, 2006).

Por isso, “uma sociedade participativa seria, então, aquela em que todos os cidadãos têm parte na produção, gerência e usufruto dos bens da sociedade de maneira equitativa. Toda a estrutura social e todas as instituições estariam organizadas para tornar possível essa organização inclusiva.” (AMMANN, 1982 *apud* BORDENAVE, 1995, p. 25). Um cenário como esse no Brasil, e mais especificamente em Salvador, é difícil de ser encontrado e, por isso, é tão difícil se desenvolver o Turismo de Base Comunitária.

No entanto, o que se ressalta aqui é que diferente de qualquer outra modalidade de turismo o de base comunitária inicia e termina sua jornada na sua população, portanto a preocupação em organizá-la e em lhe conferir independência através dos capitais intangíveis é fundamental.

Sob tal argumento acrescenta-se que o TBC deve começar como uma comunicação social para entender em que nível a comunidade se encontra e articular em rede, cooperação, associativismo os seus saberes, vinculados ao homem-cultura-ambiente, respeitando as limitações sociais. A dimensão desse novo paradigma do turismo não é uma falácia, pois não promete ser uma estratégia de geração de emprego e renda ou uma forma de sobrevivência para quem depende dele e também não se compromete a disfarçar os problemas cotidianos das comunidades. Por isso, traz consigo um outro tipo de visitante, um público comprometido com a realidade social.

---

<sup>30</sup>Criada em 1961, com sede na Suíça, nas últimas décadas a Rede WWF (antes conhecida como Fundo Mundial para a Natureza) se consolidou como uma das mais respeitadas redes independentes de conservação da natureza (WWF, 2014). Para maiores informações ver link: Disponível em: <[http://www.wwf.org.br/wwf\\_brasil/wwf\\_mundo](http://www.wwf.org.br/wwf_brasil/wwf_mundo)>. Acesso em: 28 jan. 2013.

Em relação ao público do TBC, normalmente é oriundo da classe média, professor, estudante ou simplesmente uma pessoa consciente. Todos motivados por um descontentamento provocado pelo vazio do consumo compulsivo. Muitas vezes estão dispostos a pagar a mais para garantir políticas inclusivas, diferente de pagar preços altos para subsidiar o fetiche mercantil, que associa consumo e bem-estar.



### **3 CABULA: TERRITÓRIO AFRICANO EM SALVADOR**

Este capítulo apresenta fatos ligados ao Cabula e a cidade de Salvador. Inicialmente, serão relatados fatos relacionados à formação da cidade, destacando importantes momentos históricos, dando um panorama ao longo dos séculos e acerca dos elementos ligados ao planejamento urbano da cidade. A abordagem contempla ainda acontecimentos determinantes no centro geográfico de Salvador, que posteriormente seria chamado de Miolo da Cidade.

A caracterização do Cabula considera diversos períodos, da época do sistema escravocrata até os dias atuais. Serão apresentadas particularidades ligadas à época em que o Cabula era local de produção agrícola, passando por suas mudanças estruturais e a herança dos núcleos quilombolas. O objetivo é mesclar elementos da formação do bairro com o processo de urbanização da cidade de Salvador.

#### **3.1 VIAGEM CURTA PELA FORMAÇÃO DE SALVADOR E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE**

Esta seção é um panorama sobre a cidade de Salvador com interesse em compreender fatos históricos que envolvem a sua formação ao longo dos séculos. Salvador é a capital do Estado da Bahia, localiza-se na porção leste do Estado, tem o Oceano Atlântico no lado direito e a Baía de Todos os Santos no lado esquerdo, conforme visto na Figura 8. Ela ainda apresenta uma forma peninsular banhada por essas águas, o que favorece o seu papel como centro de escoamento da produção e como referência de belezas naturais (SANTOS, 2010).

A cidade do Salvador, localizada na região nordeste do Brasil, possui uma população de 2.902.927 habitantes, sendo a terceira maior em população do país (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2014) e a cidade com maior concentração de população negra fora do continente africano, sendo em média 82% dos habitantes pretos ou pardos (RankBrasil, 2011) (ver Figura 8).

Figura 8 - Mapa da cidade de Salvador



Fonte: CONDER (2014).

Os fatos apresentados a seguir estão ligados ao desenvolvimento urbano da cidade, passando pela formação dos seus bairros, com fatos registrados desde a sua fundação aos dias atuais. A urbanização de Salvador passou por fases lentas e prolongadas nos primeiros séculos depois da sua fundação e posteriormente fases rápidas e dinâmicas (CARMO, 1990). É uma cidade de expressiva história colonial, constituiu-se como uma das mais antigas colonizações urbanas da América Latina. Uma cidade de diversos conteúdos culturais e religiosos que lhe conferem forte identidade urbana a se refletir nos inúmeros espaços urbanos que a compõem (ESPINHEIRA; SOARES, 2006).

Salvador foi fundada em 1549 já na categoria de cidade e, por determinação do rei D. João III, foi destinada a ser uma “povoação grande e forte”, a futura capital do Brasil (VASCONCELOS, 2002). No período do Brasil Colônia (1500 a 1822) desempenhou papéis importantes, principalmente aqueles voltados para as questões administrativas, de gestão e de escoamento regional da produção açucareira e fumageira (SANTOS, 2010).

Limitava-se à ocupação das áreas mais elevadas da conhecida falha de Salvador<sup>31</sup> e apresentava vantagens para ser a primeira capital do Brasil. Dentre elas, a adequação militar, com sua posição elevada, que lhe conferia uma visão privilegiada da Baía de Todos os Santos nas situações de possíveis ataques. O privilégio em ocupar a parte alta da cidade atendia, portanto, ao critério de segurança. Já na parte baixa localizavam-se o porto marítimo onde se concentrava o comércio (HOLTHER, 2002).

Nos lados norte e sul da cidade a topografia acidentada formava depressões profundas, o que permitiu, posteriormente, a construção de portas e baluartes de defesa. E o lado oeste da cidade era também cercado por água, o que dificultava qualquer ataque surpresa por parte de possíveis inimigos (HOLTHER, 2002).

Esse período da sua formação contou ainda com um plano urbanístico trazido por Tomé de Souza, em 1549, no século XVI, que tinha a preocupação de tornar a cidade um lugar defensável. Por isso, trouxe consigo instruções régias para fundar a cidade (ESPINHEIRA; SOARES, 2006). Os seus objetivos urbanísticos pretendiam uma reprodução do modelo europeu com diretrizes ligadas à implantação e manutenção do sistema colonial (CORDEIRO; MORAES, 2009).

Os mapas que existiam na época demonstravam que a cidade excedia um pouco o seu sítio original. Esses avanços iam em direção ao norte (Carmo) e ao sul (São Bento). O entorno da cidade era ocupado por fazendas pertencentes a casais portugueses. Os índios estavam concentrados em algumas aldeias em torno da cidade. Já os negros nos quilombos, com registros desde 1575 na orla atlântica e em 1632 no Rio vermelho (FERNANDES, 2005).

Apesar de a cidade de Salvador nascer planejada, os planos de urbanização preestabelecidos por Portugal envolviam, além de uma estrutura voltada para a ordem, uma imposição cultural através da anulação dos valores culturais preexistentes. Isso sinalizava que os problemas ligados ao ordenamento da cultura local ocorriam desde a sua formação, talvez

---

<sup>31</sup> O desnível existente entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa deve-se a uma grande falha geológica, que foi batizada falha de Salvador em homenagem à cidade onde essa feição ocorre com maior destaque na borda da Bacia do Recôncavo. Olhando em direção ao Elevador Lacerda, observa-se ao fundo um paredão de rocha. Essa escarpa que une a Cidade Alta e a Cidade Baixa – incluindo toda a faixa esverdeada pela vegetação – define o Plano da Falha Geológica de Salvador. A escarpa formada pelo plano da falha tem sido mencionada desde o século XIX pelos naturalistas Von Spix e Von Martius, que visitaram o Brasil entre 1817 e 1820. Na Cidade do Salvador esta falha originou o relevo em degrau, separando a Cidade Alta da Cidade Baixa. Para unir essas duas áreas geologicamente separadas foram construídas diversas ladeiras, como as da Montanha, da Preguiça, da Água Brusca, além de outras. Essa perspectiva de cidade dividida conferiu à Salvador um caráter peculiar e transformou o mais conhecido equipamento de transporte entre parte alta e baixa em ícone do turismo da cidade. O Elevador Lacerda que recebe muitos visitantes todos os dias é um importante ponto turístico e cartão-postal de Salvador (SANCHES; SILVA, 2004).

em proporções e com motivos diferentes dos atuais, mas já estavam presentes como característica soteropolitana (CORDEIRO; MORAES, 2009).

Em Salvador havia problemas de desigualdade social e, na tentativa de minimizá-los, surge a Santa Casa de Misericórdia (1549), logo após a fundação da cidade. Era uma instituição filantrópica que se ocupava dos pobres, ou seja, a sociedade baiana já desenvolvia um caráter assistencialista, ou seja, nada de concreto era feito para reverter o quadro de desigualdade, usava-se como instrumentos de poderio para os administradores da época (FERNANDES, 2009).

Já do século XVII até XVIII houve uma lenta expansão sobre os morros. Os planos para a cidade envolviam o incremento do setor de exportação e importação, com o investimento numa economia portuária, sendo o porto um elemento que dinamizava o espaço urbano (CORDEIRO; MORAES, 2009).

No final do século XVIII Salvador perde o título de capital do Brasil, para o Rio de Janeiro, porém a cidade continuou como uma das principais da América Portuguesa. Houve um crescimento da ocupação urbana em direção à parte leste da cidade, com a abertura de novos bairros. Surgem muitos pobres na época, porque não podiam ser absorvidos pelas oportunidades, então o marasmo e a falta de resultado positivo geravam pobreza urbana, urbanização segregada e falta de mobilidade social (VASCONCELOS, 2006).

O terceiro período, de meados do século XVIII até fins do XIX, é marcado pela consolidação da metrópole e formação de novos bairros. Os esforços estavam voltados para a agricultura centrada na exportação, tornando-se uma cidade que cresce na dependência do mercado externo e do comércio. A área onde se localiza o porto da cidade representava um bairro comercial de pontos de negociações urbanas da metrópole. Essas relações comerciais passam a interferir na regulação do espaço urbano (CORDEIRO; MORAES, 2009).

Na segunda metade do século XVIII o espaço urbano era composto por uma diversidade de etnias. A elite comercial era formada pela população branca, que vivia dos engenhos de açúcar, do grande comércio, inclusive o de escravos, e de cargos administrativos na busca do enriquecimento fácil frente à exploração dos recursos brasileiros (HOLTHE, 2002).

Já os mestiços, os negros e os brancos pobres formavam a maioria da população e viviam do comércio e prestação de serviços, mas compunham a parte mais fraca na pirâmide social da cidade. Os escravos, por sua vez, viviam com a obrigação de entregar ao final de um período preestabelecido uma quantia mínima que garantisse a subsistência de seus donos.

Essa obrigação lhes permitia passarem por todas as ruas, praças e espaços de Salvador (HOLTHE, 2002).

Em outros termos, é indiscutível que a história do negro do Brasil envolva inúmeras outras análises pelo seu alto grau de complexidade. Nesta dissertação essa história é representada pelo legado patrimonial deixado por eles, visto como expressão da identidade cultural desde a formação da cidade até os dias atuais. Por isso, a necessidade de pensar em conservação diante das mudanças observadas através dos séculos (HOLTHE, 2002).

O século XIX iniciou-se com poucas alterações nas condições de vida local, com muitas estruturas sociais mantidas do século XVIII. Uma questão importante nesse período foi à abertura dos portos brasileiros, em 1808, que aumentou o contato da cidade com outros povos e culturas. Assim, lentamente, a cidade inicia um processo de mudança, de reformas e de incorporação de outras características. As cidades baianas presas aos antigos costumes e valores coloniais perceberam-se num

[...] desenvolvimento progressivo. Na cidade do Salvador, as numerosas construções que aí se elevam e as atividades mundanas influenciadas pelas da Europa, levam as jovens gerações a trocarem a casa-grande pelo sobrado dos novos bairros. A recente classe dos bacharéis e doutores, recém-integrados na sociedade da Bahia, forma um elemento de transição entre a ordem antiga, baseada na autoridade dos donos de engenhos, e a nova ordem, dominada por um estilo de vida mais moderno. (VERGER, 1981, p. 57).

As mudanças relativas ao processo escravista da época também influenciaram. Os escravos representavam uma camada grande da sociedade e, com o aumento das alforrias, essa parte da população suscitava a necessidade de sobrevivência. Eles precisavam se alimentar, cuidar da família e ter um local para viver, tudo isso sem ter uma condição favorável.

O resultado foi um contingente de pessoas com os mesmos problemas ocupando uma região da cidade a criar suas próprias formas de conduzir a vida (CARVALHO; PEREIRA, 2006). Uma das consequências foi à ampliação dos limites de Salvador, com casas instaladas nas freguesias menos povoadas e adensando a região central da cidade.

Assim, antes da abolição da escravatura, Salvador configurava-se como uma cidade ao sul com os escravos concentrados, ao norte com os libertos e ao centro com os livres. A abolição da escravatura (1888) gerou uma migração dos escravos do campo para Salvador, com isso houve uma ampliação dos cortiços próximos às áreas centrais e um fortalecimento de áreas periféricas (SAMPAIO, 1999).

Com o fim da escravidão e o início da República instalou-se uma busca por um modelo de urbanização para implantação na cidade. O objetivo era que a modernização seguisse um modelo europeu. A expansão da cidade foi permitida por fatos ligados à criação dos bondes elétricos, investimentos estrangeiros, como a criação da ferrovia pelos ingleses em Salvador, e o surgimento das primeiras linhas de transporte urbano (VASCONCELOS, 2006).

Esse período é marcado por inúmeras “transformações políticas e econômicas que se desdobraram, conseqüentemente, no processo de urbanização em Salvador.” (SANTOS, 2010, p. 20). Por outro lado, a cidade ainda apresentava muitos problemas, um exemplo disso foi o incêndio do Taboão, em 1890, no qual muitas pessoas morreram e prédios foram destruídos. A cidade se mostrava despreparada para qualquer tipo de acidente, pois não havia uma estrutura física adequada (UZÊDA, 2002, p. 205).

Há ainda o período que vai desde o início do século XX até princípios da década de 1950, caracterizado por um lento crescimento e reformas urbanas da cidade. Foi um momento marcado por forte estagnação econômica que perdurou até a década de 1940, quando algumas mudanças nas estruturas produtivas redefiniram os caminhos (SANTOS, 2010). Nessa época ocorreram demolições de antigos prédios para o surgimento de novas ruas e avenidas, os bairros mudaram suas feições, alguns perderam seu caráter residencial e transformaram-se em bairros comerciais (CONCEIÇÃO, 2010).

Os governos seabristas<sup>32</sup> (1912-1924), no início do século XX, preocupados em implantar um modelo higienista, continuaram essas reformas urbanas com a inauguração de energia elétrica, ampliação da área portuária e abertura da Avenida Sete, desenvolvendo a parte sul da cidade. A reforma urbana nesse governo tinha o objetivo de intervenção no espaço público para criar uma nova imagem para Salvador. Foi uma ação para mudar a cidade sem sair do seu espaço original, o desejo era ter uma imagem de uma cidade europeia.

Segundo Leite (1996, p. 9), “as capitais brasileiras deveriam ser um espelho de uma civilidade e de um progresso pretendidos para o país. A insalubridade que era uma característica marcante na maioria delas, não condizia com as aspirações das elites dominantes”. É justamente nesse tipo de necessidade de mudança, para atender uma determinada classe social dominante, que a perspectiva histórica e cultural perde-se no tempo e dissocia-se da possibilidade de identidade na cidade. Ainda de acordo com Leite (1996, p. 13):

---

<sup>32</sup> É uma expressão utilizada para representar o estilo de gestão do governo de J. J. Seabra. Um gestor público que pretendia modernizar Salvador e por isso implementou algumas obras de infraestrutura (EL FAHL, 2008).

[...] as cidades brasileiras passaram por análises severas que terminaram por conduzir às reformas, que, em muitas circunstâncias, desconsideraram todo o peso da sua história. Em nome dos ideais modernizadores, desprezou-se qualquer preocupação com a preservação do passado, negou-se o convívio entre o velho e o novo, empreendeu-se uma verdadeira reforma demolidora.

Segundo Uzêda (2009), a cidade da Bahia foi urbanizada a partir do automóvel, que se impôs à cidade e a transfigurou tanto nos seus aspectos físicos e arquitetônicos como sociais e culturais (VASCONCELOS, 2002). As ruas, principalmente no governo de Vargas (1934-1937), tornaram-se instrumentos de circulação de automóveis e de vários outros meios de locomoção, de modo que todo o discurso de urbanização era pensado para as pessoas que circulariam com seus carros, ou seja, é fácil concluir que, na concepção do urbanismo progressista, a história tinha pouco valor (UZÊDA, 2009).

Já da década de 1950 até os dias atuais houve uma rápida expansão metropolitana (FERNANDES, 2005). Essa fase pode ser chamada de um período de reestruturação da metrópole baiana, com uma forte atuação do Estado e ações diferenciadas entre os poderes federal, estadual e municipal (SANTOS, 2010). Nessa década, pelas melhores condições do transporte, dentre os fatos propulsores ocorreu o processo de expansão horizontal da cidade.

A nova configuração da cidade, marcada por uma intensa urbanização, estava relacionada com o deslocamento da população do campo para a cidade e também com fatores como: mudanças na base econômica agrário-exportadora, expansão do transporte rodoviário (FERNANDES, 2005). Outros impactos fundamentais foram às migrações regionais ampliadas ainda pelo crescimento demográfico e, na segunda metade do século XX, pelo início das atividades da Petrobras na Bahia, em 1954, seguido pela implantação do Centro Industrial de Aratu, em 1963 (SPINOLA, 2009).

Com relação à característica dos bairros que estavam se estabelecendo frente a essas mudanças, pode-se destacar que as pessoas de maior rendimento seguiam concentrando-se para o sul da cidade. As de renda média ocupavam bairros do centro histórico e as de menor renda estavam concentrando-se do centro histórico ao norte da cidade, nas encostas dos vales, no subúrbio ferroviário, em bairros então distantes e afastados da malha urbana (FERNANDES, 2005).

No final dos anos de 1960 a parte leste da cidade formava um vazio com densidade demográfica muito baixa, composta por pequenos núcleos de população em muitas fazendas. O Cabula tinha essa característica, porque, nessa época, na referida área, aconteciam atividades rurais em grandes propriedades pouco exploradas, mas que futuramente viriam a ter uma valorização com a expansão da cidade (FERNANDES, 2005).

No início dos anos 1970 ocorreu a implantação das avenidas de vale, junto com a abertura da Avenida Paralela e a construção do Centro Administrativo. Isso gerou um impacto revolucionário na urbanização da cidade. Nesta mesma época iniciaram-se a construção de vários *shoppings Center*, a verticalização da cidade e o aparecimento de condomínios fechados, como alternativa para a insegurança pública (VASCONCELOS, 2006).

Nesse emaranhado de mudanças, na década de 1980 a paisagem da cidade era bem diferente nas suas diversas áreas. Segundo Fernandes (2005, p. 125):

[...] o centro dos negócios tem índices de verticalização inferiores aos de vários bairros residenciais; as moradias de baixa renda se situam tanto entre os bairros de classe média [...] como em áreas dispersas da cidade, as atividades industriais se deslocam do tecido urbano para eixos periféricos – principalmente à BR 324; o comércio e os demais serviços têm fortes desdobramentos em bairros vizinhos ao centro.

Neste cenário, constatava-se um crescimento acelerado, um caos organizado, já que, apesar desse enquadramento, a cidade assegurava a continuidade do crescimento econômico regional, com maiores benefícios às reproduções das formas capitalistas modernas. Já na década seguinte, de acordo com Yano (2007), o Brasil foi marcado por transformações de caráter estrutural. Em 1990 ocorreram transformações econômicas e institucionais ligadas ao novo conjunto de políticas macroeconômicas. A época era de crise nacional e as mudanças visavam estabelecer condições para a retomada do crescimento da economia.

Salvador sofreu reflexos dessa crise com mudanças na estrutura urbana e social, quando a cidade passou a integrar o capital industrial e financeiro, sendo um ambiente de reprodução capitalista mais intensa (FERNANDES, 2005). No que tange aos reflexos disso, critica-se a dinâmica local, pois

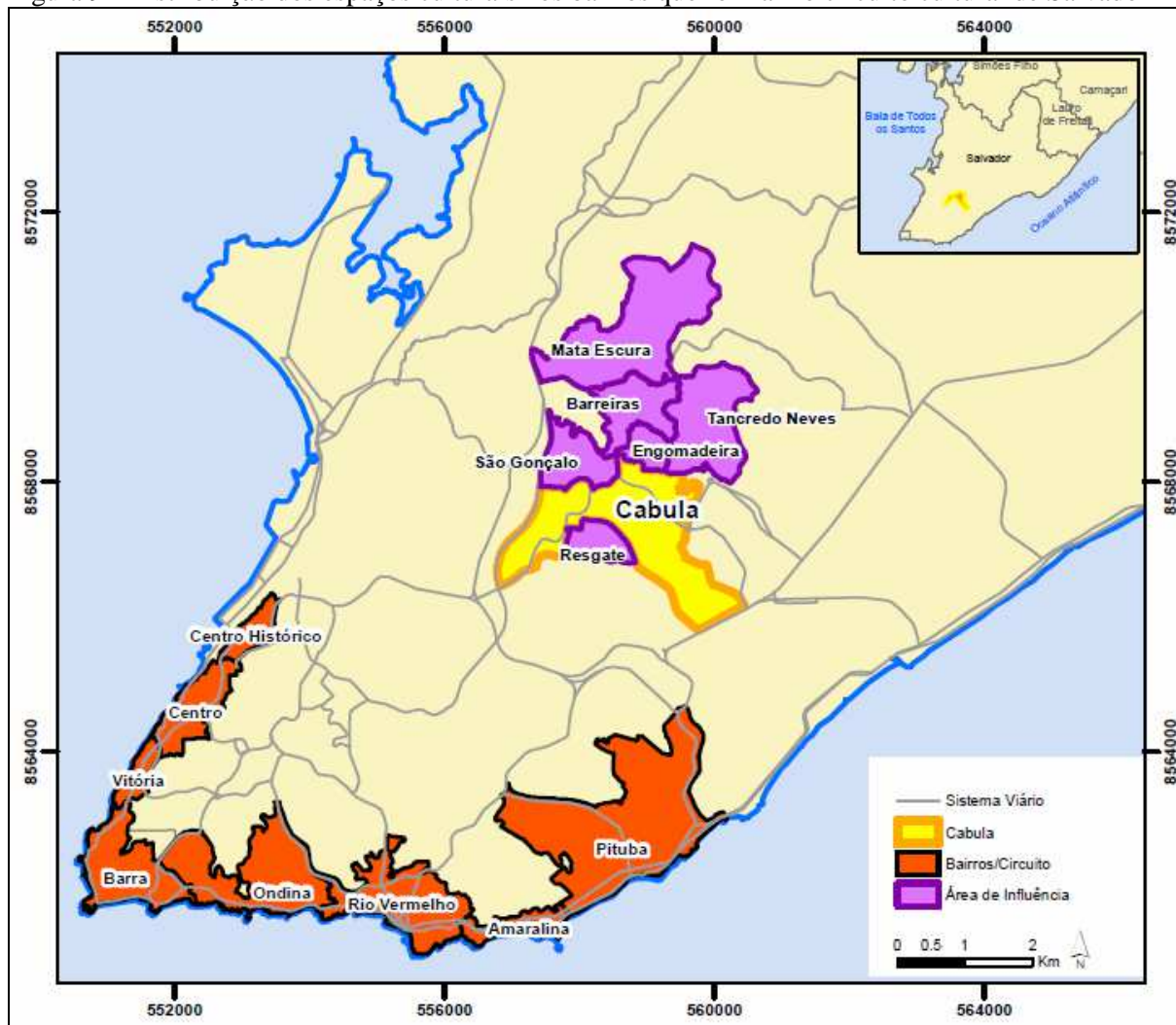
[...] apesar das mudanças ocorridas nos anos de 1990, grande parte do contingente populacional soteropolitano está excluído dos benefícios daí oriundos. Isto se reflete em uma estrutura interna da cidade com áreas residenciais extremamente segregadas e cheias de contrastes que reúnem, a um mesmo tempo, situações bem distintas, como por exemplo: setores bem servidos de infraestrutura e bem localizados em termos de acessibilidade em oposição a uma periferia extensa e miserável. (FERNANDES, 2005, p. 125).

Nesse prisma podemos aproximar a abordagem de Fernandes (2005) ao viés cultural dessa dissertação e afirmar que a ordem na cidade ainda é em benefício de poucos e privilegia interesses da classe dominante. Basta perceber o quadro de concentração de equipamentos ligados à produção e fruição cultural que existe hoje em Salvador. Esses espaços estão localizados, na sua maioria, em bairros de classe alta, conforme visto na área demarcada na Figura 9. Os bairros em questão vão do Centro Histórico da cidade, passando pelo Campo



Grande, Corredor da Vitória, Graça, Barra, Rio Vermelho e Pituba. Nesta área estão concentrados, aproximadamente, 50% dos equipamentos culturais da cidade (CENSO CULTURAL DA BAHIA, 2006).

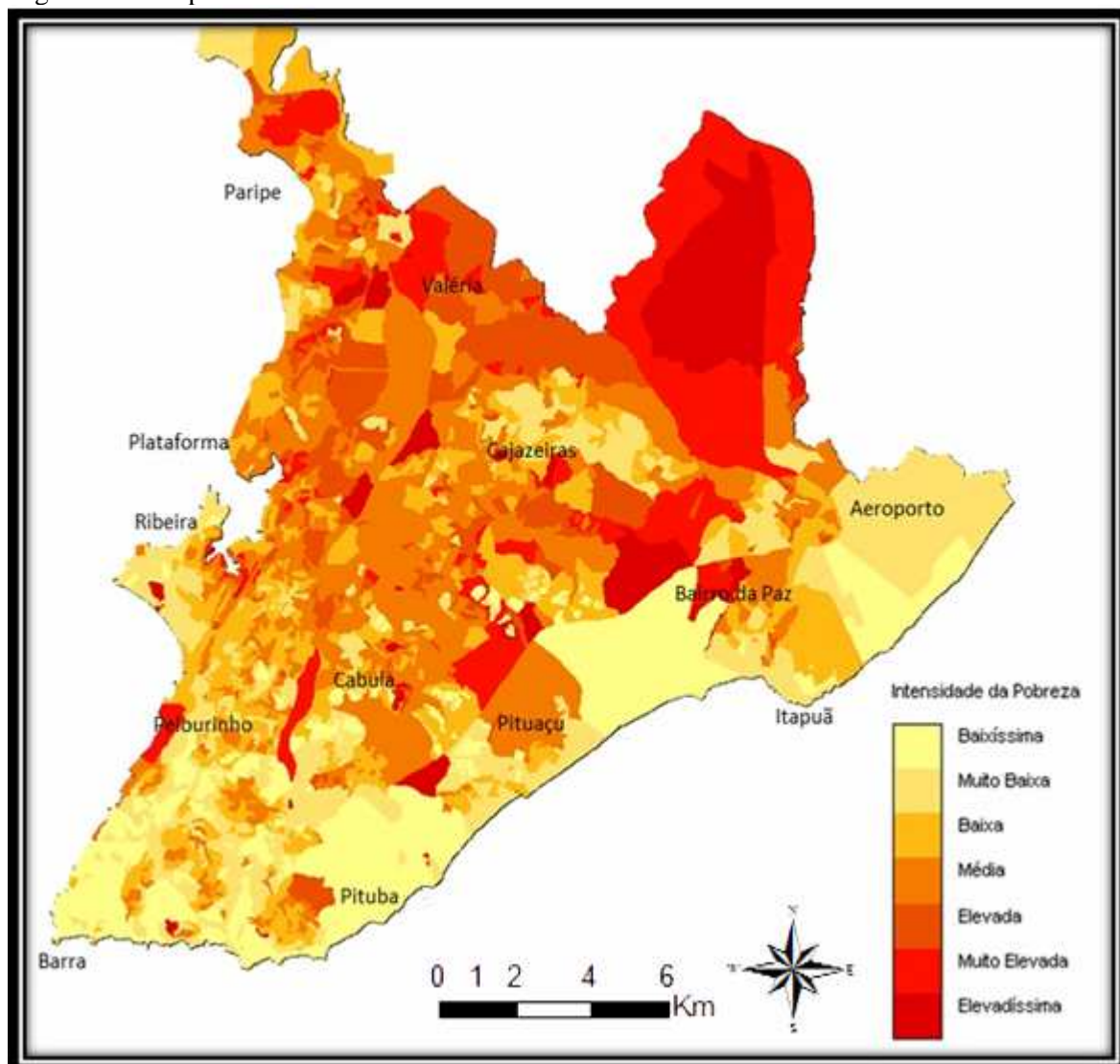
Figura 9 - Distribuição dos espaços culturais nos bairros que formam o circuito cultural de Salvador



Fonte: Elaboração própria com base em Fernandes; Lima; Pena (2011) e Santos et. al. (2010).

A consequência dessa problemática é que além de concentrar os espaços voltados à cultura, também concentram o lazer, as políticas culturais, os programas de fomento e os atrativos do turismo cultural da cidade. Esse tipo de organização segregacionista dificulta as possibilidades de incremento da economia local e colabora para o cenário de exclusão em Salvador, ou seja, contribuindo para reforçar o quadro de pobreza da cidade, conforme observado na Figura 10, a seguir.

Figura 10 - Mapa da Pobreza em Salvador

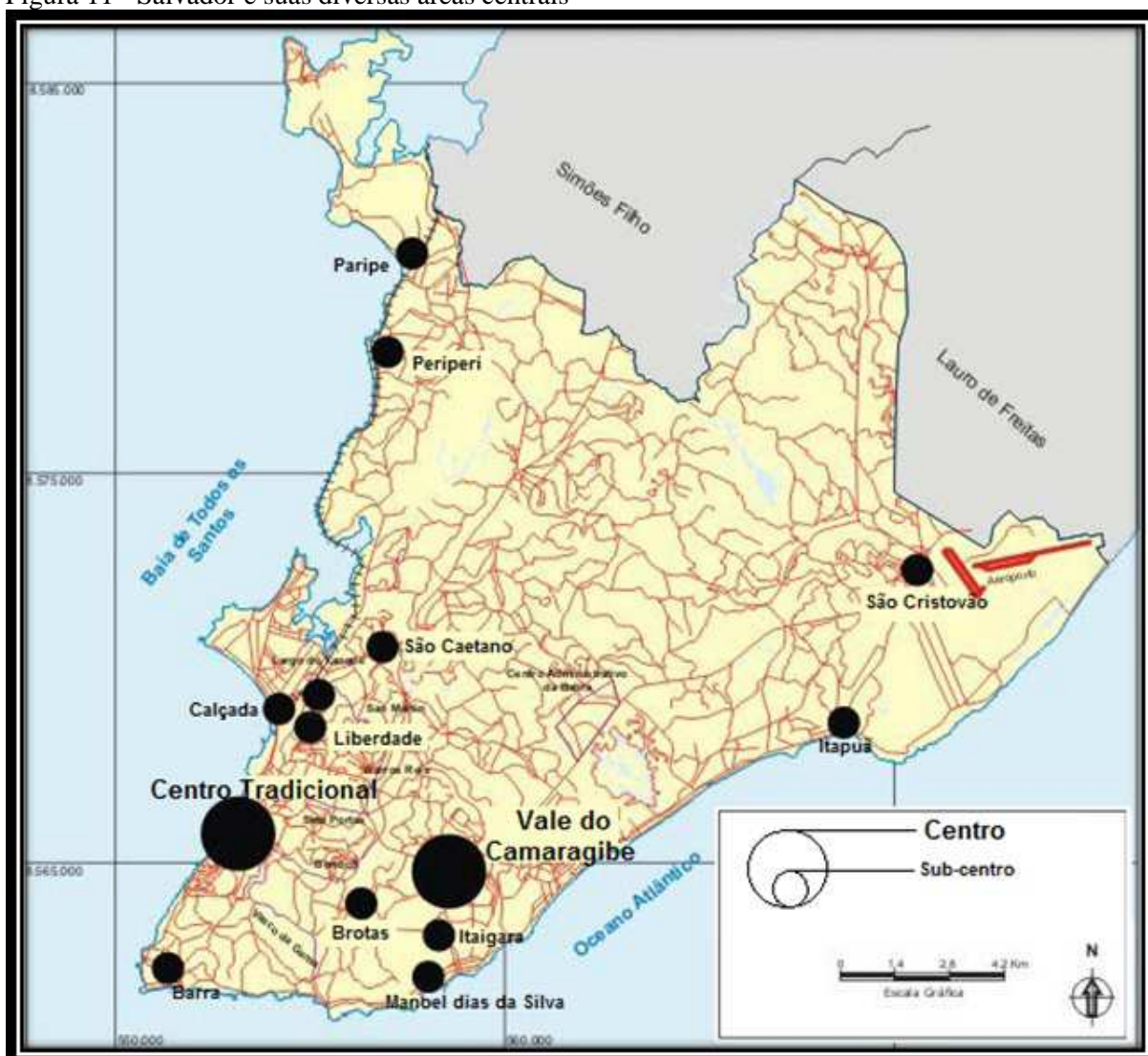


Fonte: SEI/SECOMP (2005). Origem dos dados IBGE, Censo Demográfico 2000.

Num panorama geral, nota-se que esses fatos, além de tendenciados por quem gerencia a cidade, também são reflexos do acúmulo de mudanças sofridas ao longo do tempo. Os exemplos supracitados influenciam diretamente na formação da identidade dos bairros e na organização territorial da cidade. Essa concentração, por exemplo, é um das comprovações de que a ordem em Salvador privilegia determinadas áreas em detrimento de outras, sendo este argumento um dos principais motivos que reiteram a relevância dessa dissertação.

Considerando tais aspectos, verifica-se que ao ampliar a problemática da “ordem” territorial em Salvador encontram-se outros elementos que reforçam o quadro em questão. Conforme mostra o mapa da Figura 11, Salvador é multicêntrica, ou seja, uma cidade com uma presença variada de centros econômicos ao longo da sua formação (SANTOS, 2010), o que interfere, de forma direta, na dinâmica geral da cidade.

Figura 11 - Salvador e suas diversas áreas centrais



Fonte: Adaptação do autor deste estudo com base em Santos (2010).

De acordo com os argumentos de Santos (2010) no geral o que ocorreu em Salvador, assim como em várias cidades capitalistas, foi à necessidade, em tempos diferentes, de estabelecer uma nova ordem econômica. Isso aponta progressivamente para os múltiplos centros. Assim, o centro, até um dado momento tido como tradicional, passa a competir com outros centros emergentes, de menor dimensão. Contudo, atraem a população da sua área de influência, configurando um processo de fragmentação e de hierarquização de partes da cidade.

Essas áreas também concentram as atividades de comércio e serviços. Atualmente, percebe-se um crescimento em direção aos interesses econômicos de três áreas de Salvador: o Vale do Camaragibe<sup>33</sup>, a Avenida Luiz Viana Filho (Paralela) e a Orla Marítima. Portanto, mais uma vez, a lógica de organização desenvolve-se sob uma estratificação social bastante desigual, o que influencia na formação dos espaços urbanos (SANTOS, 2010).

O Centro Histórico de Salvador e diversos bairros do seu entorno<sup>34</sup> que já foi o principal centro do município, hoje, é chamado de centro antigo e tradicional. Vejamos que a princípio existe o reconhecimento do seu patrimônio cultural como bem simbólico, mesmo porque o Centro Histórico é tombado. A questão é perceber como isso é conduzido nas práticas urbanas da cidade. Percebe-se que, baseado em interesses que priorizam a dinâmica capitalista da cidade, em detrimento dos aspectos de identidade e território, e com o discurso de conservação cultural, o que ocorre é o uso do solo para fortalecer as diferenças sociais.

A atuação na revalorização do Pelourinho evidenciou tal situação, porque sua transformação direcionou a área para ser um local de intenso consumo, pois foi transformada em mais um *shopping*<sup>35</sup> na cidade, um *shopping center* a céu aberto. Sendo uma clara estratégia para: elevar o valor do solo, expulsar a população pobre que residia no local e favorecer o investimento de empresários, ou seja, atender aos interesses do grande capital, que domina sobremaneira as decisões administrativas da cidade.

Nessa análise é possível concluir que, sob o argumento de um dito “desenvolvimento”, por parte dos gestores públicos, as decisões são tomadas visando o crescimento econômico de uma minoria. É evidente que as decisões de organização do território em Salvador reforçam um planejamento urbano segregador, um tecido urbano fragmentado, em que a “cultura está sendo usada como valor de troca.” (SANTOS, 2010, p. 28).

Na realidade, ocorre um intenso processo de urbanização e de transformações sociais e espaciais, o que lhe confere uma superposição de padrões diferenciados de ocupação e de

---

<sup>33</sup> A região do Vale do Camaragibe, onde hoje estão inseridos os bairros de Amaralina, Pituba, Caminho das Árvores e Boca do Rio, bem como empreendimentos significativos para a cidade, como o Shopping Center Iguatemi e o Shopping Salvador, foi prevista como a primeira zona de expansão da cidade. O Centro Administrativo da Bahia (CAB) e a Estação Rodoviária intermunicipal e interestadual foram dois dos primeiros empreendimentos a se instalarem na região do Vale do Camaragibe. Todavia um dos grandes empreendimentos que impulsionou o padrão de uso e de ocupação na região foi o Shopping Center Iguatemi, inaugurado em dezembro de 1975 (SANTOS; FREITAS; SOUZA, 2010).

<sup>34</sup> O Centro Antigo de Salvador corresponde à área que engloba o Centro Histórico (CHS) e o Entorno do Centro Histórico (ECH), compreendendo, além do território tombado, os bairros do Centro, Barris, Tororó, Nazaré, Saúde, Barbalho, Macaúbas, parte do espigão da Liberdade, Comércio e Santo Antônio Além do Carmo. O sítio é o foco das intervenções do Plano de Reabilitação, que foi elaborado e está sendo implantando pela Diretoria do Centro Antigo de Salvador (Dircas/CONDER) (BAHIA, 2013).

<sup>35</sup> Além dos dez grandes *shoppings centers* localizados em Salvador (Iguatemi, Salvador, Bela Vista, Paralela, Salvador Norte, Barra, Piedade, Lapa, Itaigara, Passeo) e diversos centros comerciais, há uma tentativa de transformar o Centro Histórico de Salvador em mais uma área voltada ao consumo.

produção do espaço construído (SOUZA, 2000). Esses dados comprovam que as questões trazidas por esta pesquisa estão ligadas à possibilidade de uma organização territorial que contemple um planejamento urbano diferente do atual. É pensar na viabilidade de processos culturais e de gerenciamento do turismo na cidade, em que a cultura não seja usada simplesmente como valor de troca, mas sim como possibilidade de reorganização de bairros populares, como o Cabula, através do TBC, que se encaixa num processo de desenvolvimento que não visa apenas o crescimento econômico, mas também o desenvolvimento territorial.

A urbanização, tal como tem ocorrido, causa uma maior variedade de disparidades e torna mais difícil a renovação do acervo urbano. A urbanização considera dois eixos semânticos: a concentração espacial de uma população, a partir de certos limites de dimensão e de densidade, e a difusão do sistema de valores, atitudes e comportamentos denominado cultura urbana (CASTELLS, 2009, p. 39). A primeira está relacionada a aspectos geográficos, enquanto a segunda se prende ao aspecto antropológico da expressão “sociedade urbana”, isto é, a normas, crenças, valores e relações sociais com lógica própria para se organizar e transformar. Já sobre acervo urbano entende-se como “os resultados físicos, econômicos e culturais da atividade urbana em geral [...]” (PEDRÃO, 2002, p. 32).

O planejamento urbano de Salvador considera prioritariamente a concentração espacial de uma população a partir de certos limites de dimensão e de densidade, ou seja, há uma elevada necessidade de ordenamento dos eixos 1 e 2. Se considerarmos ainda que Salvador é pólo cultural<sup>36</sup> constata-se uma contradição ainda maior, porque as representações genuínas, como o patrimônio de matriz africana disponível no bairro do Cabula, não deveriam viver à margem do dia a dia local (SILVA, 2010).

A urbanização consiste num movimento além da construção de cidades, ela está presente na reconstrução de espaços já existentes, abrangendo o crescimento horizontal e vertical das cidades. É um movimento continuado, pode-se dizer ininterrupto, que abrange novas construções e incorpora reparos e ações do homem como agente que interfere no meio de forma isolada ou coletiva, regular ou esporadicamente (PEDRÃO, 2002).

No Brasil, a urbanização se deu ao longo dos anos e gerou um processo de segregação que afasta as pessoas com menor poder aquisitivo para as zonas periféricas, carentes de

---

<sup>36</sup>Sabendo que um polo é um espaço geográfico onde se concentra uma determinada atividade, então polo cultural é onde se concentram atividades econômicas relacionadas a serviços de lazer e conhecimento (teatro, museu, exposições em geral, manifestações artísticas), de certa forma relacionadas com o amadurecimento do intelecto. As atividades econômicas sempre se complementam. Desta forma é possível reduzir o custo e/ou viabilizar espetáculos mais caros devido à concentração de demanda. Pode-se considerar a Bahia como um polo cultural por ser uma cidade histórica, mas o nível de renda da população acaba por inibir tal comércio de atividades, que geralmente ficam concentradas nas camadas de melhor nível social.

infraestrutura, cada vez mais distantes das áreas consideradas centrais, interferindo na vida desses indivíduos. Esta situação perdura porque gera lucros para empresários, construtoras, loteadoras imobiliárias e até para o próprio Estado. Políticas públicas voltadas para este setor apenas minimizam a situação.

O ideal é a adaptação dos componentes do acervo urbano para formas novas de uso e uma renovação que imprima uma conotação de transitoriedade à urbanização, uma vez que estes componentes acrescentam valor social aos atores locais apresentando condições de durabilidade aos bens culturais disponíveis.

A configuração urbana de Salvador chegou a esse nível também porque, principalmente no início da formação da cidade, buscou-se uma urbanização baseada nos modelos europeus e não a partir da sua própria vocação. Nessa trajetória criou pobres urbanos e intensificou as desigualdades sociais (WACQUANT, 2001). Para quem vive nesses bairros influenciados por esse quadro é certo que só haverá mobilidade urbana e social quando houver oportunidades e reorganizações urbanas, visando essa parcela da população. A urbanização é um veículo de condução da realidade vivida. Ela é uma opção a ser considerada nessa problemática.

Por conseguinte, Salvador apresenta uma característica latente que é a forte presença da pobreza urbana, que estaria ligada à marginalidade, na relação centro periferia. Essas classes pobres não encontram o lugar desejado no espaço urbano e nem no sistema capitalista. Isso, levando em conta o pensamento marxista, aponta que a realidade cultural estaria ligada às contradições do modo de produção capitalista. A consequência disso é que tudo interferirá nas condições de sobrevivência das classes menos favorecidas, como o fator econômico, a dimensão espacial nos bairros periféricos, o domínio político, a falta de conhecimento e assim o crescimento do setor informal nessas regiões (SOARES, 2009).

### 3.2 CARACTERIZAÇÃO DO BAIRRO

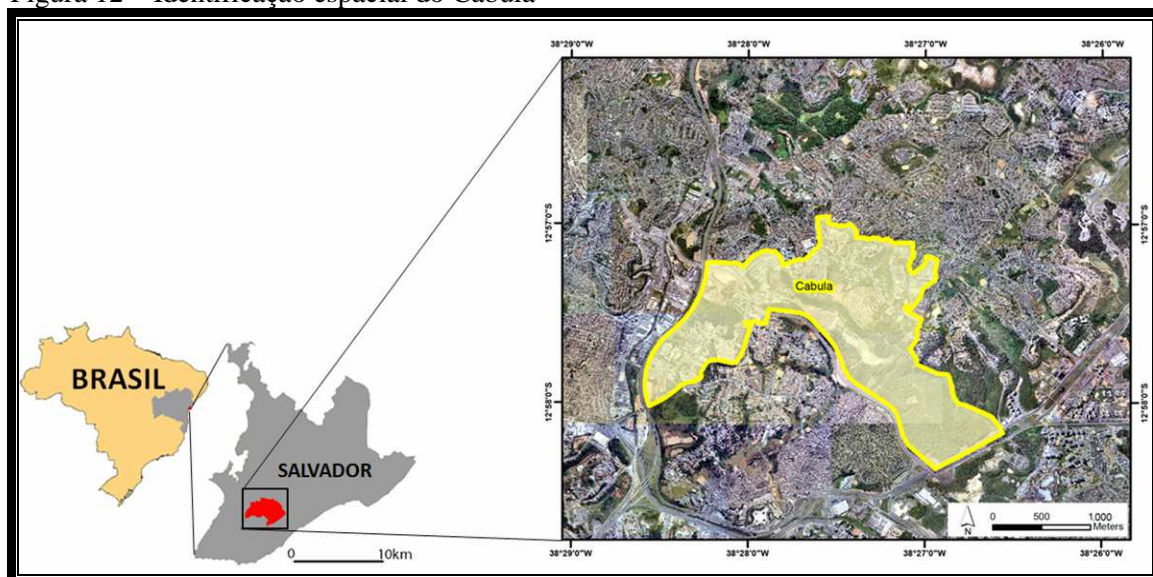
O bairro do Cabula será caracterizado nesta seção com suas características desde a sua formação, ligadas à produção agrícola da época e passando pela herança africana deixada pelos antigos núcleos quilombolas existentes no local.

Identificado, espacialmente, através das coordenadas geográficas 12° 57' 10" Sul e 38° 27' 37" Oeste e localizado na porção central de Salvador (Figura 12), segundo o censo demográfico do ano de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apesar



do bairro sempre ter sido localizado na parte central as denominações dadas a essa área mudaram ao longo dos séculos.

Figura 12 – Identificação espacial do Cabula

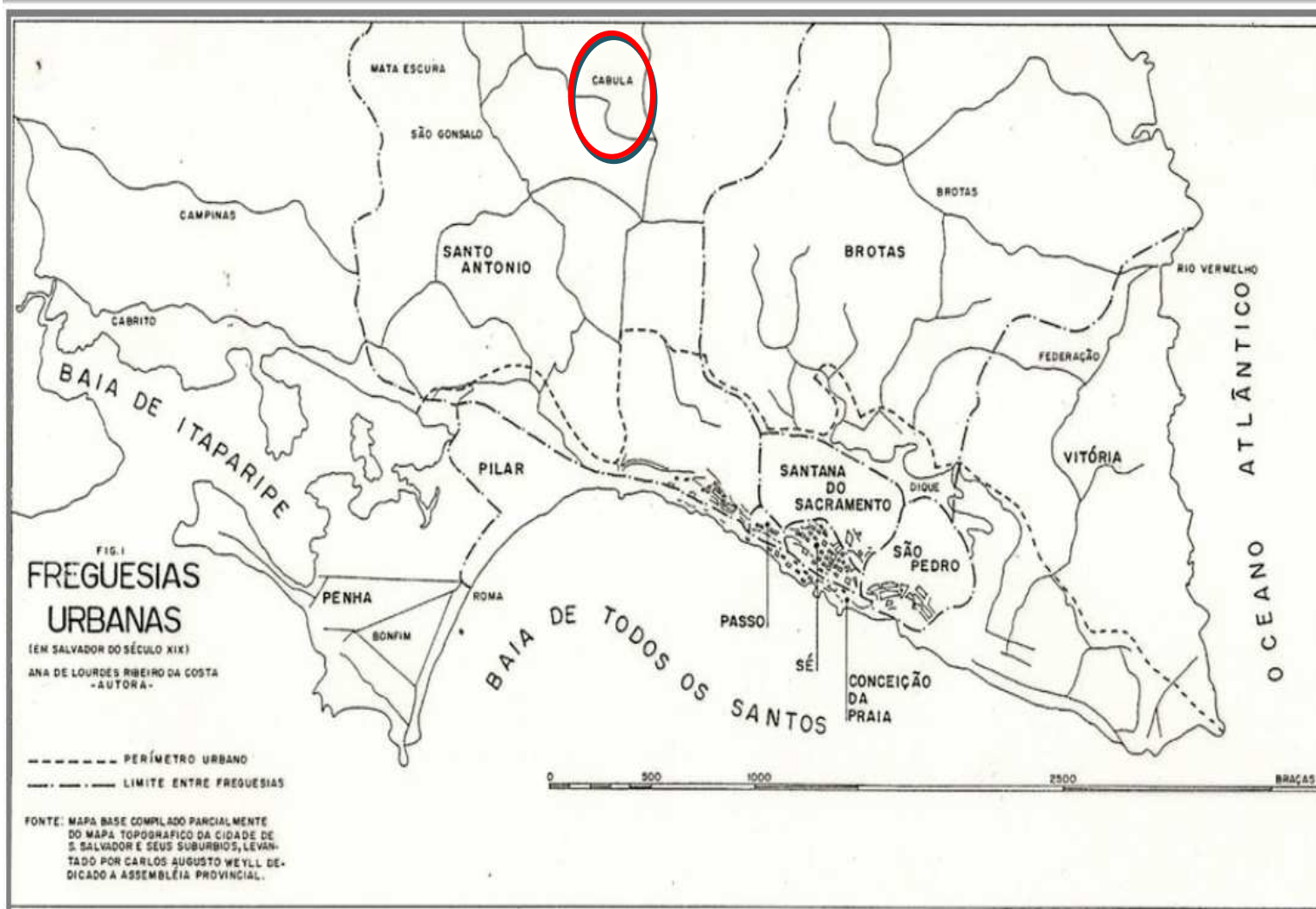


Fonte: Elaboração própria. Base Cartográfica Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER, 2014).

Entre os séculos XVI e XIX a cidade de Salvador esteve dividida em freguesias ou paróquias. Com base em Fernandes (1992), essas freguesias eram delimitações territoriais feitas pela Igreja Católica, instituição forte na colonização brasileira. Essas delimitações caracterizavam-se como as menores unidades eclesiásticas e sob a responsabilidade dos párocos correspondentes.

O Cabula pertencia à freguesia do Santo Antônio Além do Carmo, destacada na Figura 13. Porém, com a perda de poder político por parte da Igreja, houve em 1891 mudanças na divisão territorial de Salvador. A Carta Magna da República definiu que os municípios no Brasil seriam divididos em distritos.

Figura 13 - A divisão de Salvador em Freguesias



Fonte: Fernandes (1992, p.111).



Desde essa época o Cabula tinha uma extensa área verde e propriedades rurais. Até a década de 1940 o bairro era conhecido pelas suas plantações de laranja, consideradas as melhores do Estado da Bahia. A existência de chácaras na região indicava o tipo de moradia e a sua atividade econômica ligada à agricultura. A área também era favorável à criação de animais e ao cultivo de manga. Porém a partir da expansão urbana da cidade houve a degradação ambiental de grande parte dessas áreas verdes (FERNANDES, 2005).

Nesse mesmo século XX o distrito de Salvador foi subdividido e a área do Cabula passou a pertencer ao subdistrito de São Caetano. Diversas outras mudanças foram acontecendo nas gestões municipais da cidade, passando o Cabula por outras divisões territoriais e várias mudanças de ordem estrutural e urbana.

Conforme visto na seção anterior, a partir da década de 1950, houve uma expansão urbana mais intensa, pelo aperfeiçoamento dos meios de transporte e por necessidades ligadas à habitação. A partir dessa década ocorre um crescimento urbano significativo no centro geográfico de Salvador. E foi nesse período que os primeiros sinais de mudanças concretas surgiram para transformar o Cabula no que é hoje.

Na cidade de Salvador, o processo de expansão horizontal foi efetuado a partir de 1950. Ele foi condicionado pelo aperfeiçoamento dos meios de transporte, pelo desenvolvimento do centro e por fenômenos socioculturais particulares. Embora a crescente demanda de lugares para habitação pudesse ter sido, em grande parte, resolvida pela colmatação dos vazios internos do tecido urbano e proximidades, em função da rigidez da estrutura da terra na cidade, o crescimento da periferia foi a tendência predominante. O mecanismo de especulação imobiliária conferiu ao fenômeno uma intensidade muito distinta da que deveria ser a evolução natural. (BRANDÃO, 1978, p. 160).

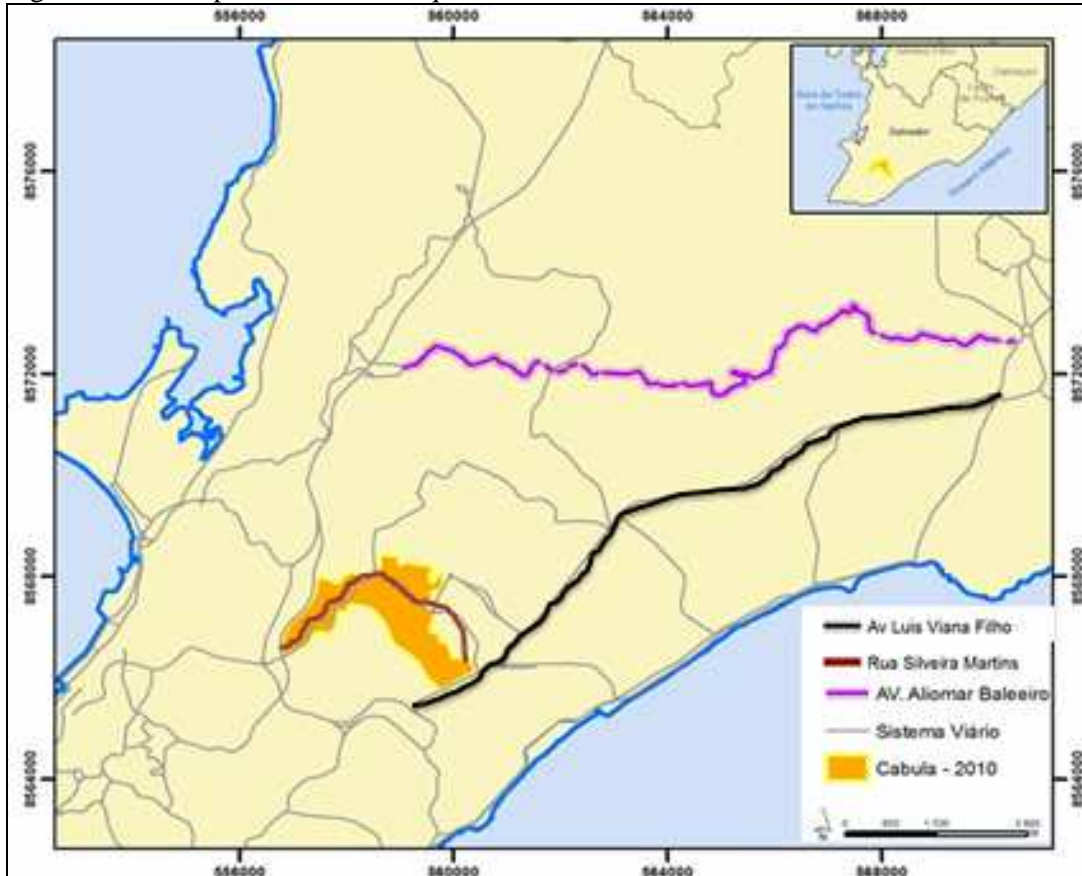
A ocupação do Cabula foi influenciada por diversas intervenções no município, como a construção do Aeroporto, já que Salvador necessitava de uma via de ligação com o centro urbano e então foi construída a Avenida Aliomar Baleeiro, conhecida como Estrada Velha do Aeroporto (EVA) na década de 1940 (ver Figura 14) (NUNES; SOUZA, 2007).

Com o passar dos anos, de acordo com o plano de ocupação para a área, foram definidos 4 polos de ocupação: Região do Cabula, Região de Pau da Lima/EVA, Área de Cajazeiras e Área de Mussurunga/São Cristóvão. Eles foram sendo ocupados com a construção de conjuntos habitacionais populares em áreas de chácaras e fazendas (FERNANDES, 2003).

Nas décadas seguintes a expansão da cidade continua e houve a construção da Avenida Silveira Martins (1965-1966), com a consolidação do novo centro comercial de Salvador (Camurugipe/Iguatemi), houve a construção do Centro Administrativo da Bahia –

CAB e da Avenida Luís Viana Filho, mais conhecida como Avenida Paralela, que liga a região do Iguatemi à divisa de Salvador com Lauro de Freitas (ver Figura 14). Estavam, assim, formados novos eixos estruturantes do sistema viário soteropolitano na década de 1970 (COPQUE *et al.*, 2011).

Figura 14 - Principais eixos viários que influenciaram a dinâmica urbana do Cabula



Fonte: Elaboração própria com base em Fernandes, Lima e; Pena (2011) e Santos *et. al.* (2010).

Essas intervenções fizeram com que os terrenos vizinhos a essas avenidas tivessem um rápido processo de ocupação, como foi o caso do Cabula (COPQUE *et al.*, 2011). Essas obras foram decisivas para o bairro, colocando-o numa posição estratégica e favorecendo a sua ocupação (FERNANDES, 2004). Ainda na década de 1970, de forma mais intensa, ocorre uma série de ocupações irregulares e autoconstruções.

A população carente migra de outras áreas de Salvador ou do meio rural para o centro geográfico da cidade, que a partir da segunda metade do século XX passa a ser chamado de Miolo da Cidade (NUNES; SOUZA, 2007). O referido Miolo tem esta denominação por estar situado na parte central do município e recebeu essa nomenclatura com os estudos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PLANDUB) para Salvador. Esse Miolo possui cerca de 115 km, 35% da superfície da cidade, e 41 bairros, dos 160 que compõem a configuração urbana da cidade (FERNANDES, 2004).

A consequência dessa migração para o Miolo cresceu de forma acelerada nas décadas seguintes. Em 1970 o Miolo abrigava 7,5% da população e em 1980 salta para 18,75%. Na atualidade, em termos de área, corresponde a 36,74% de toda a cidade e, em termos de população, representa cerca de 30% de Salvador (FERNANDES, 2003). Hoje, a área de estudo em questão concentra 1% dos domicílios da cidade, numa população de aproximadamente 24.000 mil habitantes (0,95% da população de Salvador) (SANTOS *et. al.* 2009).

Segundo Copque *et. al.* (2011), essas ocupações foram, em grande parte, feitas por Conjuntos Habitacionais privados, com participação do poder público, ou, ainda, a partir da ocupação por invasões<sup>37</sup>, tendo como consequência uma alta densidade demográfica e alguns problemas, como a degradação ambiental.

Já em 1985 apresentou uma ocupação e um uso do solo heterogêneo e assistemático. Os investimentos ocorriam em pontos isolados, não considerando a infraestrutura como um todo e suas características se aproximavam de uma “periferização<sup>38</sup>” sócio-espacial (COPQUE *et al.*, 2011).

No que se refere à atuação do Estado, este realizou diversas intervenções no bairro com intuito de urbanizá-lo e instalou diversas instituições na região. Podemos destacar: a sede do 19º Batalhão de Caçadores (BC), em 1943; a implantação da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA), em 1970; da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA), em 1976; Telecomunicações da Bahia (TELEBAHIA), em 1978, que hoje já não existe, sendo que a área é ocupada pela empresa OI S.A. Telecomunicações; o Hospital Geral Roberto Santos, em 1978; a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, em 1979; o hospital Psiquiátrico Juliano Moreira, em 1982; e a TELEBAHIA Celular, na década de 1990, local que hoje sedia a empresa de Telefonia VIVO (COPQUE *et. al.*, 2011).

Nesse variado número de agentes ressalta-se a importância do 19º BC e da UNEB. Sobre o primeiro, pode-se afirmar que com a sua chegada foram sendo instalados serviços públicos, como energia elétrica e o sistema de água, porém apenas em 1970 e 1980 é que o transporte público chega ao local. Já o saneamento básico começou muito recentemente, na década de 1990 (FERNANDES, 2003).

---

<sup>37</sup> São ocupações informais que ocorrem à revelia dos controles formais (Estado e mercado), como alternativa habitacional paralela ao mercado formal de habitação (SOUZA, 2001).

<sup>38</sup> É um processo de segregação residencial que expressa os mecanismos distorcidos de distribuição de renda, apropriação e uso do solo urbano. É a expressão do favorecimento de uma minoria privilegiada em detrimento da maioria, que busca alternativas para seus problemas habitacionais em áreas distantes espacialmente segregadas e extremamente carentes de infraestrutura e serviços urbanos (FERNANDES, 1993).

O 19° BC instalou-se no Cabula, pois na época precisavam de uma área isolada. Isto favorecia a realização dos exercícios de tiro, por exemplo, sem oferecer risco à população. Outro ponto positivo foi a existência de uma grande área verde de Mata Atlântica preservada, pois, dessa maneira, eles poderiam simular manobras e táticas de batalha (FERNANDES, 2003). Essa área foi adquirida por permuta com o Governo do Estado da Bahia, dono da área que correspondia à Chácara Narandiba (ADMINISTRAR..., 2012).

A área corresponde a 1.516.000 m<sup>2</sup>, com apenas 24.000 m<sup>2</sup> de área construída, sendo o restante composto por vegetação numa diversidade de flora e fauna, contando, ainda, com uma área de 4.400 m<sup>2</sup> de espelho d'água. A reserva do 19°BC é uma das poucas áreas que conservam a área verde que remete aos tempos em que o Cabula era uma grande fazenda. Nela encontra-se também o Dique do Cascão ou Represa Cascão, com cerca de 4.400 m<sup>2</sup> de espelho d'água. Esse dique foi idealizado pelo engenheiro Theodoro Sampaio com objetivo de ser o primeiro reservatório de água do abastecimento do Estado no século XIX (ADMINISTRAR... 2012).

Segundo militares, já foram encontrados tamanduás, tatus, antas, araras-azuis, gaviões, peixes, saguis, raposas, sariguês, sucuris, gambás, iguanas, bichos-preguiça e mais 70 espécies de aves onde se destacam e os raros tucanos Araçari. Dessa forma, configuram-se como uma fonte permanente de pesquisa para cientistas brasileiros e estrangeiros (BAHIA, 2004). Vale lembrar que a área estava sofrendo com a poluição e a Empresa Baiana de Água e Saneamento (EMBASA) iniciou a coleta de esgoto para o processo de despoluição da Represa do Cascão (BAHIA, 2004).

Tais características reforçam a importância da manutenção desses espaços verdes e, conseqüentemente, das espécies encontradas na Mata Atlântica. Na constituição federal esse bioma é considerado patrimônio nacional, sua dimensão espacial abrange total ou parcialmente 17 estados brasileiros e 3.411 municípios (APREMAVI, 2014).

Essa área chama atenção, tanto que já inspirou cenários de filmes como o longa-metragem norte-americano *Cobra Rei* (2003) e o curta infantil baiano *Caçadores de Saci* (2004). Nota-se que a relevância da área é maior do que para treinamento militar. É um local que já foi cenário das andanças negras, de rituais religiosos, produções de laranja, de filmes etc.

Outro equipamento em destaque na dinâmica do bairro é a UNEB. As atividades educacionais começaram suas atividades em 1979, como o Centro de Educação Técnica da Bahia (CETEBA), que posteriormente tornar-se-ia a Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Maior instituição pública de ensino superior da Bahia foi fundada pelo Estado em

1983 e mantida pelo Governo por intermédio da Secretaria da Educação (SEC) (UNEB, 2014). Ela está presente, geograficamente, em todas as regiões do Estado da Bahia, por sua estrutura multicampi. A universidade tem 24 campi, localizados em 24 municípios, com sua sede no campus - I em Salvador, no Cabula (UNEB, 2014).

Com a sua chegada o bairro cresceu bastante. Diversos serviços como restaurantes, farmácias, estabelecimentos comerciais, *shoppings* e outros foram crescendo com o objetivo de atender a essa nova demanda como suporte a este novo público (FERNANDES, 2003). A sua presença não se restringe aos municípios onde se localizam seus campi, porque ela se faz presente na quase totalidade dos 417 municípios do Estado por intermédio de programas e ações extensionistas em convênio com organizações públicas e privadas que beneficiam milhões de cidadãos baianos, a maioria pertencente a segmentos sociais economicamente desfavorecidos.

Pode-se destacar a alfabetização e capacitação de jovens e adultos em situação de risco social; educação em assentamentos da reforma agrária e em comunidades indígenas e quilombolas; projetos de inclusão e valorização voltados para pessoas deficientes, da terceira idade, GLBT; projeto de Turismo de Base Comunitária no Cabula, que será caracterizado no capítulo seguinte. Sendo essas apenas algumas das inúmeras iniciativas que a Universidade exerce na sociedade (UNEB, 2014).

Nota-se que o Cabula apresenta um variado número e uma diversificada gama de agentes no local, tanto do setor privado, pelos estabelecimentos comerciais e de serviços, como instituições públicas. Na sua configuração atual, basicamente, o que mudou e ainda merece destaque foi a chegada do capital imobiliário. Trata-se de uma análise complexa e com vários fatores envolvidos, que não serão alvos desta seção, onde se destacam apenas algumas influências na dinâmica local.

A partir da década de 1990 o capital privado, através das construtoras imobiliárias, foi modificando o Cabula. O bairro passa por um crescimento acelerado e surgem novos condomínios construídos ao lado de áreas periféricas do entorno. Configura-se, assim, num processo de adensamento que está a comprometer o dia a dia da população local, com aumento do trânsito e da poluição, por exemplo. A construção desses inúmeros condomínios fechados atraiu uma classe média com maior poder aquisitivo e também degradou parte de suas áreas verdes (GOUVEIA, 2010).

O principal exemplo foi a construção do grande empreendimento residencial e comercial Horto Bela Vista, que tem 1.050.314,2 m<sup>2</sup> de área construída. Ele é a maior expressão do capital imobiliário concentrado em uma área do Cabula. Composto por

dezenove edifícios residenciais, três edifícios comerciais, um Hotel Flat, um clube social, uma escola, um parque e o *Shopping Center* Bela Vista, o empreendimento se propõe a ser mais um centro urbano no município. Ele ajudou a aumentar o valor do uso do solo e, ao mesmo tempo em que induz um dinamismo econômico, traz algumas oportunidades de emprego, ou seja, interfere diretamente no dia a dia do bairro (HORTO BELA VISTA, 2014).

São muitas as interferências nos elementos da paisagem do bairro. O Cabula adquiriu uma característica heterogênea, composta por outros conjuntos residenciais de casas bem estruturadas, por conjuntos habitacionais antigos, áreas periféricas de ocupação irregular, com casas pequenas, novos condomínios fechados, uma grande quantidade de estabelecimentos comerciais e de serviços, *shopping centers*, áreas remanescentes de Mata Atlântica, terreiros de candomblé, universidade, faculdade e restaurantes renomados (GOUVEIA, 2010). Por conseguinte, é evidente que conhecer a história deste bairro e de tantos outros na cidade é importante, pois sem dúvida há um patrimônio cultural herdado importante para o desenvolvimento.

### 3.3 UM PEDAÇO DA ÁFRICA EM SALVADOR

Num primeiro momento, ao observar a evolução dos fatos vinculados à formação do Cabula apresentados na seção anterior, imagina-se que sua principal relação com o município é atender às necessidades de habitação, comércio e serviços. Em linhas gerais, isto é verdade, porém esta investigação buscou destacar os valores culturais e patrimoniais herdados dos acontecimentos históricos. Nesta seção serão apresentados alguns elementos ligados à identidade cultural do bairro e da cidade com o objetivo de significar o Cabula.

O termo Cabula tem origem no idioma Bantu falado numa região entre os atuais países do Congo e Angola. O termo significa mistério, culto religioso, secreto e escondido (FERNANDES, 2003). Cabula é também o nome pelo qual foi chamada, na Bahia, uma religião sincrética que passou a ser conhecida pelo caráter secreto e de fundo religioso com o fim da escravidão, no final do século XIX.

Na época da escravidão houve um sincretismo afro-católico, principalmente nas áreas rurais da Bahia e do Rio de Janeiro, denominado Cabula, que se refere aos rituais negros mais antigos, envolvendo imagens de santos católicos sincretizados com os Orixás, herança da fase reprimida nas senzalas dos cultos africanos, onde os antigos sacerdotes mesclavam suas crenças e culturas com o catolicismo para conseguirem praticar e perpetuar sua fé (NICOLIN, 2007).

No final do século XIX ocorre a libertação dos escravos e a religião Cabula já era amplamente presente como atividade religiosa afro-brasileira. Na época, o ritual deveria ser mantido em segredo, por pacto feito entre eles para não ser desobedecido em nenhuma hipótese. Há inúmeras histórias desses adeptos da Cabula presos e torturados pela polícia, mas que jamais revelaram os segredos de seus rituais. A longevidade da Cabula ocorreu, inclusive, por conta desse pacto da sociedade negra com a sua religião (NICOLIN, 2007).

Havia várias perseguições à Cabula, que vinham desde a época que ela era um culto velado. Pois, na época da escravatura, era usada pelos negros como força revolucionária nos seus confrontos com fazendeiros. Era também um ritual para combater os inimigos com feitiço, executando, constantemente, líderes escravagistas, especialmente aqueles que perseguiram os negros fugidos da senzala. Era um instrumento de luta manejado por um guerreiro invisível e intangível.

Por conta disso, aconteciam matanças de feiticeiros conhecidos na região como cabuleiros. Essas sucessivas matanças extinguiram, literalmente, a Cabula, cujo segredo do ritual não chegou a ser difundido, levou consigo todos os segredos, pelos quais combateram diversas gerações das elites rurais do Estado (SOL, 2014).

Essas experiências ligadas aos cultos africanos vinculam o bairro com as matrizes africanas. Esses fatos deixaram reflexos, como a forte presença de terreiros de candomblé e produções culturais ligadas às matrizes africanas. Em pesquisa de campo realizada em abril de 2014 todos os atores sociais ligados aos bens culturais de origem africana relatam que essa conexão entre eles e o bairro do Cabula apresenta-se como uma forte energia de conexão.

Apesar do alto grau de subjetividade dessa afirmação, é singular perceber que a área sempre foi muito produtiva no que se refere às necessidades desses bens culturais, seja sob o ponto de vista dos cultos dos terreiros, com a fertilidade do solo e das espécies de plantas específicas aos cultos, seja pelo êxito na realização de projetos culturais.

Na grande área do Cabula localizaram-se diversos quilombos, áreas que hoje vão desde a extinta Rótula do Abacaxi, passando por Pernambués, chegando à área do Cabula (GOUVEIA, 2010). O destaque é para o Quilombo do Cabula, famoso pela sua importância nos acontecimentos revolucionários da época. Este quilombo influenciou na preservação da raça negra e dos cultos formadores da identidade religiosa do País. Isto porque, surgiu no período da escravidão e se fizeram presentes até o fim dela. Seu valor, entre tantos motivos, tem relação com a liberdade dada ao negro escravo, pois nessas aldeias dentro do mato os negros eram “livres”. Os quilombos estavam espalhados pelo Brasil inteiro, sendo lugares de igualdade entre eles (SODRÉ, 2002).

Isso significa que o Cabula foi ponto de convergência para os negros, para a realização dos seus rituais e cultos. Outro dado importante é que, pela localização central e pela mata fechada era um quilombo estratégico de onde saíam muitas deliberações com o objetivo de se defender do sistema escravista (SODRÉ, 2000). Este quilombo era conhecido pelo seu relevo montanhoso, com inúmeras depressões e pela riquíssima e densa Mata Atlântica. Dessa forma, favoreciam os esconderijos, as elevações permitiam construir vigilância, proteção territorial, sendo essa geografia um aspecto positivo. As rebeliões da época também aconteciam, principalmente, nas áreas em que hoje estão localizadas Mares, Plataforma, Cajazeiras, Itapuã e Brotas, mas sobretudo do Cabula partiam as principais estratégias de defesa e planos para fuga (SODRÉ, 2000).

Esses refúgios fizeram do Cabula um local povoado por povos indígenas e de origem africana. Foi no século XVI que se iniciaram as migrações, ou seja, foi no início do processo de colonização do Brasil (REIS, 2003). Os primeiros povos que habitaram a área foram os índios tupinambás, seguidos dos africanos. As lutas por libertação eram intensas nesta área. Um dos pontos positivos foi que nesse quilombo eles podiam manter o conhecimento da caça e, assim, o mistério da caçada. Essas habilidades eram desenvolvidas pelos africanos que ali habitavam para deixar como legado aos sobreviventes e facilitar a vida dos africanos (REIS, 2003).

A origem dessas proteções, rituais, organização através de quilombos em áreas de difícil acesso e outros mecanismos, foram habilidades necessárias para a proteção da raça negra. Apesar de desenvolvida no Cabula, sua origem é africana, mais especificamente do reino Matamba. Ele foi um poderoso reino que resistiu longamente às tentativas de colonização portuguesa e só foi integrado a Angola em finais do século XIX (LUZ, 1995, p. 25).

O legado desses reinos ajudou a perpetuar a cultura de resistência do negro, ao mesmo tempo em que permitiu contar a história do negro sob outro ponto de vista, daqueles que tinham consigo o objetivo de manter viva a história de um povo e que não permitia que outras etnias os coisificassem.

Nessa conjuntura, a rainha angolana Nzinga foi fundamental, pois

[...] foi quem criou este tipo de segurança para proteger seu reino da invasão portuguesa. Nos quilombos na África, Nzinga reinava em acampamentos protegidos por densas florestas e deste lugar comandava tropas contra os portugueses no século XVII. (LUZ, 1995, p. 25).

Em entrevista com o responsável pelo terreiro de candomblé Bate Folha, em janeiro de 2014, ele afirmou que os ancestrais de origem Bantu foram os primeiros a chegar à Bahia, em



Salvador, no final do século XVI. Foram distribuídos nas lavouras de cana-de-açúcar, em diversas partes, como no Recôncavo Baiano e nas aldeias existentes em Salvador. Já no século XVIII foram trazidos os *Jejes*, poucos habitaram a Bahia, os Nagôs e os povos Iorubas.

Já no início do século XIX chegou grande contingente de Nagôs de várias etnias a Salvador. As origens étnicas eram diversas, como oriundas de *Ketu*, *Ijexá*, *Ijebu*, *Sabe*, *Oyó*, *Egba*, *Egbado*. Com o tempo eles se rebelaram e formaram, nas matas de Salvador, incluindo a área do Cabula, territórios de quilombos. Eles eram guerreiros que lutavam, na África, contra a colonização, portanto traziam uma grande experiência nesse tipo de organização.

Foi nesses quilombos formados na Bahia, mais especificamente em Salvador, que os ancestrais africanos recriaram a África. Tal característica foi elemento importante para a manutenção dos costumes e para o enraizamento cultural na sua nova terra, a Bahia. Por conta desse compromisso com a crença e costumes do seu povo muitos negros foram torturados, inclusive na área do Cabula, como o caso da Sacerdotisa Nicácia (REIS, 2003).

Na hierarquia religiosa da realização dos cultos africanos ela era uma sacerdotisa de prestígio da época com conhecimentos desses cultos, residia na região do Cabula e era perseguida pelos policiais da milícia local. O Srº João de Saldanha da Gama Melo Torres Guedes Brito, Governador da Bahia na época, mandou prendê-la, alegando que ela estaria excedendo seu papel de sacerdotisa. No início do Século XIX, ela foi trazida violentamente do Cabula até a sede da Polícia, no centro da cidade, para ser exposta ao escárnio público. Nicácia era negra, idosa e aleijada e faleceu em 14 de março de 1807 (REIS, 2003).

Para quem tem relação com o Candomblé esse fato é simbólico, pois nesse período se iniciou grande campanha de repressão aos quilombos da capital, principalmente na região do Cabula, de onde saíam planos para enfrentamento. A perseguição aos cultos afros aconteceu durante quase todo o século XIX na Bahia.

Nessa época, fatos como esse aconteciam em diversas partes da cidade. Os negros eram terrivelmente violentados e perseguidos, principalmente nas suas casas de culto por ser um local de fortalecimento da raça negra. Os europeus sentiam-se “amedrontados”, pois a religião africana e seus cultos tinham práticas desconhecidas por eles. Isso não era admitido, tendo em vista que eles eram os colonizadores, ou seja, quem dominava a cidade na época (REIS, 2003).

Ainda sob a ligação entre Cabula e matrizes africanas vale destacar que na parte baixa do Cabula, área da Rótula do Abacaxi, as matas eram utilizadas por Sacerdotes Quicongos, mais conhecidos como Zeladores de *nkisi* (força mágica, uma divindade), onde há a Ladeira do Bozó, que tem esse nome pelos feitiços que existiam no local. Lá existia um gigantesco pé

de *Iroko* onde todos deixavam suas oferendas. Atualmente, no lugar, localiza-se o terreiro mais antigo do Cabula, o Ilê Axé Opô Afonjá, fundado em 1910 pela *Oba Biyi* (Eugênia Ana dos Santos, Aninha) (NICOLIN, 2007).

Os principais terreiros de candomblé praticam até hoje muitas dessas tradições africanas, como, por exemplo, as relacionadas a esse orixá, o *Iroko*. Ele é considerado pelo Candomblé como uma ligação com a natureza e, por isso, a primeira árvore a ser plantada. É um Orixá pouco cultuado no Brasil, que vive na árvore que existe nas matas e roças de candomblé. Ele representa a ancestralidade, os antepassados, o seio da natureza e a morada dos orixás. Desrespeitá-lo significa desrespeitar a dinastia, os avós, o sangue de quem pratica (NICOLIN, 2007).

Na entrevista realizada em abril de 2014 no Cabula, o representante Casa de Umbanda Lua Cheia diz que no Brasil o *Iroko* foi substituído pela gameleira-branca, árvore que apresenta características semelhantes. É nesta árvore que fica acentuado o caráter reto e firme do orixá, pois suas raízes são fortes, firmes e profundas. Portanto, as árvores existentes nos atuais terreiros de candomblés do Cabula guardam a ancestralidade africana, que por anos se fez presente e que hoje inspira muitas manifestações culturais.

Nessa ligação cultural entre Cabula e religião de matriz africana vale acrescentar que “o primeiro registro baiano da palavra candomblé, designando um local de culto africano, foi em 1826, em um documento policial que se referia precisamente a um terreiro no Cabula.” (FERNANDES, 2003, p. 169). Como reflexo de tal dado, pôde-se perceber ao longo da pesquisa a presença significativa de diversos terreiros de candomblé. O Cabula contribuiu significativamente para a formação das religiões de matrizes africanas em Salvador.

Foi através dessas tradições misteriosas que a cultura africana conseguiu sobreviver ao longo do tempo. Hoje, é uma das religiões, culturas e tradições mais conservadas na Bahia. Salienta-se que os relatos neste capítulo foram apenas alguns dos muitos que representam o que foi a vida dos negros que habitaram a Bahia.

É imprescindível o reconhecimento dessas heranças em Salvador para serem incorporadas aos valores civilizatórios de forma mais natural, ao mesmo tempo em que contribuirão para conservar os elementos culturais herdados.

O ideal é que a história local possa comportar vários pontos de vista, contudo isso só será possível com a resignificação dos locais históricos de Salvador. Pelo observado no Cabula, é possível que haja outras representatividades esquecidas em meio ao fazer cultural da cidade ou ainda marginalizadas pela necessidade de um crescimento econômico e urbano segregacionista. É importante que cada localidade possa despertar a consciência do ser baiano

para compartilhar dessa pluralidade cultural e poder fazer diferença econômica, social, intelectual e política.

Conhecer fatos históricos como os relatados possibilitará ao indivíduo soteropolitano perceber que o bairro onde mora, por exemplo, não é apenas o local de sua residência, mas pode iniciar um processo de enraizamento cultural e o entendimento de que sua história é legítima e oferece oportunidades mais tangíveis do que uma história inautêntica criada em torno da história cultural da Bahia.

Observa-se que, apesar de Salvador ser uma cidade plural, a democracia no setor da cultura ainda é um desafio. É necessário pulverizar os investimentos em patrimônio e cultura na cidade, investir em uma pesquisa continuada para enriquecer o conhecimento sobre o município e oferecer oportunidades palpáveis para a comunidade que reside nesses bairros.

É evidente que mesmo o Cabula sendo apenas uma parcela pequena da porção geográfica de Salvador a riqueza da cidade pode ser ampliada e usada de forma menos segregadora. Essas informações sistematizadas podem contribuir para o desenvolvimento de inúmeras possibilidades inclusivas.

Apesar desta dissertação focar no desenvolvimento do TBC e de APLs no bairro, essa perspectiva é uma das vertentes que pode ser ampliada, com o interesse do poder público e com a participação popular. Enquanto isso, bairros populares repletos de possibilidades produtivas ainda estão desvalorizados no fazer cultural e turístico da cidade.

#### **4 CABULA: ELEMENTOS CULTURAIS E ATORES LOCAIS**

O capítulo 4 apresenta toda a parte operacional da pesquisa de campo e os seus resultados. Esta seção será dividida em dois blocos: o primeiro traz a caracterização dos bens culturais, lideranças e empresas privadas entrevistadas, e o segundo os resultados da interpretação dos dados gerados a partir do questionário aplicado à amostra de moradores definida.

Tendo em conta o objetivo central da dissertação, as possibilidades de um processo participativo pensado a partir desses resultados, apresentam-se como um desafio a ser vencido, pois envolve a análise da articulação entre os estoques de capitais intangíveis e o potencial dos bens culturais de origem africana. Vencer o desafio inclui a construção de novos significados territoriais através da criação de um espaço de articulação, de estratégias de desenvolvimento, com iniciativas dos próprios moradores, atuando em redes de cooperação, ligados por elementos endógenos e com fins no desenvolvimento territorial através do gerenciamento de práticas de Turismo de Base Comunitária.

Vale dizer que toda a abordagem é permeada pelo entendimento de que o patrimônio cultural presente no bairro é capaz de ser agregado ao processo de conhecimento e habilidades dos moradores, além disso, reconhece-se a sua contribuição para a formação da identidade local, na formação dos territórios. Ou seja, ao longo dos subcapítulos serão discutidos os pontos chaves que foram descobertos na pesquisa de campo, com objetivo de considerar que o bairro é uma escala de organização sociocultural para os processos participativos de Turismo.

##### **4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa de campo no bairro do Cabula foi realizada em duas etapas, a primeira, em maio de 2014, com a aplicação de questionário aos moradores do bairro<sup>39</sup>. Já a segunda etapa foi em junho de 2014, com entrevista semiestruturada aplicada aos representantes da cultura local. A pesquisa foi desenhada a partir da definição da amostra e com auxílio dos instrumentos a seguir descritos.

O traço cultural foi um critério necessário e básico na abordagem metodológica. Para se pensar em Turismo de Base Comunitária em uma determinada área da cidade de Salvador podemos inferir que se trata de uma peculiaridade. Isto tornou a população da área de estudo

---

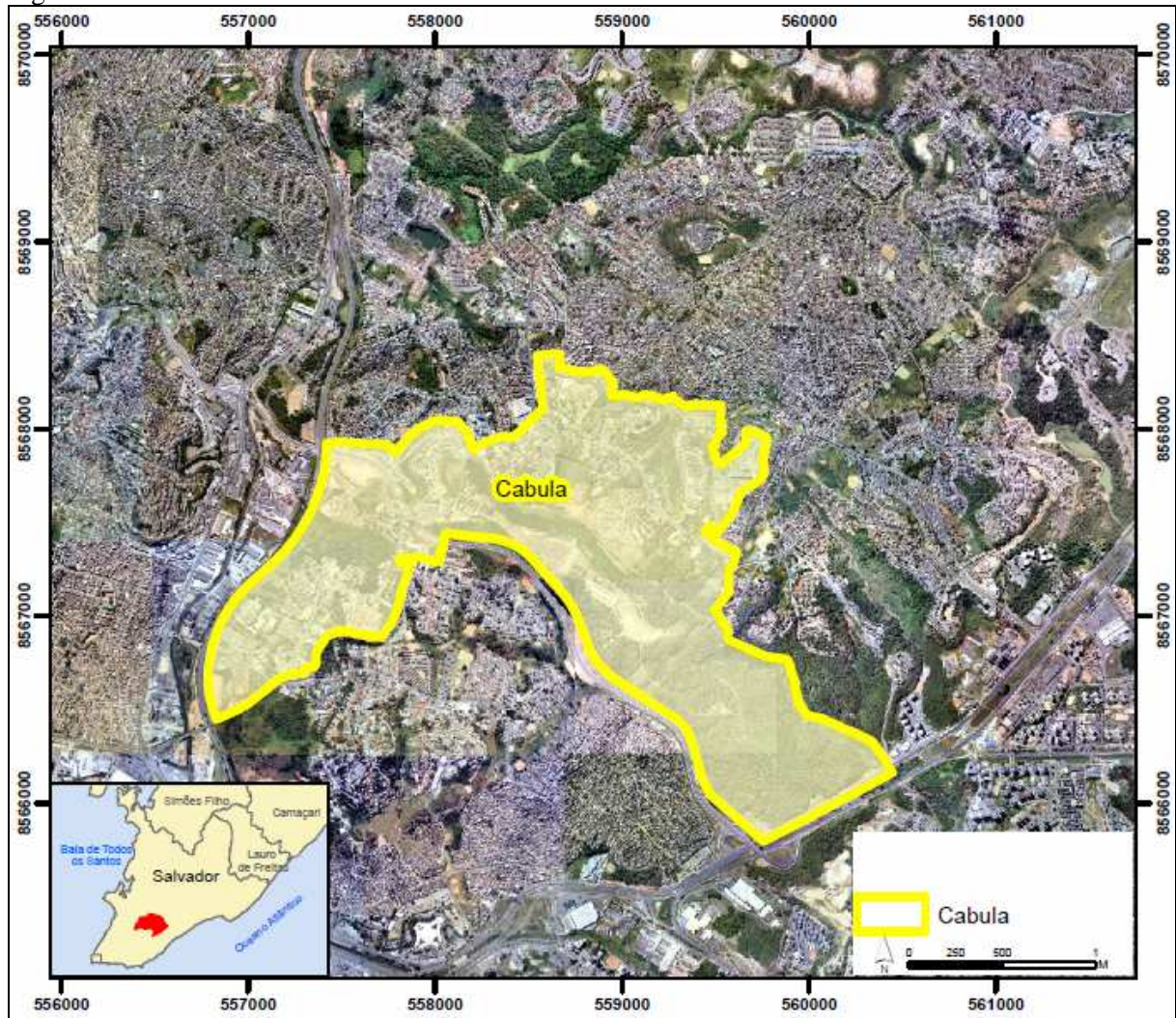
<sup>39</sup> O modelo do questionário e o resultado completo da pesquisa de campo com os moradores, podem ser observados nos Apêndices A e B.

homogênea (cidadãos engajados, cidadãos conhecedores da cultura, da história de seu bairro etc.).

Na primeira etapa da pesquisa de campo foi necessário calcular a amostra. Ela é o subconjunto com tamanho e forma de uma seleção definida. O seu tamanho, tanto em amostragens probabilísticas como em não probabilísticas, é o que garantirá a existência do fenômeno que se busca comprovar na amostra. A amostra reproduz as probabilidades existentes no universo amostral em relação ao problema definido (GOMES, 2014).

Os dados usados para o cálculo da amostra foram o da população pertencente ao bairro do Cabula, que corresponde à área de estudo delimitada na figura abaixo. Para calcular a quantidade de questionários foi usada a população da área demarcada abaixo (Figura 15), que é de aproximadamente 24.000 habitantes (SANTOS *et al.*, 2010).

Figura 15 - Bairro do Cabula



Fonte: PMS/SICAD. Mosaico de Ortofotos, 2006. CONDER, SICAD/RMS Pontos notáveis, 2009 *apud* Santos *et al.*, 2010.

Essa amostra trata-se de uma distribuição de probabilidade binomial, o que pode ser simplificado através da probabilidade de ocorrer e de não ocorrer um fenômeno,  $P =$  probabilidade de ocorrer e  $q =$  probabilidade complementar ou de não ocorrer.  $P+Q=100\%$ , O que torna uma população homogênea ou não é o tipo de problema ou característica que buscamos ou que pesquisamos (GOMES, 2014). A fórmula fica então definida como:

$n = \frac{\Theta^2 \cdot p \cdot q}{e^2}$ . População homogênea implica em  $\Theta=1$ . Probabilidade de acontecer algo desconhecido  $p = 50\%$ . Probabilidade complementar  $q = 50\%$ . Erro máximo admitido  $e=5\%$  (caso escolar)  $50 \cdot 50 / 25 = 100$  no mínimo.

Portanto, foram aplicados 100 questionários com foco em moradores acima de 18 anos. Esses moradores são os representantes do capital humano, social, cívico e sinérgico estabelecidos por Boisier (2000) *apud* Haddad (2001, p. 53) como importante característica de uma comunidade que pretende trabalhar com TBC, APLs, *Clusters*.

Os 100 questionários aplicados à população do bairro do Cabula foram elaborados pelo autor, mas também baseados na observação dos questionários produzidos pela pesquisa de Silva e Spinola (2012) com o título “Delineamento e Caracterização de um Sistema de Governança para o Desenvolvimento Turístico de Salvador-Ba, com Base em um Estudo Comparativo entre as Iniciativas de Clusterização de Turismo de Treze Tílias-SC/Bonito-MS/Serra Gaúcha-RS e Porto de Galinhas-PE” e da dissertação de mestrado de Gouveia (2010), cujo título é “Um Olhar sobre o Bairro: Aspectos do Cabula e suas relações com a Cidade de Salvador”.

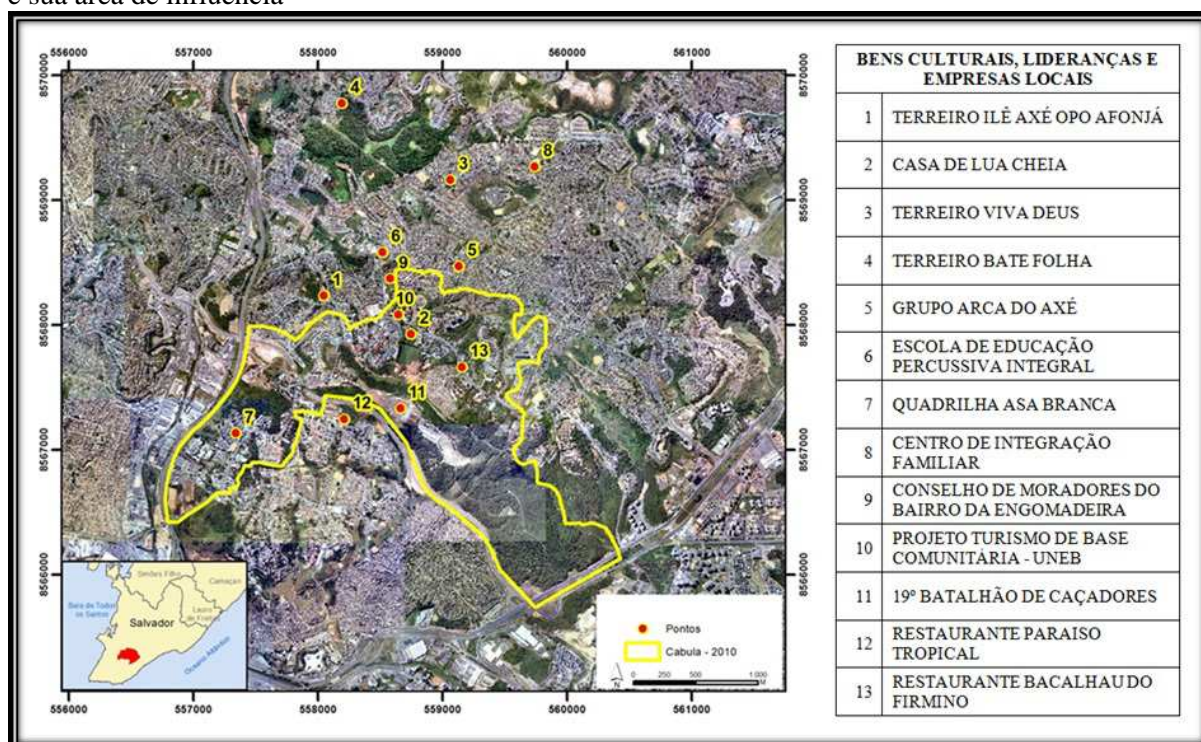
Como o objetivo do questionário era coletar dados para caracterizar o estoque de capitais intangíveis presentes nos entrevistados, ele foi dividido em três partes para respeitar as características específicas de cada capital intangível. A primeira parte era sobre CAPITAL HUMANO E A PERCEPÇÃO SOBRE O BAIRRO, a segunda sobre a percepção de TURISMO E TERRITÓRIO e a terceira parte sobre CAPITAL SOCIAL E CÍVICO. No total o questionário tem 55 questões e foi tabulado usando o Microsoft Excel, resultando em dados quantitativos apresentados em formato de gráficos.

Para a segunda etapa da pesquisa de campo, as entrevistas, foi necessário fazer um levantamento prévio dos bens culturais que teriam seus representantes entrevistados. Utilizou-se dados da pesquisa bibliográfica e após esse levantamento foram definidos quais lideranças dos bens culturais seriam estudadas. Concluiu-se que seriam entrevistados representantes dos espaços culturais: Quadrilha Asa Branca, 19º Batalhão de Caçadores, Restaurante Bacalhau do Firmino, Casa de Lua Cheia, Conselho de Moradores da Engomadeira (COMOBE) e a



Universidade do Estado da Bahia (UNEB) através do Projeto de Turismo de Base Comunitária; mas também alguns outros pertencentes a áreas próximas que exercem influência sobre o bairro, como: Terreiro Ilê Axé Opo Afonjá, Terreiro Bate Folha, Terreiro Viva Deus, Escola de Educação Percussiva Integral (EEPI), Centro de Integração Familiar (CEIFAR), Grupo Cultural Arca do Axé. Todos esses espaços culturais estão georreferenciados na Figura 16 abaixo.

Figura 16 - Georreferenciamento do patrimônio cultural, das lideranças e empresas privadas do Cabula e sua área de influência



Fonte: Elaboração própria (2014).

A caracterização desses atores foi feita através dos dados levantados e da entrevista semiestruturada. Foram entrevistadas pessoas e grupos que tinham relação com a cultura afro e que assim representarão o capital cultural que forma o patrimônio local do Cabula.

Por ser uma pesquisa qualitativa e de variável não experimental, ainda contemplou-se a análise com a observação de outros elementos como: a) Infraestrutura local: tipos de habitação existentes, saneamento, saúde, acesso a água e luz, comunicação, acesso ao local, serviços bancários. b) Recursos naturais: todo potencial relacionado à natureza, cultura, hábito e costumes. c) Manifestações culturais como: dança, canto, dramatização, gastronomia local e outros eventos típicos. d) Monumentos históricos locais de valor sagrado. e) Atividades rotineiras. f) Intervenientes locais: redes de relações, esfera de ação dos intervenientes, escala de poder, nível de participação comunitária.

## 4.2 RESULTADOS DA PESQUISA

O Capítulo 4, intitulado de “Cabula e suas possibilidades num processo participativo”, tendo em conta o objetivo central do estudo, envolve a análise concreta dos elementos concretos e os estoques de capitais intangíveis existentes no bairro. Observou-se que, apesar de se tratar de uma área menor (bairro) há inúmeros entraves encontrados na análise, em função dos detalhes e especificidades locais.

Com efeito, nesta seção serão apresentados os dados coletados na pesquisa de campo realizada em 2014, conforme parâmetros determinados pela metodologia. Na análise dos dados esses desafios serão considerados como partes importantes das considerações. No entanto, a análise empírica será apresentada com base nos dois elementos centrais da pesquisa de campo: os bens patrimoniais de origem africana do Cabula e as perspectivas acerca do tema apresentadas pelos moradores.

Na primeira parte haverá a caracterização dos bens culturais disponível no bairro. Na segunda, o propósito é avaliar o estoque de capitais intangíveis existentes na comunidade, as suas percepções sobre a identidade do bairro e o potencial para estarem no protagonismo do gerenciamento do turismo, avaliado a partir da apresentação dos resultados coletados pela aplicação dos questionários com a amostra de moradores.

### **4.2.1 Bens culturais, lideranças e empresas locais**

Essa é a primeira parte da abordagem empírica do trabalho, que vai caracterizar o patrimônio cultural de origem africana que, considerados como atores no processo de desenvolvimento territorial e de turismo no local. As informações foram levantadas com base nos fatos relatados pelos entrevistados discriminados abaixo e nas referências bibliográficas da pesquisa. A seguir, o Quadro 5 concentra as principais informações sobre os espaços e manifestações descritas nesse capítulo.



Quadro 5 - Informações básicas das instituições entrevistadas

INSTITUIÇÃO	INÍCIO	LIDERANÇA	PRINCIPAL ATIVIDADE	ENDEREÇO
Terreiro de Candomblé Ilê Axé Opô Afonjá	1910	Maria Stela de A. Santos	Cultos religiosos	Rua Direta do São Gonçalo, 557, São Gonçalo.
Casa de Lua Cheia	1977	João Bispo Cerqueira	Cultos religiosos	Rua Silveira Martins, 500 Cabula.
Terreiro de Candomblé Viva Deus	1946	Rosemeire Campos Ribeiro Costa	Cultos religiosos	Rua Estrada das Barreiras, 233, Cabula.
Terreiro de Candomblé Bate Folha	1916	Cícero Rodrigues Franco Lima	Cultos religiosos	Rua Direta da Mata Escura, s/n, Mata Escura.
Grupo Arca do Axé	1996	Domingos Sérgio Freitas Silva	Escola, biblioteca e horta comunitária, oficina de dança afro, percussão, artesanato, máscaras, música, informática, idiomas, calçados, audiovisual, samba de engoma e participação no carnaval e festas populares	Travessa São Francisco, 214, Engomadeira.
Escola de Educação Percussiva Integral (EEPI)	2003	Wilson Café	Educação infanto-juvenil - cultural e musical (ritmos de origem africana)	Estrada das Barreiras, s/n, Cabula II.
Quadrilha Asa Branca	1992	Alexandre Marcus	Música e dança regional	Rua Silveira Martins, 75, Cabula.
Centro de Integração Familiar (CEIFAR)	1994	Maria Raquel Gomes	Educação infantil, acompanhamento pedagógico, ações multie educacionais e atendimentos médico-odontológicos	Rua Direta de Tancredo Neves, 402-E, Tancredo Neves.
Conselho de Moradores de Engomadeira (COMOBE)	1985	Antonieta	Associação comunitária	Rua Cidade de Canudos, s/n, Engomadeira.
Projeto TBC Cabula – UNEB	2010	Francisca de Paula Santos da Silva	Sensibilização, mobilização e (in)formação sobre o turismo de base comunitária no espaço urbano	Rua Silveira Martins, 2555, Cabula.
19º Batalhão de Caçadores (19º B.C.)	1943	Tem. Cel. Agnaldo Oliveira Santos	Defesa nacional	Rua Silveira Martins, s/n, Cabula.
Restaurante Paraíso Tropical	1984	Beto Pimentel	Gastronomia	Rua Edgar Loureiro, 98B, Resgate – Cabula.
Restaurante Bacalhau do Firmino	Fim da década 1970	Aline dos Santos	Gastronomia	Rua Silveira Martins, 38 – Cabula.

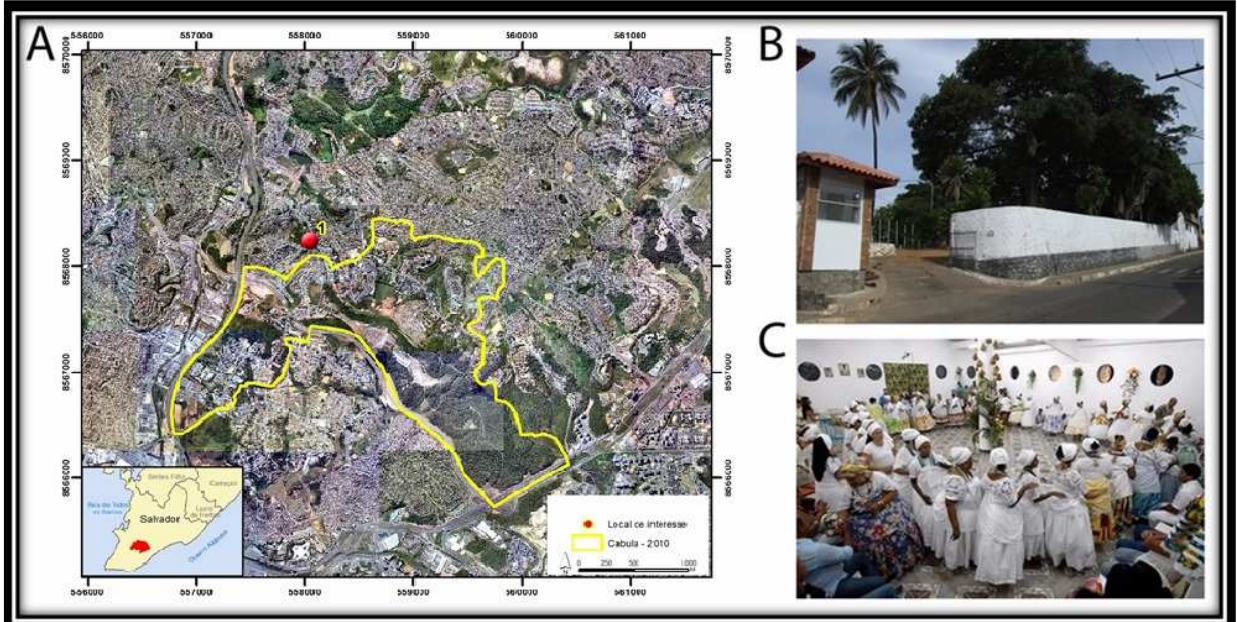
Fonte: Elaboração própria (2014).

#### 4.2.1.1 Terreiro Ilê Axé Opo Afonjá

Nessa primeira parte, quando se analisa os bens culturais de origem africana disponível no bairro do Cabula, encontra-se uma forte ligação com os de matriz cultural religiosa, como o terreiro de candomblé Ilê Axé Opo Afonjá, o qual tem uma força cultural e religiosa condutora no Cabula. Na Figura 17, apresenta-se a sua exata localização (A), sua

fachada (B) e o registro do momento de um culto religioso (C), o objetivo é esclarecer que tipo de bem cultural de origem popular será caracterizado.

Figura 17 - Georreferenciamento do Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá (A), Fachada (B) e Culto Religioso (C)



Fonte: Elaboração própria (2014).

Para essa instituição o Candomblé envolve o resultado de trocas e adaptação entre diversas religiões de diferentes nações africanas trazidas para o Brasil. A base dessa troca engloba o sincretismo religioso e o envolvimento da natureza. Durante o regime escravocrata o culto afro-brasileiro sofreu inúmeras repressões e hoje traz alguns reflexos disso. De uma maneira geral, as regras que compõem a sua organização sociocultural convergem para uma maior resistência aos elementos externos, importando-se, fortemente, com o sagrado, com a preservação da memória e com a transmissão de saberes ancestrais às gerações atuais.

Foi em 1910 que a história do terreiro ganhou vida, quando houve o rompimento com o terreiro da Casa Branca do Engenho Novo. A informação é que devido a um grupo de dissidentes deu-se origem ao Ilê Axé Opo Afonjá, na figura de Eugênia Anna dos Santos, a primeira responsável pelo terreiro, que adquiriu essa roça numa área de fazenda na região de São Gonçalo do Retiro.

Mãe-Aninha, como era conhecida, era uma negra que não se vê nos livros de história do Brasil. Uma mulher letrada, rica, poliglota e protetora dos negros alforriados. No início do século XX, ela adquiriu cartas de alforria para libertar negros do processo de escravidão e foi aos poucos se tornando importante naquela área. Há relatos no próprio terreiro de que a Mãe-Aninha, por ser tão estudada, tinha muita influência e muitas amizades de políticos que frequentaram anonimamente o terreiro. Isso foi fundamental para que se conseguisse o

reconhecimento e liberação do culto afro-brasileiro. No Rio de Janeiro ela encontrou-se com o então presidente da República, Getúlio Vargas, e, por méritos próprios e de convencimento espiritual, foi possível oficializar o direito à liberdade de cultos religiosos através do Decreto-Lei nº 1202, de 8/4/1939.

O Ilê Axé Opo Afonjá é um terreiro regido pelo orixá Xangô e denominado de Ketu, por pertencer a uma região da África de onde os últimos grupos de negros foram trazidos para o Brasil, como os *jejexa, ketus e iorubas*. O terreiro ocupa uma área de cerca de 39.000 m<sup>2</sup>, sua infraestrutura é composta por várias edificações religiosas, habitações, uma escola municipal e um museu, sendo que nessa área ainda contém uma importante remanescente de Mata Atlântica.

A casa é regida por um corpo de doze Obás de Xangô, responsáveis pela condução civil dos destinos do terreiro. Acredita-se que um dos motivos para o êxito na organização desse terreiro foi a criação, por parte de Mãe-Aninha, da Sociedade Civil Cruz Santa do Axé Opô Afonjá, em 1936. Preocupada com a perpetuação dos valores, criou esta entidade para ajudar na gestão e manutenção dos princípios, quando ela já não estivesse à frente do terreiro.

Mãe-Aninha falece em 1938 e é sucedida por Mãe Bada, que assumiu o Ilê Axé Opo Afonjá por apenas três anos, deixando o cargo em 1941. A partir daí Mãe Senhora é nomeada a mãe de santo do terreiro até 1967, seguida de Mãe Ondina, até 1975. Nesse terreiro a representatividade feminina é uma regra, o que o torna uma casa matriarcal. O registro é de que todas essas sucessoras mantiveram os princípios, os valores e a tradição conservadas.

Atualmente, quem assume a conduta religiosa é Mãe Stella de Oxóssi, nomeada em 1976. Sua grande contribuição para a comunidade começou com a instalação de uma creche-escola, com a criação de um museu que perpetua as tradições religiosas africanas, a criação de uma biblioteca de referência para pesquisadores e estudiosos e diversas outras ações voltadas à conservação da cultura africana.

A partir daí, o terreiro ganha uma conotação de instituição voltada para o saber e convívio cultural. Já que começaram muitos encontros, debates, seminários com os mais diversos assuntos. Num deles Mãe Stella de Oxóssi institui que não há mais necessidade de sincretismo religioso para o Candomblé. Esse sincretismo remetia a um momento sofrido dos negros no Brasil, quando não podiam realizar seus cultos e associam seus santos à imagem católica para poderem cultivar sem serem descobertos.

O terreiro passa a ser visto como um território de complexidade cultural e educacional. Ele colabora com o respeito à tradição religiosa e introduz experiências inovadoras de democratização do ensino formal e da manutenção da memória africana. Destaca-se por

abrigar a Escola Eugênia Anna dos Santos, municipalizada em 1998. É uma das poucas escolas onde é ensinado o Ioruba e a História da África (em conformidade com a Lei nº 10.639/2003). Proporciona uma quebra de preconceito, principalmente quando traz o negro numa outra perspectiva histórica.

Outro grande equipamento de uso público no terreiro é o Museu Ilê Ohum Ilailai, fundado em 1982, um espaço guiado por uma museóloga que conta toda a história do terreiro e que se confunde com a história do negro do Brasil. Lá existem 750 peças originais da época da escravidão. A administração é uma parceria com Diretoria dos Museus (DIMUS), vinculada ao IPHAN. Recebem turistas de diversas nacionalidades, mesmo não investindo nisso de forma direta. Segundo a museóloga, existe uma demanda esporádica que gera fluxo toda semana e, por isso, atendem quase todos os dias um público com as mais variadas necessidades, como, por exemplo, pesquisadores, professores, estudantes, curiosos, praticantes e diversos outros.

A sua Mata Atlântica densa está finalizando um processo de formação de trilhas ecológicas para que seja aberta ao público que tem interesse em trilhas, tendo em vista que é uma área de floresta com um nível alto de diversidade, encontrando espécies para diversas necessidades. É uma área de estudo botânico e de uso da comunidade, que busca a área verde do terreiro para espécies fitoterápicas. Esse uso é aberto à comunidade e utilizada por todos que precisam, mesmo não tendo relação religiosa com a instituição.

Outro espaço muito visitado é a biblioteca *Ikojppo Ilê Iwe Axé Opô Afonjá*, fundada em 1996, que tem um acervo diversificado sobre a temática e pode ser consultado pela comunidade local e externa. Nota-se que esse espaço influencia além dos 39.000 m<sup>2</sup> de extensão, principalmente, ao direcionar muitas ações para o equilíbrio da comunidade e para a manutenção dos assuntos de matrizes africanas.

O seu tombamento ocorreu em 28 de julho de 2000 pelo IPHAN<sup>40</sup>. As negociações para este tombamento começaram nas últimas décadas do século XX. Essa necessidade surgiu da sua inegável importância histórica, mas também porque a especulação imobiliária é uma realidade em Salvador e também naquela região do Cabula. Propostas e tentativas de invasões tornaram-se constantes e a conservação da sua estrutura inicial é condição básica para manter a identidade cultural preservada. De alguma maneira, eles precisavam de uma ação que legitimasse seu território, e encontraram por meio da intervenção estatal.

---

<sup>40</sup> Ver registro no Livro do Tombo do IPHAN desse tombamento no Anexo A.

Nesse interim, tornou-se o segundo território de culto afro-brasileiro a ser reconhecido como patrimônio nacional. O tombamento ajuda essa memória na medida em que protege as instalações, fiscaliza toda a parte física e agrega valor simbólico. Com isso, garante um entendimento de que o terreiro de candomblé não é uma instituição cultural de uso restrito por pessoas praticantes do candomblé, mas sim um patrimônio que abriga uma memória secular disponível na sociedade através, também, dos seus cultos.

Um momento de alta relevância são as festas públicas que acontecem em quase todos os meses do ano, momentos em que ocorrem danças rituais, demonstram-se as grandes tradições através da participação direta apenas com as pessoas iniciadas. O público local usufrui da festa com o culto e com distribuição da comida oferecida ao Orixá homenageado (SANTOS, 1988).

Nessa representatividade, Mãe Stella de Oxóssi, citada por Santos (1995, p. 93), diz:

[...] o objetivo do candomblé é a adoração aos Orixás, não só na natureza e em seus templos, como também pela vinda do Orixá à terra, manifestado em seus filhos – o filho de santo –, pessoa que passa por um período de iniciação de sete anos, bastante complexa. Periodicamente, os terreiros de candomblé fazem grandes festas públicas, em louvor a um ou mais Orixás homenageados, sendo este dia de muita alegria, dedicação e, principalmente, respeito para todos os filhos da casa.

A perpetuação da cultura afro-brasileira é o principal legado do Ilê Axé Opô Afonjá, esse legado pode ser vetor de desenvolvimento de processos participativos no gerenciamento do turismo, conforme será apresentado ainda neste capítulo. A importância de se trabalhar com o Turismo de Base Comunitária é que mantém as bases genuínas que regem espaços como esse. Cumpre também o papel de legitimar as matrizes africanas em Salvador, principalmente porque se torna fonte de conhecimento para a sociedade.

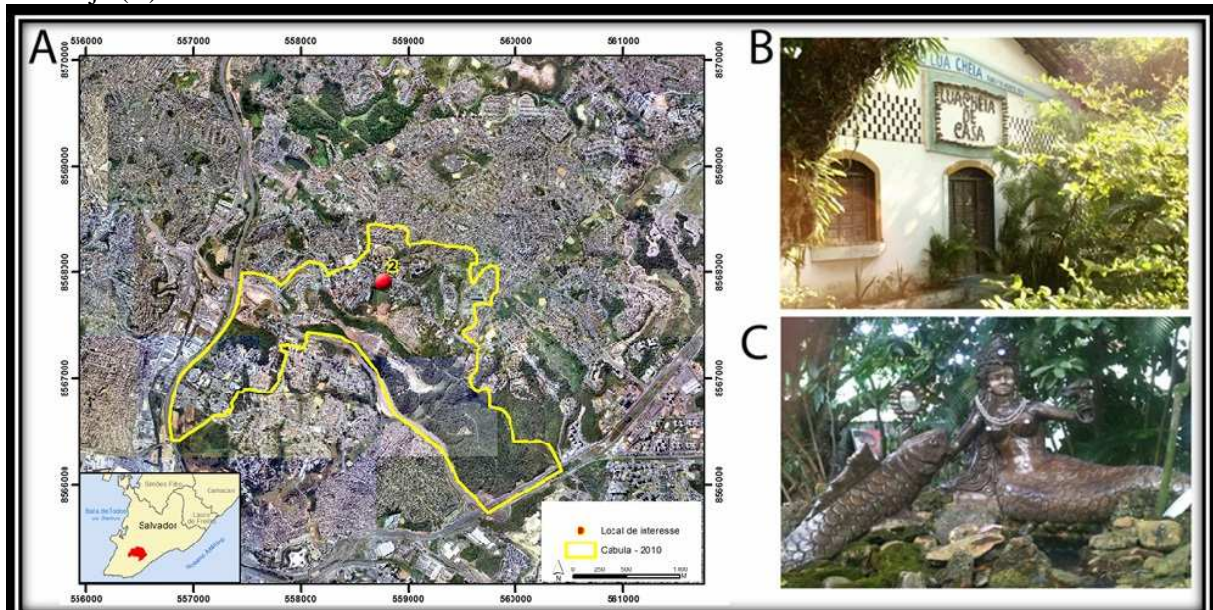
#### **4.2.1.2 Casa de Lua Cheia**

A Casa de Lua Cheia é um grande centro de mesa branca de Umbanda. Suas atividades foram iniciadas há mais de 50 anos no bairro da Federação. A sua transferência para o Cabula, segundo o responsável pela casa, Sr. João Bispo, foi uma necessidade do caboclo (entidade espiritual da instituição) e forças da natureza, que precisavam de um espaço maior e com uma grande área de vegetação para o desenvolvimento da religião Umbanda.

Na Figura 18, apresenta-se a sua exata localização (A), sua fachada (B) e o registro de um monumento em homenagem a Yemanjá (C), que será contextualizado à medida que as histórias forem percorridas, o objetivo é esclarecer que tipo de bem cultural de origem popular será caracterizado.



Figura 18 - Georreferenciamento do Casa de Lua Cheia (A), fachada da Casa (B) e escultura de Yemanjá (C)



Fonte: Elaboração própria (2014).

No início da entrevista, realizada em maio de 2014, o Sr. João Bispo já esclarece a importância da Casa de Lua Cheia para o bairro, por se tratar de uma casa de Umbanda, uma religião genuinamente brasileira. Ele analisa da seguinte maneira: o Candomblé é de origem africana, a Católica e a Protestante são europeias e a Umbanda é brasileira.

Na década de 1970 o Sr. José Bispo teve conhecimento, através da imprensa, de que áreas de fazenda no bairro do Cabula estavam sendo vendidas. Na época considerou interessante a localização, porque o Cabula era como um interior na cidade, cheio de grandes chácaras e áreas verdes. Era uma área ocupada por famílias de alto poder aquisitivo, que tinham residência fixa em bairros nobres de Salvador, como Graça e Barra, mas que usavam essas fazendas para passarem finais de semana. Foi então que em 1972 ele encontrou um sítio ideal para o desenvolvimento da Casa de Umbanda, que só iniciou suas atividades quatro anos depois.

Ele afirma que foi necessário aguardar até 1976, pois o sítio necessitava de uma reforma e o Cabula precisava desenvolver aspectos básicos da infraestrutura local, como melhorar a oferta de transporte e ampliar os serviços oferecidos no bairro. Conforme vimos na seção anterior, esse crescimento ocorreu mais intensamente a partir do final da década de 1960 até o final da década de 1970, com a construção da Avenida Silveira Martins, da Avenida Luís Viana Filho e a Instalação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Segundo o Sr. Bispo, no período da reforma o Cabula era majoritariamente composto de vegetação, porém muitos indícios da ocupação negra foram encontrados no local. Na área

que hoje é a Casa de Lua Cheia tinha uma casa antiga, pequena e inutilizada, com mais de 70 anos de existência e, ao ser demolida, foi encontrada uma grande placa indicativa, feita de placas de azulejo português com a pintura de uma mulher vestida de baiana e a inscrição Vila Isaura de Yemanjá. Na época esse fato os remeteu à ocupação negra do local e os fez compreender que aquela área foi escolhida pelo Caboclo por motivos de ancestralidade.

Em homenagem a tal fato no local onde foi encontrada a placa construiu-se uma grande imagem de Yemanjá (Ver Figura 19 ©). Em seus relatos o Sr. Bispo menciona que a imagem foi construída a partir das orientações dadas pela própria Yemanjá, quando estava incorporada<sup>41</sup> em um dos membros da Casa. A indicação dada foi de que o material do monumento fosse todo feito com pedras retiradas do fundo do mar de Itapoan, antes de o sol nascer por completo. As pedras retiradas foram fundidas com cimento e receberam uma pintura especial. Nessa composição a peça parece que foi toda feita em bronze. Hoje ela funciona como uma fonte, que já foi motivo de muitas visitas de curiosos, moradores e turistas, que consideram o monumento uma peça simbólica e de beleza rústica.

Assim como o monumento, tudo na Casa de Lua Cheia é feito com a indicação do Caboclo, que não permitiu que a casa tivesse CNPJ para que a autonomia fosse integralmente da Natureza. A área verde, remanescente de Mata Atlântica, ocupa 7.000 m<sup>2</sup>, com presença de árvores bicentenárias, espécies raras e fitoterápicas de muita utilidade para a população local, que também se beneficia com os inúmeros cursos que a casa oferece no seu espaço para a comunidade. Os cursos são de informática, artesanato, corte, costura e diversos outros. Essa é uma das poucas formas que a comunidade consegue participar das atividades da Casa de Lua Cheia, pois a grande maioria dos moradores trabalha fora do bairro e não tem tempo para se dedicar às atividades da instituição. O Sr. Bispo acredita que se houvesse mais atividades que agregassem ao cotidiano desses moradores a relação seria mais intensa.

Uma das principais preocupações da Casa de Lua Cheia é com a especulação imobiliária no bairro, pois causa engarrafamentos e perda de identidade. A Casa de Lua Cheia já recebeu inúmeras propostas para venda do seu terreno de remanescente de Mata Atlântica para construção de um condomínio, mas, segundo Bispo, não há possibilidade de vender esta área, pois o que há de valor cultural e material no local não seria reconstruído em lugar algum.

Nesse interim ele destacou a necessidade de políticas culturais que protejam instituições e as ações de caráter comunitário. As políticas precisariam existir e serem cumpridas, dessa forma contribuiriam para proteger essas instituições e outras áreas de

---

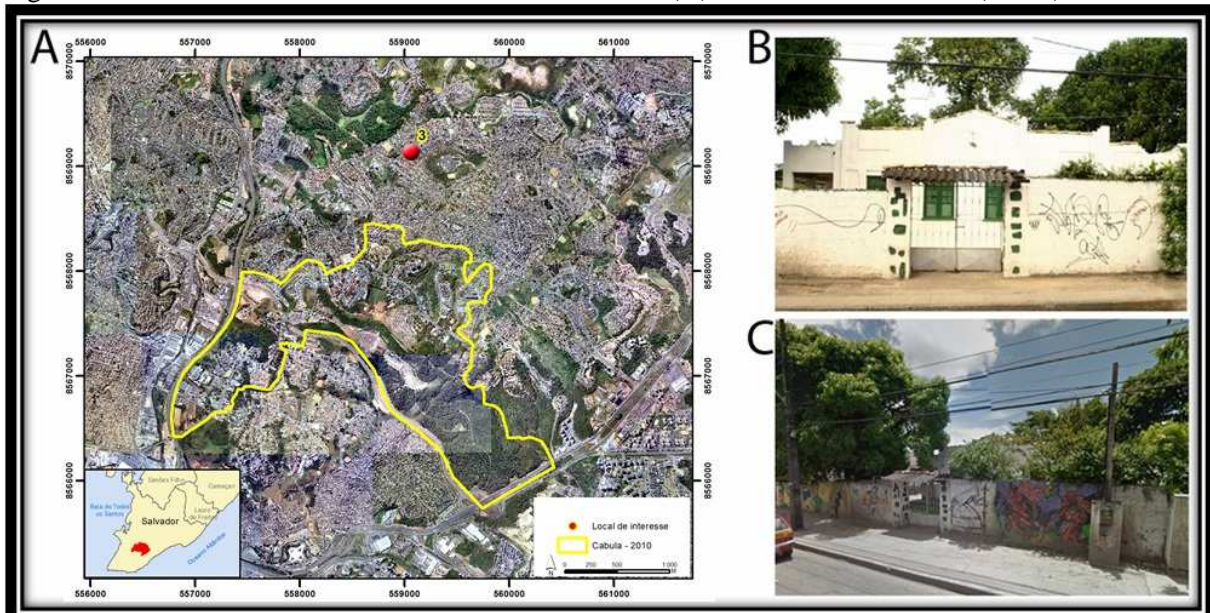
<sup>41</sup> Esse termo é usado tanto no Candomblé quanto na Umbanda para significar o momento em que o Orixá ou Caboclo apodera-se do corpo de uma pessoa para se comunicar.

propostas do capital financeiro que oferece valores altos e, com isso, podem substituir áreas de vegetação preservada e cultura genuína por concreto.

#### 4.2.1.3 Terreiro Viva Deus

Ele foi fundado em 1946 e é um terreiro de nação Angola com regente Oxalá. A relação entre o terreiro e a comunidade visa o benefício e um legado para a comunidade, seja pelo Centro Médico criado numa área do terreiro, seja pelos atendimentos e orientações espirituais gratuitos ou por diversas outras características. As informações trazidas para essa caracterização foram coletadas na entrevista semi-estruturada com a Sr<sup>a</sup> Itana realizada em Julho de 2014. Ela é uma das representantes do Terreiro Viva Deus, representado na Figura 19 pela sua localização e fachada.

Figura 19 - Georreferenciamento do Terreiro Viva Deus (A) e fachada do Terreiro (B e C)



Fonte: Elaboração própria (2014).

O terreiro foi fundado em 1948 e é um terreiro de nação Angola. Foi fundado pelo Sr<sup>o</sup> Feliciano Alves dos Santos, regido pelo orixá Oxalá e liderado junto com a Sr<sup>a</sup> Miúda (regida por Oxum). O “Viva Deus” tem como princípio básico a existência da figura masculina e feminina na regência do terreiro.

No começo das suas atividades o Terreiro Viva Deus tinha uma área muito maior do que os 2.000 m<sup>2</sup> atuais. Segunda Sr<sup>a</sup> Itana, o seu pai Feliciano Alves, no final da década de 1980, loteou várias partes do terreno, porque houve várias invasões de marginais com o objetivo de fazer da área de Mata Atlântica um refúgio e local para ocultar drogas. Nesse período, o Terreiro ainda cedeu uma parte da área para construção do atual Centro de Saúde do Bairro (Centro de Saúde Barreiras).



Para a Sr<sup>a</sup> Itana, a relação entre o Terreiro e a comunidade é de benefício mútuo, já que enquanto o bairro permitiu a instalação de um terreiro e cede toda a sua energia ao local, o terreiro sempre pensa em deixar um legado para a comunidade, seja pelo Centro Médico criado numa área do terreiro, seja pelos atendimentos e orientações espirituais dados gratuitamente ou ainda pelos cursos de corte, costura e bordados que oferecem sem custos.

Atualmente, a liderança é de Rosemeire Campos, que preserva suas tradições, a arquitetura original, o respeito ao terreiro como um templo e o calendário de festas, que dá uma dinâmica ao terreiro, com a feijoada para Ogum e festas dos Caboclos em junho.

Isto faz com que através do profano, as pessoas atentem-se ao sagrado e à importância da cultura afro brasileira. A sua importância perpassa pela a cultura difundida na comunidade, mas também pela realização de trabalhos sociais. E através desses trabalhos buscam consolidar suas raízes africanas.

Um desses exemplos é o trabalho desenvolvido pela Sr<sup>a</sup> Itana, Mestre do Saber, reconhecida pela Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (ACBANTU), que através dos bordados Barafunda e Bainhas abertas fomentam a compreensão da cultura africana. Esses bordados são raros e pouco difundidos na Bahia, por isso oferecem cursos para difusão da técnica. Ela considera essa técnica um importante elemento cultural que revela a nobreza do vestuário utilizado nas cerimônias do candomblé.

Uma peça simples desse material, pode custar até R\$1.500,00, o que para ela deveria traduzir-se em recursos para a comunidade local e seus espaços de raízes africanas. A dificuldade em implementar ações ligadas à sistematização desse conhecimento e à transformação dele em recursos para a comunidade está na pouca participação popular. Acredita-se que esse tipo de ação exige um engajamento mais direcionado, porém o que ocorre é que as pessoas interessam-se apenas quando estão desempregadas ou ociosas.

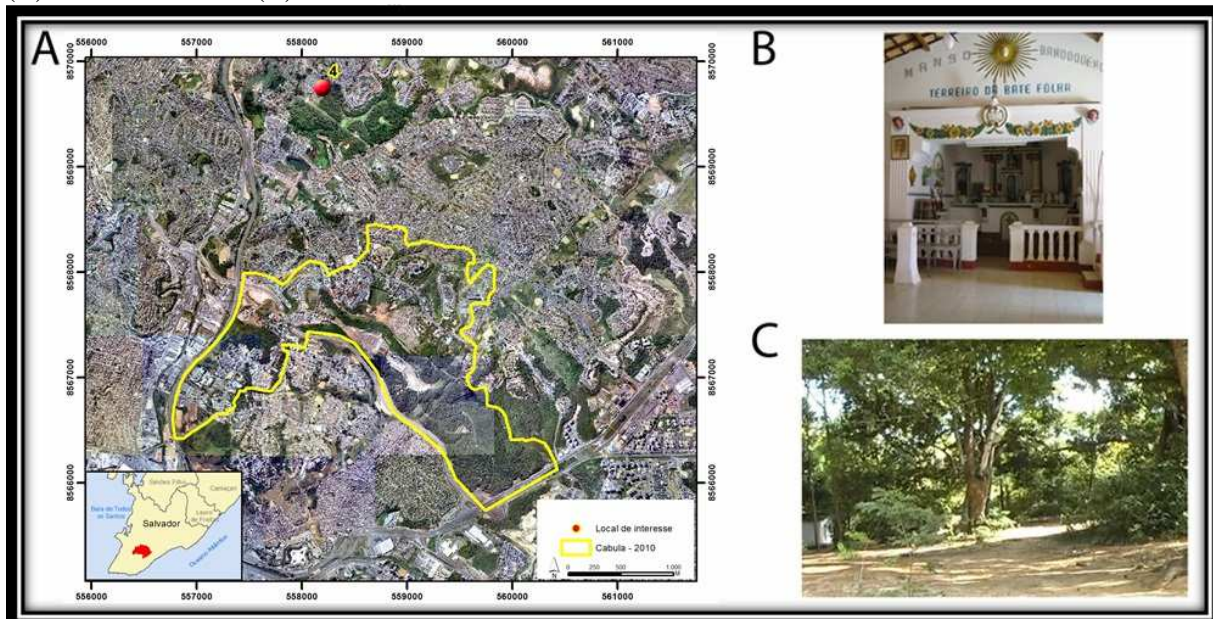
Eles enfrentam muitas dificuldades, por falta de apoio e muitas vezes de reconhecimento dessa relevância. O atual foco é a construção de ações mais efetivas e que ampliem as possibilidades que o terreiro tem, enquanto representante da cultura local.

#### **4.2.1.4 Terreiro Bate Folha**

O terreiro de candomblé Bate Folha surgiu, oficialmente, em 1916 e teve como primeiro representante o Sr. Manuel Bernadino, que nasceu em 1881 na cidade de Santo Amaro. Com o propósito de difundir a cultura africana instalou-se em Salvador com a sua mãe e começou a desenvolver trabalhos relacionados aos cultos africanos na ladeira da Lenha, no Bonfim, e seus atendimentos lhe garantiram muitos clientes.

A área onde hoje está localizado o terreiro foi uma roça doada por uma das suas clientes como forma de gratidão ao trabalho desenvolvido por ele. A roça foi um desmembramento de uma fazenda que existia no Cabula e tem 155.000 m<sup>2</sup> (observar algumas características na Figura 20).

Figura 20 - Georeferenciamento do Terreiro Bate Folha (A), barracão para cultos religiosos e festas (B) e Mata Atlântica (C)



Fonte: Elaboração própria (2014).

Ele começou a fazer construções na área para atender as suas demandas e aos poucos o terreiro foi adquirindo infraestrutura. Manuel Bernadino encontrou nessa área inúmeras tendas e materiais ligados à cultura afro-religiosa deixados pelos negros refugiados que vivem no quilombo do Cabula e realizavam seus cultos na época. Em entrevista realizada em junho de 2014 o atual pai de santo do terreiro, o Sr. Cícero, acredita que fatos como esses demonstram uma ligação entre os acontecimentos históricos e a “energia” da terra do Cabula como favorável aos cultos africanos.

O Cabula, tendo sido um quilombo, está conectado com a cultura africana que é “viva” e traz consigo fortes ligações com o seu passado. Por isso, quando um terreiro se estabelece num local quase nunca encerra suas atividades para que outro equipamento de qualquer natureza o substitua. Ele afirma que há diversos exemplos disso no Brasil e a ligação entre o Cabula e essa cultura estará de alguma maneira sempre presente por conta dessa energia. Na Figura 20, apresenta-se a sua exata localização (A), sua fachada (B e C) o objetivo é esclarecer que tipo de bem cultural de origem popular será caracterizado.

O fundador do Bate Folha, o Sr. Manuel Bernadino, administrou a casa de 1916 até 1946 e, com seu falecimento, quem assumiu foi Sr. Antônio Bananguami, de 1947 até 1965.

O Sr. Pedro, membro da confiança de Sr. Bernadino, assume de 1965 a 1972. Em seguida, Sr. Jóca, filho de Antonio Bananguami, administra de 1972 a 1991. Quando ele morre quem assume é o Sr. Eduardeno, já com 70 anos de idade e uma história de luta pelo negro em Salvador, cuja gestão foi de 1992 a 2002. A partir de 2002 quem assumiu foi Cícero, atual pai de santo e quem concedeu a entrevista para esta pesquisa.

O terreiro iniciou muito pequeno, com construções de taipa e, com o passar do tempo, nos quase 100 anos de existência o terreiro começa a ganhar grandes proporções na sua estrutura através, inicialmente, da ajuda dos membros da casa. Eles também enfrentaram muita dificuldade quando os cultos eram proibidos. Tirava-se licença na delegacia de jogos e costumes para executar festejo de santo de sua devoção, não se fazia referência que era uma instituição do Candomblé.

Faziam a festa tocada na mão, porque não podia tocar os instrumentos. Tinham quartos com fundo falso para guardar os instrumentos devido à enorme pressão. Era uma pressão contra escravo, contra negros, uma imposição da religião católica, era uma retaliação à expansão da religião do negro no Brasil para que ela não se expandisse.

Esse é um dos motivos pelos quais o atual pai de santo do Bate Folha justifica o fato de uma instituição tão rica culturalmente ainda ter tantas controvérsias sobre sua importância cultural para a sociedade de um modo geral, para o senso comum. O inverso também ocorre, pois as pessoas mais antigas são as responsáveis pela maioria dos terreiros de candomblé e hoje o povo antigo ainda tem essa memória e escolhe viver no anonimato.

Segundo o Sr. Cícero, pai de santo do Bate Folha, se as pessoas ligadas ao Candomblé não tivessem sido tão afetadas pelo histórico de opressão, talvez tivessem uma autoestima maior. Isso contribuiria ainda mais para o reconhecimento da sociedade civil e o enfrentamento dos problemas ligados à gestão cultural pelo poder público.

Esse histórico de discriminação criou um ciclo de dificuldades, ainda de acordo com Cícero. Se forem comparadas as verbas do governo estadual destinadas à reforma de igrejas com as destinadas aos investimentos nos terreiros de Candomblé percebe-se uma desproporção, pois a verba destinada aos terreiros representa apenas 10% das destinadas às igrejas, ou seja, isso reforça um quadro de marginalização no qual o poder público não colabora em proporções adequadas com os mais variados tipos de manifestações religiosas e culturais. Enquanto isso, na maioria das vezes, o patrimônio cultural ligado às matrizes africanas vai gerenciando suas dificuldades a partir de esforços próprios.

Na entrevista ainda foram relatadas outras dificuldades, como a cobrança indevida de impostos. No Bate Folha, por exemplo, já houve a cobrança do Imposto sobre a Propriedade

Predial e Territorial Urbana (IPTU), no valor de aproximadamente 2 milhões de reais. Na cobrança desse tipo de imposto a prefeitura usa como critério a metragem do espaço e, pela sua grande área, o terreiro foi considerado um pedaço de terra destinado a revenda. Por isso, foram necessárias algumas intervenções na Prefeitura Municipal de Salvador (PMS) para reconsiderar o pagamento desse imposto. O tombamento do terreiro contribuiu para que essas cobranças deixassem de acontecer.

Esse processo de reconhecimento como patrimônio cultural pelo IPHAN foi fundamental para a gestão do local. As negociações começaram com o tombamento do terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, quando a Sra. Mãe Stella de Oxóssi, mãe de santo desse terreiro, informou ao IPHAN a existência do Bate Folha. Ela destacou a importância de tombarem um terreiro de Angola, pois é difícil encontrar um terreiro com essa origem. Trata-se da nacionalidade dos primeiros escravos trazidos da África para o Brasil, oriundos da região do Bantu, em Angola.

Isto significa que no início do processo escravista muitos foram torturados e mortos, tendo deixado poucos sobreviventes após o fim da escravidão. Por outro lado, outros povos, como jejeza, ketus e iorubas foram as últimas chegadas de negros no Brasil e, com o fim da escravidão, a descendência da maioria dos negros foi desses povos e muito pouco dos de Angola, por isso a maioria dos terreiros tombados é dos jejeza, ketus e iorubas.

Após esse reconhecimento o IPHAN iniciou o processo de levantamento das informações gerais do terreiro, que durou cerca de cinco anos. Segundo o Sr. Cícero, outra motivação para esse tombamento foi o nível de preservação do remanescente de Mata Atlântica que pertence ao Bate Folha. Os terreiros de candomblé precisam de uma área ligada à natureza para suas práticas religiosas, mas, segundo o IPHAN, o Bate Folha é a maior área de um remanescente preservada, num terreiros de candomblé no Brasil, dedicada à cultura africana.

Em 2003, com o tombamento do Bate Folha pelo IPHAN<sup>42</sup>, o terreiro começa a fazer grandes obras de melhoramento e restauração da infraestrutura e se fortalece ainda mais como espaço cultural do bairro. Apesar disso, nada mudou na rotina dos membros que cuidam do local e das quase 60 pessoas que estão ligadas diretamente com o terreiro. Para o Sr. Cícero, o tombamento ajudou a tranquilizá-los no que se refere à parte física, pois inibe a invasão do terreno e permite a restauração das áreas degradadas, mas também ajudou a consolidar o Bate Folha como um espaço cultural do bairro.

---

<sup>42</sup> Ver notificação oficial do IPHAN sobre este no Anexo B.

O Sr. Cícero destacou a relação com a comunidade e seu entorno como sendo positiva, já que alguns moradores estão presentes no dia a dia, ajudam na limpeza do local e frequentam as festas. Ele faz uma ressalva ao afirmar que tem consciência de que estão inseridos numa região onde há problemas com a segurança e o tráfico de drogas, mas mesmo assim a relação dos moradores com o terreiro é de respeito e reconhecimento. Ele atribui essa boa relação ao papel do Bate Folha na formação do bairro e cita como exemplo o funcionamento do terreiro como a primeira escola daquela área.

Apesar dessa relação positiva entre o terreiro e o bairro hoje o Bate Folha não participa da dinâmica local com nenhum projeto específico. Eles alegam dificuldade no gerenciamento desses projetos, que exigem demandas que eles não estão preparados para suprir. Trata-se da alocação de recursos para os novos custos operacionais, como luz, água, limpeza e alimentação, de mão de obra para contribuir na organização do local e de segurança para controlar esse maior movimento nas instalações do terreiro e etc.

Segundo Cícero, recentemente houve a tentativa de realização de um projeto do Governo Federal, através da Universidade Federal da Bahia (UFBA), ligado à inclusão digital. O projeto iria promover aulas de informática nos três turnos para os moradores do bairro. Porém o projeto não foi realizado no Bate Folha, pois eles perceberam que as necessidades exigidas não seriam supridas pelo poder público, e sim pelo terreiro.

Os novos custos com água, energia, com profissional para limpeza, para segurança seriam por conta deles. Na realidade, o projeto queria utilizar o espaço, infraestrutura e prestígio do terreiro, mas não arcaria com nenhum dos custos citados, ou seja, é um exemplo de gestão que desagrega os benefícios gerados e causa impacto negativo na dinâmica de um patrimônio cultural.

O Sr. Cícero argumenta ainda que a realização de qualquer tipo de projeto na comunidade demanda uma adequação dos objetivos do projeto com os aspectos culturais e religiosos do terreiro, a necessidade de uma mão de obra adequada para conduzir os processos cotidianos, tendo em vista que as atividades ficam concentradas nas pessoas mais idosas, e ainda ressalta a necessidade de uma sensibilização da comunidade para uma participação consciente e efetiva.

No dia a dia recebem muitas propostas de trabalhos ligados à área verde e à história cultural do terreiro. Algumas dessas demandas são ligadas às seguintes temáticas: projetos de botânica, devido à área verde com espécies e folhas medicinais não encontradas em outros lugares; projetos de hortas comunitárias para plantação, colheita e distribuição dos itens na

própria comunidade; a instalação de uma escola de ensino básico; fabricação de instrumentos musicais; projetos na área da música e muitos outros.

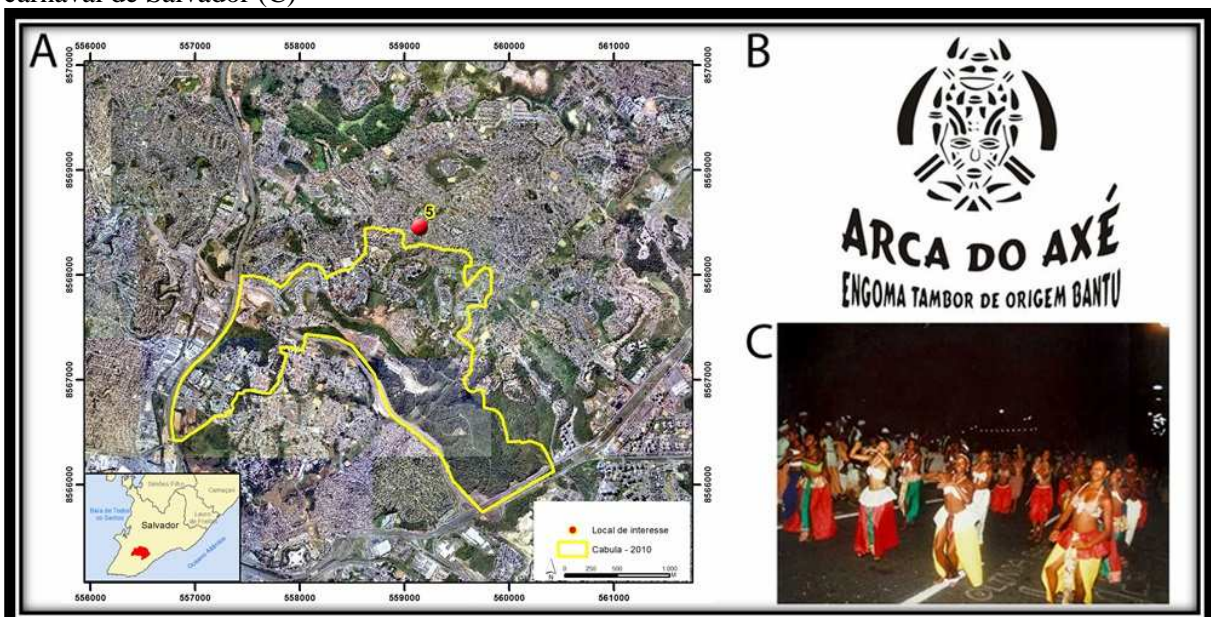
Nos seus relatos o Sr. Cícero acredita que há uma grande demanda por parte da comunidade para esses projetos. No projeto ligado à música de origem africana, por exemplo, eles têm um exemplo concreto, pois já tiveram uma escola de música que tinha como base o toque dos ritmos africanos, e o interesse era alto.

Isso reforça a característica do Bate Folha de estar próximo dos elementos ligados à cultura africana. Para eles, agregar elementos externos que não contribuam com a manutenção das tradições é algo desalinhado. A cultura do Candomblé é viva, por isso exige uma compreensão maior, uma dinâmica, ele faz questão de destacar que no Candomblé as possibilidades oferecidas são grandes, mas os cuidados também.

#### 4.2.1.5 Grupo Carnavalesco Arca do Axé

O grupo cultural Arca do Axé, nos seus quase 20 anos de existência, na sua formação buscou um grupo de pessoas para mobilizar-se culturalmente e começou com o nome Engenho de Negros, inspirados na ligação que o Cabula e toda aquela região tem com o Candomblé. O propósito era a formação de um grupo cultural que disseminasse a cultura de matriz africana no bairro, tanto que iniciou suas atividades com foco em disseminar poesias e poemas sobre o tema. Na Figura 21, observa-se sua localização (A), Marca da instituição (B) e registro do momento de apresentação (C).

Figura 21- Georreferenciamento do Grupo cultural Arca do Axé (A), logotipo (B) e apresentação no carnaval de Salvador (C)



Fonte: Elaboração própria (2014).

Hoje é formado por diversos artistas, educadores e com membros da comunidade do Beiru, Engomadeira e Cabula. As suas atividades são de base comunitária e chamam atenção pela relação bem-sucedida entre o grupo e toda a comunidade. Eles têm escola e biblioteca comunitária (com educação infantil, alfabetização, cursos profissionalizantes de jovens e adultos), horta comunitária, oficina de dança afro, percussão, artesanato, máscaras, música, informática, idiomas, calçados, audiovisual, samba de engoma<sup>43</sup>. Todos os projetos estão ligados à herança de matriz africana, sempre com foco no que a região do Cabula tem a oferecer, envolvendo a participação de grupos culturais, adolescentes, jovens, adultos, idosos e herdeiros da resistência afro-brasileira.

Em 2008 foram reconhecidos como ponto de cultura do Estado da Bahia e com isso passaram a desenvolver variados programas de relevância cultural e valor simbólico. Isso fez com que eles exercessem a cooperação no bairro por ajudar diversos grupos que não são regulamentados, para captar recursos e projetos.

Pode-se destacar o programa de alfabetização de jovens e adultos, desde 1997; a capacitação solidária em 1999, 2000 e 2001; a qualificação dos trabalhadores culturais afrodescendentes (UNEB/Ministério do Trabalho), em 2002; o Faz Cultura, em 2003; a educação infantil com a biblioteca e escola comunitária Engenho de Negro, desde 1996; a 1ª feira da rede de cultura engoma/Cabula, com a Fundação Gregório de Matos, em 2006; a preservação e produção cultural de matriz africana com o samba de engoma, produção do samba junino e de roda; teatro de bonecos e oficinas educativas e culturais.

O grupo sustenta suas atividades pelos projetos aprovados em editais e algumas doações e parcerias, porém os recursos são direcionados às atividades relacionadas à infraestrutura. A metodologia de trabalho usa a cooperação como base, com o voluntariado, de acordo com a disponibilidade de pessoas que têm interesse em manter tal fruição cultural.

Outra conquista destacada pelo grupo foi o reconhecimento do bloco carnavalesco na Associação Carnaval Ouro Negro, programa do governo do Estado da Bahia focado no carnaval sob o ponto de vista da etnia. O grupo sente-se representante dos blocos afro da cidade, daqueles que não têm espaço, pois não definem sua experiência no carnaval de Salvador como uma conquista de entretenimento, mas sim como mais um espaço para mostrar e fazer ser reconhecida de forma mais legítima a identidade e resgate da cultura de matriz africana.

---

<sup>43</sup>Segundo o Srº Sérgio, responsável pelo Grupo Arca do Axé, a engoma é um conjunto musical formado por instrumentos ligados ao terreiro de candomblé, como o atabaque, por exemplo, que forma um som equilibrado para ecoar e agradar a todos.



Eles apresentam-se com uma banda percussiva, músicas autorais inspiradas na história dos negros do Brasil, influências do samba-reggae, da religião do candomblé, desfiles de alas das baianas, capoeiristas, dança afro. O desfile ocorre no circuito alternativo e reúne moradores de vários bairros de Salvador que usufruem do carnaval como um momento de interação, principalmente por perceberem muito interesse dos turistas em uma manifestação diferente da que ocorre no carnaval de Salvador como um todo.

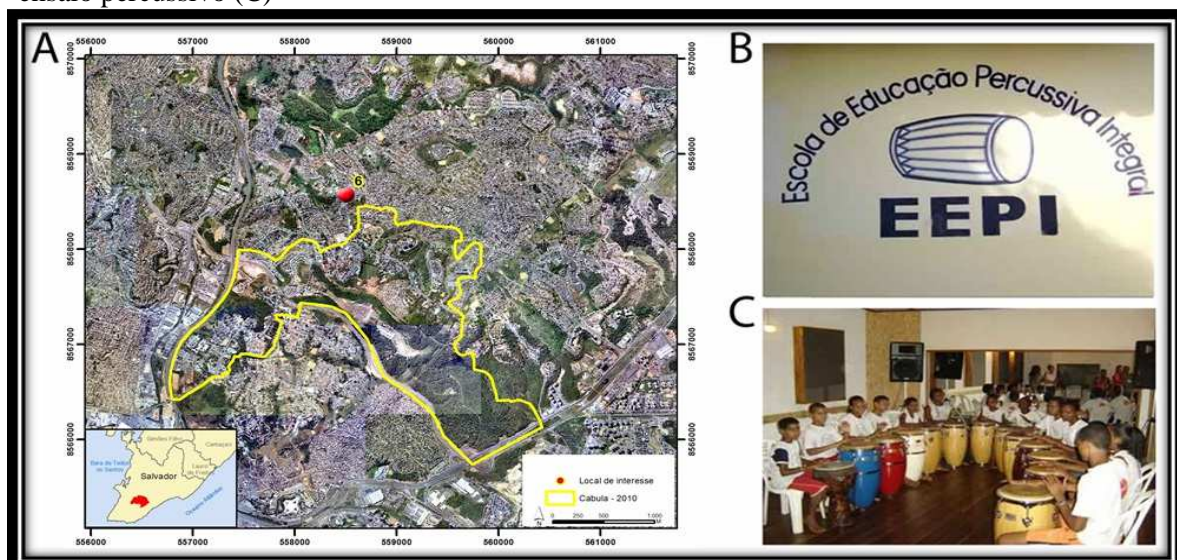
A formação do bloco carnavalesco, assim como toda a missão do grupo Arca do Axé, tem como base a memória dos membros do grupo, que trazem consigo o interesse em resgatar o carnaval e a lembrança de carnavais com ares mais democráticos. Em tudo isso eles veem surgir possibilidades para a “reafricanização” legítima da cultura baiana, com o espaço justo ao de todos os outros.

#### 4.2.1.6 Escola de Educação Percussiva Integral

O surgimento da Escola de Educação Percussiva Integral (EEPI) está intimamente ligado à presença significativa de afrodescendentes na nossa população local. A história desses afrodescendentes precisava ser preservada, contada e mantida viva diante de um bairro que já mostrava sinais de mudança estrutural. O intuito era tornar as ligações com a africanidade mais presentes no cotidiano dos habitantes da cidade.

Outra possibilidade com o seu surgimento seria contribuir para a diminuição da desigualdade social das pessoas daquela região, com a formação cultural e o direito à cultura, arte, educação, crescimento pessoal e convivência familiar. Na Figura 22 é possível perceber algumas características desses elementos, assim como sua exata localização.

Figura 22 - Georreferenciamento da Escola de Educação Percussiva Integral (A), logotipo (B) e ensaio percussivo (C)



Fonte: Elaboração própria (2014).



O projeto foi implantado em 2003 e a sede, onde hoje funciona a escola, era uma associação, que não se sabe o que fazia na época, oferecida a Wilson Café para o desenvolvimento do trabalho social que idealizava. Wilson Café, responsável pela EEPI, ainda em entrevista, diz que teve diversos apoios para a realização do seu projeto na localidade do Cabula.

A Mãe Stella de Oxóssi, responsável pelo terreiro Ilê Axé Opó Afonjá, mais uma vez, no exercício da atuação em redes de cooperação, assim como fez no tombamento do terreiro do Bate Folha, contribuiu para essa idealização, ressaltando os pontos necessários ao bairro e disseminando a história cultural a que aquela região pertence. Destacava-se pela relevância religiosa do seu terreiro de candomblé e por conservar as tradições africanas cultuadas na localidade desde o século XIX. Wilson Café afirma que já tinha conhecimento sobre a história do Cabula, porém isso não foi fator determinante para a escolha do local como sede do projeto, e, ao longo do tempo, isto se tornou importante devido às relações estabelecidas com outras manifestações do mesmo gênero que existentes no local.

As atividades desenvolvidas pelo projeto são vinculadas à música, teatro, dança, esporte, grafite. Estes são associados a conteúdos como a história da África, a formação do Brasil, a importância da música e muitos outros. São 800 metros quadrados de área, com duas salas para oficinas, salas de aula, mini biblioteca, informática, estúdio de gravação, setores administrativos e de assistência social.

O projeto oferece oportunidades para aprender a tocar instrumentos de percussão, bem como fabricá-los de forma artesanal. Tudo a partir de sucatas, latas, lonas, papelão e outros materiais de baixo custo, desenvolvendo habilidades artísticas e criativas. Aprender a utilizar a percussão de forma harmônica é uma das principais fontes de incentivo para que eles possam superar as dificuldades enfrentadas. Dentro de um cenário concorrido ela visa aperfeiçoar-se para se tornar um centro de iniciação musical.

Segundo Wilson Café, a escola percussiva tem muito potencial para crescer no mercado. Por trabalharem com ritmos percussivos poucos estudados na Bahia já receberam em sua sede diversos turistas estrangeiros que veem com o intuito de conhecer o projeto e aprender as peculiaridades presentes nos ritmos percussivos baianos. Porém estas visitas ocorrem de forma aleatória e sem um retorno econômico para a EEPI.

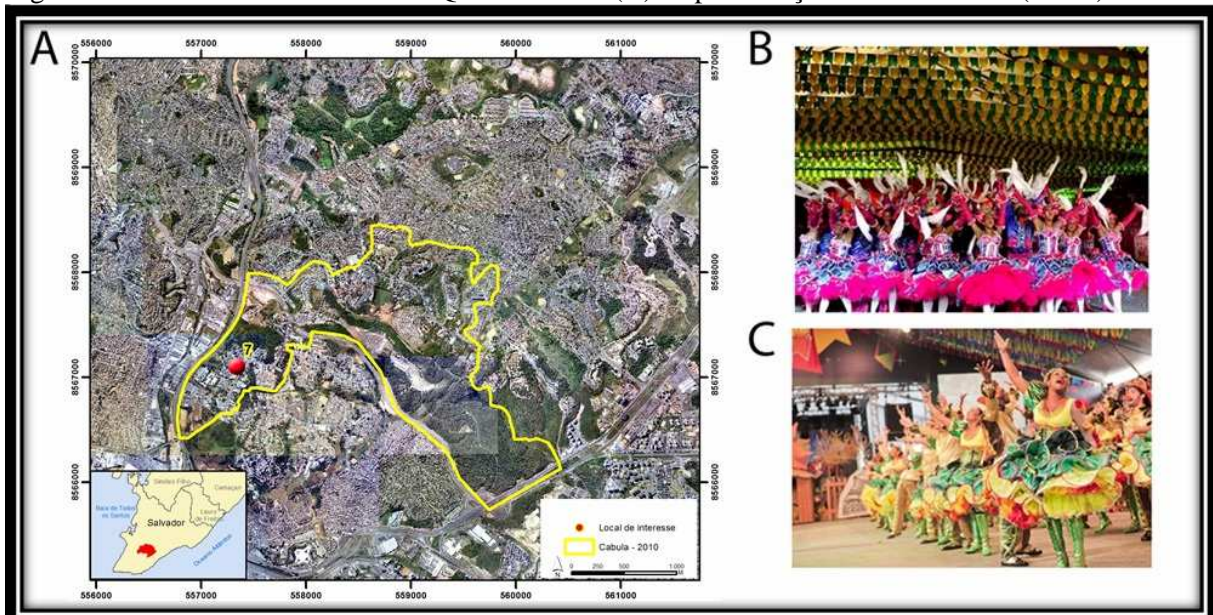
#### **4.2.1.7 Quadrilha Asa Branca**

A Quadrilha Asa Branca é uma manifestação cultural presente no bairro desde 08 de Agosto de 1992. Trabalham com arte e dança, onde mais de 120 profissionais participam

diretamente. Sua estrutura organizacional envolve 12 diretores, 80 dançarinos, 1 marcador, 15 da produção, 8 músicos, 6 figurantes e 10 apoios. Na composição da Figura 23 é possível perceber sua localização e a quantidade de atores envolvidos muitos atores

O principal objetivo deles é difundir a cultura, para mantê-la viva. É também se consolidar como um grupo, estimular e prender a atenção de jovens para que não sejam atraídos pela marginalidade. Participar dos grandes eventos da área e com os nossos próprios recursos e capacidades e divulgar o nome do bairro.

Figura 23 - Georreferenciamento da Quadrilha Asa (A) e apresentações em concursos (B e C)



Fonte: Elaboração própria (2014).

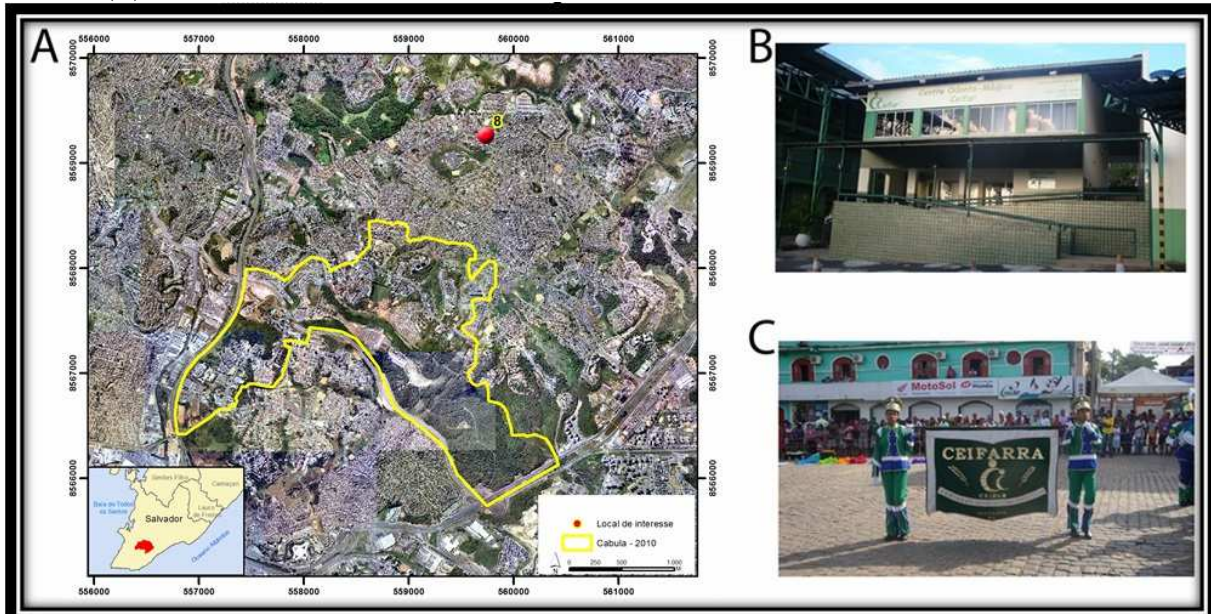
Sobre a relação com a Comunidade o Srº Alexandre Marcus informa que em determinados anos estão mais próximos e outros menos. Porém, o orgulho da comunidade não varia. Eles têm inúmeras parcerias, como por exemplo, com a Escola Municipal Adroaldo Ribeiro Costa, onde realizam seus ensaios e confeccionam o cenário. Essas relações também se apresentam com o apoio de alguns microempresários locais para os projetos da quadrilha e etc.

Todos esses apoios refletiram em resultado concreto, pois a quadrilha tem um total de 63 títulos de 1º lugar no Estado e dos mais variados concursos (ver Anexo C). É no Cabula que se localiza a 1º quadrilha campeã brasileira do Estado da Bahia em 2012. Segundo Srº Alexandre Marcus, as principais dificuldades ficam por conta da necessidade de novas políticas públicas para incentivar tantos esforços para manutenção da Quadrilha durante 22 anos. Os pontos positivos são o incentivo dado pela comunidade, a redução das possibilidades de diminuir a violência, a contribuição para formar cabeças pensantes e críticas.

#### 4.2.1.8 Centro de Integração Familiar (CEIFAR)

O Centro de Integração Familiar (CEIFAR) é uma organização não governamental fundada em 1994 a partir da iniciativa da enfermeira belga Simonne Alice Debouck, com o intuito de oferecer melhores condições de saúde, educação e integração social às crianças e famílias carentes do bairro de Tancredo Neves e adjacências (Ver Figura 24).

Figura 24 - Georreferenciamento do Centro de Integração Familiar (A), fachada (B) e apresentação de fanfarra (C)



Fonte: Elaboração própria (2014).

As crianças atendidas pelo CEIFAR ficam na instituição no período oposto ao da escola, têm acompanhamento na educação infantil, reforço escolar e alfabetização, além de participarem das oficinas de formação humana e dos cursos de karatê, teatro, música, reciclagem de papel, fanfarra, cerâmica, educação física e um coral com instrumentos composto por cerca de 45 crianças. Além de atender às crianças menores de 16 anos, o CEIFAR também oferece assistência médica e odontológica para as mães, que também podem participar de oficinas como culinária, artesanato, corte e costura, moda íntima, manicure e pedicure.

A proposta do centro é usar elementos da cultura local para agregar valor a educação da comunidade. Como exemplo podemos citar a capoeira, para eles ela permite educar e estabelecer outras relações sociais e de disciplina. Para isso, eles ensinam desde a parte lúdica até as características. No dia-a-dia se organizam numa roda de capoeira formada por 1 berimbau, 2 pandeiros e todos posicionados em círculo, para bater palmas e acompanharem os cânticos com o coro. Dois a dois, entram na roda e interagem, respeitando os fundamentos da capoeira. A noção de esperar o tempo de agir, de entrar e sair, o comportamento e a interação



na organização da roda de capoeira e a partir daí são levados à reflexão sobre o respeito na organização da sociedade. Os eventos de capoeira são grandes encontros que marcam o momento de interação, onde os participantes recebem também seus apelidos que ajudam a marcar sua identidade no grupo.

Já as fanfarras promovem o desenvolvimento cultural através da música, contribuindo para a iniciação e integração social das crianças e adolescentes junto à comunidade, criando perspectiva para geração de oportunidade, afirmação social, tornando-se uma via de aprendizado de cidadania, disciplina, respeito e responsabilidade, promovendo a aproximação dos seus integrantes.

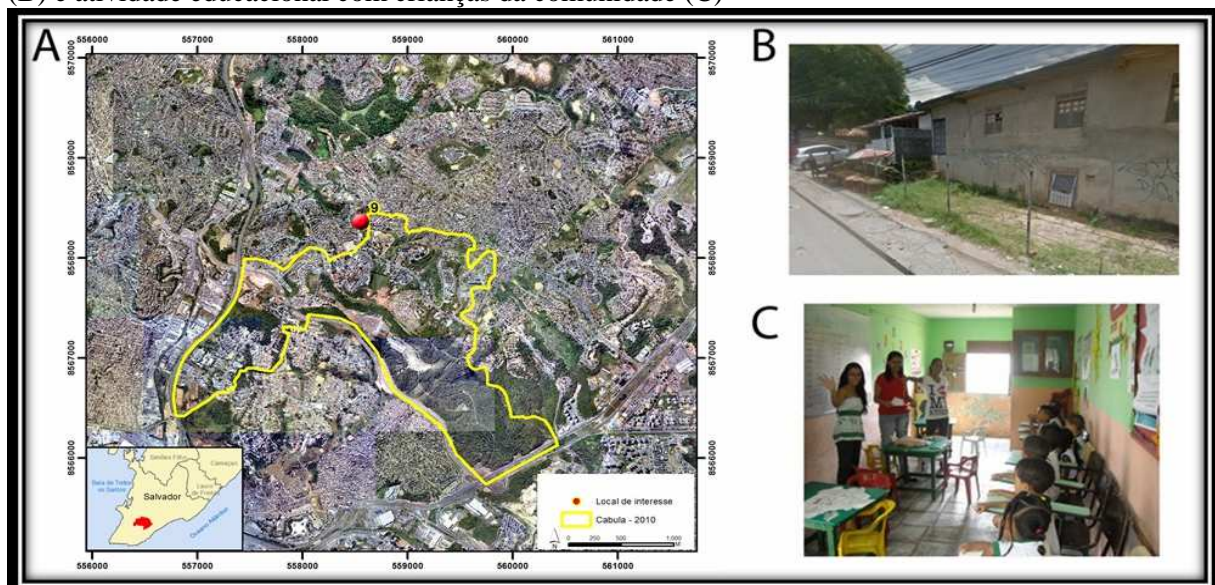
#### 4.2.1.9 Conselho de Moradores do Bairro da Engomadeira (COMOBE)

As informações acerca do conselho foram coletadas pela entrevista semi-estruturada realizada em Junho de 2014 com o primeiro presidente da instituição o Sr<sup>o</sup> Vitor e a atual diretora do Conselho, Sr<sup>a</sup> Antonieta.

O COMOBE foi fundado em 01 de Agosto de 1985, por uma iniciativa dos moradores, que tinham a necessidade de resolver problemas sociais no bairro e ter uma representação comunitária para encaminhamento de suas reivindicações. Por muitos anos, o Conselho trabalhou no auxilia há mais de 600 famílias do entorno do Cabula e Engomadeira.

Atualmente, esse conselho de moradores encontra-se com as atividades reduzidas, pois a sua sede não tem energia elétrica e nem água. Problemas dessa natureza nos últimos anos tornaram-se comuns e marcam uma fase de pouca atuação da organização local na comunidade (Ver Figura 25)

Figura 25 - Georreferenciamento do Conselho de Moradores do Bairro da Engomadeira (A), fachada (B) e atividade educacional com crianças da comunidade (C)



Fonte: Elaboração própria (2014).

Segundo os membros do conselho, a comunidade já foi muito participativa e ajudava em tudo que precisavam. A sede foi construída com o dinheiro e doação da comunidade, com a mão-de-obra dos próprios moradores, por isso, a instituição é um marco na comunidade. Desde o começo o foco era a ajudar a família, as mães na educação dos filhos, oferecer recreação e educação infantil para as crianças e jovens e assistência nas necessidades básicas.

No COMOBE já funcionou a Escola Comunitária Fonte do Saber (Ver Figura 26 ©) que só se instalou na comunidade com a cooperação de todo o entorno, das igrejas, universidade, comércio e moradores voluntários. Com essa constatação eles concluem que hoje, esse tipo de atitude teria ainda mais dificuldade, devido aos interesses políticos envolvidos.

As principais dificuldades que encontraram em todo o processo de gestão do Conselho foram: enfrentar as influências políticas e manter o engajamento social ao longo dos anos. A política considerou a organização local como uma possibilidade de fazer campanha e conseguir votos, já o engajamento foi diminuindo devido à ausência de recursos para manter as atividades.

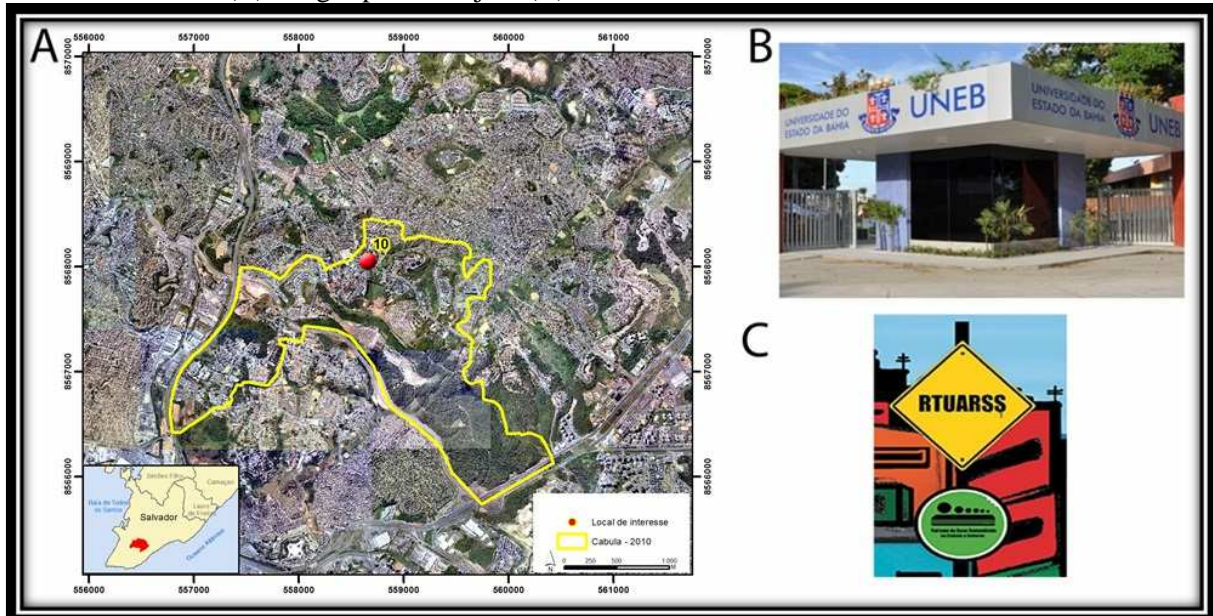
A Sr<sup>a</sup> Antonieta relatou que apesar desses problemas a comunidade tem orgulho de viver no bairro e que isso facilita o trabalho da instituição. Além disso, destacou a história africana da área, que já influenciou bastante do dia-a-dia da comunidade. Nas andanças pelo bairro na época de inauguração do COMOBE encontraram resquícios de casas de farinhas desinstaladas, belíssimas de fontes de água e outras coisas que caracterizavam outras épocas e que se tivessem sido valorizadas poderiam ter mudado a vida dos moradores.

Nessa grande área do Cabula eles já tiveram contato também com pessoas de talentos diferentes e ligados a história africana, como contadores de história, bordadeiras, fitoterápicos que usavam as ervas encontradas no bairro e etc. Com isso, acreditam que a comunidade tem um capital humano potencial para trabalhar com o protagonismo de qualquer atividade econômica que reúna essas peculiaridades locais.

#### **4.2.1.10 Projeto Turismo de Base Comunitária UNEB**

As informações sobre o Projeto de Turismo de Base Comunitária da UNEB foram coletadas em entrevista realizada no mês de Agosto de 2014, com a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Francisca de Paula, que é coordenadora do projeto e professora do curso de Turismo e Hotelaria da instituição. Na Figura 26 é possível identificar a localização da UNEB e uma das logomarcas utilizadas no referido projeto.

Figura 26 - Georreferenciamento da sede do Projeto de Turismo de Base Comunitária na UNEB (A), fachada da UNEB (B) e logotipo do Projeto (C)



Fonte: Elaboração própria (2014).

A principal motivação para trabalhar com Turismo de Base Comunitária no Cabula surgiu, basicamente, pela percepção de que as comunidades do entorno e a UNEB não interagiam de forma satisfatória. Ao observar esse quadro, a Prof<sup>ª</sup> Francisca de Paula, iniciou um levantamento para identificar quais projetos da Universidade estavam acontecendo e como ocorriam essas articulações. Concluiu-se que havia necessidade reverter essa desarticulação para promover relações mais benéficas entre a UNEB e a comunidade. Associado a isso, outros fatores ligados ao bairro como um melhor uso dos seus recursos naturais, visitas ao Terreiro Ilê Axé Opo Afonja, visibilidade para espaços interessantes e etc reforçaram a iniciativa.

A partir daí, os primeiros estudos do projeto começaram em âmbito de ensino e extensão e, posteriormente, migraram para a área da pesquisa e se consolidaram como um projeto que atende o Cabula e o seu entorno. Inicialmente, a sua delimitação de área utilizada era a de Fernandes (2000), mas com o desenvolvimento da metodologia etnográfica essa delimitação foi ampliada. Os moradores foram identificando pontos ligados ao Quilombo Cabula e percebeu-se uma delimitação de Bairro maior e reconhecida pelos moradores.

Nesse contexto, os conceitos de Turismo de Base Comunitária vão sendo aprimorados e em 15 de dezembro de 2010 houve a aprovação do projeto pelo edital da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) o que garantiu fortalecimento as ações.

Nos dois primeiros anos, as dificuldades encontradas para execução do projeto tinham origem, justamente, naquilo que motivou o seu surgimento - a relação comunidade e

Universidade. Segundo Francisca de Paula, a comunidade estava extremamente desconfiada, porque outros tipos de pesquisa já tinham acontecido na região, com muitas promessas, mas sem deixar um legado concreto para a comunidade.

O projeto foi avançando aos poucos e atualmente representa uma articulação legitimada pela comunidade e que tem como princípio não prometer nada para comunidade, mas sim construir com e para ela. Aos poucos essa descredibilidade foi revertendo-se em altos níveis de confiança e consolidação do trabalho.

Atualmente, o projeto é multidisciplinar e contempla 14 eixos temáticos, entre elas: Administração, Turismo, Saúde, Meio-Ambiente, Inclusão socio-digital, Tecnologia e diversas outras. Todas essas áreas contribuem para a atuação em 17 bairros que compõem a grande região do Cabula demarcada na pesquisa, sendo os bairros agregados: Engomadeira, Saramandaia, Fazenda Grande do Retiro, Pernambués, São Gonçalo do Retiro, Resgate, Saboeiro, Cabula, Beiru-Tancredo Neves, Arraial do Retiro, Doron, Mata Escura, Estradas das Barreiras, Narandiba, Arenoso, Sussuarana.

Os objetivos do projeto estão focados no que a comunidade apresenta como legítimo. Para exemplificar, Francisca de Paula relatou que no início das atividades pretendia-se trabalhar com a montagem de operadoras de receptivo populares, entretanto, com a insatisfação da comunidade em exercer tal função, o projeto redirecionou a articulação desses atores para uma organização em cooperativismo e associativismo. Articula-se para o aumento da visibilidade dos grupos culturais, para a criação conjunta com a comunidade de Roteiros turísticos urbanos, aumento da autonomia local e outras características de apoderamento da comunidade.

Por isso, a base do projeto é de diálogo com os moradores, tanto que não apresenta uma forte articulação com outras instituições locais, sendo a comunidade o seu principal interesse. Porém, apesar disso, ainda não é possível aferir quais os estoques de conhecimento da população sobre a história local, pois esse processo de pesquisa está em andamento.

Por outro lado, indagou-se sobre os níveis de confiança da comunidade em relação a determinados segmentos da sociedade e foram avaliados pela Prof<sup>a</sup> Francisca de Paula e estão discriminados no Quadro 6 a seguir:

Quadro 6 - Avaliação níveis de confiança do Cabula na visão projeto TBC - UNEB

<b>NÍVEIS DE CONFIANÇA DA COMUNIDADE NO CABULA</b>	
<b>Vizinho</b>	Alto
<b>Comerciante</b>	Alto
<b>Governo local</b>	Baixo
<b>Governo estadual</b>	Baixo
<b>Associação comunitária</b>	Baixo
<b>Policimento</b>	Baixo
<b>Professores</b>	Baixo mudando para médio
<b>Turista</b>	Baixo ou Alto

Fonte: Elaboração própria baseada em entrevista realizada Agosto de 2014.

Sobre o item “Turista” foi destacado destacar que essa variação entre “baixo” e “alto” depende da origem ou instituição que intermedia esse turista, por isso a comunidade é informada de como ocorre essas relações de recepção do turista e são orientados a não divulgar o bairro sem uma análise prévia do segmento do turismo que tem a demanda.

O perfil desse turista normalmente é estrangeiro, artistas, pessoas interessadas em conhecer esse modo de vida e etc. Já houve a visita de 26 turistas no bairro do Pernambués e todos foram acolhidos na casa de uma moradora para passarem 3 dias e 2 noites. O resultado foi uma cooperação entre os moradores para a realização dessa experiência, no final os turistas gastaram 3 mil reais, em apenas 3 dias e nos mais variados itens.

Para a Professora Francisca de Paula, nesses 4 anos, o projeto já trouxe inúmeros benefícios, destacando:

- a) O financiamento e o lançamento do livro, com recursos do projeto, escrito por uma moradora local, sobre a história do Terno de Reis Rosa Menina do bairro de Pernambués.
- b) Os novos canais de comunicação abertos no bairro:
  1. O portal [www.tbc.uneb.br](http://www.tbc.uneb.br) que tem uma vitrine dos 17 bairros, que é alimentado pelos próprios moradores.
  2. Os eventos promovidos pelo projeto como o “Encontro de Turismo de Base Comunitária”, a “Mostra Produção Associada ao Turismo e Economia Solidária” e a “Feira de Meio Ambiente e Saúde”.



- c) O aumento do nível de participação e de instrução dos moradores, por meio do fomento promovido pelo projeto. Inclusive por ter moradores fazendo o curso de Turismo, Pedagogia, Universidade Aberta da Terceira Idade e diversos outros oferecidos na UNEB.
- d) A constituição do “Cultart” que é uma associação de Artesanato que engloba artesãos dos 17 bairros, organizados com identidade visual, expondo produtos em shoppings na cidade e etc.
- e) Visitas técnicas nas comunidades.
- f) Melhoramento da imagem da UNEB na comunidade do Cabula.

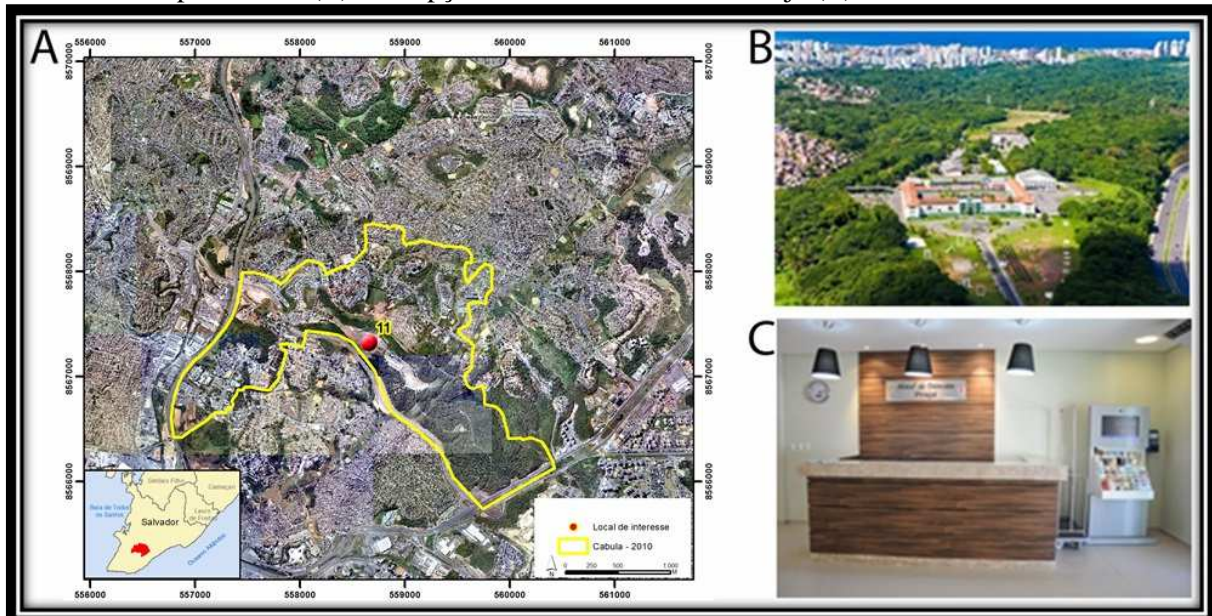
Em relação às dificuldades, encontram aquelas ligadas a liderança local, pois o bairro sofre com a intervenção de políticos que visam interesses pessoais e por isso fazem surgir nas comunidades lideranças que não são legítimas. Esse conflito gera uma dificuldade na elevação dos níveis de confiança.

Segundo Francisca de Paula, essas pessoas não podem ser consideradas líderes e sim pseudo lideranças, porque agem sem promover melhorias na comunidade. Em termos de política pública, é necessário que elas sejam elaboradas e executadas com rigor. O engajamento dos sujeitos deve chegar a um nível que os mesmos façam suas proposições políticas para o favorecimento de praticas desse tipo.

#### **4.2.1.11 19º Batalhão de Caçadores (19º BC)**

As informações gerais acerca do 19º BC já foram trazidas no capítulo 3 (seção 3.2) dessa dissertação. Aqui serão abordados apenas alguns pontos relevantes dessa instituição, como na Figura 27 que mostra alguns detalhes do local. As informações coletadas tiveram contribuição do Coronel Agnaldo Oliveira Santos, na pesquisa de campo em Agosto de 2014.

Figura 27 - Georreferenciamento do 19º Batalhão de Caçadores (A), vista aérea da área construída e mata atlântica preservada (B) e recepção do Hotel de Trânsito Pirajá (C)



Fonte: Elaboração própria (2014).

O 19º Batalhão de Caçadores, também conhecido como Batalhão Pirajá, é marcado por muitas histórias ligadas a segurança nacional, configurando-se como uma fonte da história brasileira. Diante disso, a temática que trata da cultura e história local desperta o interesse da instituição em mais uma vez contribuir para tal, pois um dos seus objetivos é cultivar a memória nacional e militar, sobretudo sua história uma estreita com a Bahia e o seu povo, do qual é digno guardião das glórias e tradições.

De um modo geral a atual missão do Batalhão é assegurar a defesa da Pátria, visando ser uma Instituição compromissada com o Brasil, o Estado, a Constituição, a sociedade nacional e a comunidade onde residem, de modo a continuar merecendo confiança e apreço.

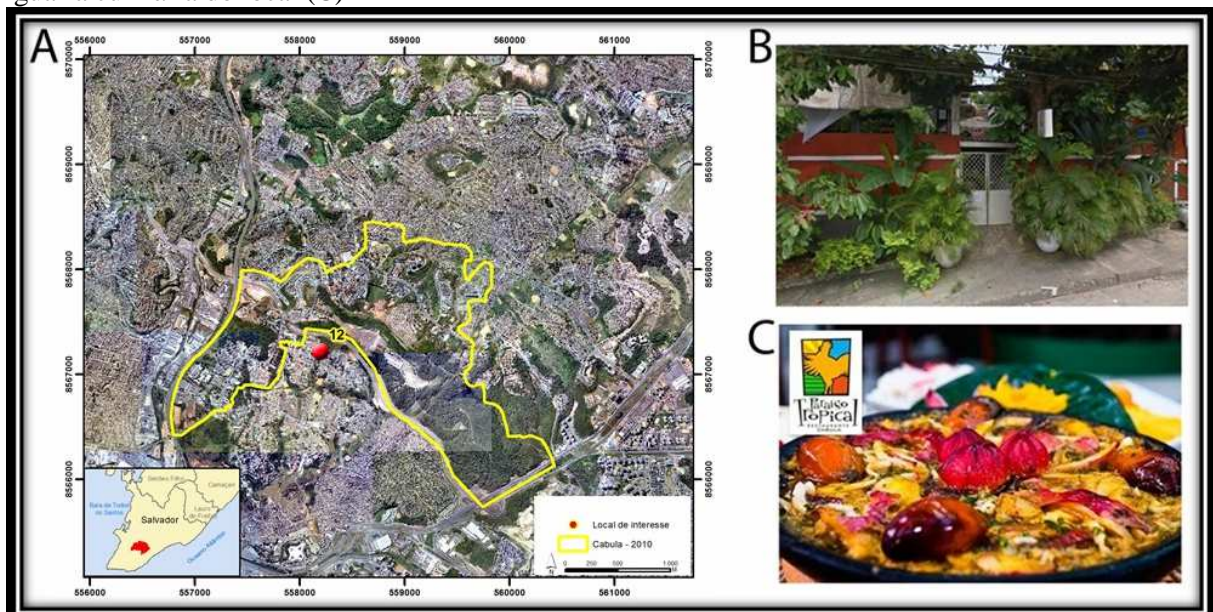
Em termos de infraestrutura a instituição pode contribuir significativamente para as abordagens participativas de turismo e desenvolvimento territorial. Conforme descrito no capítulo 3 desta dissertação sua área corresponde a 1.516.000 m<sup>2</sup>, com apenas 24.000 m<sup>2</sup> de área construída, sendo o restante composto por vegetação numa diversidade de flora e fauna, conta ainda com uma área de 4.400 m<sup>2</sup> de espelho d'água. A reserva do 19ºBC é uma das poucas áreas que conservam a área verde que remete aos tempos em que o Cabula era uma grande fazenda. Nela encontra-se também o Dique do Cascão ou Represa Cascão com cerca de 4.400 m<sup>2</sup> de espelho d'água. Esse dique foi idealizado pelo engenheiro Theodoro Sampaio, com objetivo de ser o primeiro reservatório de abastecimento de água do Estado no século XIX.

Entre outras coisas, o Batalhão conta ainda com um Hotel de Trânsito Pirajá do 19º Batalhão de Caçadores, que fica próximo à entrada do local e dispõe de unidades habitacionais, que para serem usufruídas, precisam ser reservadas com por um militar. Além disso, a instituição tem vários projetos que visam o relacionamento com a comunidade e as instituições de ensino da cidade, o que pode contribuir para os capital humano (Ver Figura 27)

#### 4.2.1.12 Paraíso Tropical

O Paraíso Tropical surgiu despreziosamente, pois o Sr. Beto Pimentel, idealizador do restaurante e entrevistado em junho de 2014, gostava de cozinhar para a família e, depois de cursar química dos alimentos, despertou o interesse em ter um restaurante pequeno. Na década de 1970 resolveu adquirir uma área de fazenda no Cabula para abrir o restaurante (Ver Figura 28).

Figura 28 - Georrefereciamento do Restaurante Paraíso Tropical (A), fachada do restaurante (B) e iguaria culinária do local (C)



Fonte: Elaboração própria.

A escolha do Cabula tem dois motivos principais, o primeiro pelo interesse em ter um restaurante próximo de uma área de vegetação para poder cozinhar com os itens que plantava (característica da região do Cabula na época) e porque encontrou uma fazenda de 60.000 m<sup>2</sup> por um preço abaixo do que o mercado praticava. Essa fazenda pertencia aos Catarinos, que eram donos de muitas terras naquela área. Essa família vendeu muitas terras para construtoras, para a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA) e outros grupos, mas também pagou a indenização de um de seus funcionários com parte da fazenda. Com o tempo, esse funcionário vendeu a terra por um preço baixo e o Sr. Beto Pimentel a adquiriu.

A partir da década de 1980, Beto Pimentel começou a pensar na possibilidade de projetar um restaurante na área. Ele afirma que pensar o tipo de culinária que seria oferecida demandou pesquisas sobre os tipos de alimentação existente, mas destacou a culinária africana como uma das principais influências.

Nessa perspectiva, o Sr. Beto Pimentel faz uma reflexão sobre a ligação entre África e Bahia e menciona que se nesses locais viveram povos que foram oprimidos pelo sistema escravocrata vigente na época e, mesmo assim, conseguiram se destacar por sua culinária riquíssima. Por isso, devem ser valorizados e estudados como um legado a ser preservado e não como mais um fato histórico comum. Ele continua afirmando que mesmo com tantas opressões o negro conseguiu criar pratos tão ricos e apreciados através dos tempos, portanto é imprescindível que essa culinária seja legitimada por todos os povos do mundo.

O restaurante Paraíso Tropical cumpre essa função, pois, além de trazer inúmeros elementos dessa culinária, reconhece, valoriza e destaca elementos da história gastronômica da cidade. Para ele, se toda essa fruição gastronômica desenvolvida pelos escravos tivesse acontecido em outro contexto e incentivada muitas descobertas na alimentação teriam acontecido. Atualmente, o restaurante propõe-se a fazer uma “releitura” da culinária brasileira, baiana, procurando deixá-la mais natural, mais leve e destacar ao máximo as frutas e os itens específicos da Bahia. A criatividade foi o diferencial para atrair o público desde o começo, reconhecida por meio de diversas premiações do setor gastronômico (ver exemplos no Anexo D).

O primeiro prato servido no restaurante foi uma galinha caipira cozida na água de coco com queijo de cabra, chamando atenção do grande público. Segundo Beto Pimentel quando se pensa em culinária baiana logo fazem alusão ao azeite de dendê e até mesmo a comida “pesada” de difícil processamento no organismo. Na verdade, o que acontece é uma manipulação pouco adequada do legado africano na gastronomia. O azeite de dendê de fábrica, por exemplo, têm rato, ninho de passarinho, lagartixa e outras impurezas que justificam a necessidade dele ser colocado em fornalhas de alta temperatura para eliminar essas impurezas, mas como consequência perdem-se os nutrientes.

Com isso, Beto Pimentel afirma que o restaurante Paraíso Tropical no Cabula colabora para uma gastronomia mais saudável e criativa, utilizando elementos brasileiros e de origem africana. Além disso, muitas das suas iguarias são servidas apenas com produtos orgânicos, colhidos no pomar do próprio restaurante, que produz quase tudo que utiliza, por ter inúmeras espécies vegetais na sua grande área de mata atlântica.

A relação do restaurante com o Cabula para Beto é de representação da identidade local, não apenas pelos elementos genuínos da gastronomia brasileira que o restaurante conserva, mas também pela área de mata atlântica do restaurante que mantém os aspectos dos tempos longínquos das áreas de fazenda que já existiram no Cabula.

Atualmente, o bairro demonstra claramente através de sua paisagem as mudanças sofridas pela urbanização e ao mesmo tempo traz para o restaurante um outro público, com maior poder aquisitivo, diferente da classe C que frequentava seu restaurante no começo. Hoje o público do restaurante é em média de 70% de turistas, que chegam até lá de forma espontânea, pois ele não tem parcerias com agências nem operadoras de viagens.

O proprietário do restaurante garante que mesmo com toda essa especulação imobiliária, não venderia o Paraíso Tropical, pois perderíamos mais um legado em detrimento de uma urbanização tendenciosa, em que não haveria quem pensasse nessa remanescente de mata atlântica como elemento da identidade, ou seja, não teria quem cuidasse de todo o seu patrimônio ambiental. O Paraíso Tropical fica em uma chácara de 28 mil metros quadrados, onde existem mais de 6.000 pés de frutas plantadas, de 50 tipos, espécies raras só encontradas em outros continentes, como o pé de amarula trazido da África do Sul há mais de 20 anos, como o baobá, uma espécie símbolo da natureza na África, em Angola.

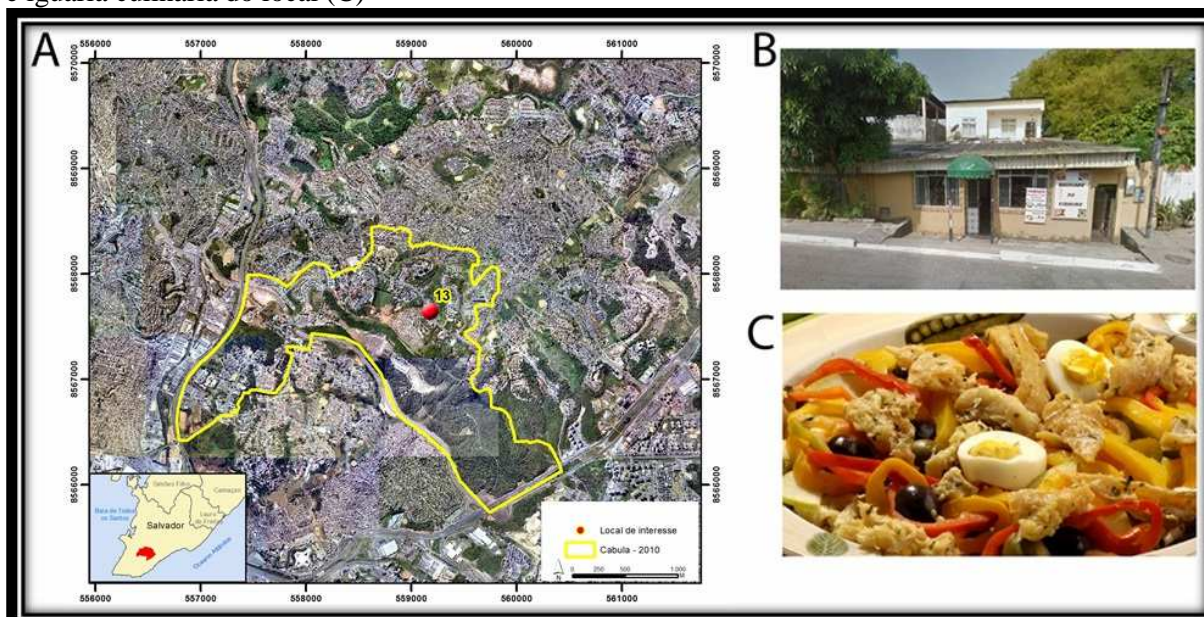
Tudo isso já esteve disponível para a comunidade (moradores, escolas...), porém, devido à ausência de educação ambiental, as pessoas começavam a tirar plantas, escrever em caules, jogar lixo, e isso foi desestimulando a criação das trilhas ecológicas do local. Porém, ainda há uma possibilidade dessa idéia ser retomada, pois ele tem consciência de que esse patrimônio pode servir para o bairro, seus visitantes e moradores locais.

#### **4.2.1.13 Bacalhau do Firmino**

O restaurante “Bacalhau do Firmino” é um empresa privada do segmento de alimentação e que está localizado no bairro há mais de 40 anos. (Ver Figura 29). Para o levantamento dessas informações, foi realizada uma entrevista semi-estruturada com a atual responsável pelo estabelecimento, a Sr<sup>a</sup> Aline dos Santos.



Figura 29 - Georreferenciamento do Restaurante Bacalhau do Firmino (A), fachada do Restaurante (B) e iguaria culinária do local (C)



Fonte: Elaboração própria.

As atividades do restaurante surgiram como alternativa de sobrevivência para seus pais, que foram morar no Cabula no período de ocupação do Miolo de Salvador. Inicialmente, a área que hoje é o restaurante, já foi ocupada por uma loja de roupas da Sr<sup>a</sup> Firmino. Mas os negócios nesse ramo não estavam dando certo. Foi então que resolveram servir alimentação para os trabalhadores que estavam naquela área em construções urbanas da época.

Com o tempo os pratos de comida simples, deram espaço para que o Sr<sup>o</sup> Firmino servisse o Bacalhau. A referência da comida tornou-se tão boa que as pessoas começaram a dizer: “Vamos comer o Bacalhau do Firmino?”, com essa popularização, a loja de roupa deu espaço para a criação do restaurante.

Com o falecimento do Idealizador, o restaurante Bacalhau do Firmino enfrentou alguns problemas e hoje não é tão dinâmico localmente. Apesar disso, é um restaurante muito conhecido no bairro, visto como referência pelos moradores, muito frequentado por diversos tipos de público, e ganhador de alguns prêmios.

Hoje, apresenta-se como uma empresa que pode ajudar na articulação de valores importantes na comunidade. É necessário que inicie um processo de maior envolvimento com a comunidade e que tenham uma maior capilaridade com outras empresas locais. Segundo relatos da proprietária, Sr<sup>a</sup> Aline Santos há muito interesse em envolver-se mais na comunidade, porém muitas vezes não se sabe por onde começar.

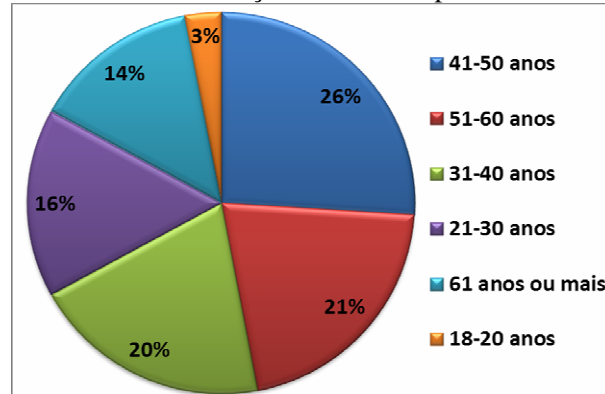
#### 4.2.2 Os atores locais e suas percepções do bairro

Essa é a segunda parte da pesquisa de campo e traz os resultados dos questionários aplicados no bairro, em diversas ruas do Cabula escolhidas de forma aleatória. As informações coletadas foram interpretadas para apresentar as percepções dos entrevistados sobre o bairro, somadas a observação do estoque de capitais intangíveis presentes na amostra de moradores e envolvendo suas noções sobre turismo e território. Os capitais intangíveis contemplados foram: a) capital humano (conhecimento e habilidades), b) capital social (confiança e cooperação) c) capital cívico (interesse por assuntos públicos, confiança nas instituições).

#### A - PERFIL SÓCIOECONÔMICO DOS ENTREVISTADOS

Em relação ao perfil socioeconômico foram considerados o gênero, a idade, escolaridade, renda média mensal e o tempo de residência no bairro. Na amostra de entrevistado houve o predomínio do gênero feminino (54%). Quanto à faixa etária de idades foram de 18 até acima de 61 anos, sendo a maioria entre as idades 41 e 50 anos (26%), seguidos pela faixa ente 51-60 anos de idade (21%) (Gráfico 1).

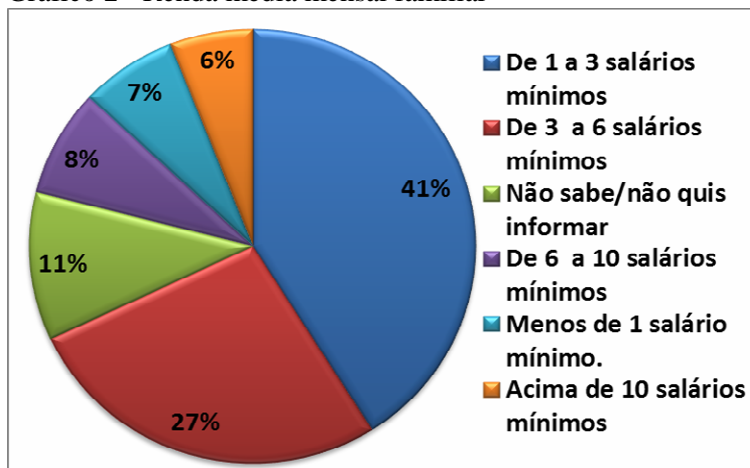
Gráfico 1 - Distribuição da amostra por Faixa Etária



Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – Maio/junho 2014.

Para classificação quanto à renda média o maior registro ficou entre as pessoas que ganhavam de 1 a 3 salários mínimos (41%), seguidos de 3 a 6 salários (27%). Os níveis de renda mais elevados foram representados por apenas 6% (Gráfico 2).

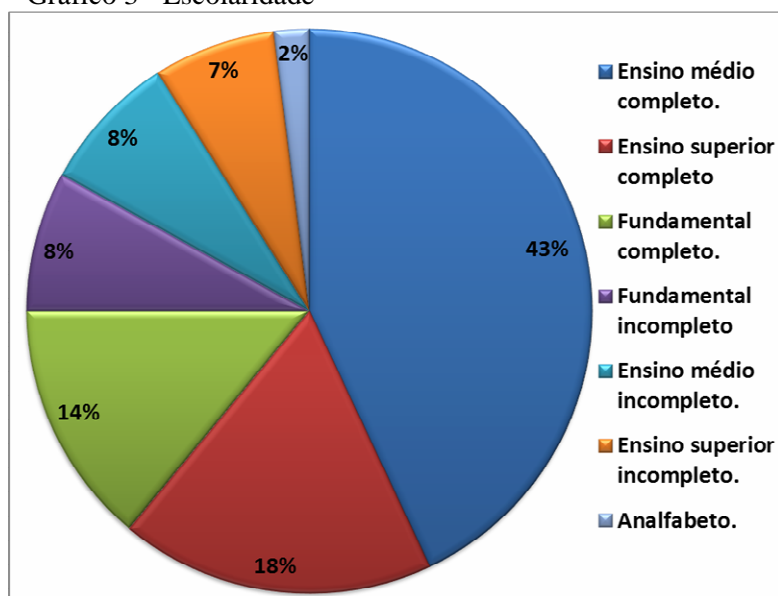
Gráfico 2 - Renda média mensal familiar



Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – Maio/junho 2014.

Quanto à escolaridade a maioria está entre ensino médio completo (43%), seguido do ensino superior completo (18%) e do “Fundamental completo” (14%) (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Escolaridade

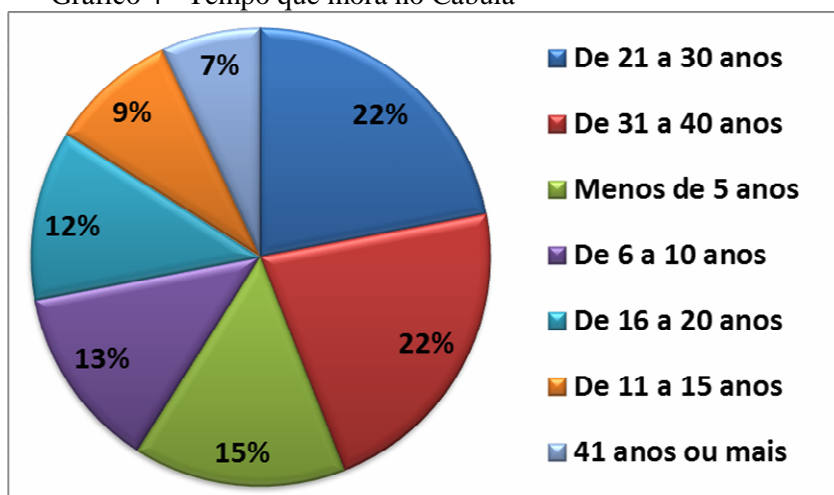


Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – Maio/junho 2014.

Sobre o tempo de residência no Bairro, a maioria dos residentes estão no bairro entre “21-30 anos” e “31- 40 anos” (22%), tendo também moradores que convivem no Cabula “há mais de 41 anos” (7%), conforme mostra o Gráfico 4.



Gráfico 4 - Tempo que mora no Cabula



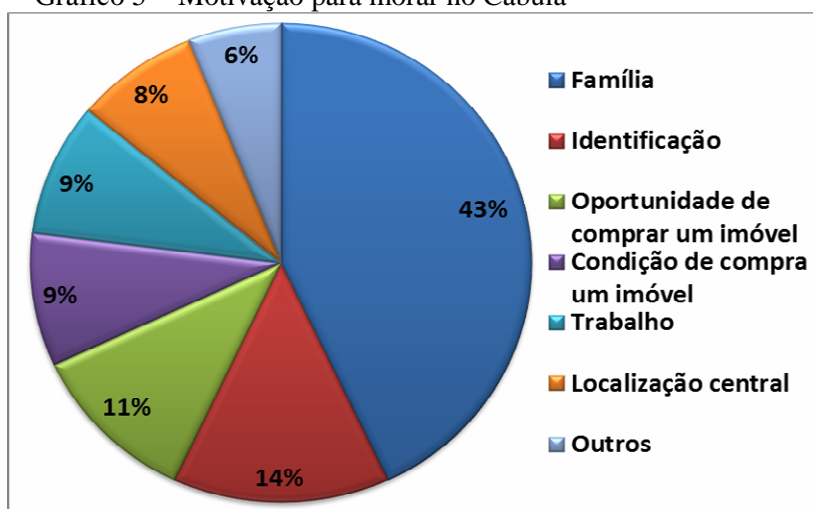
Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – Maio/junho 2014.

## B - PERCEPÇÃO SOBRE O BAIRRO

Essa análise engloba, entre outros fatores, a compreensão de como ocorre à convivência dos mesmos com as potencialidades locais identificadas como patrimônio cultural nesta dissertação.

A primeira pergunta buscou entender os motivos que levaram os entrevistados a morar no Cabula. O resultado mais significativo foi aquele que atribuiu à residência no bairro a ida da “Família” com 43%, já “Identificação” teve 14% e “Oportunidade de comprar um imóvel” com 11% (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Motivação para morar no Cabula

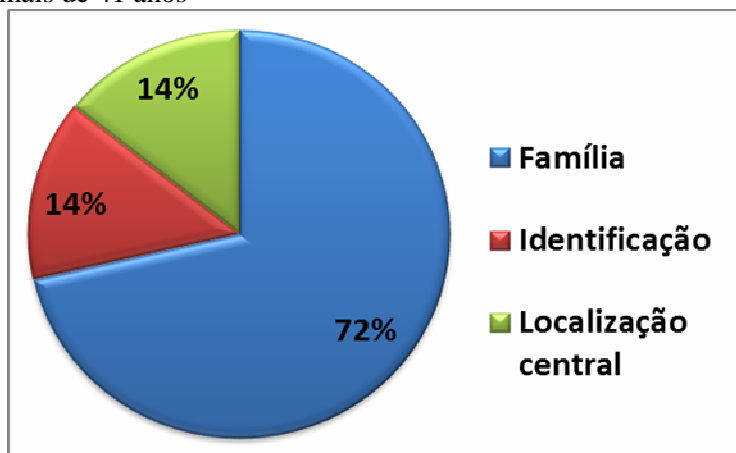


Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – Maio/junho 2014.

Quanto à análise a partir do cruzamento com as respostas dos moradores que residem no Cabula “há mais de 41 anos”, percebe-se que 72% dessa amostra ocupou o bairro pela ida

da família (Gráfico 6). Isso significa que os fatos relatados na seção 3.2, podem ser percebidos a partir dessa estatística. Isto porque, os moradores antigos não “escolheram” o Cabula como o seu local de morada por identificação, mas sim pela questão da gestão urbana da cidade na época, que direcionou muitas famílias para ocupação daquela área.

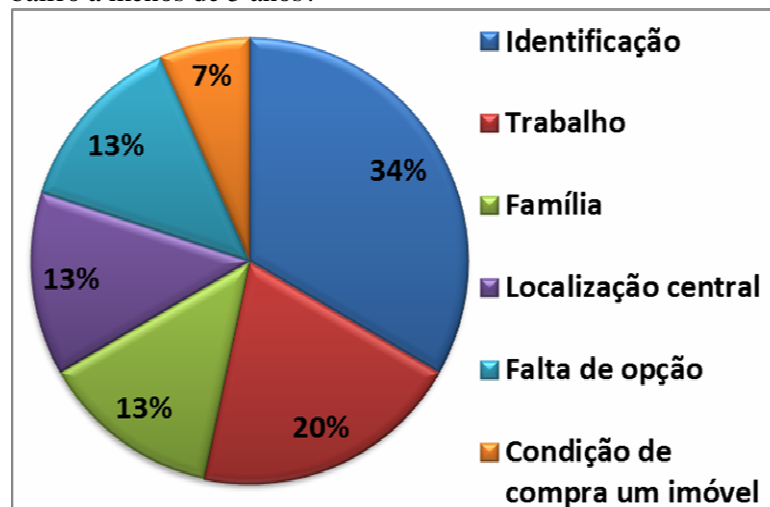
Gráfico 6 - Principal motivação para morar no cabulas das pessoas que residem há mais de 41 anos



Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – Maio/junho 2014.

Num outro cruzamento, os moradores residentes no Cabula “há menos de 5 anos” informaram que o principal motivo para escolher o Cabula para morar foi a “Identificação” (34%), seguida pelo motivo relacionado ao “Trabalho” (20%), conforme apresentado no Gráfico 7. Ou seja, os moradores mais recentes, normalmente, vão para os grandes condomínios, parte de uma característica atual do bairro e que gera novas formas de perceber o local. Isto mostra o alto grau de heterogenia do Cabula e que esses elementos ligados a urbanização influenciam a questão cultural da cidade.

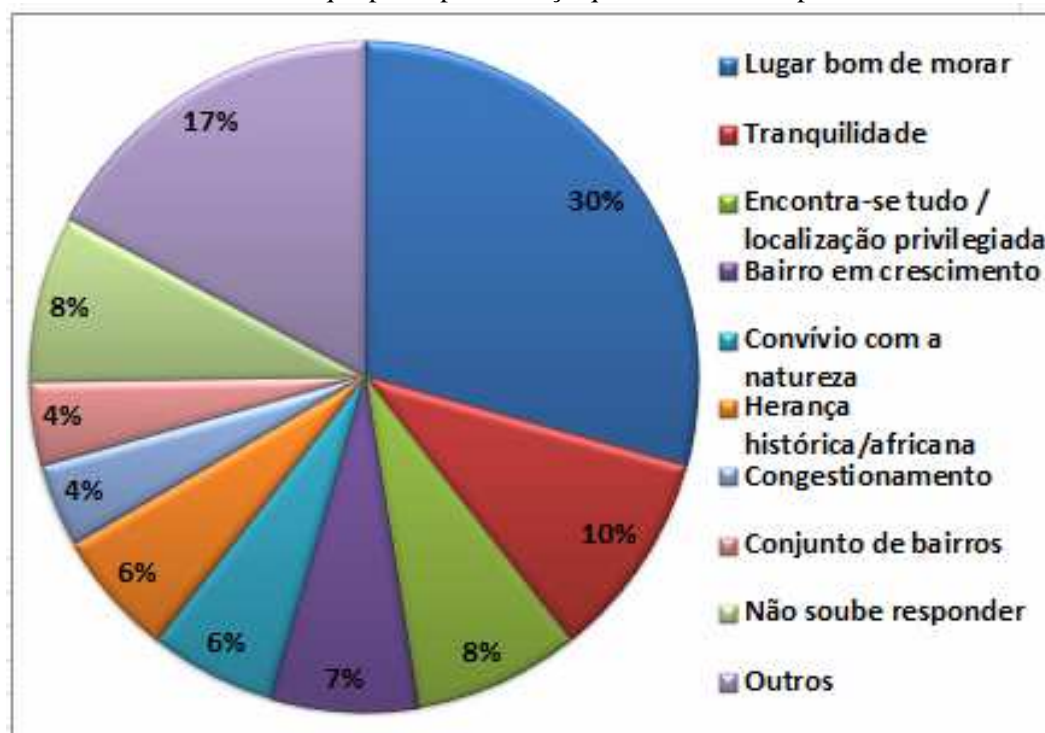
Gráfico 7 - Principal motivação para morar no cabulas das pessoas que residem no bairro a menos de 5 anos?



Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – Maio/junho 2014

Os entrevistados também tiveram a necessidade de buscar respostas na sua memória afetiva. Então, feita a seguinte pergunta: “Quando falamos a palavra “Cabula” o que passa pela sua cabeça?” eles responderam na sua maioria que o Cabula é considerado “Lugar bom de morar” (30%). Esse valor se deu por “Tranquilidade” (10%), “Localização privilegiada” (8%), “Bairro em crescimento” (7%), “Convívio com a natureza” e “Herança africana” (6%), conforme o Gráfico 8.

Gráfico 8 - O que passa pela cabeça quando falamos a palavra “Cabula”

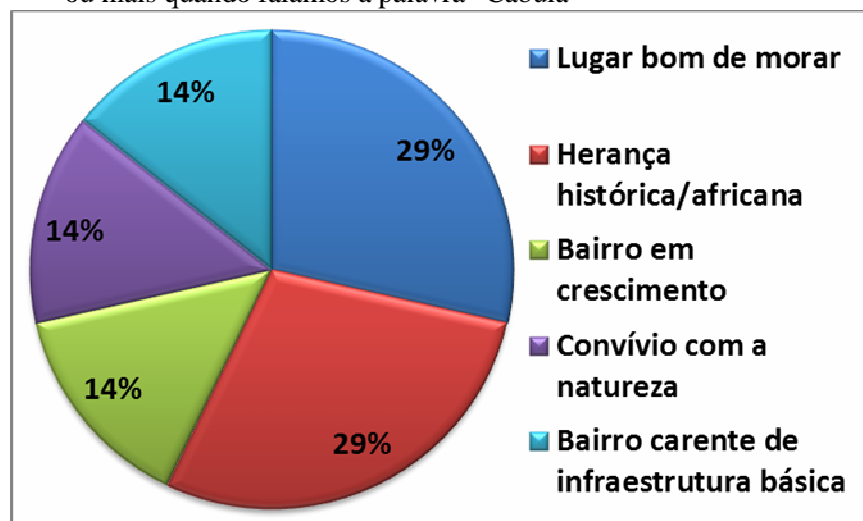


Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – Maio/junho 2014.

É interessante perceber que o termo “Lugar” foi usado na maioria das respostas para classificar a palavra “Cabula” e permite perceber um alto nível de afetividade nas respostas. De acordo com Tuan (1983, p. 6), lugar é o “que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor”. E foi exatamente essa atribuição de valor que foi demonstrada.

Para ampliar a abordagem da temática, trazemos o cruzamento entre essa relação afetiva com o bairro e o tempo de moradia. Nota-se que a referência de “herança africana” só aparece para os moradores mais antigos, que residem “há mais de 41 anos”, com a representação de 29% da amostra (Gráfico 9). Já os que residem “há menos de 5 anos” indicam como uma das porcentagens mais representativas a lembrança do “Congestionamento” (13%). Essa diferenciação mostra que as alterações no local refletem na vida das pessoas.

Gráfico 9 - O que passa pela cabeça das pessoas que moram no bairro há 41 anos ou mais quando falamos a palavra “Cabula”



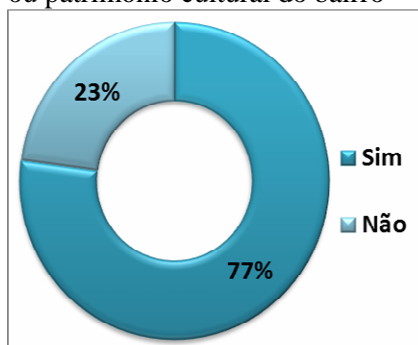
Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – Maio/junho 2014.

Em outros termos, enquanto os moradores mais antigos trazem na memória os elementos identitários de matriz africana que já foram a principal característica do local, os moradores mais recentes não conseguem perceber tal conexão, tendo em vista que os elementos da urbanização e do capital imobiliário não foram planejados para respeitar esse legado, conforme visto no capítulo 3, seção 3.2.

Na relação entre moradores e os bens culturais identificados na pesquisa de campo. Apesar de a cultura local 77% dos entrevistados disseram conhecer alguma “manifestação e patrimônio cultural do bairro”, sendo que ao especificar o patrimônio que conheciam, a maioria indicou o “Terreiro de Candomblé Ilê Axé Opo Afonjá” (56%), depois a “Quadrilha

Asa Branca” (23%), seguido pelo Terreiro Bate Folha (21%), Escola de Educação Percussiva Integral (EEPI) (17%) e o Grupo Arca do Axé (17%), conforme mostram os gráficos 10 e 11.

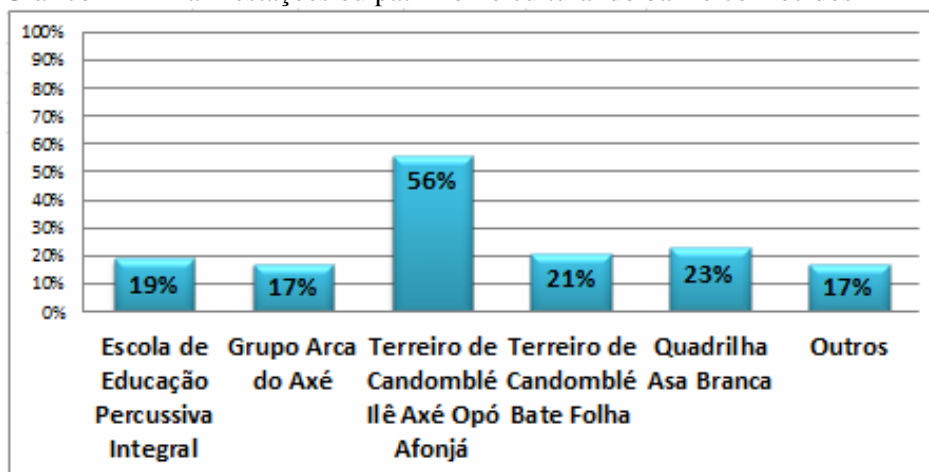
Gráfico 10 - Conhece alguma manifestação ou patrimônio cultural do bairro



Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – Maio/junho 2014.

Ou seja, a grande maioria conhece os grupos ou espaços tombados e premiados. Essa constatação reforça a importância do reconhecimento, seja via política pública, seja através da mídia, da articulação e visibilidade dos eventos promovidos. Como a política pública de proteção e promoção desses bens culturais são direitos, deve ser a vertente prioritária do processo.

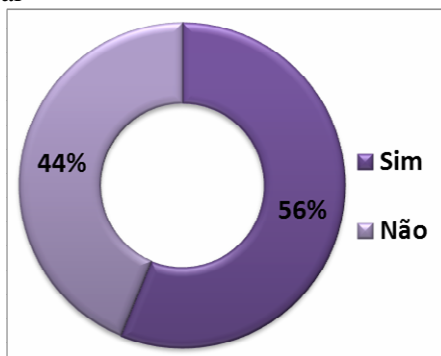
Gráfico 11 - Manifestações ou patrimônio cultural do bairro conhecidos



Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – Maio/junho 2014.

Porém, sobre a “participação desses na dinâmica local?” a distribuição da resposta foi equilibrada, com 56% afirmou que eles participam. Esse equilíbrio mostra que, apesar de conhecido, esse patrimônio não participa com tanta ênfase da dinâmica do bairro (Gráfico 12).

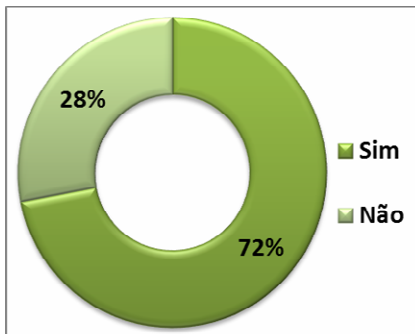
Gráfico 12 - Acredita que as manifestações ou patrimônio cultural participam da dinâmica local



Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – Maio/junho 2014.

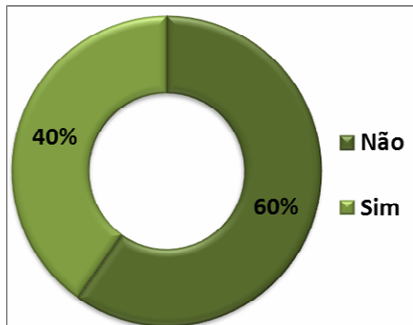
Ainda no que diz respeito ao nível de relação entre os entrevistados e os espaços do bairro, pode-se inferir que o nível de proximidade precisa aumentar para contribuir com a cooperação, interação e desenvolvimento territorial. Vejamos que apesar de 72% saberem da existência de áreas de remanescente de mata atlântica no Cabula (19° BC, Horto...), 60% desses nunca visitaram (gráficos 13 e 14).

Gráfico 13 - Sabia da existência de uma reserva de mata atlântica no Cabula



Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – Maio/junho 2014.

Gráfico 14 - Já visitou reserva de mata atlântica no Cabula

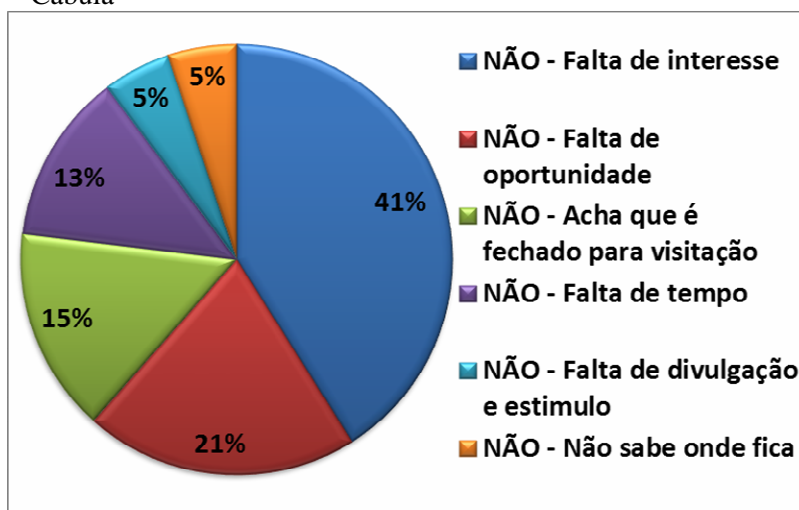


Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – Maio/junho 2014.

Os motivos que compõe esses (60%) são: a “falta de interesse” (41%) e “falta de oportunidade” (21%) ou ainda por acharem que é “proibida a visitação” (15%). O que

demonstra o nível de desinformação das pessoas em relação aos bens disponíveis na sua comunidade, já que esses espaços podem ser visitados pelos moradores sempre que requisitados (Gráfico 15).

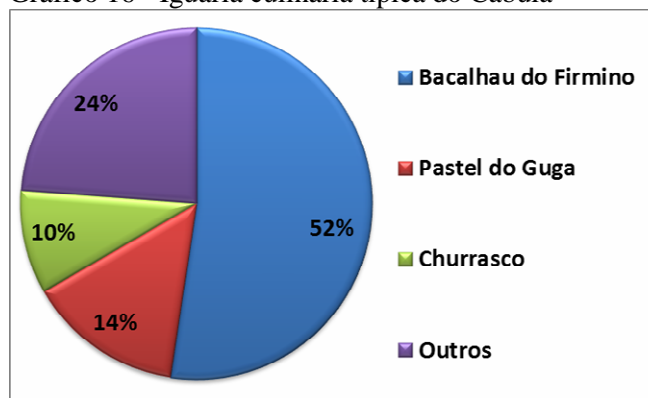
Gráfico 15 - Motivação para não ter visitado uma reserva de mata atlântica no Cabula



Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – Maio/junho 2014.

Um outro dado controverso, pode ser visto no questionamento sobre a “iguarria culinária”. No universo dos 21% dos entrevistados que reconheceram uma iguarria culinária no bairro, 52% considerou como sendo o “Bacalhau”, prato preparado no restaurante do bairro “Bacalhau do Firmino”, considerado a principal “prato típico” da localidade (Gráfico 16).

Gráfico 16 - Iguarria culinária típica do Cabula



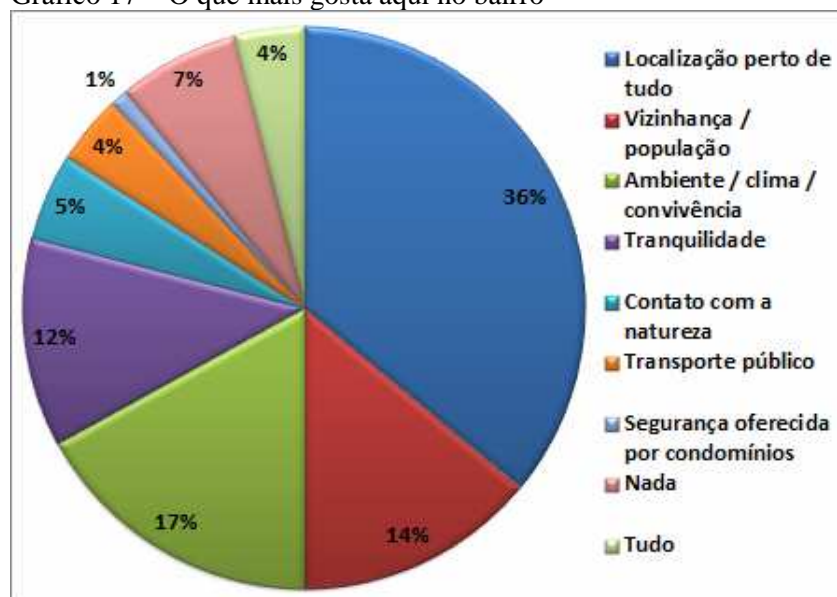
Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – Maio/junho 2014.

Em contrapartida, em entrevista com a responsável pelo restaurante, eles não fazem nenhuma ação de relação direta com a comunidade e nem com seu entorno. Ou seja, à medida que as informações não são correlacionadas, as possibilidades de envolvimento, são dispersas no dia-a-dia da comunidade.



De um modo geral, a percepção que os moradores entrevistados demonstraram teve um saldo positivo. É evidente que não é uma tarefa fácil encontrar um bairro que atenda todas as necessidades das pessoas que o vivem. No caso do Cabula, a sua “Localização” (36%) e a “Vizinhança” (14%) são os elementos que os entrevistados declararam que “Gostam Mais” no Cabula (Gráfico 17). O fato da “Vizinhança” aparecer como elemento positivo, já demonstra que os níveis de confiança entre os vizinhos no Cabula têm bons índices, o que será mostrado com mais detalhes na seção sobre Capital Social tratada ainda neste capítulo.

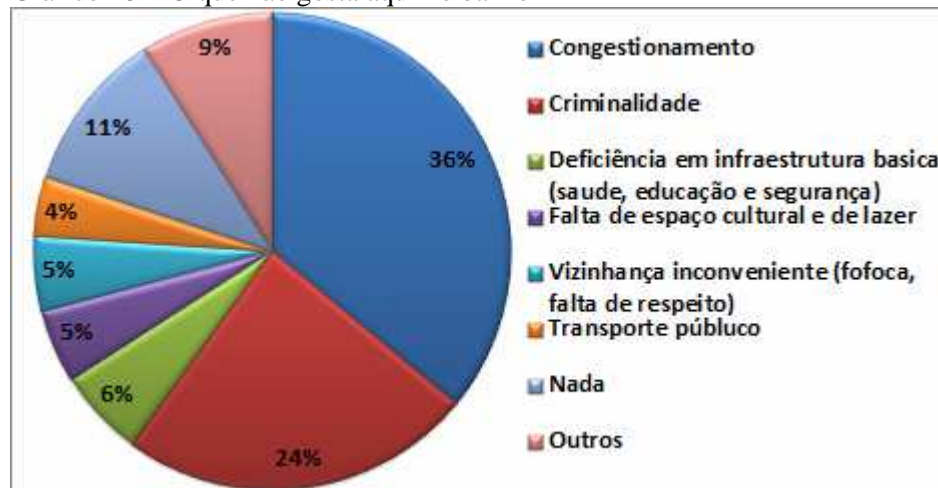
Gráfico 17 - O que mais gosta aqui no bairro



Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – maio/junho 2014.

Quando indagados sobre o que não gosta no bairro, mais uma vez, o “Congestionamento” (36%) aparece como o principal motivo da insatisfação, seguido da “Criminalidade” (24%) (Gráfico 18).

Gráfico 18 - O que não gosta aqui no bairro



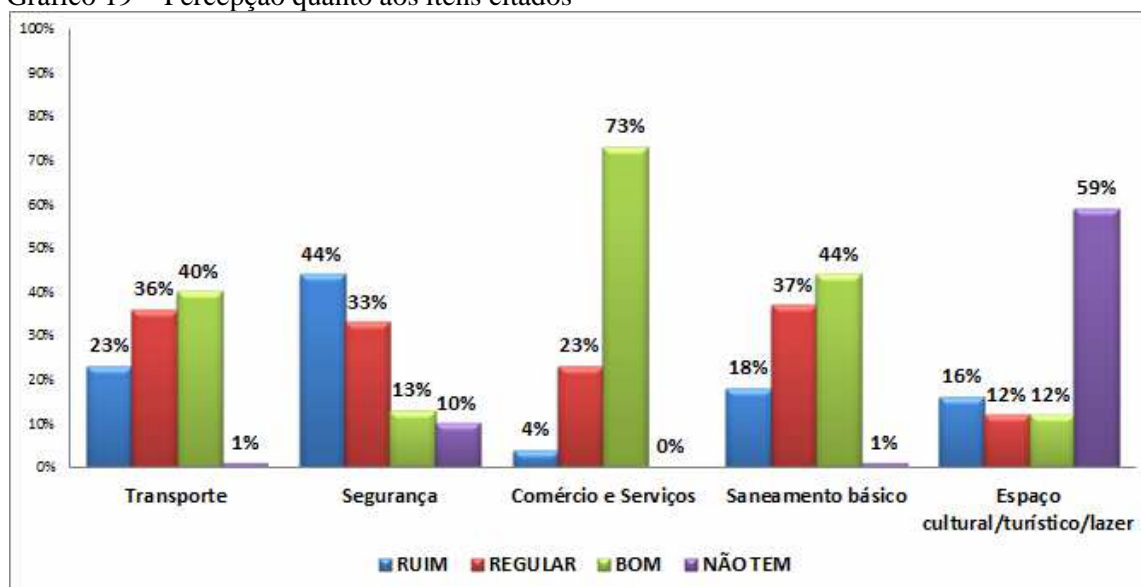
Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – maio/junho 2014.



Segundo Maria Aparecida, uma das entrevistadas, “com a chegada desses condomínios parece que existe um confronto entre os ricos que chegaram para assumir uma superioridade com seus carros e os pobres que já moravam desde sempre e não se sentiram a vontade com essa relação de inferioridade”. Portanto, é evidente que o Cabula apresenta uma grande quantidade de elementos diferentes convivendo juntos, não apenas físicos, mas sociais, o que exige um cuidado maior na condução do planejamento local, a fim de evitar reforçar essas diferenças.

Os entrevistados também tiveram a oportunidade de avaliar o “Transporte”, a “Segurança”, o “Comércio e Serviços”, o “Saneamento Básico” e os “Espaços para Cultura/Lazer/Turismo”. Dessas avaliações destaca-se positivamente o “Comércio e Serviço” do bairro com 73% afirmando ser “Bom”. Já negativamente com 59% dos entrevistados destaca-se a falta de “Espaço de Cultura/ Lazer/Turismo” (Gráfico 19).

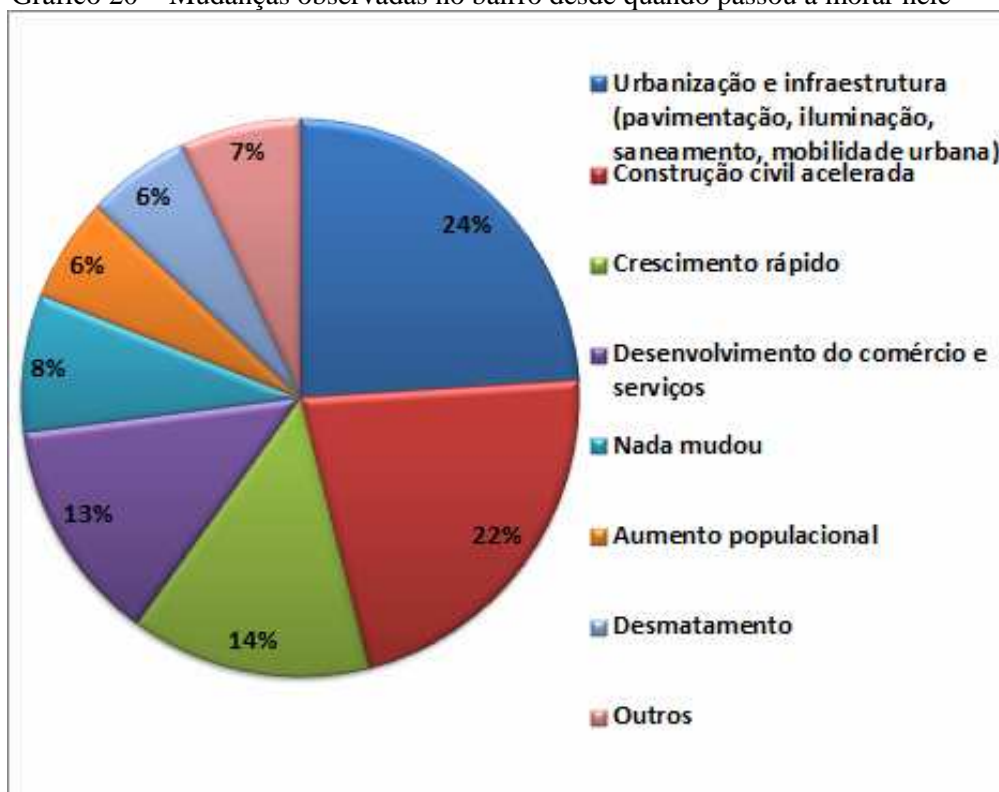
Gráfico 19 - Percepção quanto aos itens citados



Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – maio/junho 2014.

Esta informação reforça a prerrogativa de que os espaços culturais do bairro não tem usos múltiplos e que a população sofre com o quadro de ausência de espaços de convivência. Face a essas informações, conclui-se que o bairro passou por muitas mudanças que interferiam e interferem na percepção dos seus residentes, basta que se perceba quando questionados sobre “que tipos de mudanças perceberam ao longo do tempo que moram no bairro?”, de forma unânime os entrevistados afirmaram ter visto mudanças relacionadas a “Urbanização” (24%); “Construção civil acelerada” (22%); “Desmatamento” (6%) (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Mudanças observadas no bairro desde quando passou a morar nele



Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – maio/junho 2014.

Essas observações reforçam a idéia de que Salvador precisa de um planejamento urbano que atente para esse tipo de indicador e que a venha a compreender que o crescimento da cidade pode respeitar os seus elementos peculiares. Os bairros, antes de qualquer intervenção, precisam ser melhor estudados para que as mudanças sejam adequadas e que a ordem não seja direcionada para alguns e sim para todos.

Por fim, todas as respostas obtidas convergiram para um olhar sob os níveis de pertencimento dos moradores entrevistados. Embora, existam problemas a serem resolvidos, os níveis de pertencimento demonstrados são altos. Quando perguntados se “se sente pertencente a este bairro?” 86% dos entrevistados respondeu que “sim”, já para os moradores que residem “há mais de 41 anos” todos (100%) sentem-se pertencentes.

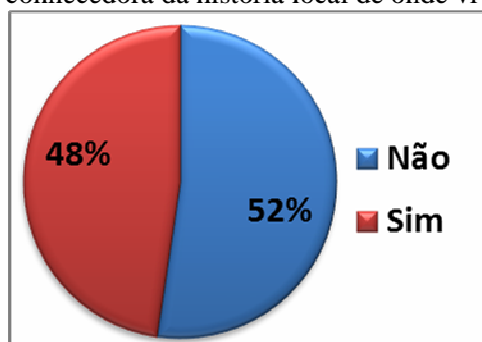
### C - CAPITAL HUMANO

O Capital Humano é um dos principais instrumentos de colaboração para as abordagens participativas de turismo no Cabula. Avalia-se nessa coleta de dados o estoque de conhecimento, habilidades e capacidade que possuem os indivíduos que residem no bairro. Por ser um estudo sobre o patrimônio do local, inserido numa atividade turística e tendo como consequência o desenvolvimento territorial na comunidade, esses conhecimentos e

habilidades ganham um caráter específico e estão relacionados com o que a comunidade sabe sobre a história do Cabula e a sua capacidade de exercer seu os estoques de capitais intangíveis existentes.

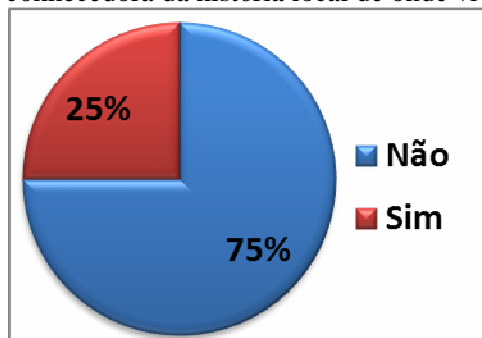
Para os entrevistados, conhecer a história do bairro ainda é uma necessidade, porque a informação que a maioria deles tem é superficial. Ao serem questionados “Você se considera conhecedora da história local do bairro?”, 70% dos entrevistados responderam “Não”. No recorte da faixa etária, essa mesma questão mostra que com o aumento da idade, entre “51 – 60 anos de idade”, a porcentagem de conhecimento sobre a história local aumenta para 48%, conforme os gráficos 21 e 22.

Gráfico 21 - Pessoas de 51 a 60 anos de idade que se consideram conhecedora da história local de onde vive?



Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – maio/junho 2014.

Gráfico 22 - Pessoas de 2 a 30 anos de idade que se consideram conhecedora da história local de onde vive?



Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – maio/junho 2014.

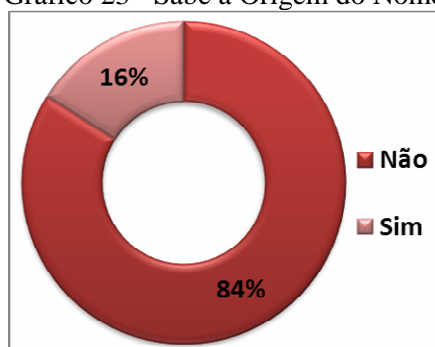
Ainda nessa perspectiva os “analfabetos”, declararam-se 100% conhecedores da história do bairro. Isso demonstra que essas abordagens participativas apresentam-se como alternativa de participação popular democrática, porque os moradores são conduzidos a contribuírem de acordo as suas habilidades.

Apesar do nível de escolaridade de uma determinada população ser fator relevante no desenvolvimento de atividades econômicas, vale destacar que nesse caso tal limitação não foi impeditiva no levantamento dos dados primários e nem seria em caso de implementação das abordagens participativas de turismo no Cabula. Isto porque, observou-se que as principais

identificações em relação ao patrimônio cultural encontrado no Cabula só foram possíveis a partir do conhecimento de moradores antigos com baixo nível de instrução formal. Eles tinham um alto grau de informações sobre a história do Bairro, o que reforça o poder de inclusão das iniciativas de organização territorial e de TBC.

Outros resultados foram caracterizando a amostra. “Cabula” é um nome de origem africana que inspira muitas manifestações culturais do bairro. Os entrevistados foram questionados se “Sabiam a origem do nome Cabula?” e 84% responderam que “sim”.

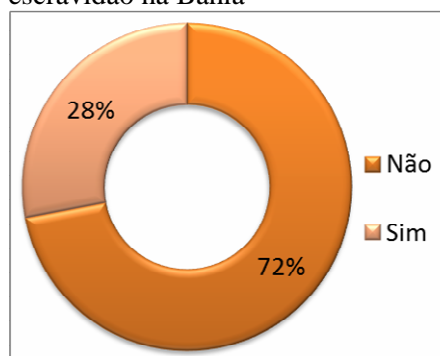
Gráfico 23 - Sabe a Origem do Nome Cabula



Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – maio/junho 2014.

Apesar disso, ao longo da pesquisa confirmou-se a necessidade de investir no estoque de conhecimento dos moradores sobre a história local. “Cabula” foi um quilombo no período escravocrata, mas para a maioria essa informação é desconhecida, o que refletiu numa afirmação negativa de 72% da amostra (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Sabia que o Cabula foi o principal quilombo na época da escravidão na Bahia



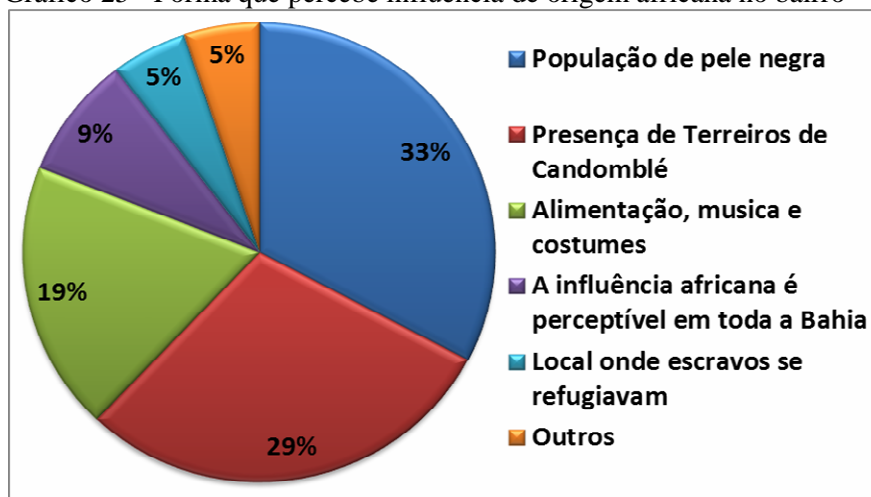
Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – maio/junho 2014.

Nesse prisma, ao serem indagados se “Percebiam alguma influência africana no bairro?” 84% disseram “não”. Esse resultado sinaliza a necessidade de fortalecer os elementos culturais pertencentes ao patrimônio de origem africana local. Eles poderiam despertar uma maior conexão entre seu conteúdo e a comunidade. Atualmente, são vistos como um bem

material que ocupa espaço na paisagem enquanto seu patrimônio imaterial não é incorporado o suficiente pela comunidade e por isso não influencia na formação do conhecimento.

Por outro lado, os 16% que afirmaram perceber essa influência africana, consideraram a “Presença do Terreiro de Candomblé” (33%) como um fator marcante, seguidos por “População de pele negra” (29%), “Alimentação, Música e Costumes” (19%) (Gráfico 25).

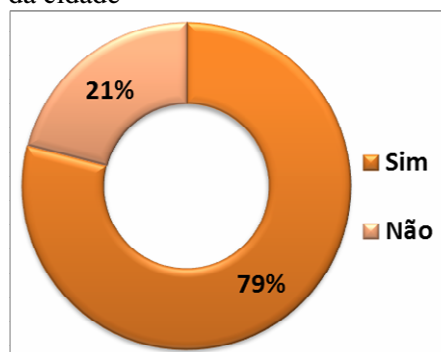
Gráfico 25 - Forma que percebe influência de origem africana no bairro



Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – maio/junho 2014.

Ainda que a maioria não perceba a influencia africana no bairro 79% dos entrevistados consideram um “Terreiro de Candomblé” como patrimônio cultural da cidade (Gráfico 26), ou seja, se a maioria tivesse dimensão de quantos “patrimônios” dessa natureza convivem no seu mesmo território, talvez ações culturais tivessem maior empoderamento.

Gráfico 26 - Considera um terreiro de candomblé como patrimônio da cultura da cidade

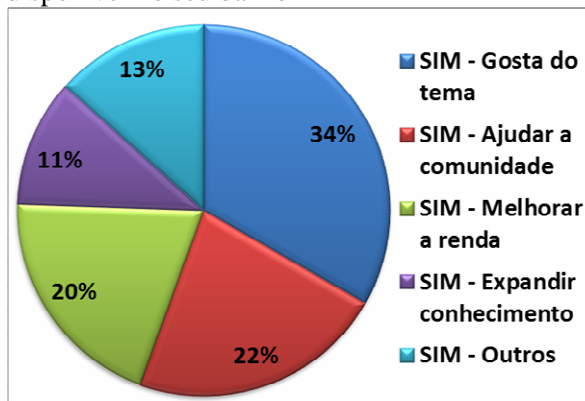


Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – maio/junho 2014.

De acordo com o raciocínio anterior, em relação à interação desse patrimônio com a comunidade 57% dos entrevistados afirmaram que “Gostariam de trabalhar com o patrimônio cultural de origem africana disponível no seu bairro”. Os motivos para tal interesse são

variados, “Gostam do tema” (33%), “Ajudar a comunidade” (22%), “Melhorar a renda” (20%), “Expandir o conhecimento” (11%) dentre outros conforme o Gráfico 27.

Gráfico 27 - Motivação para trabalhar ou com o patrimônio cultural de origem africana disponível no seu bairro

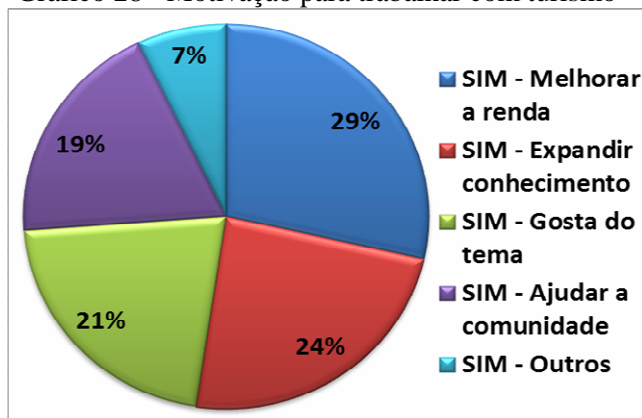


Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – maio/junho 2014.

De acordo com Peres (2001) os investimentos mais importantes nesses estoques de conhecimento e habilidades podem ajuda a comunidade a desenhar seu próprio plano de crescimento e aumento do capital humano.

Por compreender que essa vocação cultural agrega valor as abordagens participativas de turismo, os entrevistados foram questionados sobre turismo: “Sabiam o que era Turismo?” e 92% respondeu que “sim”. Em seguida, foram perguntados se “Gostariam de trabalhar com o turismo no bairro do Cabula?” e 54% das respostas foram positivas. Na tentativa de identificar quais motivos levaram a maioria a dizer “sim”, notou-se: “Melhorar a renda” (29%), “Expandir conhecimento” (24%), “Gostam do tema” (21%), “Ajudar a comunidade” (19%), conforme (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Motivação para trabalhar com turismo

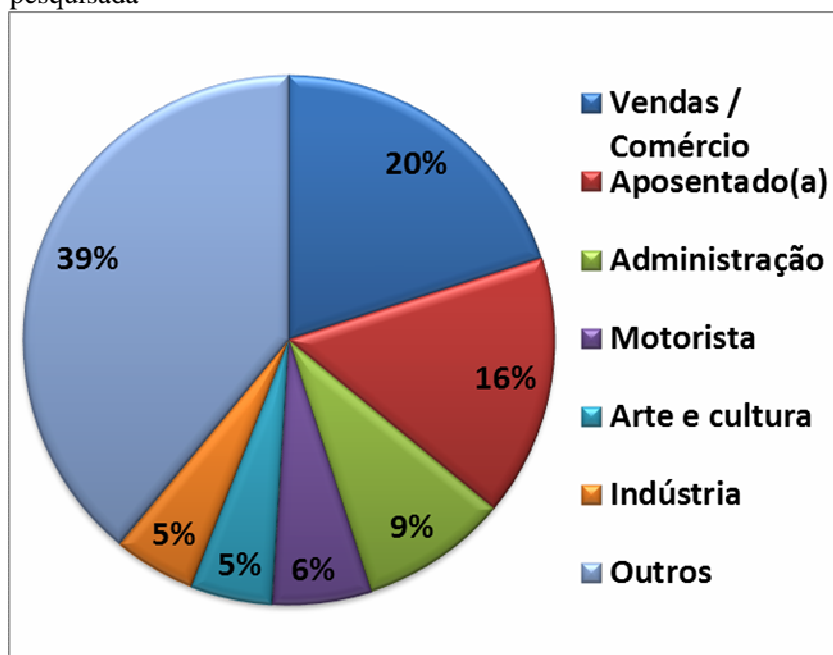


Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – maio/junho 2014.

Adiante, ao comparar as perguntas: “Gostariam de trabalhar com patrimônio cultural?” e “Gostariam de trabalhar com turismo?”, percebe-se que as respostas tem uma variação. De um lado, o trabalho com o patrimônio cultural representou para os entrevistado uma percepção relacionada ao “Gosto pessoal”, a “Afinidade”, e a “Relação com a comunidade”. Do outro, o trabalho com o Turismo foi associado diretamente a “Melhorar a renda”, sendo essa percepção relativamente fixa em todos os momentos da pesquisa em que aparece o tópico turismo.

Portanto, são necessários sucessivas sensibilizações para agregar outros valores presentes na espinha dorsal da atividade. Esses valores podem ser adquiridos ao longo do processo de formação, capacitação e qualificação da mão-de-obra local. Em termos de ocupação e habilidades eles apresentaram inclinação para o segmento de “Vendas” (20%) “Administração” (9%) e “Arte e Cultura” (5%) (Gráfico 29).

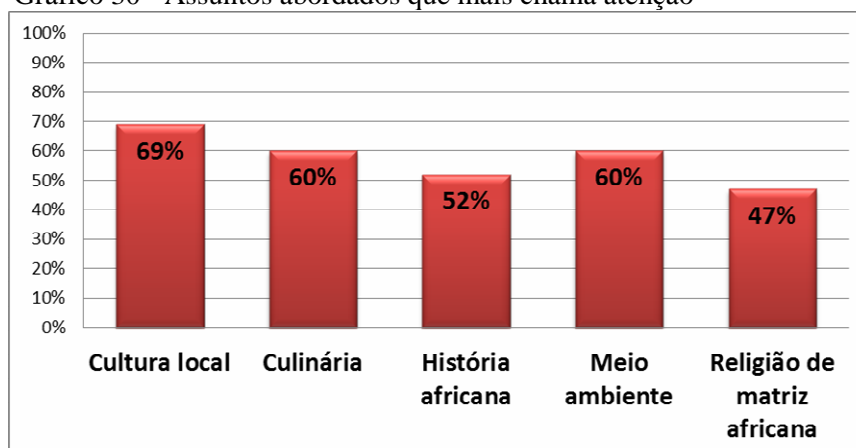
Gráfico 29 - Ocupação/habilidade principal das pessoas que moram na área pesquisada



Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – maio/junho 2014.

Questionados também se os temas abordados até então (cultura local, culinária, história africana, meio ambiente religião de matriz africana) eram do seu interesse, (82%) disseram que “sim”, sendo a média de interesse que cada item equilibrada e observada no Gráfico 30.

Gráfico 30 - Assuntos abordados que mais chama atenção



Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – maio/junho 2014.

Em face aos elementos coletados, observa-se que é elevada a disponibilidade da comunidade para o engajamento nos assuntos relacionados a patrimônio cultural e turismo no bairro. Tal situação é um fator importante, mas não suficiente, pois o protagonismo da comunidade, exigido em processos de Turismo de Base Comunitária, envolve conhecimento sob todo o processo. A condição básica sinalizada aqui é a de evitar que as comunidades tornem-se coadjuvantes e passivas do processo. Peres (2001) contribui ao afirmar que o estoque de capital humano está associado à capacidade produtiva, à competência dos indivíduos, mas também à participação, sendo o começo desse processo a educação com foco nas peculiaridades existentes.

#### **D - CAPITAL SOCIAL E CÍVICO**

O capital social permite aos membros de uma comunidade confiar um no outro e cooperar na formação de novos grupos ou em realizações em comum. Já o capital cívico diz respeito à tradução de práticas dessa confiança tanto nas instituições, quanto de preocupação pessoal com os assuntos públicos, de associatividade entre as esferas públicas e privadas e etc. Ou seja, há uma proximidade entre os conceitos e por isso uma proximidade nas avaliações aqui pontuadas.

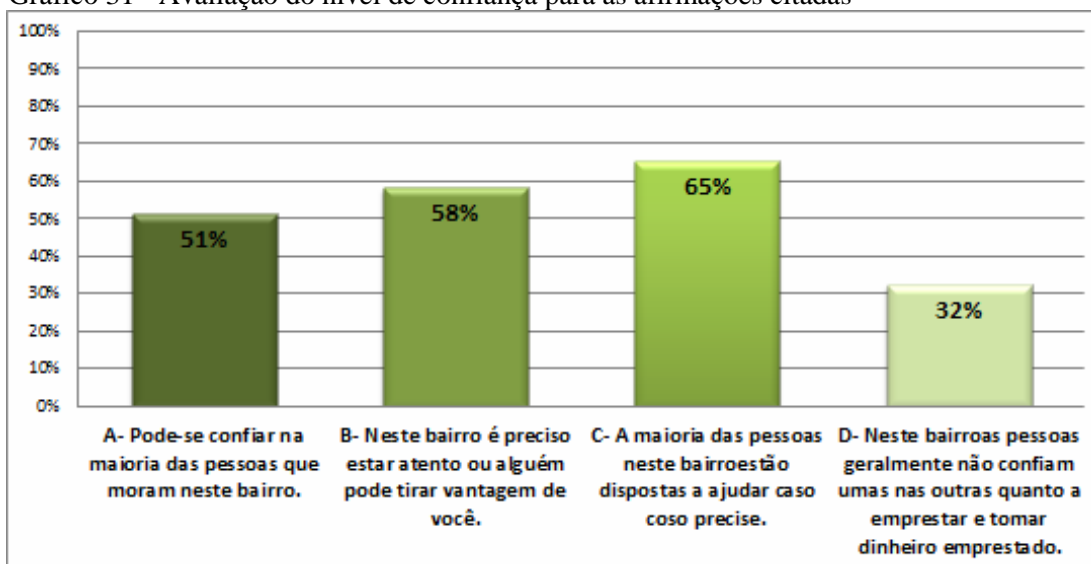
Com base nessas informações, buscou-se identificar quais os níveis de confiança que a comunidade apresenta através de possíveis situações do cotidiano. Para tal, eles precisavam dizer se “concordavam” ou “não concordavam” com as seguintes afirmações: a) “Pode-se confiar na maioria das pessoas que moram neste bairro?”, b) ”Neste bairro é preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem de você?” c) ”A maioria das pessoas neste bairro estão



dispostas a te ajudar caso você precise?” e d) ”Neste bairro as pessoas geralmente não confiam umas nas outras quanto a emprestar e tomar dinheiro emprestado?”.

O resultado foi, majoritariamente, positivo para essas afirmações, que representavam o nível de confiança entre os próprios moradores, sendo, respectivamente, o resultado a) 51%, b) 58%, c) 65%, d) 32%. O destaque foi da afirmação “A maioria das pessoas neste bairro está disposta a te ajudar caso você precise?”, com 65% dos entrevistados comprovando que o nível de confiança sinaliza índices elevados. A afirmação ”Neste bairro as pessoas geralmente não confiam umas nas outras quanto a emprestar e tomar dinheiro emprestado?”, demonstra que as relações quando envolvem questões financeiras precisam ser mais cuidadosas. Nesse caso, ao surgir novas atividades econômicas no bairro é necessário observar como é o comportamento dos atores envolvidos (Gráfico 31).

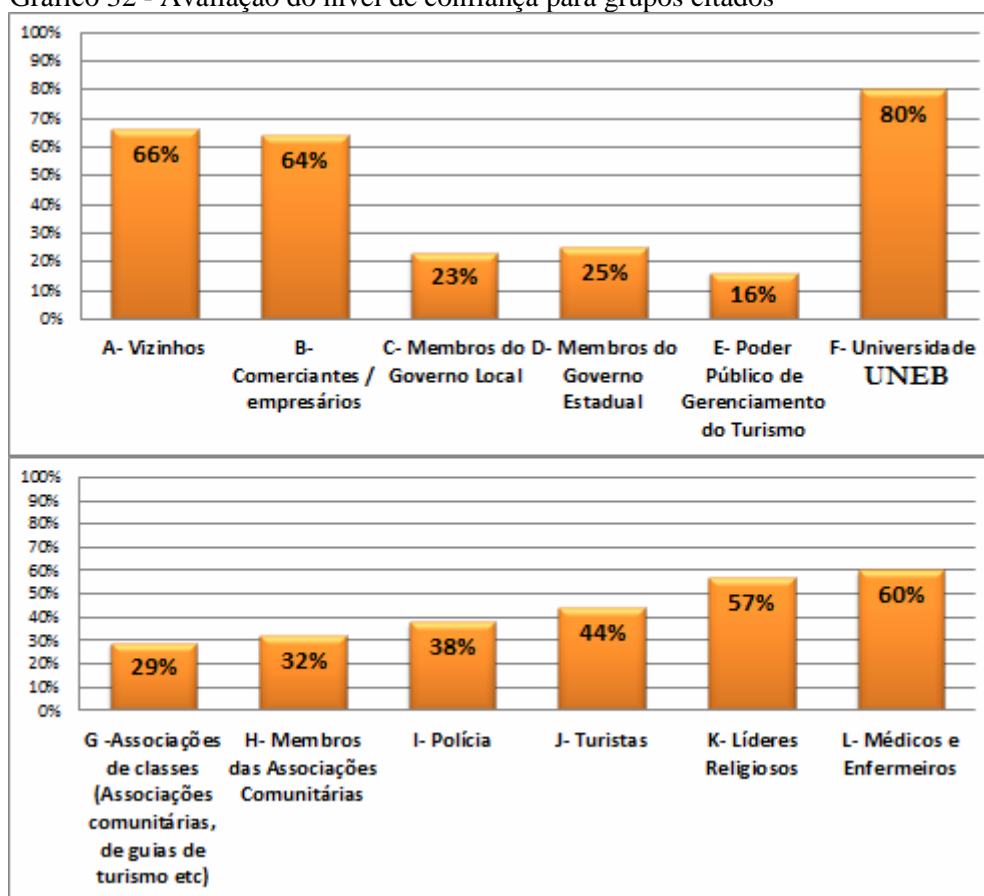
Gráfico 31 - Avaliação do nível de confiança para as afirmações citadas



Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – maio/junho 2014.

As questões que envolviam práticas de confiança nas instituições/grupos ou associações do bairro tiveram uma alta heterogenia. Ao serem indagados sobre “Você confia na (o) instituição X?”. A “Universidade”, em referência a UNEB, foi a instituição com número mais expressivo, tendo (80%) dos entrevistados afirmando que confiam. Em seguida os “Vizinhos” (66%), “Comerciantes/Empresários locais” (64%), “Médicos e Enfermeiros” (60%), “Líderes Religiosos” (57%) e com o menor estoque de confiança o “Poder Público de Gerenciamento do Turismo” com apenas 16% (Gráfico 32).

Gráfico 32 - Avaliação do nível de confiança para grupos citados



Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – maio/junho 2014.

Acredita-se que por ser um bairro que não convive com o turismo, o “Poder Público de Gerenciamento do Turismo” representa um órgão distante da sua realidade e por isso não depositam confiança. Já os 32% referentes aos “Membros das associações comunitárias”, apresenta-se como um alerta. Isto porque essas associações comunitárias representam a comunidade, em tese, são instituições próximas dos moradores. Portanto, não é compatível ter índices tão baixos de confiança, perdendo inclusive para instituições privadas sediadas no bairro.

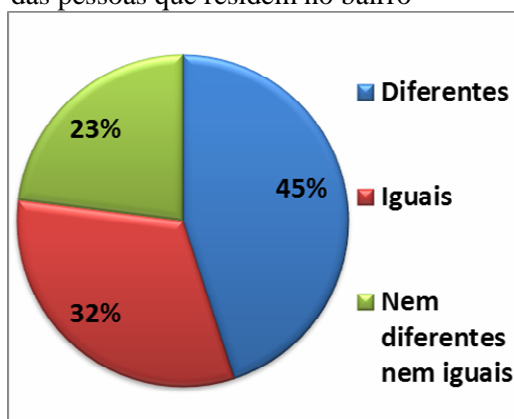
A preocupação está pautada no fato dessas instituições comunitárias, muitas vezes, serem as catalizadoras dos processos de interação, cooperação, confiança. E partindo do pressuposto que essa confiança é pequena, haverá a necessidade de revitalizá-la através de alternativas complementares. Segundo Cassiana, moradora do bairro há 38 anos, “essas relações foram desgastadas ao longo do tempo, pois já houve muito líder comunitário que só pensava em seu próprio bem e em sua melhora, esquecendo a comunidade”. Ela continua dizendo que “no bairro seria necessário surgir uma nova liderança que fosse da própria comunidade e querida por todos para que as pessoas voltassem a acreditar em associação”

A abordagem do economista Peres (2001) é de que os altos estoques de capital social dependem dessa confiança entre as pessoas, que pode começar individualmente, mas em termos de comunidade reage quase que em cadeia. Isto devido ao seu caráter de transitividade, em que por uma pessoa X confiar em alguém, outro indivíduo Y confia também e assim sucessivamente.

Quando indagados sobre como se percebiam perante a comunidade como um todo, o resultado foi “Diferentes” (45%) (Gráfico 33) em relação a aspectos “socioeconômico” (54%) e “Opiniões” (46%) (Gráfico 34). Apesar dessa variável, quando indagados se “Essas diferenças causam problemas de confiança?” (62%) afirmou que “não” (Gráfico 35).

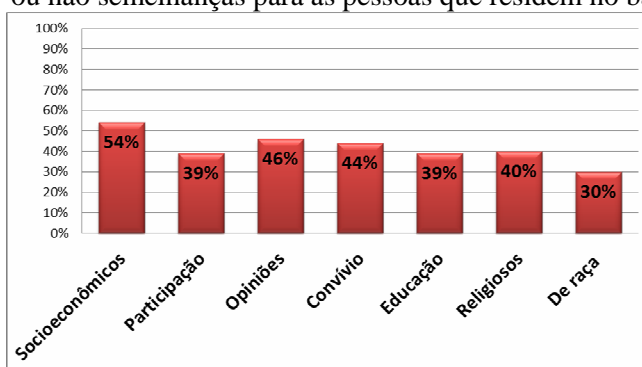
Isso reforça o alto estoque de confiança da comunidade em si mesmo.

Gráfico 33 - Avaliação do nível de semelhança das pessoas que residem no bairro



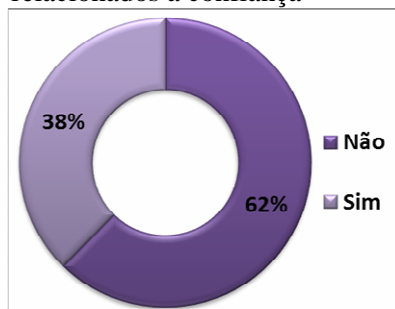
Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – maio/junho 2014.

Gráfico 34 - Avaliação dos aspectos que geram ou não semelhanças para as pessoas que residem no bairro



Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – maio/junho 2014.

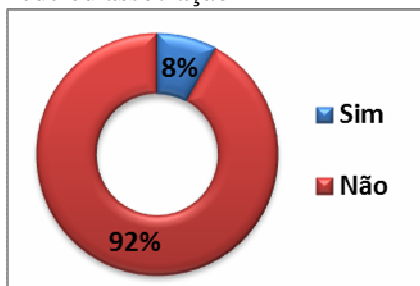
Gráfico 35 - Acredita que as semelhanças ou diferenças causam problemas relacionados a confiança



Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – maio/junho 2014.

Por outro lado, percebe-se que o nível de confiança não está sendo canalizado em ações concretas. Investigou-se com “Você ou alguém da sua família faz parte de algum grupo, rede ou associação?” e 92% afirmou que “não”, ou seja, o nível de confiança não gera construção em prol da comunidade. Este indicador é alarmante, por isso é necessário investigar as possibilidades de reversão e de entender melhor os entraves que envolvem tal característica (Gráfico 36).

Gráfico 36 - Faz parte ou alguém de sua família faz parte de algum grupo, rede ou associação



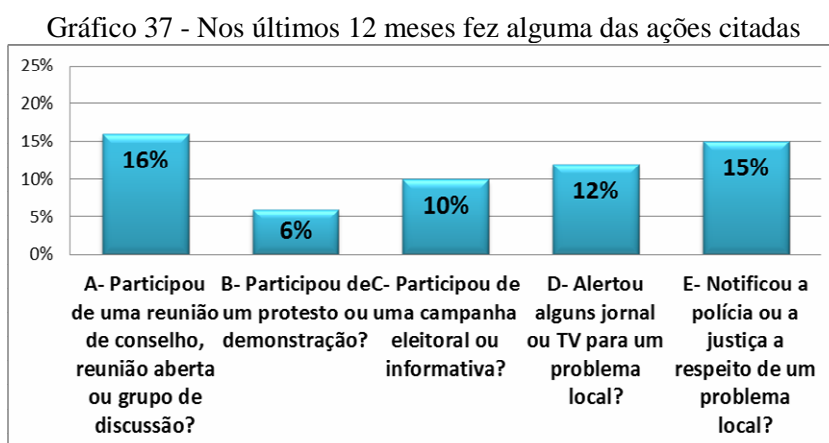
Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – maio/junho 2014

Observa-se que essa situação já apresenta consequências, porque ao serem perguntados sobre “Você costuma encaminhar suas reivindicações aos setores competentes?” (76%) dos entrevistados afirmaram que “Não”. Segundo Flávio, morador do bairro há 25 anos, “a falta de uma representação comunitária faz com que as reivindicações fiquem em segundo plano e se dispersem, e as questões pessoais ganhem mais importância”. Ele destacou que a falta de um espaço público, de uma praça, de áreas de lazer e convivência impede as pessoas de trocarem informações, e construir em juntos.

Numa perspectiva mais inclinada ao Capital Cívico buscou-se saber as fontes de informação e conhecimento da comunidade: “Com que frequência eles tinham acesso a Jornal e Revista, Rádio e TV?” as respostas foram, respectivamente, (48% - todos os dias), (41% -

todos os dias) e (79% - todos os dias). Ou seja, a Televisão é a principal fonte de informação dessas pessoas. Segundo Gláucio, a ausência de um espaço de convivência favorece essa dependência da Televisão. A sua preocupação é com os jovens que podem procurar a criminalidade como alternativa de lazer e renda.

Então, apesar de demonstrarem altos níveis de confiança entre si, eles não tem onde exercitá-los. Essa informação, provavelmente, justifique o fato de “Nos últimos 12 meses” as ações políticas dos entrevistados serem baixas, pois apenas 16% “Participou de uma reunião de conselho, reunião aberta ou grupo de discussão”, 6% “Participou de um protesto”, 10% “Participou de uma campanha eleitoral ou informativa?”, 12% “Alertou algum jornal ou TV para um problema local?” e 15% “Notificou a polícia ou a justiça de um problema local?” (Gráfico 37).

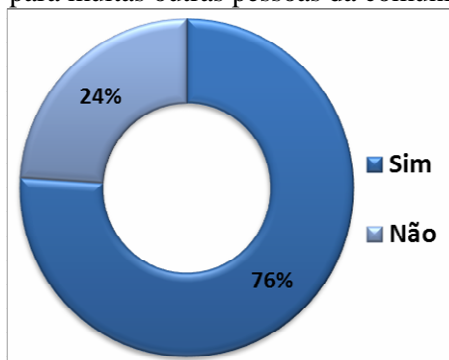


Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – maio/junho 2014.

Para avançar sob essa problemática é preciso compreender que há muitos outros fatores envolvidos na realidade dessas pessoas. Porém, o fortalecimento dos capitais intangíveis ajuda a diminuir esses índices. Os sistemas de participação cívica, conforme Putnam (2002, p. 183). “representam uma intensa interação horizontal, se revelando uma forma essencial de capital social: quanto mais desenvolvidos forem esses sistemas numa comunidade, maior será a probabilidade de que seus cidadãos sejam capazes de cooperar em benefício mútuo [...]”.

Para perceber melhor os sinais de cooperação mútua na comunidade perguntou-se aos entrevistados “Se um projeto da comunidade não lhe beneficia diretamente, mas tem benefícios para muitas outras pessoas do(a) bairro, você contribuiria com seu tempo ou dinheiro para o projeto?” 76% dos entrevistados responderam “Sim” (Gráfico 38).

Gráfico 38 - Contribuiria com tempo ou dinheiro para um projeto que não gere nenhum benefício pessoal direto, mas que gere benefícios para muitas outras pessoas da comunidade



Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – maio/junho 2014.

Essa informação é relevante, principalmente, porque a cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha um bom estoque de capital social sob a forma de sistemas de participação cívica. “[...] Aqui o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. (PUTNAM, 2002, p. 177).

Essas ações devem ser construídas visando à implantação de abordagens participativas do turismo, e devem buscar a implementação de uma confiança que geralmente se constitui em um bem público, ao contrário do capital convencional que é tipicamente de caráter privado (SILVA, 2004). Na medida em que esses atores locais tiverem consciência de que exercem o protagonismo das suas ações, esse capital promove o enraizamento territorial.

Conclui-se que os sistemas participativos estudados nessa dissertação, configuram-se horizontais e de participação social e cívica, que pode ajudar o bairro do Cabula a solucionar dilemas vistos aqui, a partir da ação coletiva. Então, quanto mais horizontalizadas forem as estruturas de uma organização local mais chances de êxito e de bom desempenho a comunidade terá.

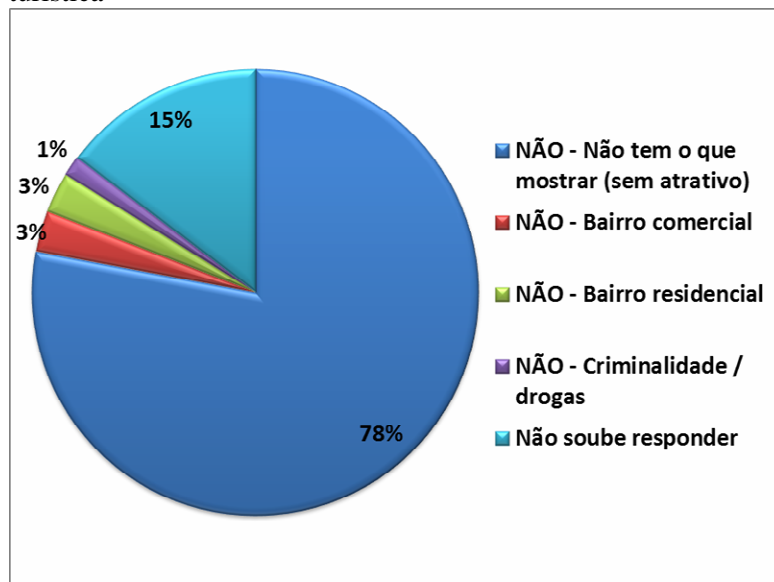
## **E - TURISMO E TERRITÓRIO**

O conhecimento demonstrado pelas pessoas sobre o assunto foi elevado, já que 92% afirmou “saber o que é turismo”. E nesse entendimento avaliaram se “o bairro é um local de atração turística?”, tendo como resultado uma parcela de 76% dos entrevistados negando essa vocação.

Em princípio esta negativa traz uma preocupação quanto às possibilidades de implantação dos processos participativos de turismo, levando em conta que a comunidade precisa aprovar e exercer o protagonismo de todo o processo de gerenciamento do turismo. Entretanto, ao avaliar os motivos pode-se inferir que as conclusões são outras. Concretamente,

essa negação diz respeito ao fato do Cabula não ser um local de atração turística por “Não ter o que mostrar” (91%), conforme Gráfico 39.

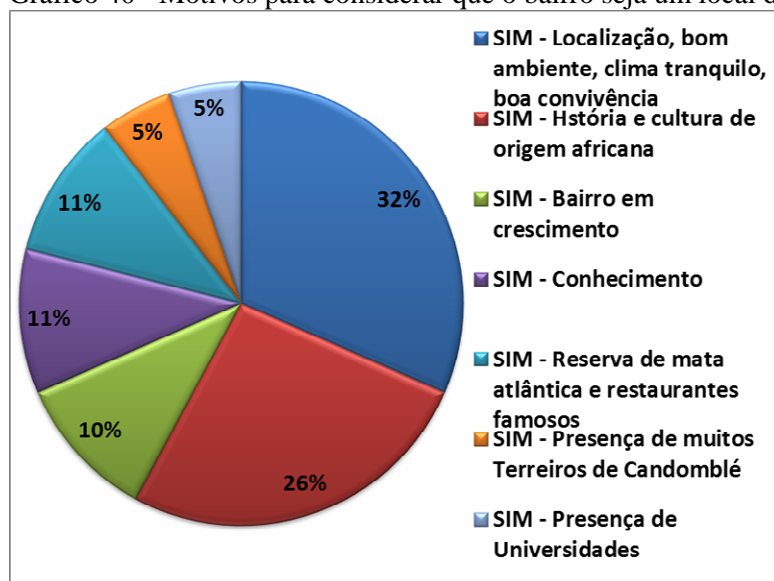
Gráfico 39 - Motivos para não considerar que o bairro seja um local de atração turística



Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – maio/junho 2014.

Na realidade não é exatamente isso, porque a partir da caracterização feita no capítulo 4 na seção 4.2.1, esse patrimônio existente tem elevado para tal, mas não há nada de concreto. Vale destacar que dos 24% da amostra que acreditam no Cabula como um bairro turístico atribuem isso ao valor da “História e Cultura Africana” (26%) como ponto principal para tornar o Cabula local de atração de turista, perdendo apenas para a “boa localização do bairro” (32%).

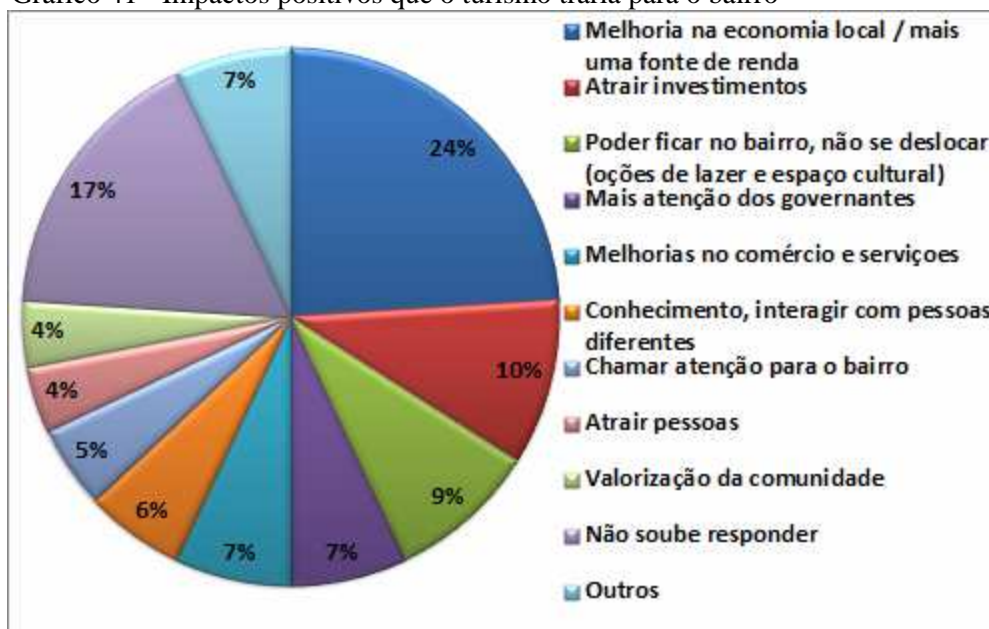
Gráfico 40 - Motivos para considerar que o bairro seja um local de atração turística



Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – maio/junho 2014.

Quando a abordagem foi sobre “Quais os impactos positivos o turismo traria para o seu bairro?” 24% dos entrevistados apontaram como a “Melhoria na economia local / mais uma fonte de renda” e “Mais um fonte de renda”, seguido de “Atração de investimentos” (10%) e “Melhorar opções de lazer” (9%) (Gráfico 41).

Gráfico 41 - Impactos positivos que o turismo traria para o bairro



Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – maio/junho 2014.

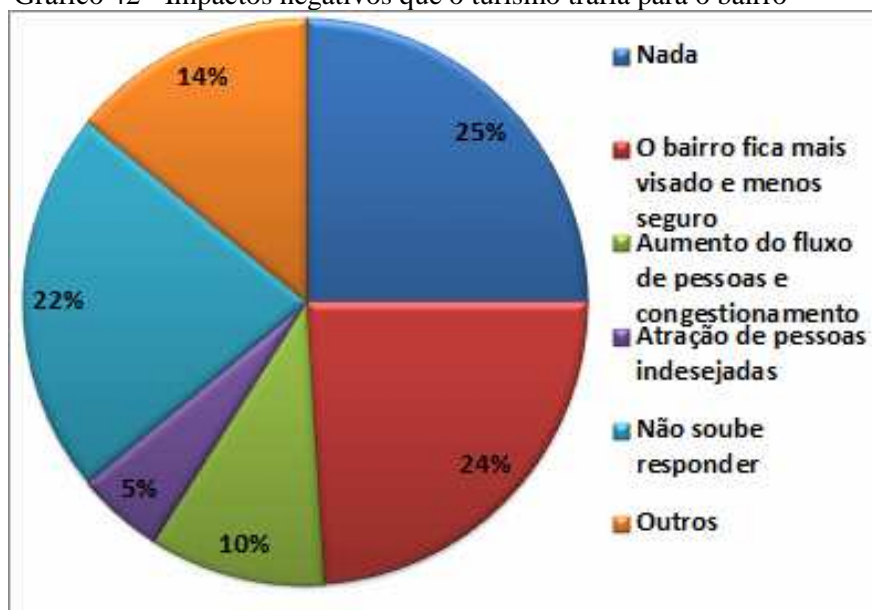
Nesta direção, pontua-se, mais uma vez, que as respostas estão majoritariamente ligadas aos fatores econômicos do turismo, o que não é surpreendente, visto que o turismo é de fato uma atividade econômica. Todavia ao direcionar o olhar para a atividade, sob a ótica financeira e dos altos investimentos, nota-se características do Turismo “Fordista”, que não condiz com o perfil do TBC nesta dissertação.

Para avançar com abordagens participativas do turismo é importante prestar atenção a esse aspecto na comunidade para perceber se isso é uma tendência. O desenvolvimento territorial bem como a implementação do TBC no bairro comungam das abordagens relacionadas à “Nova Era do Turismo” (NET), apresentadas na seção 2.5.3 do capítulo 2.

Ainda sobre o Turismo, ao serem perguntados sobre “os impactos negativos?” a maioria respondeu que não haveria “Nada” de negativo (25%), seguido de “Menos segurança” (24%) (Gráfico 42).



Gráfico 42 - Impactos negativos que o turismo traria para o bairro

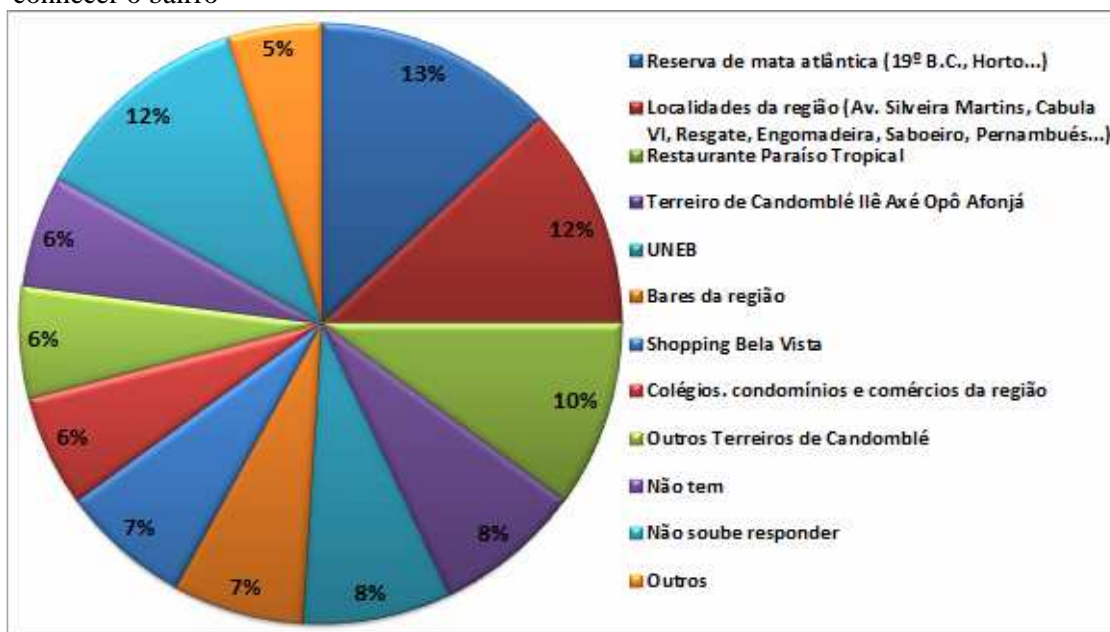


Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – maio/junho 2014.

Para 95% dos entrevistados nunca houve uma ação do poder público de fomento do Turismo no bairro e que apesar disso a possibilidade do Cabula ter êxito com a implantação da atividade Turística é alta, visto que 72% respondeu que “sim”. E para eles, bons exemplos são os bairros do “Pelourinho” (31%) e da “Liberdade” (15%), todos pela relação com as matrizes africana e cultura negra. Isto demonstra uma sensibilidade dos entrevistados a valorizar esse tipo de cultura.

Por fim, quando indagados se achavam que “O Cabula representa a cidade?” 61% afirmou “sim”. Em seguida, foram orientados a imaginar em que “lugar levariam uma pessoa que quisesse conhecer um local representativo da cultura do Cabula?”, as respostas foram inúmeras com destaque para 13% levaria no “19° BC”, pela reserva de Mata Atlântica, já 12% nos bairros adjacentes como “Engomadeira”, “Resgate” e etc, outros 10% ao “Restaurante Paraíso Tropical”, seguido de 8% para os “Terreiros de Candomblé” e “UNEB” (Gráfico 43).

Gráfico 43 - Lugares que representam bem a cultura do Cabula onde levaria uma pessoa que quer conhecer o bairro



Fonte: Elaboração Própria. Pesquisa de Campo – maio/junho 2014.

Ou seja, os locais considerados representativos pelos moradores entrevistados, demonstram a importância da pesquisa, visto que todos os locais citados, estão representados aqui nessa dissertação.

## 5 CONCLUSÃO

Investir na área de pesquisa sobre o patrimônio cultural em Salvador apresenta-se como um desafio e uma necessidade para o curto prazo. O desafio configura-se pela riqueza e variedade que a cidade apresenta e a necessidade esta pautada em evitar que tais valores sejam pulverizados e esquecidos. Com o estudo de apenas um bairro e seu entorno foi possível reconhecer o valor patrimonial de relevantes bens culturais da cidade, se dimensionarmos que Salvador tem 160 bairros, essa diversidade, certamente, será multiplicada. Para uma cidade com status de pólo cultural como Salvador, isso sistematizaria seus valores materiais e imateriais, ampliaria as possibilidades de desenvolvimento cultural e econômico e promoveria melhor a interação entre sociedade civil e a cultura local disponível.

Nessa perspectiva, cumpriu-se o objetivo geral da dissertação, ao analisar a potencial contribuição do patrimônio de origem africana no Cabula. Conclui-se que os valores materiais e imateriais encontrados nesse patrimônio são de origem popular, com força capaz de gerar identificação e de ser uma alternativa concreta de desenvolvimento para as comunidades com menor poder aquisitivo que residem no Cabula, através de processos participativos de gerenciamento do turismo e tendo como consequência o desenvolvimento territorial.

Já os objetivos específicos seguiram uma lógica complementar entre eles. Primeiramente, foi identificado o patrimônio cultural de origem africana no Cabula. Em seguida, foi analisado em que medida esse patrimônio contribui para a formação da identidade local, concluindo que com ele há um alto grau de identificação, mas um baixo índice de interação comunitária. A partir daí foi fundamental discutir o papel da política cultural e percebeu-se que ela é indispensável para ajudar a manter aquela história viva e circulando como um capital intangível na comunidade. Por fim, ao avaliar as possibilidades de processos participativos, nota-se que o turismo tem uma grande aceitação no bairro e pode se configurar como uma atividade econômica e social efetiva.

Tais objetivos foram cumpridos com base em quatro questões norteadoras:

- a) “Em que medida, o patrimônio cultural de origem africana existente no Cabula pode motivar o desenvolvimento da atividade turística no bairro?” Na medida em que os bens culturais se mostraram com um alto valor simbólico, o desafio é combinar melhor a relação e a presença do morador no seu espaço e a proteção da sua identidade própria.
- b) “Os elementos de origem africana no Cabula são reconhecidos por seus moradores como referências culturais da história local?” Esses bens sobrevivem como

elementos constituintes do bairro e são considerados patrimônio pelos moradores, mas não são associados à história de formação da cidade, não há conexão entre esses bens e a história do negro e da escravidão no Brasil que eles ajudaram a construir.

- c) “Como a comunidade local percebe a possibilidade de implementação de um modelo participativo de turismo no bairro?”. O turismo é considerado positivo para a comunidade e apresenta-se como uma esperança de aumento considerável na renda. As pessoas acreditam no turismo como uma forma de transformar o bairro do Cabula num local similar a outros bairros de turismo em Salvador, para gerar status e aumento do poder aquisitivo. Aqui cabe uma ressalva, deve haver um cuidado na condução desse entendimento do Turismo. Trata-se do TBC, portanto as pessoas envolvidas não podem ter uma expectativa alta sobre aumento da sua renda. Assim, evita-se um desestímulo da comunidade no meio do processo. Isto porque, estamos discutindo possibilidades de desenvolvimento turístico na NET, em que, junto ao valor monetário, inúmeros outros benefícios, a exemplo do desenvolvimento territorial, são importantes.
- d) “Quais os principais fatores limitantes e propulsores identificados para a implementação deste modelo?”. O desafio de todas essas emergências será enfrentar o atual quadro heterogêneo e dicotômico do Cabula. O ponto de partida é a desconstrução dos estereótipos e do comodismo presentes nos dias atuais na comunidade, que comprometem as possibilidades de organização coletiva num futuro. Para transformações mais amplas, ligadas a mudanças estruturais, é necessário superar o problema de gerenciamento cultural, de turismo e do planejamento urbano da cidade de Salvador. Esse processo não está imune a dificuldades, pelo contrário, é uma situação que ocorre em nível nacional e, na cidade de Salvador, reflete-se e são endossados por problemas de ordem socioeconômica na cidade.

Para avançarmos, bairros populares, como o Cabula, precisam se tornar áreas funcionais no que se refere à cultura na cidade. Atualmente, eles representam áreas de habitação popular com grande interferência do capital imobiliário, tendo como consequência o desmatamento de algumas áreas verdes remanescentes, poluição, congestionamento, dicotomia social e pulverização dos seus recursos culturais.

Porém, ao pensarmos em cultura brasileira é indiscutível a ligação entre Brasil e África e, portanto, tais valores históricos devem ser protegidos com prioridade nos processos

de modificações urbanas, como os vividos pelo Cabula, para que possam ser utilizados em benefício da própria comunidade. Enquanto isso não ocorre, uma parte dos moradores passa a viver dentro dos condomínios fechados, usufruindo dos seus equipamentos internos de lazer, e a outra parte vive em suas pequenas casas, observando as modificações urbanas que os desfavorecem. É a convivência entre o tradicional e o moderno, em que o segundo sobrepõe os interesses do primeiro. Em paralelo, as políticas públicas deveriam se apresentar como uma alternativa, mas, ao contrário, agem sem promover uma melhora nessas relações culturais que ocorrem no espaço urbano.

Cabula, apesar de ser uma pequena escala territorial, pode traduzir-se em práticas concretas e democráticas. Pode ser um ponto de partida para as transformações necessárias para o fortalecimento cultural, para novas alternativas de turismo em Salvador e a concretização do desenvolvimento territorial. No bairro há virtudes adquiridas com os fatos históricos de formação da cidade e isso lhes garante um forte legado cultural.

Para tanto, faz-se necessária a sensibilização da comunidade no sentido de que compreenda e participe do processo de multiplicação das mudanças. Há necessidade de transformações nas formas de convivência, de agir e pensar, da criação de novas estruturas locais e da atribuição de novas funções aos fluxos e fixos já existentes no Cabula.

A implementação das abordagens participativas demanda também um objetivo comum aos envolvidos, para isso é preciso aumentar o nível de interação entre os atores locais e os elementos que compõem o bairro para que a identidade local seja constituída. Ressalta-se que identidade forma-se a partir da identificação, a identificação forma-se a partir da aproximação entre as partes e essa aproximação precisa ser direcionada, utilizando o senso de valorização e de sociabilidade.

Alerta-se para necessidade de investimento nos estoques de capital institucional, de lideranças e de confiança, principalmente no poder local, pois estão extremamente baixos. Com a pesquisa de campo, concluiu-se que isso ocorre porque as dificuldades já enfrentadas ao longo dos anos no bairro e a existência de lideranças fraudulentas, reforçaram o descrédito instalado na comunidade.

Portanto, a prioridade é revitalizar esse estoque de confiança. Essa ação deve estar na base de qualquer tipo de ação comunitária a ser desenvolvida no Cabula. Ao pensarmos em possibilidades de turismo, o ideal é que ações ligadas à formação e revitalização dos capitais intangíveis ocorram antecipadamente. Caso contrário, essas novas lideranças podem não ser reconhecidas como legítimas pela comunidade. A partir daí, essas lideranças contribuirão para a construção dos outros estoques de capitais intangíveis do Cabula.

Esse gerenciamento deve ter um alto índice de flexibilidade, por isso podem ser informais, não rígidas, abertas e sofrerem os ajustes necessários ao longo da consolidação das novas práticas econômicas e culturais no local. Não se pode perder de vista que essas escalas de organização visam o desenvolvimento territorial, portanto as relações de poder marcarão o rompimento com os entraves característicos das gestões mais formais, de um poder centralizador. Para essas abordagens participativas de turismo exige pensar de modo articulado, na existência de dinâmica entre atores, patrimônio e empresas. As partes constituintes dessa nova cadeia produtiva devem convergir para geração um produto consistente, de base local, que respeite a autenticidade e que sejam gestados através de uma estratégia de operacionalização comum, conforme visto na seção 2.5.4 sobre APL's.

No caso de ações de APLs e TBC, indica-se pensar num produto ligado a esse patrimônio de matrizes africanas que tenha as seguintes características:

- a) Não sejam pré-fabricados.
- b) Não utilize as mesmas estratégias dos produtos turísticos do paradigma fordista.
- c) Sejam capazes de atrair seu mercado (o turista – elemento exógeno) sem colocá-lo como prioridade na estrutura do território.
- d) Não sejam exportados como ocorre com destinos pré-formatados.
- e) Sua formatação seja a partir do uso para a fruição cultural da comunidade.
- f) Haja uma forte interdependência entre esse produto e os atores locais.
- g) Promovam renda aos moradores locais envolvidos direta e indiretamente, com o excedente econômico distribuído entre eles.

É evidente que, de um modo geral, há virtudes e fraquezas na consolidação desse processo. Se os fins estiverem pautados no desenvolvimento territorial, o vínculo desse processo é com a capacidade das próprias comunidades de compreenderem seu poder sobre suas próprias vidas e, a partir disso, estabelecerem um processo de autoconfiança no relacionamento com os demais segmentos com quem mantêm relações.

Esse protagonismo é um desafio popular que se impõe como uma tarefa árdua numa sociedade que depende de políticas que tendem a reforçar a desigualdade e manter conflitos. Nesse caso, as abordagens participativas de turismo contribuiriam com olhares interessados naquilo que a comunidade tem de peculiar em favor da autoestima local. O fio condutor são os moradores dotados de estoques de capitais intangíveis, para, em seguida, atuar conjuntamente com poder público e privado, a fim de superar problemas de ordem física e outros fatores limitantes.

O cenário atual exige um diagnóstico elaborado para sinalizar mais especificamente os problemas aqui levantados. Porém, conforme destacado na metodologia dessa dissertação, por se tratar de uma pesquisa qualitativa e de variável não experimental já é possível introduzir pontos-chaves desse diagnóstico nessas conclusões. Observou-se fatores que limitam a atual dinâmica do bairro. O primeiro deles é:

- a) Papel das empresas: entre elas há uma articulação deficiente. Embora o bairro reúna um grande número de habitações, comércio, serviços, instituições de ensino, empresas privadas, públicas e bens culturais; as ações concretas entre eles são muito pequenas. Eles convivem apenas no bairro, mas na verdade poderiam ser catalisadores do processo.
- b) Transporte: apesar de estar localizado no centro geográfico de Salvador e ter ligação para vários locais da cidade, o trânsito passa por um processo de estrangulamento das vias, muitos engarrafamentos ao longo do dia pela concentração comercial, de escolas e novos condomínios.
- c) Segurança: o bairro tem relatos de furtos e roubos, diariamente, o que preocupa, tendo em vista um aumento de circulação no local.
- d) Espaços de lazer: são áreas de convivência inexistentes e essa ausência contribui para distanciar os moradores e diminuir articulação e troca de experiências.
- e) Estrutura e serviços turísticos: ausência de instalações específicas para o turismo, como, por exemplo, os serviços de hospedagem. Vale ressaltar que não está sendo analisada a estrutura de grandes hotéis, pousadas ou pertencentes às grandes bandeiras hoteleiras, mesmo porque nesse processo não são bem-vindas. Porém, é que haja melhoramentos no bairro, onde poderia se pensar em meios de hospedagem de caráter familiar com pouco impacto na comunidade, com o gerenciamento por parte dos moradores ou ainda poderia se pensar no Cama & Café ou na utilização de espaços já existentes, como a UNEB e o 19º BC, conforme veremos nas proposições a seguir.

Já as virtudes apresentadas pelo bairro destaca-se:

- a) Patrimônio cultural: os bens de matrizes africanas existentes no local, devido à sua história de luta do negro no Brasil, têm um elevado interesse em mostrar sua história, contada sob ótica do negro. Esse interesse é motivado pela possibilidade de recontar sua história, onde o negro não é visto como coadjuvante no processo de formação do Brasil. A história contada a partir daí contribuir para a reversão de determinados preconceitos, reforçado nos livros, na educação básica do Brasil e nas

encenações que compõem alguns produtos turísticos consolidados. Esse patrimônio de origem popular tem altos estoques de autenticidade, o que garante uma identificação simbólica com o TBC.

- b) Natureza: há diversos pontos no bairro com áreas de Mata Atlântica preservada, o que permite um contato mais direto com espécies da natureza pouco vistas. Em muitos desses lugares será possível ter contato com natureza preservada e práticas culturais ao mesmo tempo, como nos terreiros de candomblé já citados.
- c) Noções de hospitalidade: a população local demonstra saber o que é turismo e considera o turista um elemento externo que agregará valores positivos ao bairro.
- d) Comércio: o bairro tem uma grande quantidade de comércio, como shoppings, feiras populares, bares e restaurantes. A própria comunidade consome nesses espaços e isso favorece um ciclo de crescimento comercial e o surgimento cada vez mais variado de tipos de empreendimentos.
- e) Mão de obra: existe interesse das pessoas em conhecerem melhor e trabalharem com o patrimônio cultural do bairro e com a atividade turística. Na pesquisa de campo, essa mão-de-obra seria uma renda associada a expansão do conhecimento.
- f) 19º BC: esta instituição conta com uma grande infraestrutura que pode contribuir para a o uso da comunidade e para visitas de interesse turístico. Podemos citar a Represa Cascão, área de 4.400 m<sup>2</sup> de beleza natural, onde há práticas esportivas como pesca e trilhas. Somado a isto há um hotel chamado de Hotel de Trânsito Pirajá, com 07 (sete) unidades habitacionais, sendo uma delas adaptada para portadores de necessidades especiais. As unidades habitacionais são chamadas de categoria luxo, com suítes privativas, chuveiro aquecido, ar-condicionado e outros equipamentos.
- g) UNEB: esta universidade apresenta-se como a principal articuladora no bairro por unir pesquisa, ensino e extensão. De acordo com a temática dessa pesquisa, vale ressaltar três contribuições principais por parte desta instituição:
  - g.1) O projeto de Turismo de Base Comunitária para o Cabula, que correlaciona a pesquisa e a extensão em bairros populares do entorno da Universidade. É um projeto que já delimitou sua área de estudo no bairro e a partir daí promove a interação entre a universidade e as comunidades. Suas virtudes passam pelo reconhecimento da história das antigas aldeias indígenas e dos quilombos do Cabula. Ele está em andamento e se configura como uma importante liderança local com foco em desenvolver o Turismo de Base Comunitária.



- g.2) O curso de Bacharelado em Turismo e Hotelaria: o curso pertence ao Departamento de Ciências Humanas do Campus I. Tem uma matriz curricular multidisciplinar, desde 1998 contribui para a área de Turismo e Hotelaria e, atualmente, pode contribuir com a pesquisa dos assuntos ligados ao patrimônio de matriz africana do bairro, ao mesmo tempo em que pode oferecer uma mão de obra sensível e capaz de agregar ao bom desempenho em todo o processo.
- g.3) Espaços de cultura e lazer: na UNEB há quadras poliesportivas, que já são utilizadas para práticas de esporte, feiras populares, eventos e apresentações culturais. A ampliação desse uso contribuiria significativamente, já que no entorno há uma carência desse tipo de equipamento, conforme mostrado com a pesquisa de campo. Há também a Biblioteca “Professor Edivaldo Boaventura”, que pode contribuir para a capacitação da comunidade. E o Teatro UNEB, que se configura como uma estrutura com aproximadamente 500 lugares, onde apresentações podem ser montadas visando o lazer e a programação cultural do bairro.

Ao lado dessas fraquezas e virtudes supracitadas, acrescenta-se a contribuição científica dessa pesquisa algumas sugestões que podem vir a ser ações concretas e desdobramentos da pesquisa do autor. São elas:

- a) A construção de um Hotel-Escola na UNEB: este equipamento vai contribuir para o curso de Turismo e Hotelaria e ainda atenderia às exigências do mercado carente nesse tipo de estrutura. Com as práticas hoteleiras desenvolvidas no local haveria possibilidade de capacitação dos moradores, convergência de determinadas experiências em receber o turista sob supervisão dos profissionais ligados ao turismo e o aumento dos estoques de conhecimento em governança, alimentos & bebidas, recepção e hospedagem, para serem reaplicados nas hospedagens criadas na comunidade.
- b) O 19º BC desenvolver maiores possibilidades de usufruto de toda a estrutura disponível. O Hotel de Trânsito Pirajá deveria ter uma maior flexibilidade para o uso, assim como as atividades de lazer e esportivas.
- c) A criação de um parque urbano a partir da área que hoje funciona o 19º BC. A proposta surgiu do entendimento de que a carência de espaços de convivência no bairro respalda a necessidade do uso múltiplo dessa área que hoje é exclusiva do 19º BC. É uma área rica e de preservação da remanescente de Mata Atlântica, o que enriquece ainda mais a experiência e o direito de acesso.

Esse parque vai proporcionar uma facilidade e maior conhecimento dessa área para a população local. Tal criação colaboraria para diminuir o problema das áreas de lazer que, segundo 59% moradores, são inexistentes. Por outro lado, contemplaria também um retorno ao contato com a natureza, que sempre foi uma característica do bairro, perdida pelo crescimento urbano. Essa criação agregaria valores ecológicos, estéticos e de lazer ao processo de desenvolvimento territorial.

- d) A criação de um calendário com as festas que ocorrem nos espaços culturais do bairro, visando estimular o interesse pelo conteúdo cultural gerado e uma interação direta entre eles e os moradores. Hoje, basicamente, as festas cumprem seu objetivo enquanto manifestação interna de cada espaço cultural, mas não se apresenta como um vetor de aproximação comunitária como deveria, além disso, esse calendário poderia promover o aumento da popularidade do patrimônio cultural disponível, conforme necessidade vista na pesquisa de campo.

Elegem-se, dessa forma, algumas ações concretas para complementar a análise sobre as possibilidades participativas de turismo e do desenvolvimento territorial. A realização desse tipo de iniciativa envolve também o crescimento, a maturidade e o fortalecimento das competências dos cidadãos. Os moradores passam a ser responsáveis por aquilo que herdaram. Para tanto, é necessário tempo para a incorporação de novos valores. A euforia para realizações práticas é desnecessária quando se reconhece que o problema maior reside em aspectos intangíveis. O homem como ator social desse processo deve organizar-se primeiramente, para, em seguida, pensar em organizar o seu espaço para outros usos.

## REFERÊNCIAS

- ABADIA, Lília. **A identidade e o patrimônio negro no Brasil**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2010.
- ABDALLAH, Paloma; AMORIM, Gabriela; GARCIA, Rodrigo. **Cultura: um produto economicamente homogeneizado**. 2014. Disponível em: <<http://rp-bahia.com.br/biblioteca/pdf/PalomaAbdallah.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2014.
- AB´SÁBER, Aziz. **Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ACERENZA, Miguel. **Administración del turismo**. México: Trillas, 1995.
- ADMINISTRAR Salvador é um grande desafio. **A TARDE**, Salvador, p. 5, 31 out. 2004.
- AGUIAR, Marcos Daniel Schmidt de *et al.* Do desenvolvimento ao desenvolvimento territorial sustentável: os rumos da região do Vale do Taquari no início do século XXI. **Análise – Revista de Administração da PUCRS**, [S.l.], v. 20, n. 1, nov. 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/view/6203/4495>>. Acesso em: 3 abr. 2014.
- ALBUQUERQUE, Roseanne Azevedo de; NÓBREGA, Kleber Cavalcanti; OLIVEIRA, Patrícia Whebber Souza de. Empreendedorismo e governança corporativa: redes de cooperação como ambiente facilitador do processo de inovação para pequenas e médias empresas. In: ENANGRAD - ENCONTRO NACIONAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 26., 2013. Florianópolis. **Anais...** 2013.
- ALMEIDA, Alves de. **Nova enciclopédia de pesquisa fase**. Rio de Janeiro: Fase, 1981. v. 2.
- ALMEIDA, Ana Luiza Fernandes Mendes de. Políticas públicas: o modelo de cluster como alternativa para o desenvolvimento. **Cadernos de Análise Regional**, v. 5, n. 1, 2006.
- ALMEIDA, Humberto Marinho. **Arranjos produtivos e empreendedorismo no turismo**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2006.
- ALMEIDA, J. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, Dinizar Fermiano (Ed.). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade**. 4. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- ALMEIDA, Marcos Vilela. Turismo social: por uma compreensão mais adequada deste fenômeno. In: BAHL, Miguel (Org.). **Turismo enfoques teóricos e práticos**. São Paulo: Roca, 2003.
- AMARAL FILHO, Jair. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e políticas públicas**. Brasília, IPEA, n. 14, dez. 1996.
- ANDRADE, José Vicente de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 1998.

ANICO, Marta. **A pós-modernização da cultura: patrimônio e museus na contemporaneidade.** Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 71-86, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a05v1123.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2013.

ANTONIETA. **Entrevista XI: COMOBE.** [jun. 2014]. Entrevistador: Paulo Henrique Oliveira Silva. Salvador, 2014. 1 arquivo.mp3 (60 min.).

APREMAVI – ASSOCIAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DA VIDA. **Diálogo florestal: Mata Atlântica.** 2007-2014. Disponível em: <<http://www.dialogoflorestal.org.br/biomas/mata-atlantica/>>. Acesso em: 9 jun. 2014.

ARAÚJO, Gilvan Charles Cerqueira de; REIS, Dante Flávio da Costa. As representações simbólicas: A pulsão imagética e sígnica na produção dos sentidos no espaço. **Revista Eletrônica de Geografia**, v.3, n.9, p. 93-106, abr. 2012 Disponível em: <<http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/3edicao/n9/07.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2013.

ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICO-CULTURAL ODEART . **Cabula: memória social e identidade cultural inaugural.** Salvador: Associação Artístico-Cultural Odeart, 2009. Disponível em: <<http://odeart.spaces.live.com/>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **História e cultura do Cabula.** Salvador: Associação Artístico-Cultural Odeart, 2009. Disponível em: <<http://odeart.spaces.live.com/blog/cns!4B0D4D4AD09DB0F4!291.entry>>. Acesso em: 30 jan. 2013.

BAAKLINI, Eduardo do Barion. Manual do delegado funcionamento da Organização das Nações Unidas e os objetivos do milênio. In: FAAP – FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO, 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UNIC Rio, 2011. Disponível em: <<http://unicrio.org.br/conheca-a-onu/propositos-e-principios-da-onu>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

BACELAR, Tânia. **APL e desenvolvimento local.** In: SEMINÁRIO BNDES – APL COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO, 2004, Rio de Janeiro. **Anais...**, 2004.

BAHIA. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER). Diretoria do Centro Antigo de Salvador (Dircas). **Centro Antigo de Salvador: o que é.** Salvador, 2013. Disponível em: <<http://www.centroantigo.ba.gov.br/diretoria-centro-antigo-salvador/>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

BAHIA. Empresa Baiana de Água e Saneamento S.A. **Embasa despolui Represa do Cascão.** Salvador: Assessoria de Comunicação, 2004. Disponível em: <<http://www.embasa.ba.gov.br/novo/Noticias/detalhar.asp?cod=331>>. Acesso em: 19 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. **Responsabilidade socioambiental.** Salvador, 2010. Disponível em: <[http://www.embasa.ba.gov.br/responsabilidade\\_socioambiental/museu\\_arq\\_embasa](http://www.embasa.ba.gov.br/responsabilidade_socioambiental/museu_arq_embasa)>. Acesso em: 8 jan. 2014

\_\_\_\_\_. Prefeitura de Salvador. **Avenida do Descobrimento: plano inicial de trabalho.** Salvador, setembro de 1997.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Cultura. Escritório de Referência do Centro Antigo. UNESCO. **Centro Antigo de Salvador: Plano de Reabilitação Participativo**. Escritório de Referência do Centro Antigo, UNESCO. Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2010. Disponível em: <<http://www.centroantigo.ba.gov.br/PlanoReabilitaCAS1.pdf>> Acesso em: 30 maio 2013.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Cultura e Turismo. **1º censo cultural da Bahia**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2006. Disponível em: <[http://www.censocultural.ba.gov.br/ccb\\_municipios.asp?letra=S#guia](http://www.censocultural.ba.gov.br/ccb_municipios.asp?letra=S#guia)>. Acesso em: 25 nov. 2013.

BALANZÁ, Isabel Milio; NADAL, Mónica Cabo Thomson. **Marketing e comercialização de produtos turísticos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES. Arranjos produtivos locais e desenvolvimento. Versão Preliminar. **Informativo do BNDES**, 2005.

BARBALHO, Alexandre et al. (Org.). Cultura e desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas. In: MIGUEZ, Paulo. **Algumas notas sobre comércio internacional de bens e serviços**. Salvador: Edufba, 2011.

BARBOSA, Gisele Silva. O desafio do desenvolvimento sustentável. PROURB/FAU. **Revista Visões**, 4. ed., n. 4, v. 1, jan./jun., 2008.

BARBOSA, Luciana Maciel; CORIOLANO, Luzia Neide. **Turismo e economia solidária: experiências comunitárias para o desenvolvimento na escala humana no Estado do Ceará, Brasil**. Reencuentro de Saberes Territoriales Latinoamericanos. Peru: [s.n.], 2013.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1998.

BARROS, José Márcio; OLIVEIRA JR., José. **Pensar e agir com a cultura: desafios da gestão cultural**. Belo Horizonte: Observatório da Diversidade Cultural, 2011.

\_\_\_\_\_. A escala bairro e o conceito de lugar urbano: o caso de Apipucos e Poço da Panela no Recife. São Paulo: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, n. 15, p. 56 – 74, 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/posfau/article/viewFile/43372/46994>>. Acesso em: 13 jul. 2013.

BATISTA, Grace. Turismo e desenvolvimento local: uma alternativa para as comunidades brasileiras. In: ENCONTRO NACIONAL DE EMPREENDEDORISMO, 5., 2003, Brasília. **Anais...** Brasília: UFC, 2003. Disponível em: <<http://fama2.us.es:8080/turismo/turisonet1/economia%20del%20turismo/turismo%20zonal/america%20del%20sur/turismo%20y%20desarrollo%20local%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BELCHIOR, Elísio de Oliveira; POYARES, Ramon. **Pioneiros da hotelaria no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Senac, 1987.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 10. ed. São Paulo: Senac, 2004.

BERNARDO, Edgar. **Abordagens teóricas ao turismo**. [S.l.]: Centro de Investigação e Estudos da Sociologia, 2013.

BEZERRA, Josué Alencar. **A reafirmação do bairro: um estudo geo-histórico do bairro do Alecrim na cidade de Natal**. 2005. 187 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.

\_\_\_\_\_. Como definir o bairro? Uma breve revisão. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.uern.br/index.php/geotemas/article/view/118/109>>. Acesso em: 13 jul. 2013.

BISPO, João. **Entrevista V: Casa de Lua Cheia**. [jun. 2014]. Entrevistador: Paulo Henrique Oliveira Silva. Salvador, 2014. 1 arquivo.mp3 (60 min.).

BITTENCOURT, P. F.; CAMPOS, R.R. Diversificação de estruturas industriais localizadas: um estudo de caso para o Estado de Santa Catarina. **Revista de Economia**, v. 35, ano 33, n. 2 maio/ago. 2009.

BLACH, Matheus. **Patrimônio cultural: ampliação do conceito pós-1970**. 2012. Disponível em: <<http://www.sobrehistoria.org/patrimonio-cultural-ampliacao/>> Acesso em: 15 mar. 2013.

BORDENAVE, Juan Enrique Díaz. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

BOEIRA, Sérgio Luís. Responsabilidade socioambiental das empresas: liberalismo ou terceira via. In: BOEIRA, Sérgio L. (Org.). **Democracia & políticas públicas: diversidade temática dos estudos contemporâneos**. Itajaí: Editora da Universidade do Vale do Itajaí, 2005.

BOISIER, Sergio. **Sociedad civil, participacion, conocimiento y gestion territorial**. Santiago de Chile: ILPES, 1997. Disponível em: <<http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/7354/S9760438.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 28 de mar. 2014.

BORBA, Carla. **Turismo em resorts**. Caxias do Sul: Editora Educus, 2005.

BOTELHO, Isaura. As dimensões e o lugar das políticas públicas. In: **São Paulo em perspectiva**. São Paulo, v.15, n.2, p.73-83, abr./jun. 2001.

\_\_\_\_\_. **Dimensões da cultura e políticas públicas**. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392001000200011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 13 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública. **Revista Espaço e Debates**. São Paulo: NERU, 2003. Disponível em: <[http://www.centrodametropole.org.br/pdf/espaco\\_debates.pdf](http://www.centrodametropole.org.br/pdf/espaco_debates.pdf)>. Acesso em: 15 fev. 2010.

\_\_\_\_\_.; FIORE, Maurício. **O uso do tempo livre e as práticas culturais na região metropolitana de São Paulo**. Relatório da Primeira Etapa da Pesquisa. [S.l.]: Centro de Estudos da Metrópole – CEBRAP. Abril de 2005.

BOTELHO, Tarcísio R. Patrimônio cultural e gestão das cidades: uma análise da lei do ICMS cultural de Minas Gerais. **Habitus**. Goiânia, v. 4, n.1, , p. 471-492, jan./jun. 2006

BOULLÓN, Roberto. Proyectos turísticos: identificación, localización y dimensionamento. In: DENCKER, Ada de Freitas Manetti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 2. ed. São Paulo: Futura, 1998.

BOURDIN, Alain. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRAGA, Tania Moreira. Desenvolvimento local endógeno entre a competitividade e a cidadania. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, n. 5, maio 2002.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. Origens da expansão periférica de Salvador. **Planejamento**. Salvador, v. 6, n. 2, p. 155-172, abr./jun. 1978.

BRANDÃO, Maria Fátima; FEIJÓ, Rui Graça. **Entre textos e contextos: os estudos de comunidade e as suas fontes históricas**. Análise Social. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA ECONÓMICA, 8., 1984, Budapeste, 1984. Anais... 1984. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223475052Z2aQS2ru7Fv41NY6.pdf>>. Acesso em: 29 abr 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional de Cultura**. Disponível em: <<http://pnc.culturadigital.br/metas/45-de-participacao-do-setor-cultural-brasileiro-no-produto-interno-bruto-pib/>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **Histórico do Batalhão**. Disponível em: <<http://www.19bc.eb.mil.br/index.php/historico-do-batalhao>> Salvador, 2012, Acesso em: 04 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural**. Brasília: 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pluralidade.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-especial/programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil-peti>>. Acesso em: 16 dez. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério do Esporte. **Segundo tempo**. Brasília: Ministério do Esporte, 2009. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/snee/segundotempo/>>. Acesso em: 16 dez. 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Estudos da competitividade do turismo brasileiro: turismo como instrumento de desenvolvimento regional: estudo de Arranjos Produtivos Locais (APLs) no setor de turismo.** Brasília, 2008. Disponível em:

<[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/TURISMO\\_COMO\\_INSTRUMENTO\\_DE\\_DESENVOLVIMENTO\\_REGIONAL\\_ESTUDO\\_DE\\_ARRANJOS\\_PRODUTIVOS\\_LOCAIS\\_xAPLs\\_x\\_NO\\_SETOR\\_DE\\_TURISMO.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/TURISMO_COMO_INSTRUMENTO_DE_DESENVOLVIMENTO_REGIONAL_ESTUDO_DE_ARRANJOS_PRODUTIVOS_LOCAIS_xAPLs_x_NO_SETOR_DE_TURISMO.pdf)>. Acesso em: 06 maio 2014.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento regional – Relatório do Brasil.** 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Turismo social.** Brasília: Ministério do Turismo, 2008. Disponível em:

<[http://www.turismo.gov.br/turismo/programas\\_acoes/regionalizacao\\_turismo/estruturacao\\_segmentos/social.html](http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/estruturacao_segmentos/social.html)>. Acesso em: 16 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. **Turismo sustentável e alívio da pobreza no Brasil: reflexões e perspectivas.** 2005. Disponível em: <<http://institucional.turismo.gov.br/mintur/br/ministerio/documentos/normas.cfm>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Secretaria Geral da Presidência da República. **O Programa ProJovem.** Brasília: Secretaria Nacional da Juventude, 2007. Disponível em:

<<http://www.projovemurbano.gov.br/site/interna.php?p=material&tipo=Conteudos&cod=11>>. Acesso em: 16 dez. 2013.

BRASILEIRO, Maria Helena Martins. **A organização social e produtiva como estratégia de fortalecimento do capital social em destinos turísticos.** RDE, Salvador, Unifacs, v. 5, n. 1, p. 86-93, nov. 2006.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas.** São Paulo: Saraiva, 2002.

BURNS, Peter. **Turismo e antropologia: uma introdução.** São Paulo: Chronos, 2002.

CAFÉ, Wilson. **Entrevista XIII.** EEPI. [jun. 2014]. Entrevistador: Paulo Henrique Oliveira Silva. Salvador, 2014. 1 arquivo.mp3 (60 min.).

CALDAS, Alcides dos Santos; NUNES, Eduardo. Laboratório de geografia social e intervenção urbana. A criação de espaços de sociabilidade em bairros periféricos de Salvador. **Revista de Desenvolvimento Econômico - RDE**, Salvador, n. 7, p. 24-33, dez. 2002.

CALDAS, Alcides dos Santos; SANTOS, Lilian Gomes dos. **Mata Escura: heranças e permanências como possibilidades para o desenvolvimento local.** Salvador, BA: UNIFACS, 2011.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: Edusp, 2000.



CAMARGO, A. Governança para o século 21. In: TRIGUEIRO, A. **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004. p. 307-322.

CAMPANÁRIO, Milton de Abreu; SILVA, Marcelo Muniz da. Fundamentos de uma nova política industrial. In: FLEURY, Maria Tereza Leme; FLEURY, Afonso (Org.). **Política industrial**. São Paulo, Publifolha, 2004.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

\_\_\_\_\_. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. São Paulo: UNESP, 2011.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração de renda no Brasil: 1930-1970**. São Paulo: Global e Ed. Unicamp, 1985.

CAPUTO, Ana Cláudia; MELO, Hildete Pereira de. A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC. **Estud. Econ.**, v. 39, n. 3 São Paulo July/Sept. 2009.

CARMO, Sônia Irene Silvia do; COUTO, Eliane Frossard Bittencourt. **História do Brasil: Brasil Colônia**. São Paulo: Atual, 1990.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço e indústria**. 8. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

CARNEIRO, Alice Maria Pinto de Azevedo. **O patrimônio reencontrado. Centro histórico de Guimarães, patrimônio da humanidade: a cidade enquanto memória, espaço de identidade e cidadania**. 2004. Dissertação (Mestrado)- Universidade do Minho, Braga, 2004.

CARVALHO, Cesar Vaz de; CARVALHO, Ilce Maria Marques de; GÓES, Thiago Reis. Dinâmica econômica e socioespacial da metrópole baiana em uma economia globalizada. **Texto para discussões**. Salvador: SEI, 2011.

CARVALHO, Ináia M. M.; PEREIRA, Gilberto Corso (Org.). **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana**. Salvador: EDUFBA, 2006.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins; MACIEL, Maria Lucia. **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Tradução de Arlene Caetano. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

CASTRO, Yeda Pessoa. **Falares africanos na Bahia**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

CATENACCI, Vivian. Cultura popular entre a tradição e a transformação. **São Paulo em Perspectiva**. 2001. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8574.pdf](http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8574.pdf)>. Acesso: 31 mar. 2013.

CAVALCANTI, Keila Brandão; SPINOLA DA HORA, Alberto Segundo. Política de turismo no Brasil. **Turismo em Análise**. São Paulo, n.13, p. 54-73, nov. 2002.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. **Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização**. [Salvador]: Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2007. Disponível em: <<http://www.desenbahia.ba.gov.br>>. Acesso em: 3 out. 2013.

CÉLIA. **Entrevista III**: Museu Ile Ohun Lailai - Ilê Axé Opô Afonjá. [mai. 2014]. Entrevistador: Paulo Henrique Oliveira Silva. Salvador, 2014. 1 arquivo.mp3 (60 min.).

CERULLO, Gilberto. **Escola, comunidade e o capital social**: a influência da dimensão do capital social sobre os índices de evasão escolar e reprovação. 2006. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Educação da Faculdade de Educação da USP. São Paulo, 2006.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Avançados**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1995.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura política e política cultural**: estudos avançados. São Paulo: [s.n.], 2005.

CHAVES, Alexandre. **Entrevista VII**: Quadrilha Asa Branca. [jun. 2014]. Entrevistador: Paulo Henrique Oliveira Silva. Salvador, 2014. 1 arquivo.mp3 (60 min.).

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CICERO. **Entrevista IV**: Terreiro Bate Folha. [mai. 2014]. Entrevistador: Paulo Henrique Oliveira Silva. Salvador, 2014. 1 arquivo.mp3 (60 min.).

COELHO NETO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. 3. ed. São Paulo: FAPESP; Iluminuras, 2004.

COHEN, M.; NAGEL, E. **Introducción a la lógica y al método científico**. 2. ed. Buenos Aires: Amorrotu, 1971.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.

CONCEIÇÃO, Antônio Carlos Lima da. A Bahia e a “civilização”: a cidade de Salvador no Brasil republicano. **Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA**, n. 1, Ano I, Salvador, 2010.

Disponível em:

<[http://www.revistapindorama.ifba.edu.br/files/Ant\\_nio%20Carlos%20Lima%20da%20Concei\\_o%20IFBA.pdf](http://www.revistapindorama.ifba.edu.br/files/Ant_nio%20Carlos%20Lima%20da%20Concei_o%20IFBA.pdf)>. Acesso em: 2 ago. 2014.

CONDER - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA. **Sistema de referência cartográfica**. 2014. Disponível em:<[http://www.informs.conder.ba.gov.br/Base\\_Dados/BAD\\_dados\\_cartograficos.asp](http://www.informs.conder.ba.gov.br/Base_Dados/BAD_dados_cartograficos.asp)>. Acesso em 20 Abr 2014

COPQUE, A. C. S. M. et al. Expansão urbana e redução de áreas verdes na localidade do Cabula VI Região do miolo da cidade do Salvador, Bahia. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO (SBSR), 15., 2011, Curitiba. **Anais...** São José dos Campos: INPE, 2011. p. 706-713. Disponível em: <<http://urlib.net/3ERPFQRTRW/3A4DND5>>. Acesso em: 2 abr. 2014

CORÁ, Maria Amelia Jundurian. Memória e patrimônio imaterial: formação de identidade a partir dos patrimônios culturais do Brasil. **Revista NAU Social**, v.4, n.6, p. 120-132, maio/out. 2013.

CORDEIRO, Milai Rodrigues Alves; MORAES, Luiz Roberto Santos. Influência da urbanização na condição hídrica da bacia do Rio do Cobre em Salvador-Bahia. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 18., Campo Grande, 2009. **Anais...** Disponível em: <[https://www.abrh.org.br/sgcv3/UserFiles/Sumarios/68aa556b0b86ffbf4411acb8f4d0c893\\_dddd173c034a1594fdb8af5aecab6fd3.pdf](https://www.abrh.org.br/sgcv3/UserFiles/Sumarios/68aa556b0b86ffbf4411acb8f4d0c893_dddd173c034a1594fdb8af5aecab6fd3.pdf)>. Acesso em: 19 ago. 2014.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira *et al.* **Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: atores e cenários em mudança**. Fortaleza: EdUECE, 2009.

COSTA, H. A.; SAWYER, D.; NASCIMENTO, E. Monitoramento de APL de turismo no Brasil: o (não) lugar das dimensões da sustentabilidade. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo (RBTur)**, v. 3, n. 3, p. 57-79, 2009.

COSTA, Rogério da. Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva. **Comunic., Saúde, Educ.**, v. 9, n. 17, p. 235-248, mar./ago., 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v9n17/v9n17a03.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

CRAWFORD, Richard. **Na era do capital humano**. São Paulo: Atlas, 1994.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

CUNHA, Gerson de Lima. **Ativos intangíveis: evolução dos modelos de avaliação**. Porto Alegre, 2007.

CUNHA, Licínio. **Economia e política do turismo**. Lisboa: McGraw-Hill, 1997.

DALLABRIDA, Valdir Roque; SIEDENBERG, Dieter Rugard; FERNÁNDEZ, Victor Ramiro. Desenvolvimento a partir da perspectiva territorial. **Desenvolvimento em questão**, Ijuí, n. 4, jul/dez. 2004.

DELGADO, Antonio Limón. Patrimonio de quién. In: **Patrimonio etnológico: nuevas perspectivas de estudio**. Encarnación Aguilar Criado coord. Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico: Granada, 1999.

DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. Entrevista a Marisa Serena Palieri. 4. ed. [S.l.]: Sextante, 2000.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento, política e desenvolvimento do Brasil no turismo**. São Paulo: Atlas, 2003.

DOMÍNIO PÚBLICO. **O Estado da Bahia**. 1999. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/mre000031.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2013.

ENCONTRO INTERNACIONAL INTERLINK PLUS. 2008. Salvador. **Cabula: território africano-brasileiro**. Salvador: Eduneb, 2008.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO PERCUSSIVA INTEGRAL. **Apresentação**. Salvador: Escola de Educação Percussiva Integral, 2007. Disponível em: <<http://www.escolapercussiva.com/index.php>>. Acesso em: 5 dez. 2012.

ESPINHEIRA, Gey; SOARES, Antonio Mateus de Carvalho. Pobreza e marginalização: um estudo da concentração e da desconcentração populacional nas metrópoles latino-americanas: o caso de Salvador, no Brasil. In: encontro nacional de estudos populacionais, 15., 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Abep, Caxambu, 2006. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\\_266.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_266.pdf)>. Acesso em: 19 ago. 2014.

FAYOS-SOLA, Eduardo. **La nueva política turística**. Arquitectura y turismo: planes y proyectos. [S.l.]: [s.n.], 1996.

FAYOS-SOLA, Eduardo; GEE, Chuck (Org.). **Turismo internacional, uma perspectiva global**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

FEGER, José Elmar *et al.* Regionalização do turismo: uma análise espacial do arranjo produtivo local Rota da Amizade. **Revista acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. 3, p. 1-16, 2008. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CCcQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.spell.org.br%2Fdocumentos%2Fdownload%2F164&ei=Dzn6U9qcDMmgigK2kICIDA&usq=AFQjCNF4HgSpzGwPd1jOcl8H-YkOQrsK3w&bvm=bv.73612305,d.cWc&cad=rja>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

FERNANDES, Liliane Alves. **As Santas Casas da Misericórdia na República Brasileira 1922-1945**. 2009. Dissertação (Mestrado)-Universidade de Évora. Évora, Portugal, 2009.

FERNANDES, Márcia Regina. **Educação e formação em turismo**. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Aveiro. Aveiro- Portugal, 2005.

FERNANDES, Rosali Braga. **Periferização sócio-espacial em Salvador: análise do Cabula, uma área representativa**. 1992. Dissertação (Mestrado) – FAU-UFBA, Salvador, 1992.

\_\_\_\_\_. **Las políticas de la vivienda en la ciudad de Salvador y los procesos de urbanización popular en el caso del Cabula**. 1. ed. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2003.

FERNANDES, Rosali Braga; REGINA, Maria Emília Rodrigues. O acelerado crescimento dos bairros populares na cidade de Salvador-Bahia e alguns dos seus principais impactos ambientais: o caso do Cabula, geograficamente estratégico para a cidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 20, n. 39, p. 119-131, jan./jun. 2005.

FERNANDES, Rosali Braga; LIMA, Jamile de Brito; PENA, João Soares. Os "Cabulas" de Salvador: confrontando as delimitações de 1992 e 2010. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica: EGAL, n. esp., p. 1-17, sem. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/download/2245/2141>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

\_\_\_\_\_. **Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, João Sette Whitaker. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. In: SIMPÓSIO INTERFACES DAS REPRESENTAÇÕES URBANAS EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO, 2005, Bauriu. **Anais...** Bauru – SP: UNESP, 2005.

FERREIRA, M. L. M. Patrimônio: discutindo alguns conceitos. **Diálogos**, v.10, n.3, p. 79-88, 2006.

FERREIRA, Victor Henrique Moreira. **Teoria geral do turismo**. 2. ed. Palhoça: Unisul Virtual, 2007.

FILIPA, Liliana. **Etnocentrismo e etnocentrismo cultural**. Psicologia e Sociologia 1ª Comunicação EPI. 2009. Disponível em: <<http://comunicacao0809.blogspot.com.br/2009/03/etnocentrismo-e-etnocentrismo-cultural.html>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

FLORES, Murilo. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento: uma visão do estado da arte**. 2006. Disponível em: <[http://indicadores.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4069\\_FLORES\\_M\\_Identidade\\_Territorial\\_como\\_Base\\_as\\_Estrategias\\_Developmento.pdf](http://indicadores.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4069_FLORES_M_Identidade_Territorial_como_Base_as_Estrategias_Developmento.pdf)>. Acesso em: 27 mar. 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro; UFRJ: IPHAN, 1997.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; CUNHA, Eduardo Vivian da. **Incubação de redes de economia solidária: reflexões sobre a metodologia e a prática**. In: ENCONTRO DA ANPAD, 33., 2009, São Paulo. **Anais...** 2009. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS2348.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

FRANCO, Augusto. **O lugar mais desenvolvido do mundo: investindo no capital social para promover o desenvolvimento comunitário.** Sobradinho dos Melos - DF: AED, 2004.

\_\_\_\_\_. **Capital social.** Brasília: Instituto de Política/Millennium, 2001.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n. 21, jun. 2000.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

\_\_\_\_\_. **Patrimônio cultural imaterial.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência da civilização industrial.** São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

\_\_\_\_\_. **Pequena introdução ao desenvolvimento.** 2. ed. São Paulo: Nacional, 1981.

\_\_\_\_\_. **Raízes do subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GALVÃO, Olímpio José de Arroxelas. Velhas e novas políticas de desenvolvimento regional à luz dos conceitos de especialização flexível e de novos espaços industriais. **Revista Econômica do Nordeste-REN**, v. 29, n. esp. 1998.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Unesp, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GODARD, O. *et al.* Desarrollo endógeno y diferenciación de espacios de desarrollo: un esquema de análisis para el desarrollo local. **Estudios territoriales.** Madrid, n. 24. 1987.

GOLDANI, Marcelo Veber. **Cidadania e políticas públicas a respeito do patrimônio cultural.** 2006. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/002e3.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2013.

GOMES, Alberto Albuquerque. Considerações sobre a pesquisa científica: em busca de caminhos para a pesquisa científica. **Intertemas - Revista da Toledo.** Presidente Prudente: Associação Educacional Toledo, v. 5. p. 61-81, nov.2001.

GOMES, Carlos Alberto Costa. **Entrevista I.** [mar. 2014]. Entrevistador: Paulo Henrique Oliveira Silva. Salvador, 2014. 1 arquivo.mp3 (60 min.).

GOMES, Edvânia T. A. Inquietação em torno do Debate Sociedade-Natureza no Espaço da Cidade. In: SOUZA, Maria Adélia A. de. et al. (Org.) **O novo mapa do mundo. Natureza e Sociedade de Hoje: uma leitura geográfica.** São Paulo: Hucitec; ANPUR, 1994. p. 146 – 152.

GOMES, Maria Raquel. **Entrevista X: CEIFAR**. [jun. 2014]. Entrevistador: Paulo Henrique Oliveira Silva. Salvador, 2014. 1 arquivo.mp3 (60 min.).

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; Ministério da Cultura; IPHAN, 2002.

\_\_\_\_\_. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1988, p. 264. Disponível em: <<http://arquivo.rosana.unesp.br/docentes/eduardo/Textos%20de%20Historia%20da%20Cultura/GONCALVES,%20J.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

GONZALEZ RODRIGUEZ, Román. La escala local del desarrollo: definición y aspectos teóricos. **Revista de Desenvolvimento Econômico - RDE**, Salvador, v. 1, n.1, p. 6-16, nov. 1998.

GOUVEIA, Anneza Tourinho de Almeida. **Um olhar sobre o bairro: aspectos do Cabula e suas relações com a cidade de Salvador**. 2010. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências. Salvador, 2010.

GUERRINI, Fábio Müller; OLIVEIRA, Roberta Fernandes de. Características das tipologias de redes de cooperação entre empresas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 12., 2002, Curitiba-PR. **Anais...** 2002.

HADDAD, Paulo Roberto. **Arranjos e sistemas produtivos de micro e pequenas empresas no processo de planejamento do Estado do Maranhão**. São Luís: Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas, SEBRAE, Maranhão, 2003.

\_\_\_\_\_. Capitais intangíveis e desenvolvimento regional. **Revista de Economia**, v. 35, n. 3 ano 33, p. 119-146, set./dez. 2009. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCEQFjAA&url=http%3A%2F%2Ffojs.c3sl.ufpr.br%2Ffojs%2Findex.php%2Feconomia%2Farticle%2Fdownload%2F16712%2F11111&ei=e3LhU5KSC4LH7AaxxYCwDQ&usg=AFQjCNFP0Ughsn92SVUAZ1yUOd5IW4njoA&bvm=bv.72197243,d.ZGU&cad=rja>>. Acesso em: 13 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. Clusters e desenvolvimento regional no Brasil. **CLUSTER – Revista Brasileira de Competitividade**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 44-54, ago./nov. 2001.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HERMET, Guy. **Cultura e desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HILLMAN, Wendy. **Revisiting the concept of (objective)authenticity, University of Queensland, Australia**. 2007. Disponível em: <<http://www.tasa.org.au/conferences/conferencepapers07/papers/26.pdf>> Acesso: 24 maio 2014.

HOLTHE, Jan Maurício Oliveira van. **Quintais urbanos de Salvador: realidades, usos e vivências no século XIX.** 2002. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2002. Disponível em: <[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/12504/1/dissertacao\\_cd.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/12504/1/dissertacao_cd.pdf)>. Acesso em: 19 ago. 2014.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HUYSSSEN, Andréas. **Seduzidos pela memória.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

INSTITUTO NZINGA DE CAPOEIRA ANGOLA. **NzingaMbandi.** [S.l.]: Instituto Nzinga de Capoeira Angola, 2007. Disponível em: <<http://www.nzinga.org.br/incab/rnzinga.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010.** 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 Abr 2014.

\_\_\_\_\_. **Estimativas populacionais para os municípios brasileiros.** 2014. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2014/estimativa\\_dou.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2014/estimativa_dou.shtm)>. Acesso em: 19 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. **Produto Interno Bruto.** 2009. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pib-vol-val\\_200902\\_14.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pib-vol-val_200902_14.shtm)>. Acesso em: 2 jun. 2014.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **IPHAN.** 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10&sigla=Institucional&retorno=paginaIphan>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto 80.978 de 12 de 1977.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=313>> Acesso em: 23 maio 2013.

\_\_\_\_\_. **Publicações.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=50&sigla=Documento&retorno=paginaBibliotecaVirtual>>. Acesso em: 27 maio 2013.

\_\_\_\_\_. **Processo de Tombamento n. 1.432–T–98.** Terreiro de Candomblé do Axé Opô Afonjá/Município de Salvador - Estado da Bahia. Salvador, 1998.

ITANA. **Entrevista VI:** Terreiro Viva Deus.[ jun. 2014]. Entrevistador: Paulo Henrique Oliveira Silva. Salvador, 2014. 1 arquivo.mp3 (60 min.).

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

IZQUIERDO, Ivan. Memórias. **Estud. av.** [online]. v. 3, n. 6. 1989. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v3n6/v3n6a06.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2014.



JUNG, Carl Gustav. **O homem e seus símbolos**. 6. ed. Trad. Maria Lúcia Pinho. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

KÖHLER, André Fontan. Autenticidade: origens e bases da discussão em Turismo. **Revista Turismo Visão e Ação**, v. 11, n. 3, p. 282–303, set./dez. 2009.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. 3. ed. São Paulo: ALEPH, 2009.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo Cesar. Fundamentos econômicos do turismo. In: LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo Cesar (Org.). **Turismo teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000. p. 25-37.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 13. ed. Rio de Janeiro (RJ): J. Zahar, 2000.

LASTRES, Helena; CASSIOLATO, José Eduardo. **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/redesist>>. Acesso em: nov. 2013.

LEÃO, Marina Soares. **A representação social do patrimônio cultural para a formação do sentimento de pertença do sujeito social**. Governador Valadares: Univale, 2009.

LEFEBVRE, Henri. Barrio y vida de barrio. In: \_\_\_\_\_. **De lo rural a lo urbano**. 3. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1975, p. 195-203.

LEITE, Rinaldo César Nascimento. **E a Bahia civiliza-se**. 1996. Dissertação (Mestrado em História)-, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 1996.

LEMOS, Carlos. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LIMA ANDRADE, José Roberto. **Uma estratégia alternativa de desenvolvimento regional**: o turismo no Estado de Sergipe. 1997. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

LIMA, Renata Mayara Moreira de. A construção social-histórica do turismo como prática moderna. **Revista Turismo: Estudos & Práticas (RTEP/UERN)**, Mossoró/RN, v. 2, n. 2, jul./dez. 2013.

LOSEKANN, Silvana. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 1-8, 2009.

SELDIN, Claudia; VAZ, Lilian Fessler. **Ações culturais**: formas de resistência nos espaços urbanos. [Belo Horizonte]: UFMG, 2007. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/atividades/afetos/teste1/137/trabalho1.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2013.

LUCHIARI, Maria Tereza. Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: SERRANO, C. *et al.* (Org.). **Asociación Canaria de Antropología**. 2000. (Prepublicación de GUIZE, n. 4). Disponível em: <<http://www.antropologiasocial.org/contenidos/publicaciones/otautores/fortcon.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2013.

LUZ, Marco Aurélio. **Agadá: dinâmica civilizatória africano-brasileira**. Salvador: Edufba, 1995.

MACCANNEL, Dean. Staged authenticity: arrangements of social space in tourist settings. **American Journal of Sociology**, p.589-603, 1973. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2776259?seq=2>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

MACEDO, C.C. Algumas observações sobre a cultura do povo. In: VALLE, Edênio; QUEIROZ, José (Org.). **A cultura do povo**. 2. ed. São Paulo: EDUC, 1982.

MACHADO, Marcello de Barros Tomé. As etapas evolutivas do turismo: um estudo sobre o Rio de Janeiro (séculos XVIII-XX). **Revista de Cultura e Turismo**. Ilhéus: Editora UESC, n. 1, ano 7, p. 105-127, 2013.

MAGNAVITA, Maria das Graças. Possibilidades de lazer como fator de atração turística em destinos turísticos culturais: o exemplo Salvador. In: ARAÚJO, Irlândia Ramos de (Orgs.). **Hospitalidade Contribuições, Reflexões e Tendências**. Salvador: Editora FIB, 2007.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Subsídios de uma política de lazer – o papel da administração municipal. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras**. São Paulo: Autores Associados, 1996, p. 23-30.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

\_\_\_\_\_. Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações – FEARP/USP**, v. 2, n. 2, p. 8 - 18 jan./abr. 2008. Disponível em: <[file:///C:/Users/Aluno/Downloads/Martins\\_2008\\_ Estudo-de-caso--uma-reflexao-s\\_4842.pdf](file:///C:/Users/Aluno/Downloads/Martins_2008_ Estudo-de-caso--uma-reflexao-s_4842.pdf)>. Acesso em: 23 mar. 2013.

MATOS, Aécio Gomes de. **Capital social e autonomia**. 2006. Disponível em: <[www.nead.gov.br/artigodomes](http://www.nead.gov.br/artigodomes)>. Acesso em: 16 ago. 2013.

MATTOS, Claudia Valladão de. **Lasar Segal**. São Paulo: EdUsp, 1997. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?id=cVN7KcVb4NwC&pg=PA147&lpg=PA147&dq=CONCEITO+DE+AUR%C3%81TICA&source=bl&ots=B436332QPa&sig=P4rBx6ZXZT\\_w6J0p5ANCVfwsVs0&hl=pt-BR&sa=X&ei=-ib6U7qnDq\\_hsAT7tILIAQ&ved=0CEMQ6AEwBg#v=onepage&q=CONCEITO%20DE%20AUR%C3%81TICA&f=false](http://books.google.com.br/books?id=cVN7KcVb4NwC&pg=PA147&lpg=PA147&dq=CONCEITO+DE+AUR%C3%81TICA&source=bl&ots=B436332QPa&sig=P4rBx6ZXZT_w6J0p5ANCVfwsVs0&hl=pt-BR&sa=X&ei=-ib6U7qnDq_hsAT7tILIAQ&ved=0CEMQ6AEwBg#v=onepage&q=CONCEITO%20DE%20AUR%C3%81TICA&f=false)>. Acesso em: 20 ago. 2014.

MAX-NEEF, Manfred. **Desenvolvimento à escala humana: concepção, aplicação e reflexos posteriores**. Blumenau: EDIFURB, 2012.

MAZZUCCHI FERREIRA, Maria Letícia. Patrimônio: discutindo alguns conceitos. **Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**.

2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526866005>> . Acesso em 25 set. 2013.

MEDAGLIA, Juliana; SILVEIRA, Carlos Eduardo. A influência da ideologia do capitalismo industrial no desenvolvimento do turismo de massa europeu e suas consequências na política nacional de turismo brasileira. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 4., 2006, Caxias do Sul. **Anais...** 7 e 8 de julho de 2006.

\_\_\_\_\_. O papel histórico do turismo de massa na consolidação da união europeia e suas relações com a política nacional de turismo no Brasil. **Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica**, v. 12, n. 2, p. 159–171, maio-ago. 2010.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **Políticas públicas e gestão do patrimônio histórico**. 2001. Disponível em: <[http://www.ufpel.tche.br/ich/ndh/downloads/historia\\_em\\_revista\\_10\\_ana\\_meira.pdf](http://www.ufpel.tche.br/ich/ndh/downloads/historia_em_revista_10_ana_meira.pdf)>. Acesso em: 18 maio 2013.

MELO, Victor Andrade de; PERES, Fábio de Faria. **A cidade e o lazer: as desigualdades sócio-espaciais na distribuição dos equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro e a construção de um indicador que oriente as ações em políticas públicas**. Porto Alegre: Movimento, 2005. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/viewFile/2886/1500>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

MENDONÇA, Teresa Cristina; IRVING, Marta de Azevedo. Realidade e desafios na construção de projetos turísticos de base comunitária. In: TREVIZAN, S.D.P (Org.). **Comunidades sustentáveis a partir do turismo com base local**. Ilhéus: Editus, 2006.

MESQUITA, Caroline Rosa. **A construção da identidade étnica e as representações sociais**. 2011. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-construcao-da-identidade-etnica-e-as-representacoes-sociais/30808/#ixzz1Pdu4S0ak>>. Acesso em: 04 jun. 2014.

MIELKE, Eduardo Jorge Costa. **Desenvolvimento turístico de base comunitária**. Campinas, São Paulo: Átomo & Alínea, 2010.

MOESCH, Marutschka. Animal kingdom: um estudo preliminar. In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (Org.). **Turismo urbano**. São Paulo: Contexto, 2001.

MOLINA, Sérgio. **Pós-turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável: conceitos e princípios. **Textos de Economia – UFSC/CSE**, v. 4, n. 1, p. 131-142. Florianópolis, 1993.

MORIM, Júlia. **Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: <[http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1014%253Aile-axe-opo-afonja&catid=54%253Aletra-t&Itemid=1](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=1014%253Aile-axe-opo-afonja&catid=54%253Aletra-t&Itemid=1)>. Acesso em: 18 mar. 2014.

NECHAR, Marcelino Castillo; NETTO, Alexandre Panosso. Implicações epistemológicas na investigação turística. **Revista Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 20, p. 384-403, 2011.

Disponível em: <<http://www.estudiosenturismo.com.ar/PDF/V20/N02/v20n2a07%20Portugues.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

NERY, D. João Batista Correia. A Cabula: um culto afro-brasileiro. **Cadernos de Etnografia e Folclore**. Vitória: Comissão Espírito-Santense de Folclore, n. 3, 1963.

NICOLIN, Janice de Sena. **Arte bagaço odeart**: ecos que entoam a mata africano-brasileira do Cabula. 2007. Dissertação (Mestrado)- Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Departamento de Educação, Campus I, Salvador, 2007.

NÓBREGA, Zulmira. Cultura Popular na Pós-Modernidade. In: ENECULT - ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 4., 2008. **Anais...** 2008. Disponível em <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14345.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2013

NUNES, Débora. **Pedagogia da participação**: trabalhando com comunidades. Salvador: UNESCO; Quarteto, 2002.

NUNES, Eduardo José Fernandes; SOUZA, Dionalle Monteiro de. Educação e território: estratégias de desenvolvimento local na periferia de Salvador. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 9., 2007. **Anais...** 2007. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/9porto/enunes.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2010.

OLIVEIRA, Cel. Agnaldo. **Entrevista XI**: 19º BC. [jun. 2014]. Entrevistador: Paulo Henrique Oliveira Silva. Salvador, 2014. 1 arquivo.mp3 (60 min.).

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 41-48, maio/ago. 2002.

OLIVEIRA, Iolanda de; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; PINTO, Regina Pahim (Orgs.). **Negro e educação**: escola, identidades, cultura e políticas públicas. São Paulo: Ação Educativa, ANPEd, 2005. Disponível em: <[http://www.acaoeducativa.org.br/relacoesraciais/wp-content/uploads/2013/12/Negro-Educacao-3-INEP\\_baixa.pdf](http://www.acaoeducativa.org.br/relacoesraciais/wp-content/uploads/2013/12/Negro-Educacao-3-INEP_baixa.pdf)>. Acesso em: 14 abr. 2014.

OMT - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

\_\_\_\_\_. **Propósitos e princípios da ONU**. UNIC Rio – Centro de Informações das Nações Unidas no Brasil, 2010. Disponível em: <<http://www.onu-brasil.org.br/>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

ORTIZ, Renato. **Românticos e folcloristas**: cultura popular. São Paulo: Olho D'Água, 1992. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/95357442/ROMANTICOS-E-FOLCLORISTAS>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

PACHECO, Vicente; PADOAN, Fátima Aparecida da Cruz; XAVIER, Manoel Quaresma. Capital social: o ativo intangível básico para o desenvolvimento social sustentável. **Revista Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 27, p. 22-31, 2008.

PASSOS, Priscilla Nogueira Calmon de. A Conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente. **Revista Direitos Fundamentais e Democracia**, Curitiba, v. 6, p. 1-25, 2009.

PEDRÃO, Fernando. A dimensão regional da sociedade econômica. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano 1, n.2, jun. 1999.

\_\_\_\_\_. **A economia urbana**. Ilhéus: Editus, 2002.

PEREIRO, Xerardo. Património cultural: o casamento entre património e cultura. **ADRA Revista dos Sócios do Museu do Povo Galego**, n. 2, p. 23-41, 2006.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling; VOLPATO, Marcelo de Oliveira. Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferenças. In: COLÓQUIO BINACIONAL BRASIL-MÉXICO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2009, São Paulo. **Anais...** 2009. Disponível em:

<<http://www.espm.br/ConhecaAESPM/Mestrado/Documents/COLOQUIO%20BXM/S1/cecilia%20krohling%20e%20marcelo%20volpato.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

PEREIRA, João Victor Inácio. **Sustentabilidade**: diferentes perspectivas, um objectivo comum. [S.l.]: [s.n.] [19??].

PERES, F. C. O capital social como motor do desenvolvimento sustentável. **Revista Marco Social**, p. 24-31, 2001.

PIMENTEL, Beto. **Entrevista II**: Restaurante Paraíso Tropical. [mai. 2014]. Entrevistador: Paulo Henrique Oliveira Silva. Salvador, 2014. 1 arquivo.mp3 (60 min.).

POLÈSE, Mario. **Economia urbana e regional**: lógica espacial das transformações económicas. Coimbra: APDR, 1998.

POON, Auliana. **Tourism, technology and competitive strategies**. Wallingford: CAB International, 1993.

PORTA, Paula. **Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil**: diretrizes, linhas de ação e resultados: 2000/2010. Brasília, DF: IPHAN/Monumenta, 2012.

POULOT, Dominique. **Musée, nation, patrimoine** – 1789-1815. Paris: Gallimard, 1997.

PORTER, Michael. **Vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1993. Disponível em: <<http://www.latec.uff.br/mestrado/ADE%20Site/Texto%2014.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

PRADO, Carol et al. Beto Pimentel – chef do restaurante Paraíso Tropical. **Bahia Notícias**, Salvador, 2013. Disponível em: <<http://www.bahianoticias.com.br/mercado/entrevista/33-beto-pimentel-chef-do-restaurante-paraiso-tropical.html>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

PRADO, Marla Michelle Nascimento Portela do. A teoria de campo e o patrimônio cultural. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio** – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - PPG-PMUS Unirio | MAST, v. 4, n.1, 2011.

Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/154/154>>. Acesso em: 4 ago. 2013.

PRAXEDES, Walter. Turismo e consumo na sociedade global. **Turismo: dimensões e perspectivas**. Maringá, v. 1, n. 1, p. 45-55, dez. 2001.

PRUDENTE, Daniela do Valle de Carvalho. **Cuba e Brasil: patrimônio cultural e políticas de patrimonialização**. 2009. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural)-Universidade Católica de Goiás, 2009. Disponível em: <[http://tede.biblioteca.ucg.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=623](http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=623)> Acesso em: 20 maio 2013.

PUPPIM DE OLIVEIRA, J.A. de (Org.). **Pequenas empresas, arranjos produtivos locais e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

PUTNAM, R.D. **Comunidade e democracia a experiência da Itália moderna**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

RAMBO, Anelise Graciele; RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. Desenvolvimento territorial a partir da organização dos atores locais/regionais: o caso da Coopercana - Porto Xavier, RS-Brasil. In: COLÓQUIO DE TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS, 7., 2008, Porto Xavier. **Anais...** 2008. Disponível em: <[http://www.augm-cadr.org.ar/archivos/7mo-colouquio/mesa\\_4/20080327.pdf](http://www.augm-cadr.org.ar/archivos/7mo-colouquio/mesa_4/20080327.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2013.

RAYNAUT, Claude; ZANONI, Magda. **La construction de l'interdisciplinarité em formation intégrée de l'environnement et du développement**. Paris: UNESCO (Document préparé pour la Réunion sur les Modalités de travail de CHAIRES UNESCO DU DÉVELOPPEMENT DURABLE. Curitiba, 1 - 4 juillat 93 - mimeo). 1993.

REDE SIST. REDE DE PESQUISA EM SISTEMAS E ARRANJOS PRODUTIVOS E INOVATIVOS LOCAIS. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.redesist.ie.ufrj.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

REHFELDT, Gládis Knak. **Polissemia e campo semântico: estudo aplicado aos verbos de movimento**. Porto Alegre: UFRGS, 1980.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura**. São Paulo: Manole, 2007.

REIS, Elisa Maria da Conceição Pereira. As ciências sociais e o bug do milênio. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 22., 1998, Caxambu. **Anais...** 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n39/1719.pdf>>. Acesso: 12 jan. 2014.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RIBEIRO, Marcelo; SOUTO, Claudia Buzatti; GOMES, Elton Márcio Leite. Uma análise das políticas públicas em turismo e patrimônio cultural em dois municípios do Estado de Alagoas/Brasil: Penedo e Piranhas. **CULTUR. Revista de Cultura e Turismo**, ano 3, n. 2, p. 1-10, abr. 2009.

RIEDL, Mário; ALMEIDA, Joaquim Anécio; VIANA, Andyara Lima Barbosa (Org.).

**Turismo rural: tendências e sustentabilidade.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/mercados/sumarios/3.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2013.

RITCHIE, Brent; CROUCH, Geoffrey. The competitive destination: a sustainability perspective. **Tourism Management**, v. 21, n. 1, p. 1-7, 2000. Disponível em:

<<http://www.estig.ipbeja.pt/~aibpr/Ensino/EngDesenvTur/MaterialdeApoio/2semestre/CroucheRitchie/Crouch2000.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2013.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar.** São Paulo: Hucitec, 1997.

RODRIGUES, Maria Cecília Prates. O índice do desenvolvimento humano (IDH) da ONU. **Revista Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, jul. 1999.

ROSA, Gilbert Dalla. Algunas reflexiones sobre la metodología del desarrollo local a partir del ejemplo francés. In: RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, F. (Ed.). **Manual de desarrollo local.** Gijón: Trea, 1999, p. 33-41.

RUSCHMANN, Dóris Van Der M. **Turismo rural e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente.** Campinas, SP: Papirus, 1997. (Coleção Turismo).

SACHS, Ignacy. As cinco dimensões do ecodesenvolvimento. In: **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente.** São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SAHLINS, M. **Cultura e razão prática.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SALVADOR. Secretaria Municipal da Reparação – SEMUR; Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEHAB. **Mapeamento dos terreiros de Salvador.** 2010.

Disponível em: <<http://www.terreiros.ceao.ufba.br/>>. Acesso em: 25 jan. 2012.

SAMPAIO, Antônio Heliodoro. **Formas urbanas: cidade ideal & cidade real** contribuição ao estudo urbanístico de Salvador. Salvador. Quarteto; FAU/UFBA, 1999.

SAMPAIO, Carlos *et al.* Perspectiva do turismo comunitário, solidário e sustentável. In:

SAMPAIO, Carlos; HENRÍQUEZ, Christian; MANSUR, Cristiane (Org.). **Turismo comunitário, solidário e sustentável: da crítica às ideias e das ideias à prática.** Blumenau: EDIFURB, 2011.

SAMPAIO, Rafael Santos. Arranjos produtivos locais como estratégia para o desenvolvimento sustentável da Vila do Abraão. In: PUPPIM DE OLIVEIRA, José Antonio (Org.). **Pequenas empresas, arranjos produtivos locais e sustentabilidade.** Rio de Janeiro: FGV, 2009. Cap. 1, p. 10 – 39.

SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. **A abolição do tráfico de escravos e os impactos no comércio da cidade do Salvador (1850-1870).** Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 1999.

SANCHES, Christovam Penteado; SILVA, Augusto Pedreira da. **Salvador**: cidade alta e cidade baixa, por quê? Falha de Salvador. Projeto Caminhos Geológicos da Bahia. Serviço Geológico do Brasil (SGB), a Petrobras, e a Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração da Bahia. Salvador, 2004. Disponível em: <[http://www.cprm.gov.br/publique/media/Painel\\_Falha.pdf](http://www.cprm.gov.br/publique/media/Painel_Falha.pdf)>. Acesso em: 19 ago. 2014.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia**. São Paulo: Atlas, 1994.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica?** 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

SANT'ANNA, Márcia. A cidade- atração: patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil dos anos 90. FERNANDES, Ana; JACQUES, Paola Berenstein (Orgs.). **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, ano 2, n. esp., p 43-58, 2004.

\_\_\_\_\_. **Da cidade-monumento à cidade-documento**: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)- Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, 1995.

\_\_\_\_\_. **Escravidão no Brasil**: os terreiros de candomblé e a resistência cultural dos povos negros. Disponível em:<[http://www.lacult.org/inmaterial/indice\\_oralidad.phpRevistaOralidad](http://www.lacult.org/inmaterial/indice_oralidad.phpRevistaOralidad)>. Acesso em: 15 maio 2014.

SANTOS, Aline. **Entrevista VIII**: Restaurante Bacalhau Firmino. [jun. 2014]. Entrevistador: Paulo Henrique Oliveira Silva. Salvador, 2014. 1 arquivo.mp3 (60 min.).

SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus. A produção e o consumo de espaços turísticos. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 9., 2007, Porto Alegre. **Anais...** 2007.

SANTOS, Carlos Nelson dos. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói: EDUFF, 1988.

SANTOS, Denise Vaz de Carvalho; FREITAS, Ilce Marília Dantas Pinto de; SOUZA, Fabíola Andrade. Evolução das centralidades e os impactos sobre a mobilidade na cidade do Salvador. In: PANAM, 16., 2010, Lisboa. **Anais...** 2010. Disponível em: <<http://redpgv.coppe.ufrj.br/index.php/es/produccion/articulos-cientificos/2010-1/517-evolucao-das-centralidades-e-os-impactos-sobre-a-mobilidade-na-cidade-de-salvador/file>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

SANTOS, Deoscóredes Maximiliano dos (Mestre Didi). **História de um terreiro nagô**. 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 1988.

SANTOS, Domingos. **Dos modelos de desenvolvimento local aos projectos de animação cultural**: conceitos, dimensões e desafios. [19??]. Disponível em: <[http://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/1009/1/DS\\_comunica%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/1009/1/DS_comunica%C3%A7%C3%A3o.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2013.

SANTOS, Jânio Roque. A reestruturação da cidade de Salvador: conflitos e interesses na lógica da centralidade urbana. **GeoTextos** v. 6, n. 1, p. 13-33, jul. 2010. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/viewFile/3993/3161>>. Acesso em: 25 abr. 2014.



SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. Disponível em: <<http://hospitalidadeeturismo.blogspot.com.br/2009/06/inclusao-ou-exclusao-social-qual-e.html>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

SANTOS, Juana Elbein. **Os nagô e a morte**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SANTOS, Maria Elisabete Pereira, *et al.* (Org.). **O caminho das águas em Salvador: bacias hidrográficas, bairros e fontes**. 1.ed. Salvador: Ciags;Sema, 2010. v. 1, p. 1-486.

SANTOS, Maria Stella de Azevedo. **Meu tempo é agora**. 2. ed. Curitiba: Projeto CENTRHU, 1995.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

\_\_\_\_\_. Por uma geografia das redes. In: A NATUREZA do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SASAKI, Karen. Considerações sobre a teoria clássica da localização na economia regional. **Cadernos de Análise Regional**, Salvador, UNIFACS, v. 5, n. 1, p. 8-16, nov. 2006.

SCATOLIN, Fábio Dória. **Indicadores de desenvolvimento: um sistema para o Estado do Paraná**. 1989. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1989.

SELDIN, Claudia; VAZ, Lilian Fessler. **Ações culturais: formas de resistência nos espaços urbanos**. [Belo Horizonte]: UFMG, 2007. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/atividadesaefetos/teste1/137/trabalho1.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2013.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia da Letras, 2010.

SÉRGIO, Domingos. **Entrevista XII: Arca do Axé**. [jun. 2014]. Entrevistador: Paulo Henrique Oliveira Silva. Salvador, 2014. 1 arquivo.mp3 (60 min.).

SERPA, Ângelo (Org.). **Cidade popular: trama de relações sócio-espaciais**. Salvador: EDUFBA, 2007.

\_\_\_\_\_. Cultura e direito à cidade: espaços públicos de comunicação popular em Salvador, na Bahia. **Bahia Análise & Dados**, v. 19, p. 835-848, 2009.

\_\_\_\_\_. Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 15, p. 21 - 37, 2004.

SILVA, Fernando Fernandes. **As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade**. São Paulo: Petrópolis: Universidade de São Paulo, 2003.

SILVA, Francisca de Paula dos Santos. **Entrevista XIV**. Projeto TBC Cabula. [ago. 2014]. Entrevistador: Paulo Henrique Oliveira Silva. Salvador, 2014. 1 arquivo.mp3 (60 min.).

SILVA, Jorge Antonio Santos; SPINOLA, Carolina de Andrade. **Sistema de governança e o desenvolvimento turístico de Salvador/Bahia**. 2012. Disponível em: <[http://www.anptur.org.br/novo\\_portal/portal\\_anpur/index.php?get\\_menu\\_portal\\_id=7](http://www.anptur.org.br/novo_portal/portal_anpur/index.php?get_menu_portal_id=7)>. Acesso em: 28 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Turismo, crescimento e desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em cluster**. 2004. 480f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação; Área de Concentração: Turismo) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2004.

SILVA, Paulo Henrique Oliveira. **Escola de educação percussiva integral: um exemplo de produção cultural no Cabula**. Monografia (Graduação em Turismo e Hotelaria) – Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Salvador, 2010.

SILVA, Sandra Sofia Brito da. **Capital humano e capital social: construir estratégias para o desenvolvimento dos territórios**. 2010. Dissertação (Mestrado)-Universidade de Lisboa, 2010.

SLEE, B. Theoretical aspects of the study of endogenous development. In: PLOEG, Jan Douwe van der; LONG, Ann (Eds.). **Born from within: practice and perspectives of endogenous rural development**. Van Gorcum, Assen: The Netherlands, 1994.

SLIWIANY, Regina Maria. **Estatística social: como medir a qualidade de vida**. Curitiba: Araucária Cultural, 1987.

SOARES, Antonio Mateus de C. **Cidade revelada: pobreza urbana em Salvador-BA**. Disponível em: <<http://www.cantacantos.com.br/revista/index.php/geografias/article/viewFile/86/84>>. Belo Horizonte, p. 83-96, 2009. Acesso em: 23 mar. 2013.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

SOL, Rafael. Popularmente falando. **Cabula, uma palavra morta por representar a religião africana**. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <<https://rafaelsol.wordpress.com/>>. Acesso em: 15 mai. 2014.

SOUSA, Antonio Candido de Mello e. **Os parceiros do rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 1987.

SOUZA, Ângela Gordilho. **Limites do habitar**. Salvador: EDUFBA, 2000.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_. O bairro contemporâneo: ensaio e abordagem política. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 139-172, abr./jun. 1989.

\_\_\_\_\_. O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento In: CASTRO, Iná Elias de. GOMES Paulo César da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**, Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2001. p.77-116.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.

\_\_\_\_\_. Teoria dos polos, regiões inteligentes e sistemas regionais de inovação. **Análise**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 87-112, jan./jul. 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/aluno/Downloads/266-985-2-PB.pdf >. Acesso em: 20 jun. 2014.

SPINOLA, Carolina de Andrade. Turismo de base comunitária: algumas considerações sobre suas perspectivas no Vale do São Francisco. In: SOUZA, R. C. (Org.) ; SPINOLA, C. A. (Org.) ; Almeida, E.P.R (Org.). **Rio São Francisco: ocupação territorial, problemas socioambientais: desafios e possibilidades**. 1. ed. Salvador: Unifacs, 2012. v. 1.

\_\_\_\_\_. O turismo no final do século – um contexto paradoxal. **Gestão & Planejamento**. Salvador: UNIFACS, n. 3, 2001.

\_\_\_\_\_. O turismo no próximo milênio: “boom” ou “bug”? **Revista da UNIFACS**. Salvador:, Unifacs, v. 4, n. 7, p. 33-41, jul.-dez. 1999.

SPINOLA, Noélio Dantaslé. A implantação de distritos industriais como política de fomento ao desenvolvimento regional: O caso da Bahia. **Revista de Desenvolvimento Econômico - RDE**, ano III, n. 4, p. 27-47, 2001.

\_\_\_\_\_. **A trilha perdida: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX**. Salvador: Editora Unifacs, 2009.

\_\_\_\_\_. **Economia cultural de Salvador**. Salvador: Editora Unifacs, 2003.

\_\_\_\_\_. Negritude, pobreza e discriminação racial na Bahia em um contexto de globalização. **Revista de Desenvolvimento Econômico - RDE**, Salvador, v. 4, n. 6, p. 71- 80, jul. 2002.

\_\_\_\_\_. **Política de localização industrial e de desenvolvimento regional: a experiência da Bahia**. Salvador: Editora Unifacs, 2003.

STEIL, Carlos Alberto. O turismo como objeto de estudos no campo das ciências sociais. In: RIEDL, Mário; ANÉCIO, Joaquim; VIANA, Adriana. **Turismo rural: tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul, RS: Edunisc, 2002.

STOFFLE, R. Cultural Heritage and Resources. In: Goldman, L. R. **Social Impact Analysis**. Oxford: Berg, 2000. An Applied Anthropology Manual. p. 191-132.

SVEIBY, Karl Erik. **A nova riqueza das organizações**. Tradução de Luiz Euclides Trindade Frazão Filho. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TABOSA, Francisco José Silva *et al.* Desenvolvimento local e capital social: uma leitura sobre os núcleos e arranjos produtivos do Estado do Ceará. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 42., 2004, Brasília. **Anais...** Brasília: SOBER, 2004. v. 1, p. 1-14.

TESTA, Fernanda. '**Diversidade cultural é riqueza**', diz Ariano Suassuna em Ribeirão Preto. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2013/06/diversidade-cultural-e-riqueza-diz-ariano-suassuna-em-ribeirao-preto.html>>. Acesso em : 15 mar 2013.

TORINO, Isabel Halfen da Costa. A memória social e a construção da identidade cultural: diálogos na contemporaneidade. In: CONTRIBUCIONES a las Ciencias Sociales. 2013, Disponível em: <[www.eumed.net/rev/cccsc/26/memoria-social.html](http://www.eumed.net/rev/cccsc/26/memoria-social.html)>. Acesso em: 1 jun. 2014.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

ULLMANN, Reinholdo Aloysio. **Antropologia**: o homem e a cultura. Petrópolis: Vozes, 1991.

UNEB – UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. **Institucional**. A universidade. 2014. Disponível em: <<http://www.uneb.br/institucional/a-universidade/>> Acesso em: 7 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. **Projeto Turismo de Base Comunitária no Cabula e Entorno. Sobre o Projeto**. Disponível em: <<http://www.tbc.uneb.br/sobre/>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

UNESCO – ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. **Patrimônio Imaterial. Fortalecendo o sistema nacional, intersectorialidade, patrimônio e desenvolvimento**. 2011. Disponível em: <<http://inspirebr.com.br/uploads/aulas/201e7bd240f2e5ea7c7c8d93c81470ce.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. **UNESCO no mundo**. 2014. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/unesco/>>. Acesso em: 8 fev. 2014.

UNIFACS – UNIVERSIDADE SALVADOR. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano – PPDRU. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.ppdru.unifacs.br/>>. Acesso em: 15 maio 2012.

URRY, John. **The tourism gaze**. London: Sage, 2000.

UZÊDA, Jorge Almeida. A cidade do Salvador diante da tragédia: o caso do Taboão em 1890. In: LIMA, Paulo Costa. (Org.). **Quem faz Salvador**. Salvador: Edufba, v. 1, p. 201-206, 2002.

\_\_\_\_\_. A cidade de Salvador e a modernidade da máquina no período de 1935 a 1945. **Bahia Análise & Dados**, v. 19, p. 603-616, 2009.

VANNUCCHI, Aldo. **Cultura brasileira o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2002.

VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Pobreza urbana e a formação de bairros populares em Salvador na longa duração. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 20, p. 19 - 30, 2006.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Tradução de Ricardo Brinco. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

VERGER, Pierre. **Os libertos: sete caminhos na liberdade de escravos na Bahia no século XIX**. São Paulo: Editora Corrupio, 1992.

VIANA, Gerardo Valdisio Rodrigues; PEREIRA, Eliéser Sales. O método indutivo. **Rev. Cient. Fac. Lour. Filho**, v.5, n.1, 2007. Disponível em: <<http://www.flf.edu.br/revista-flf.edu/volume05/v5mono5.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

VICENTE, Elizeu Pereira. **A energia e o desenvolvimento local no ambiente rural**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande: Centro Oeste, 2003. Disponível em: <<http://www3.ucdb.br/mestrados/arquivos/dissert/359.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

VIVERET, Patrick. **Por uma sobriedade feliz**. Tradução: Débora Nunes. Salvador: Quarteto, 2012.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

WIKIPÉDIA. **Escola keynesiana**. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Escola\\_keynesiana](http://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_keynesiana)>. Acesso em: 23 jun. 2014

WWF-BRASIL. **Certificação em turismo: lições mundiais e recomendações para o Brasil**.

\_\_\_\_\_. **WWF no Mundo: história**. 2014. Disponível em: <[http://www.wwf.org.br/wwf\\_brasil/wwf\\_mundo/](http://www.wwf.org.br/wwf_brasil/wwf_mundo/)>. Acesso em: 20 jun. 2014.

XIMENES, Sergio. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Ediouro, 2000.

YANO, Nina Machado. **Mudanças institucionais e crescimento econômico: o Brasil e as reformas dos anos 1990**. 2007. Dissertação (Mestrado em Economia com ênfase em Economia do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17258/000647743.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 2 ago. 2014.

## APÊNDICE A - Modelo do questionário aplicado aos moradores do Cabula

### QUESTIONÁRIO MORADORES

#### A. PERFIL SOCIOECONÔMICO

1. Você é morador do bairro do Cabula há quanto tempo?

\_\_\_\_\_

2. Gênero

masculino

feminino

3. Qual sua idade?

18-20     21-30

31-40     41-50

51-60     65 anos ou mais.

4. Qual a renda média mensal de sua família

Menos de 1 salário mínimo.

De 1 a 3 salários mínimos

De 3 a 6 salários mínimos

De 6 a 10 salários mínimos

Acima de 10 salários mínimos

5. Qual o grau de escolaridade.

Analfabeto

Fundamental incompleto

Fundamental completo

Ensino médio incompleto

Ensino médio completo

Ensino superior incompleto

Ensino superior completo

#### B. PERCEPÇÃO DO BAIRRO

6. Por que escolheu morar aqui?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

7. Quando falamos a palavra “Cabula” o que lhe passa pela cabeça?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

8. Você conhece alguma manifestação ou patrimônio cultural do bairro? Qual?

Sim     Não

Exemplo:

Escola de Educação Percussiva Integral- EPI

Grupo Carnavalesco Arca do Axé

Terreiro de Candomblé Ilê Axé Opó Afonjá  
(tombado pelo IPHAN)

Terreiro de Candomblé Bate Folha (tombado pelo IPHAN)

Outros: \_\_\_\_\_

9. Estas manifestações ou patrimônio cultural participam da dinâmica local?

Sim     Não

10. Você considera um terreiro de candomblé como patrimônio da cultura da sua cidade?

Sim     Não

11. Sabia da existência de uma reserva de mata atlântica no Cabula?

Sim     Não

12. Já visitou? Por qual motivo?

Sim     Não

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

13. Sabia que o Paraíso Tropical é um restaurante premiado que fica no Cabula?

Sim     Não

14. Frequenta? Por quê?

Sim     Não

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

15. Existe ou existiu alguma iguaria culinária típica do Cabula?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

16. O que mais gosta aqui no bairro?

\_\_\_\_\_

17. O que não gosta aqui no bairro?

\_\_\_\_\_

18. Com relação aos itens abaixo, qual sua percepção?

1.RUIM; 2.REGULAR; 3.BOM; 4.NÃO TEM

Transporte

Segurança

Comércio e Serviços

Saneamento básico

Espaço cultural/turístico/lazer

19. Qual espaço cultural sente falta no bairro?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

20. Quais as mudanças que observou no bairro desde quando começou a morar aqui até hoje?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

21. Você se sente pertencente a este bairro?

Sim     Não

22. Você se sente satisfeito com a paisagem do bairro?

Sim     Não

## C. CAPITAL HUMANO

23. Você se considera uma conhecedora da história local de onde vive?

( ) Sim ( ) Não

24. Sabe a origem do nome Cabula?

( ) Sim ( ) Não

---



---



---

25. Você sabia que o Cabula foi o principal quilombo na época da escravidão na Bahia?

( ) Sim ( ) Não

26. Percebe alguma influência de origem africana no bairro?

De que forma?

( ) Sim ( ) Não

---



---



---

27. Gostaria de trabalhar com o patrimônio cultural de origem africana disponível no seu bairro, como a religiosidade, dança, música, gastronomia, carnaval etc.?

( ) Sim ( ) Não. Por quê?

---



---



---

28. Você sabe o que é turismo?

( ) Sim ( ) Não

29. Gostaria de trabalhar com turismo? Por quê?

( ) Sim ( ) Não

---



---



---

30. Qual a sua habilidade/ocupação principal?

---

31. Você tem outra fonte de renda?

( ) Sim ( ) Não

32. Estes assuntos lhe interessam? Qual chama mais sua atenção?

( ) Sim ( ) Não

( ) Cultura local

( ) Culinária

( ) História africana

( ) Meio ambiente

( ) Religião de matriz africana

## D. CAPITAL SOCIAL E CÍVICO

33. Avalie seu nível de confiança para as afirmações abaixo:

( ) A- Pode-se confiar na maioria das pessoas que moram neste(a) bairro/localidade.

( ) B- Neste(a) bairro/localidade é preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem de você.

( ) C- A maioria das pessoas neste(a) bairro/localidade estão dispostas a ajudar caso caso precise.

( ) D- Neste(a) bairro/localidade as pessoas geralmente não confiam umas nas outras quanto a emprestar e tomar dinheiro emprestado.

34. Você confia nos seguintes grupos de pessoas:

( ) A- Vizinhos

( ) B- Comerciantes/empresários

( ) C- Membros do Governo Local

( ) D- Membros do Governo Estadual

( ) E- Poder Público de Gerenciamento do Turismo

( ) F- Universidade

( ) G -Associações de classes (Associações comunitárias, de guias de turismo etc)

( ) H- Membros das Associações Comunitárias

( ) I- Polícia

( ) J- Turistas

( ) K- Líderes Religiosos

( ) L- Médicos e Enfermeiros

35. Como você descreveria o grau de comunhão ou proximidade em seu bairro?

( ) Alto; ( ) Médio; ( ) Baixo

36. As pessoas que residem em seu bairro são:

( ) Diferentes; ( ) Iguais; ( ) Nem diferentes nem iguais

37. Em relação a quais aspectos?

( ) Socioeconômicos; ( ) Participação; ( ) Opiniões;

( ) Convívio; ( ) Educação; ( ) Religiosos; ( ) De raça;

( ) Outro \_\_\_\_\_

38. Alguma dessas diferenças ou igualdades causa problemas (relacionados a confiança)?

( ) Sim ( ) Não

39. Você encaminha suas reivindicações aos setores competentes?

( ) Sim ( ) Não

40. Você ou alguém de sua família faz parte de algum grupo, rede ou associação?

( ) Sim ( ) Não

41. Se um projeto da comunidade não lhe beneficia diretamente, mas tem benefícios para muitas outras pessoas do bairro, você contribuiria com seu tempo ou dinheiro para o projeto?

( ) Sim ( ) Não

42. Com que frequência você lê jornal ou revista,?

( ) Todos os dias

( ) Eventualmente

( ) Nunca

**43.** Com que frequência você ouve rádio?

- ( ) Todos os dias  
 ( ) Eventualmente  
 ( ) Nunca

**44.** Com que frequência você assiste TV?

- ( ) Todos os dias  
 ( ) Eventualmente  
 ( ) Nunca

**45.** Nos últimos 12 meses, você fez algumas dessas coisas:

- ( ) A- Participou de uma reunião de conselho, reunião aberta ou grupo de discussão?  
 ( ) B- Participou de um protesto ou demonstração?  
 ( ) C- Participou de uma campanha eleitoral ou informativa?  
 ( ) D- Alertou alguns jornal ou TV para um problema local?  
 ( ) E- Notificou a polícia ou a justiça a respeito de um problema local?

**46.** Qual o futuro que você vê para o desenvolvimento deste bairro?

---



---



---



---



---

## E. TURISMO E TERRITÓRIO

**47.** Você considera que este bairro seja um local de atração turística? Por quê?

- ( ) Sim ( ) Não

---



---



---

**48.** Quais os impactos positivos o turismo traria para o seu bairro?

---



---



---

**49.** E negativos?

---



---



---

**50.** Você já notou alguma ação concreta por parte do Governo para o desenvolvimento do turismo no Cabula? Qual?

- ( ) Sim ( ) Não

---



---



---

**51.** O bairro tem chances de êxito no desenvolvimento do turismo?

- ( ) Sim ( ) Não

**52.** Qual bairro você acha que representa sua cidade?

---



---

**53.** O cabula representa sua cidade?

- ( ) Sim ( ) Não

**54.** Quais lugares que representam bem a cultura do bairro você levaria uma pessoa que quer conhecer o Cabula?

---



---



---



---

**55.** Você acha que o nível de atrativos turísticos existentes hoje no bairro deveria ser:

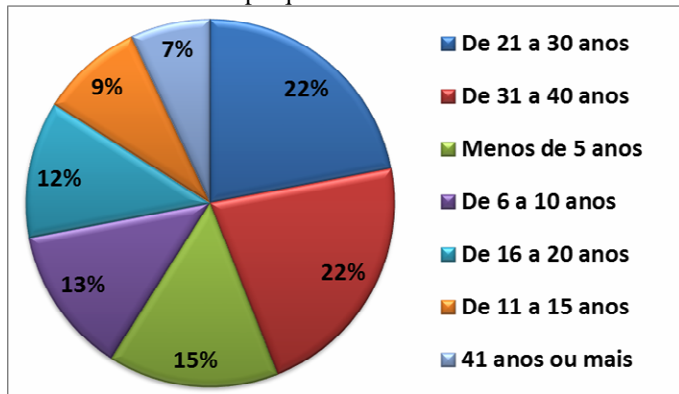
- ( ) Maior; ( ) Igual; ( ) Menor



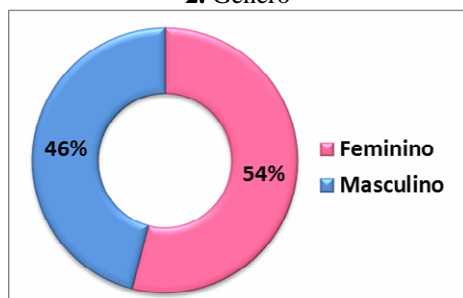
## APÊNDICE B - Resultado completo da tabulação dos questionários aplicados na pesquisa de campo realizada com moradores do bairro do Cabula

### A. PERFIL SOCIOECONÔMICO

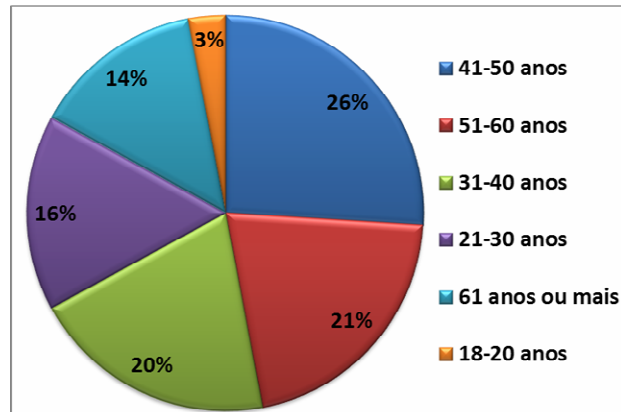
1. Tempo que mora no Cabula



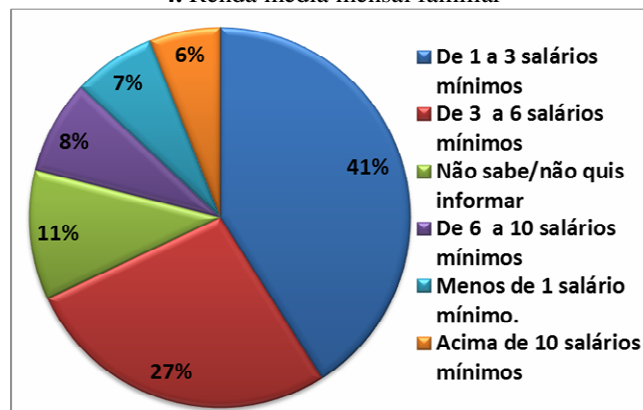
2. Gênero



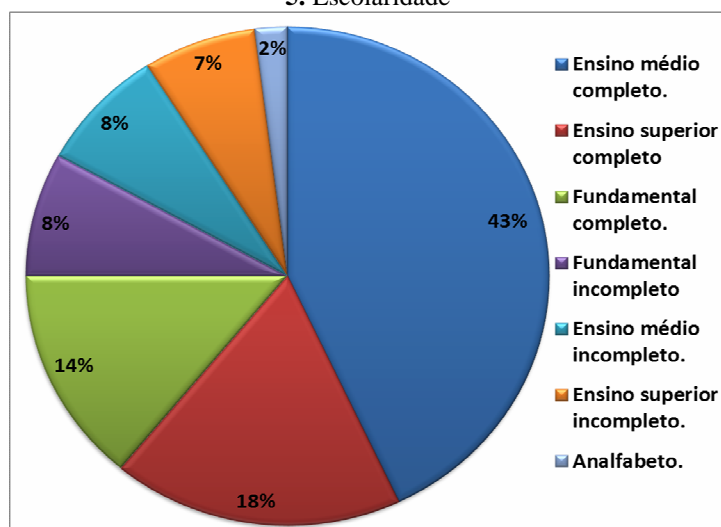
3. Faixa etária



4. Renda média mensal familiar

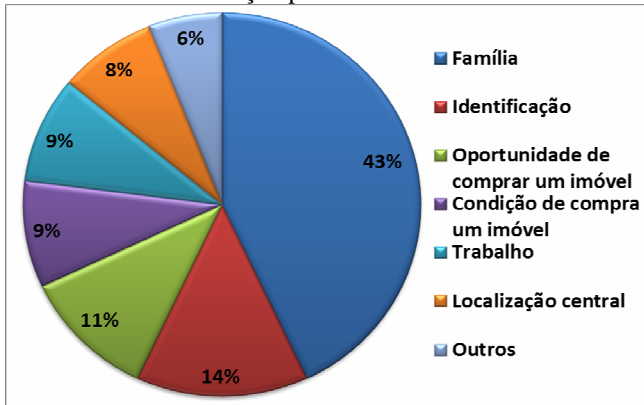


5. Escolaridade

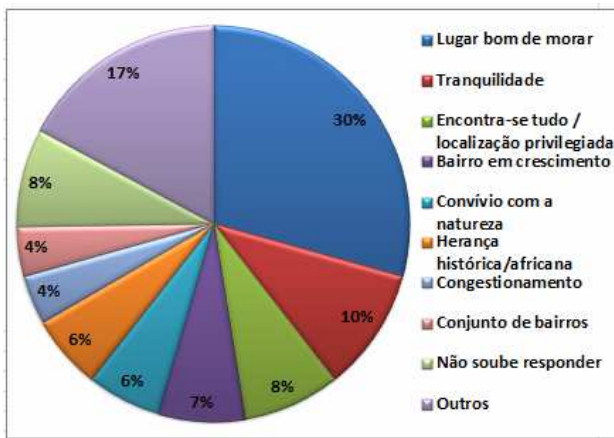


## B. PERCEÇÃO DO BAIRRO

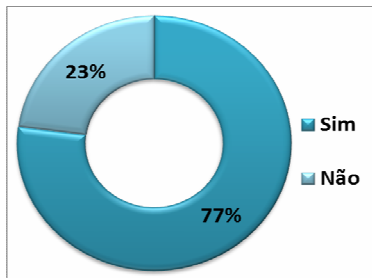
6. Motivação para morar no Cabula



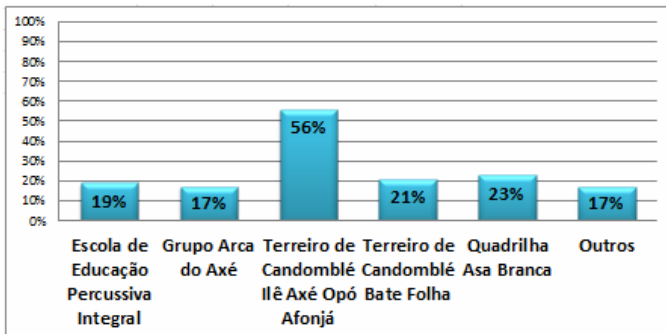
7. O que passa pela cabeça quando falamos a palavra "Cabula"



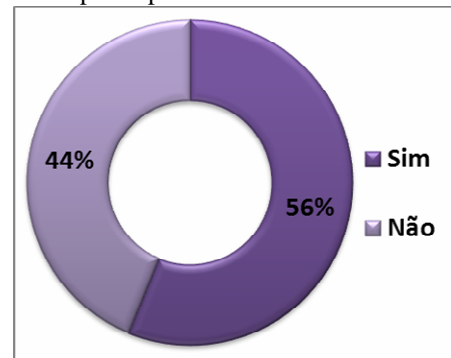
8. Conhece alguma manifestação ou patrimônio cultural do bairro



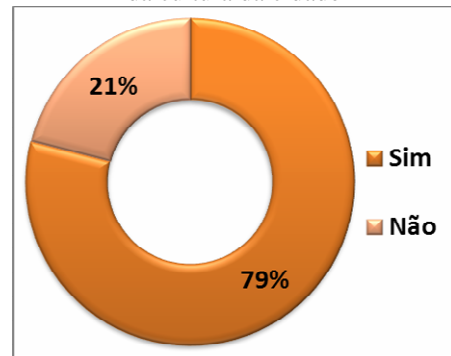
8.1 Manifestações ou patrimônios culturais do bairro conhecidos



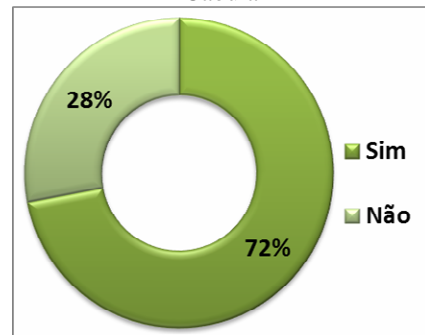
9. Acredita que as manifestações ou patrimônios culturais participam da dinâmica local



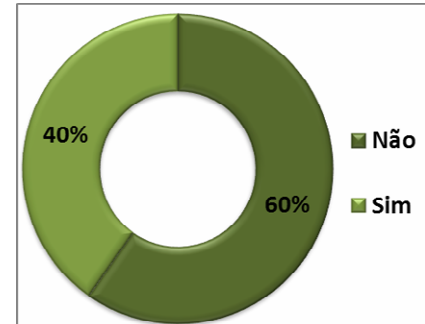
10. Considera um terreiro de candomblé como patrimônio da cultura da cidade



11. Sabia da existência de uma reserva de mata atlântica no Cabula



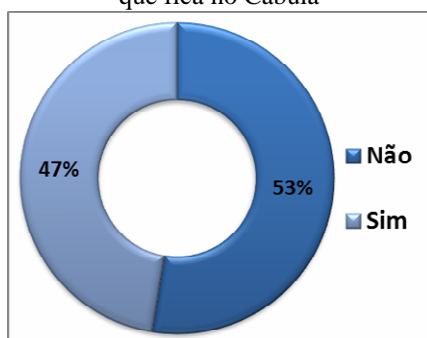
12. Já visitou reserva de mata atlântica no Cabula



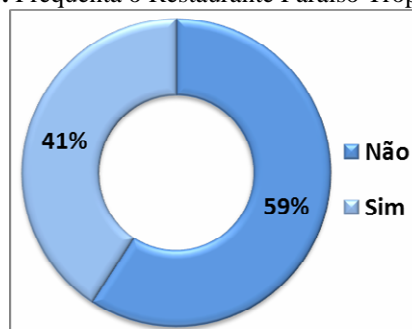
## 12.1 Motivação para já ter visitado ou não uma reserva de mata atlântica no Cabula



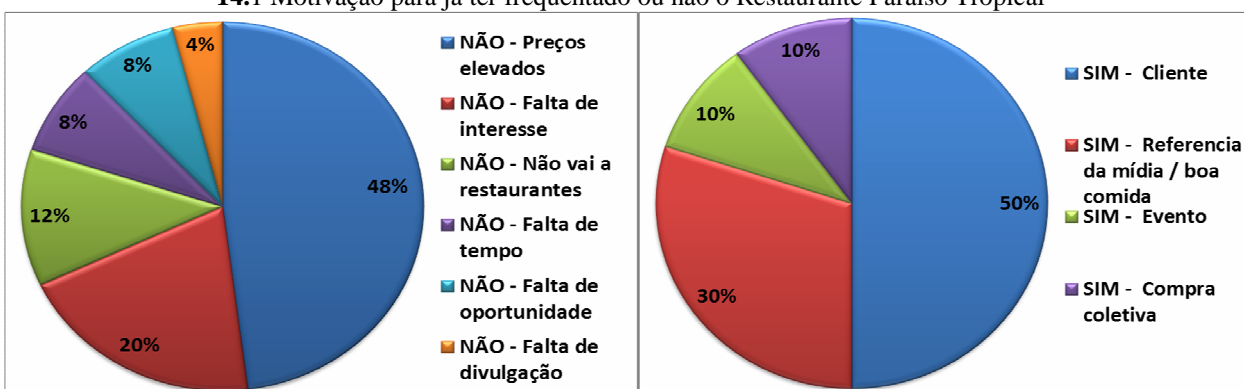
## 13. Sabia que o Paraíso Tropical é um restaurante premiado que fica no Cabula



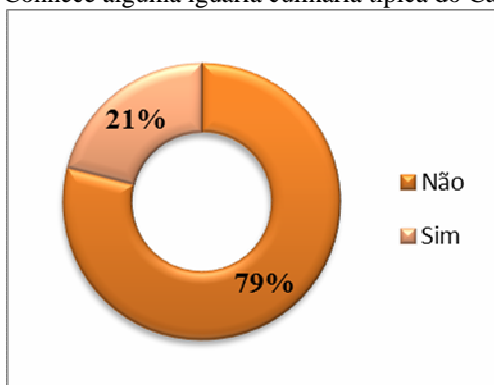
## 14. Frequenta o Restaurante Paraíso Tropical



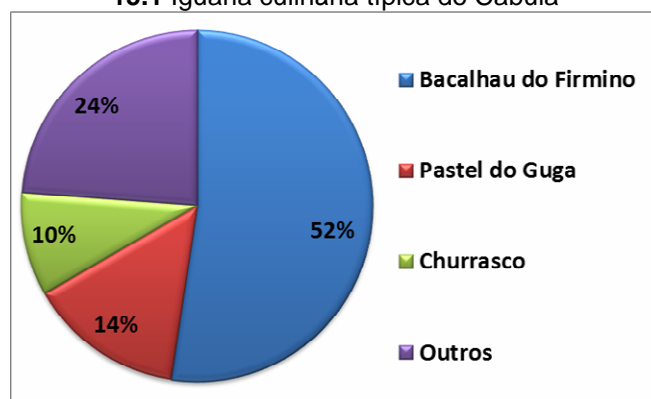
## 14.1 Motivação para já ter frequentado ou não o Restaurante Paraíso Tropical



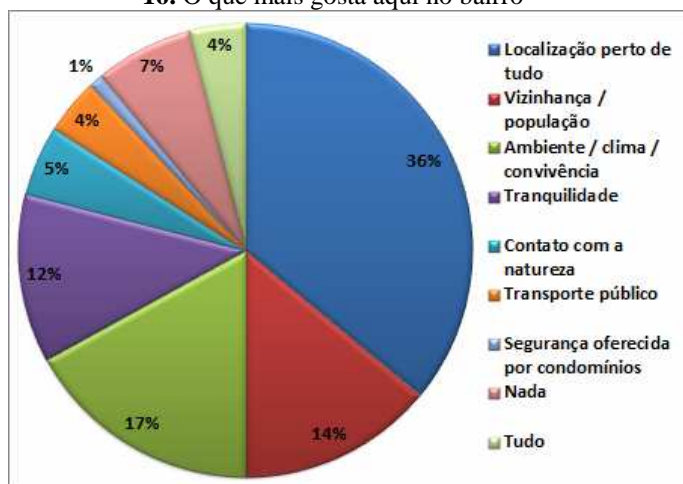
## 15. Conhece alguma iguaria culinária típica do Cabula



## 15.1 Iguaria culinária típica do Cabula



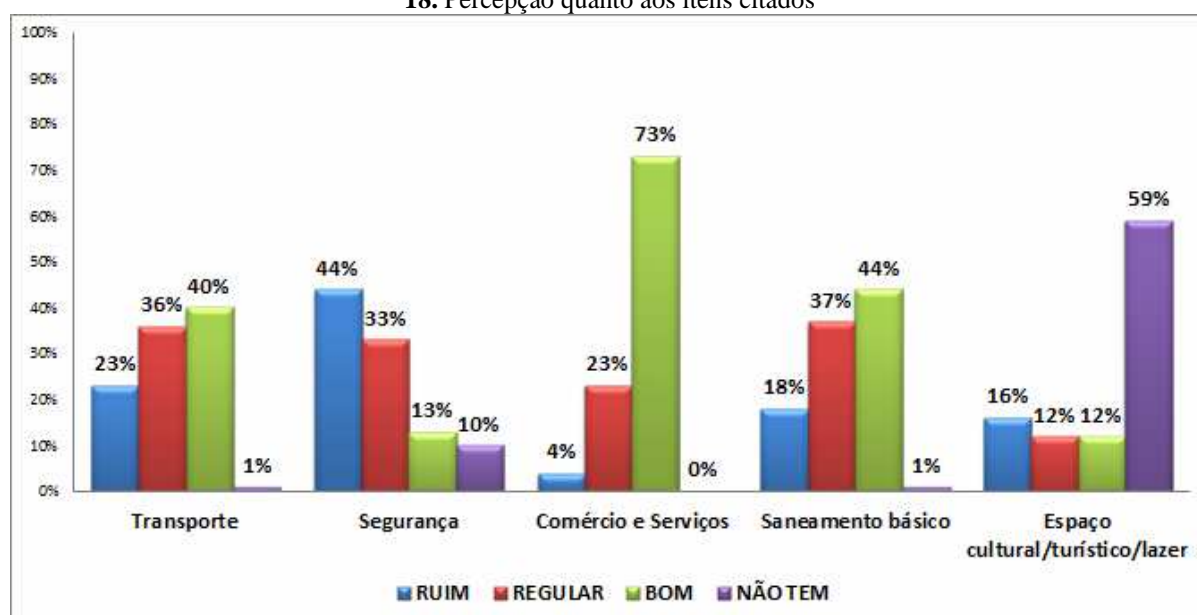
16. O que mais gosta aqui no bairro



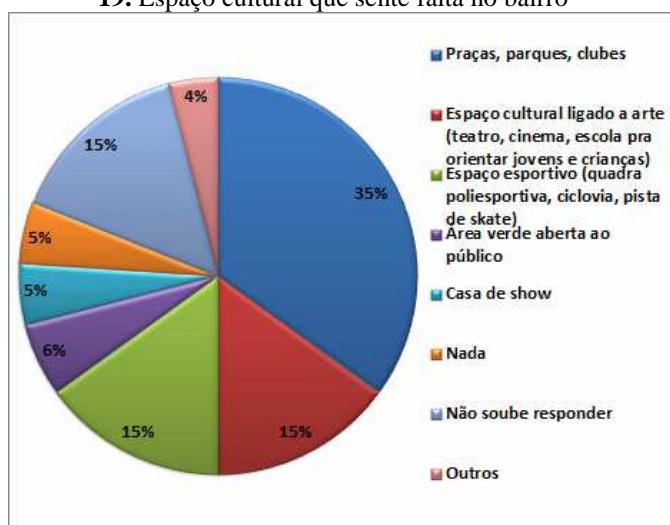
17. O que não gosta aqui no bairro



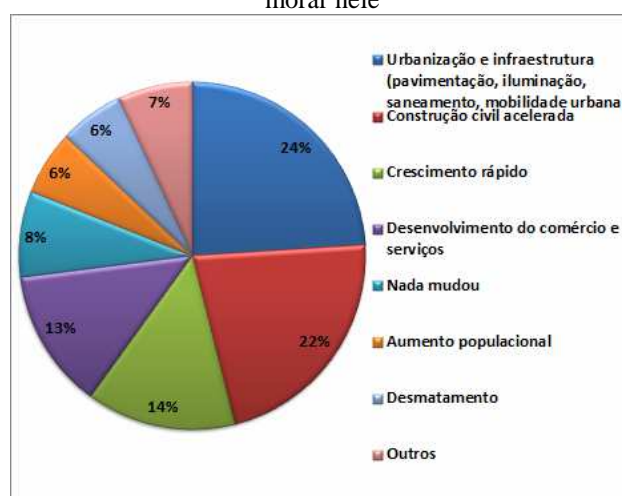
18. Percepção quanto aos itens citados



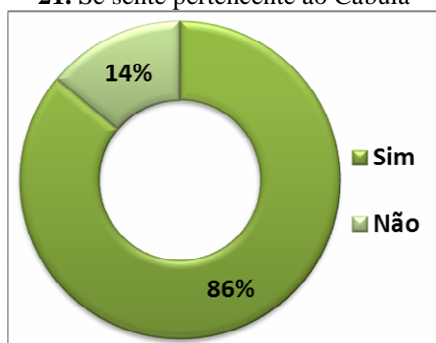
19. Espaço cultural que sente falta no bairro



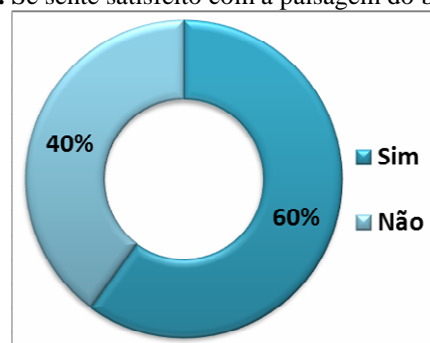
20. Mudanças observadas no bairro desde quando passou a morar nele



21. Se sente pertencente ao Cabula

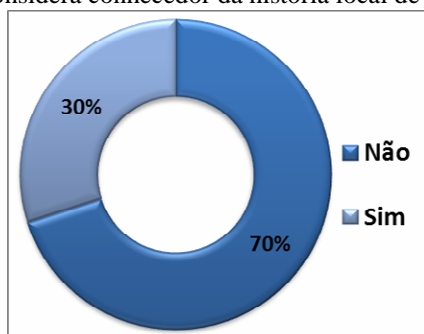


22. Se sente satisfeito com a paisagem do bairro

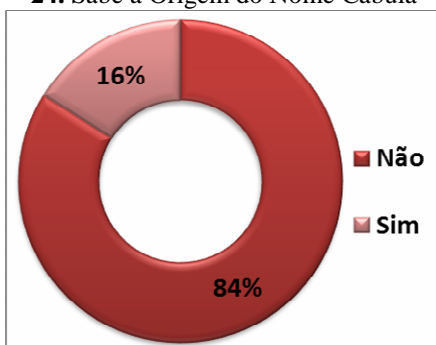


## C. CAPITAL HUMANO

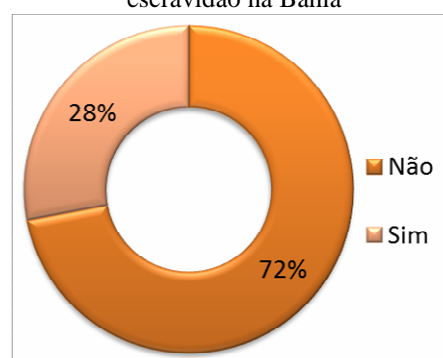
23. Se considera conhecedor da história local de onde vive



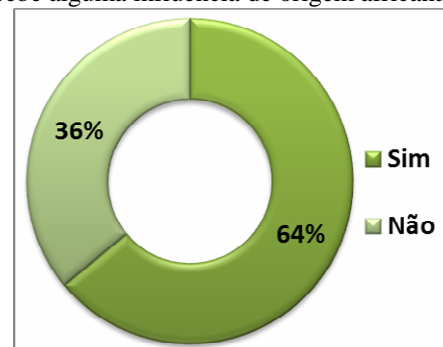
24. Sabe a Origem do Nome Cabula



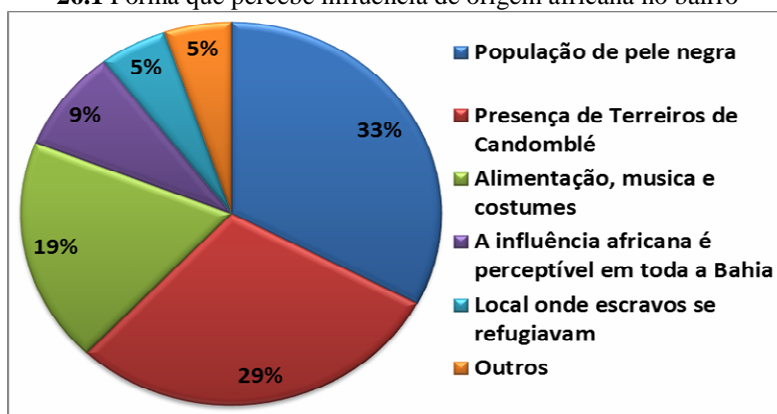
25. Sabia que o Cabula foi o principal quilombo na época da escravidão na Bahia



26. Percebe alguma influência de origem africana no bairro

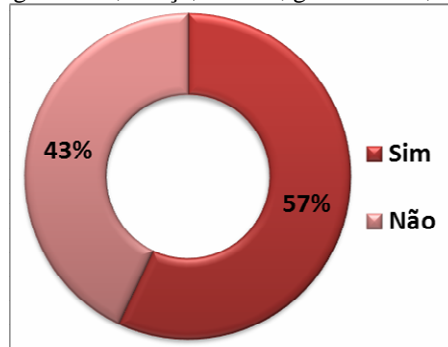


26.1 Forma que percebe influência de origem africana no bairro

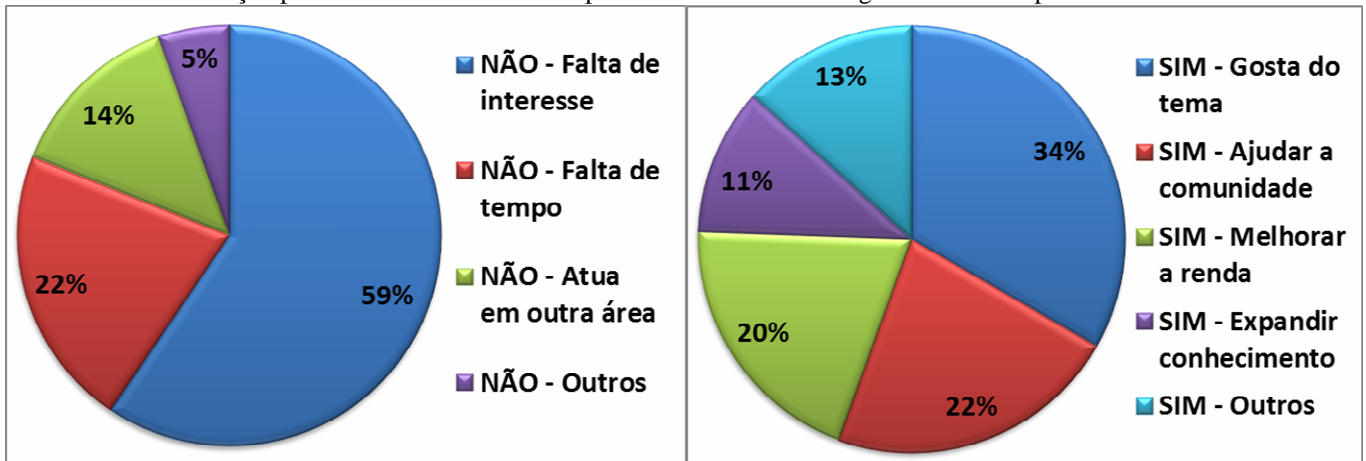




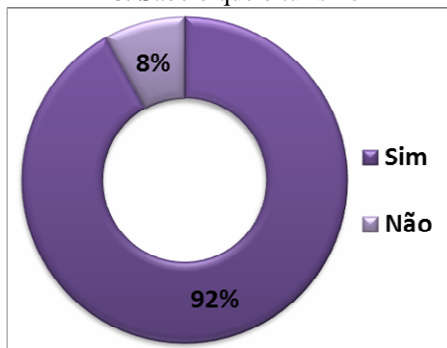
27. Gostaria de trabalhar com o patrimônio cultural de origem africana disponível no seu bairro, como a religiosidade, dança, música, gastronomia, carnaval etc.



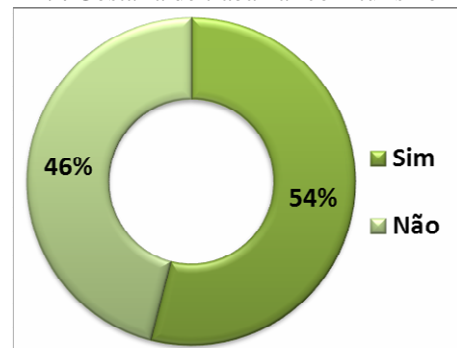
27.1 Motivação para trabalhar ou não com o patrimônio cultural de origem africana disponível no seu bairro



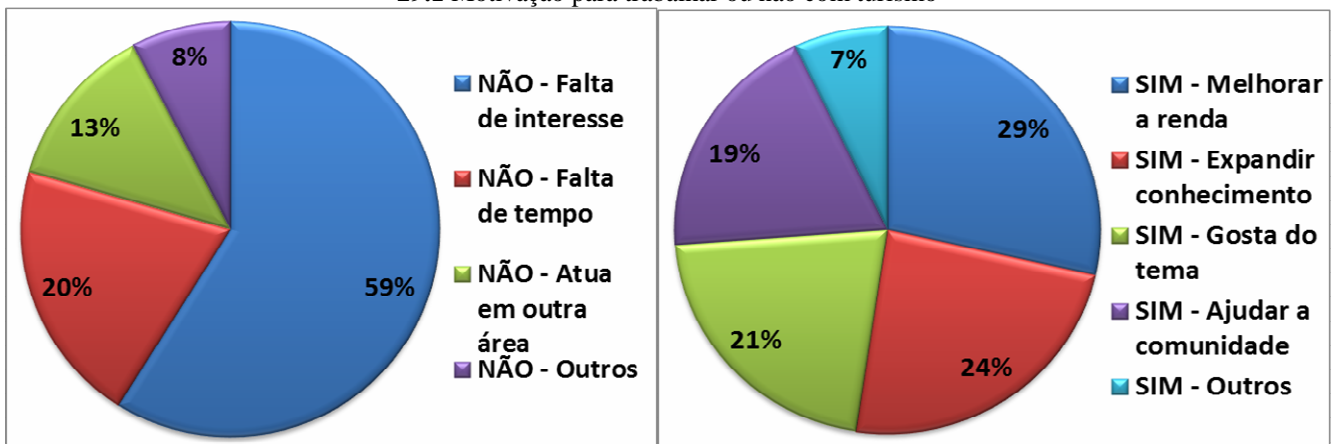
28. Sabe o que é turismo



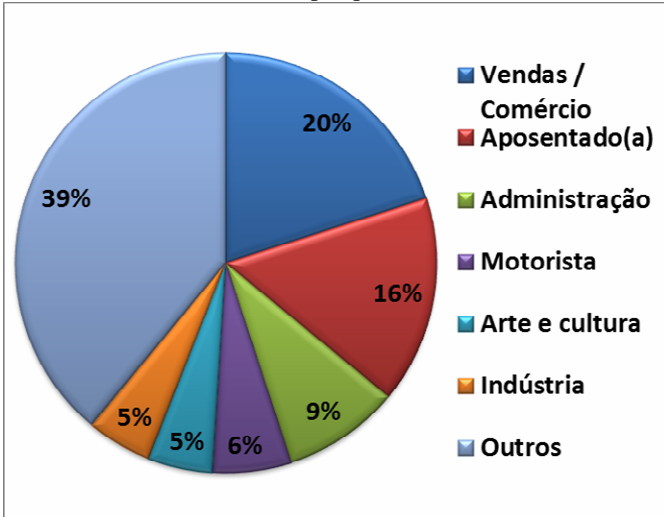
29. Gostaria de trabalhar com turismo



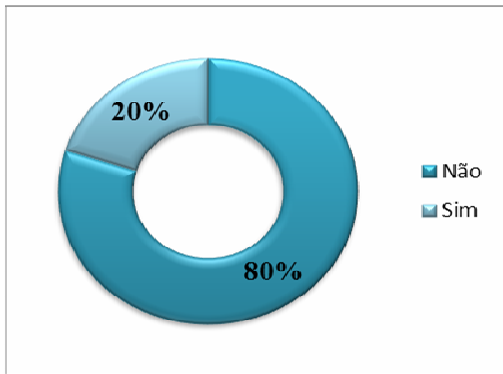
29.1 Motivação para trabalhar ou não com turismo



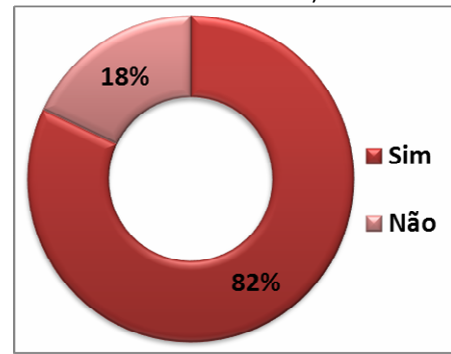
**30. Ocupação/habilidade principal das pessoas que moram na área pesquisada**



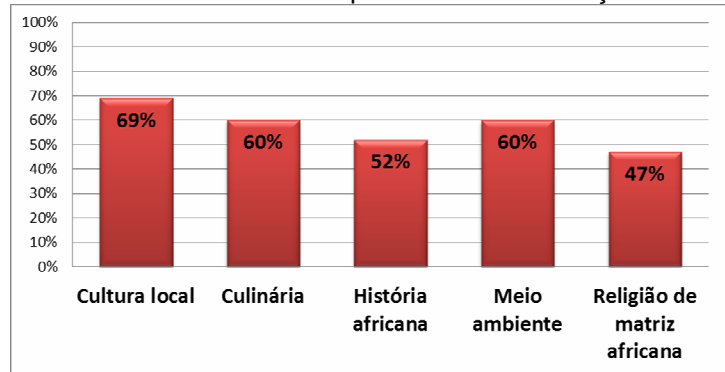
**31. Pessoas com fonte de renda secundária**



**32. Se interessa pelos assuntos abordados (cultura local, culinária, história africana, meio ambiente religião de matriz africana)**

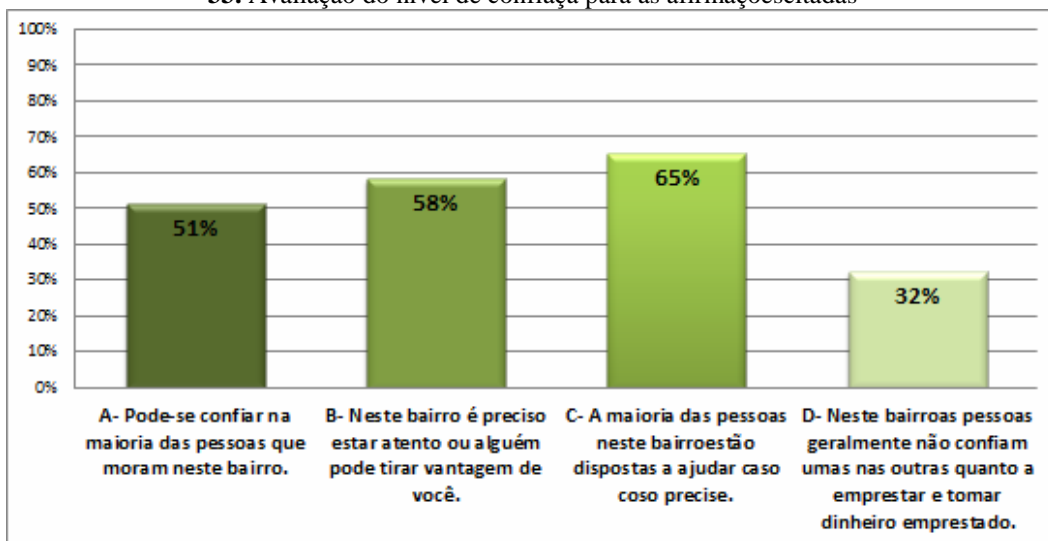


**32.1 Assuntos abordados que mais chama atenção**

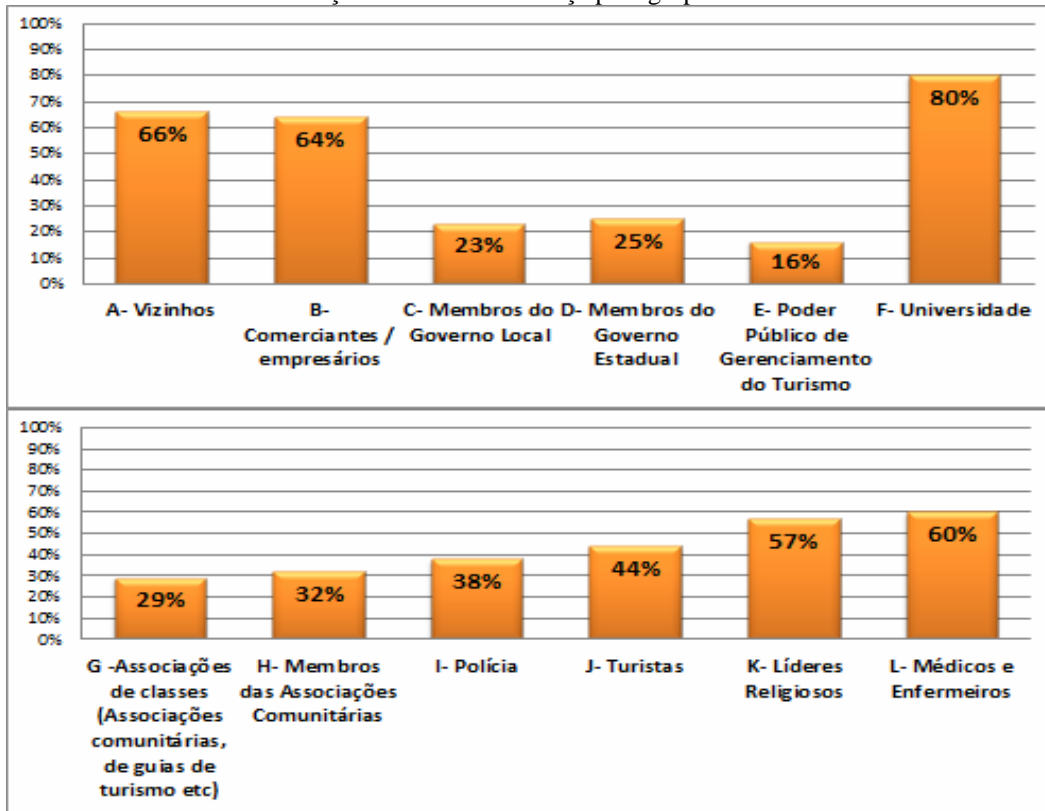


**D. CAPITAL SOCIAL E CÍVICO**

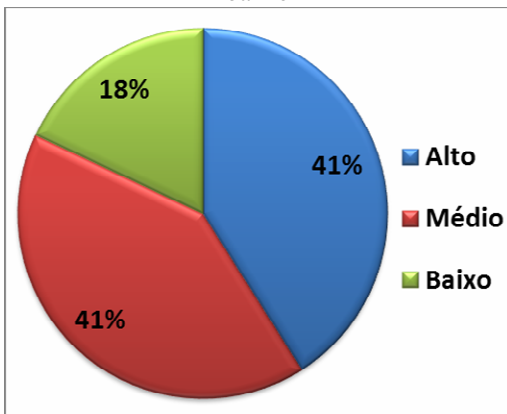
**33. Avaliação do nível de confiança para as afirmações citadas**



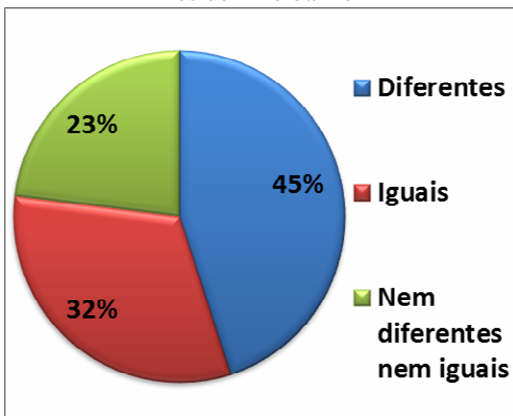
34. Avaliação do nível de confiança para grupos citados



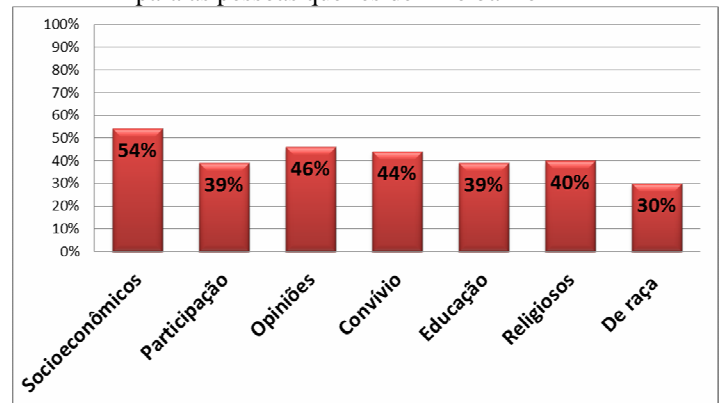
35. Avaliação do grau de comunhão ou proximidade no bairro



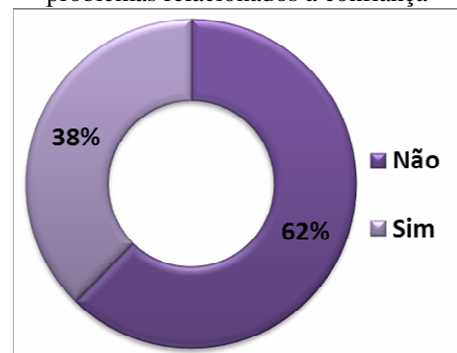
36. Avaliação do nível de semelhança das pessoas que residem no bairro



37. Avaliação dos aspectos que geram ou não semelhanças para as pessoas que residem no bairro

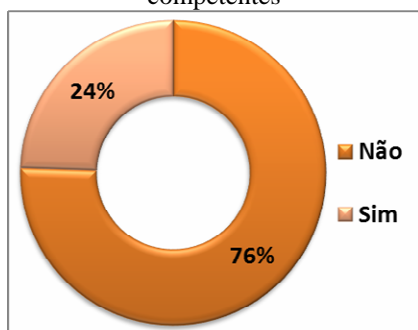


38. Acredita que as semelhanças ou diferenças causam problemas relacionados a confiança

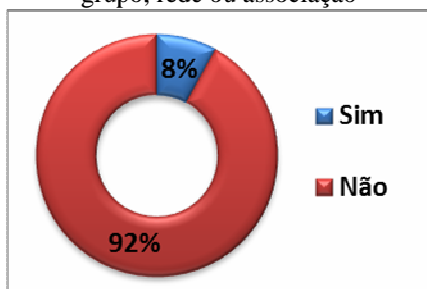




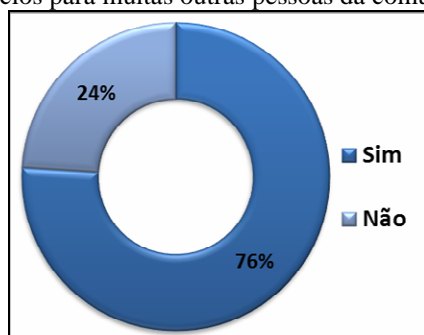
39. Costuma encaminhar reivindicações aos setores competentes



40. Faz parte ou alguém de sua família faz parte de algum grupo, rede ou associação



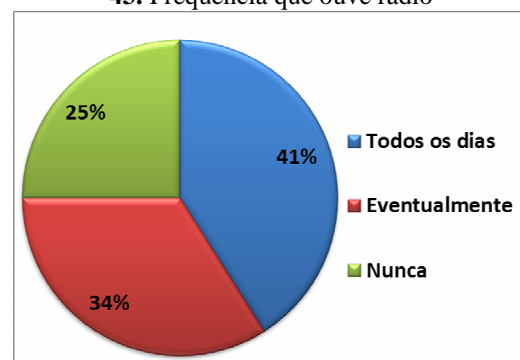
41. Contribuiria com tempo ou dinheiro para um projeto que não gere nenhum benefício pessoal direto, mas que gere benefícios para muitas outras pessoas da comunidade



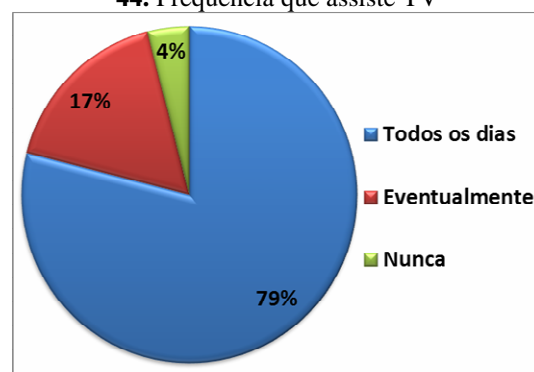
42. Frequência que lê jornal ou revista



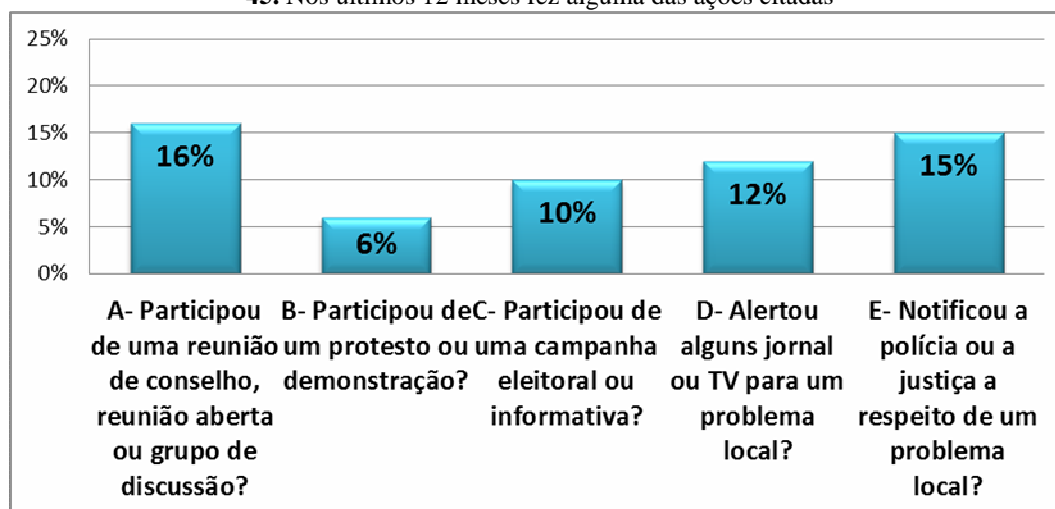
43. Frequência que ouve rádio



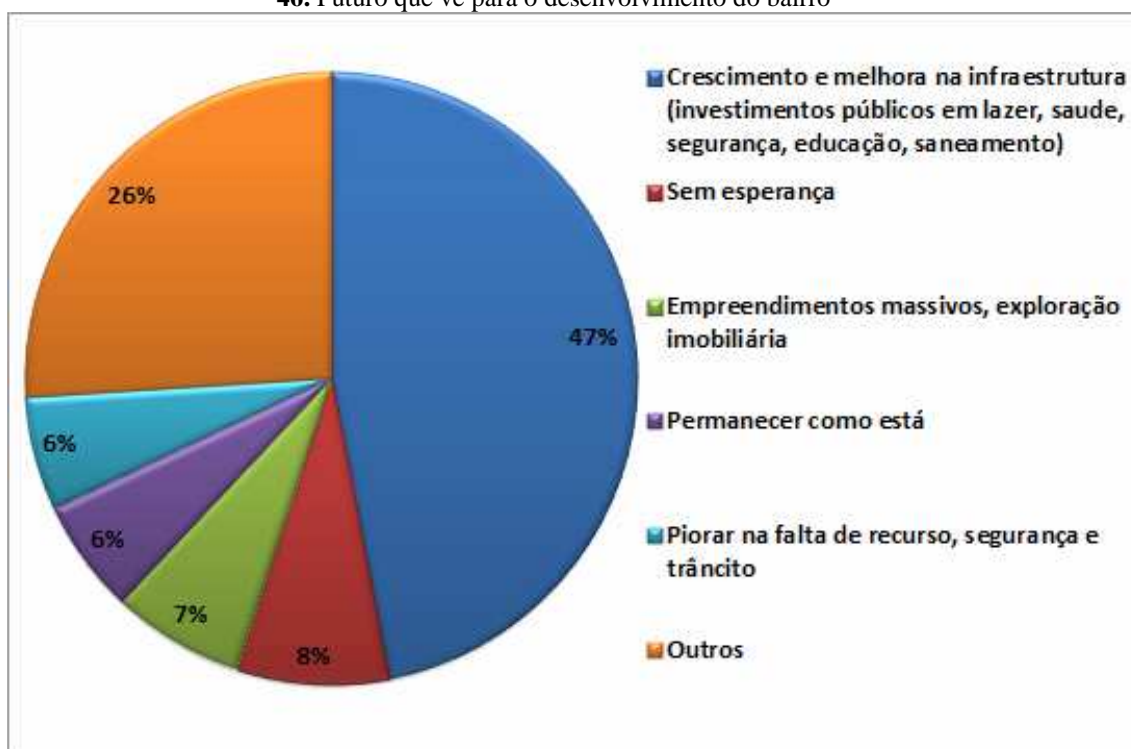
44. Frequência que assiste TV



45. Nos últimos 12 meses fez alguma das ações citadas

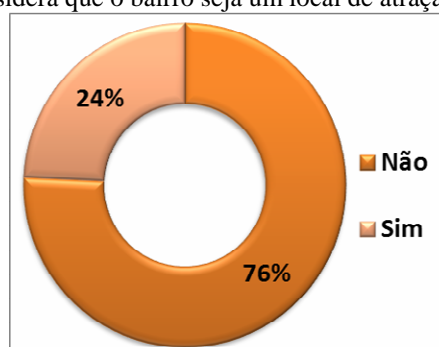


## 46. Futuro que vê para o desenvolvimento do bairro

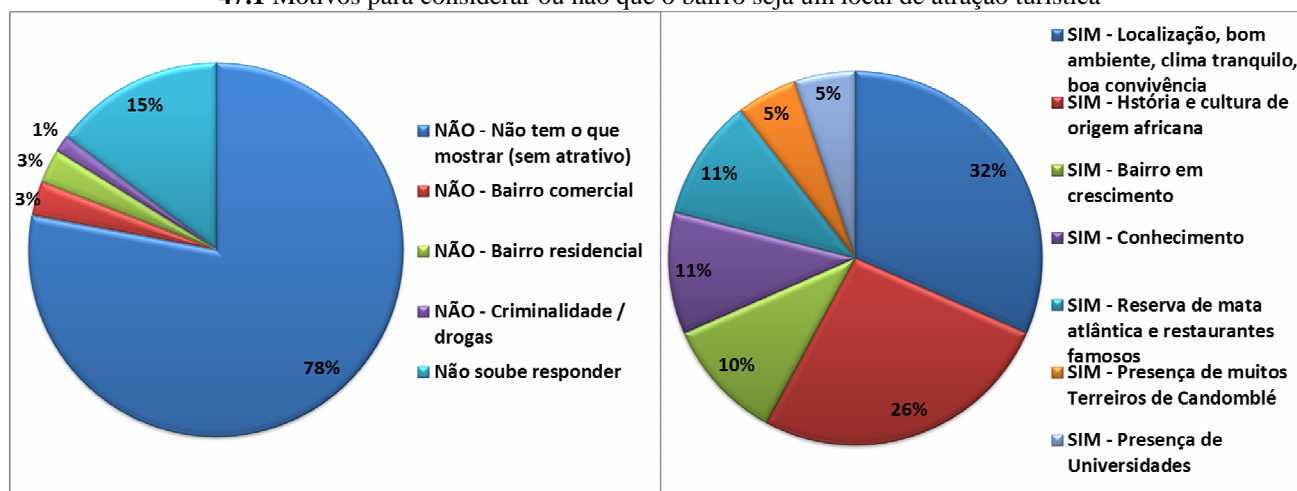


## E. TURISMO E TERRITÓRIO

## 47. Considera que o bairro seja um local de atração turística



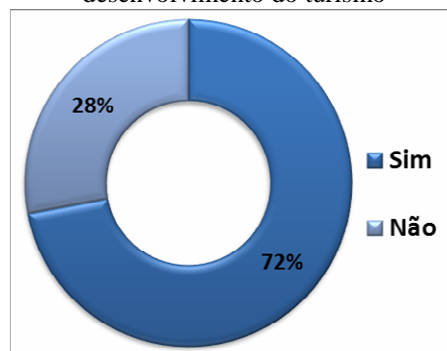
## 47.1 Motivos para considerar ou não que o bairro seja um local de atração turística



## 48. Impactos positivos que o turismo traria para o bairro



## 51. Acredita que o bairro tenha chances de êxito no desenvolvimento do turismo



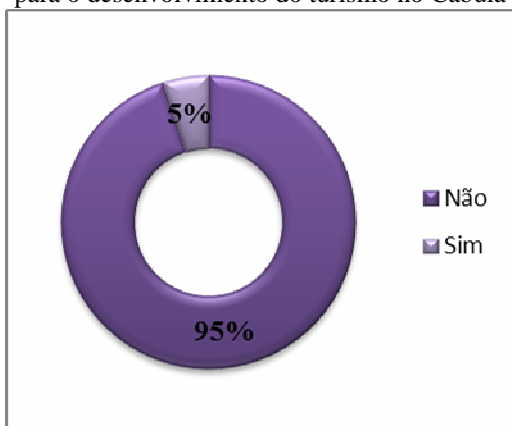
## 49. Impactos negativos que o turismo traria para o bairro



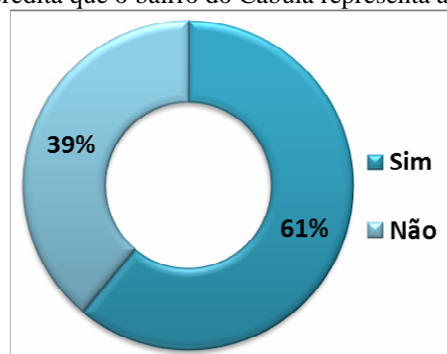
## 52. Bairro que melhor representa a cidade



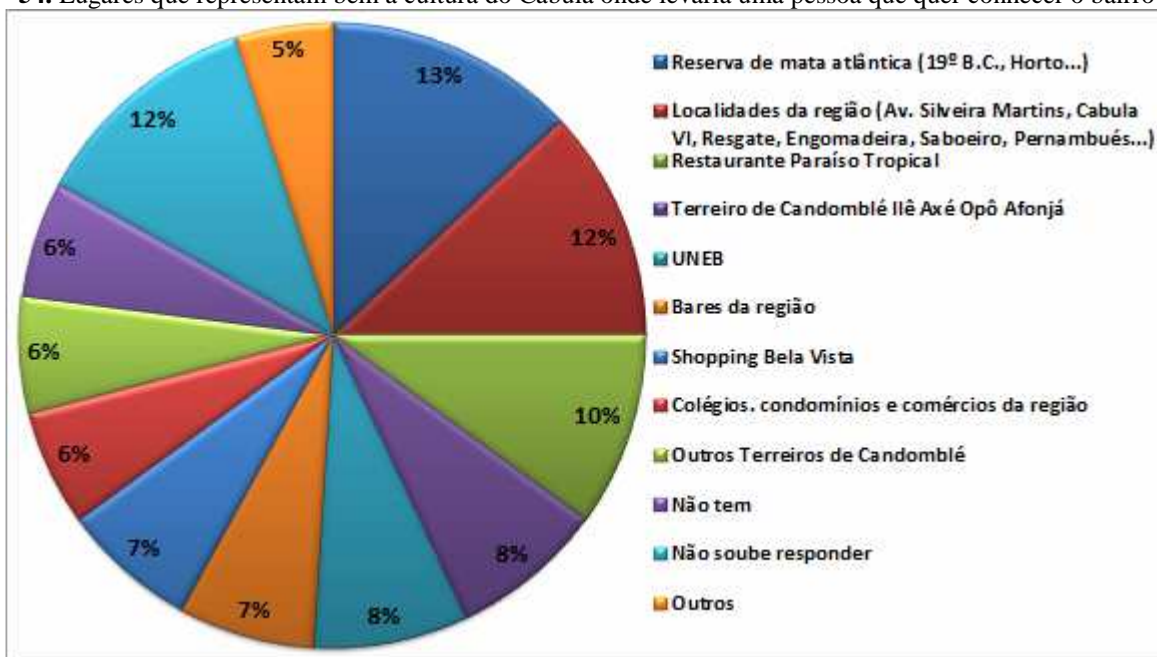
## 50. Já notou alguma ação concreta por parte do Governo para o desenvolvimento do turismo no Cabula



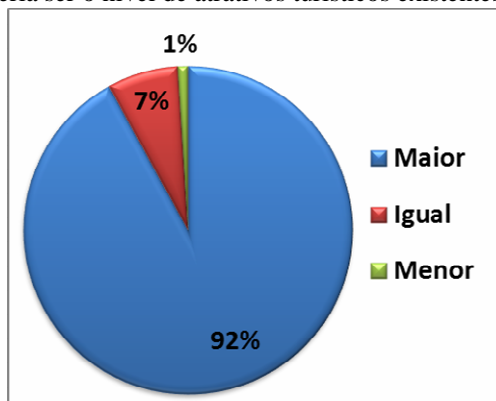
## 53. Acredita que o bairro do Cabula representa a cidade?



54. Lugares que representam bem a cultura do Cabula onde levaria uma pessoa que quer conhecer o bairro



55. Como deveria ser o nível de atrativos turísticos existentes hoje no bairro



## ANEXO A - Registro no livro do tomo no Iphan do tombamento do Terreiro de Candomblé Ilê Axé Opô Afonjá

### Terreiro do Axé Opô Afonjá (Salvador, BA)

**Outros Nomes:** Terreiro de Candomblé do Axé Opô Afonjá; Ilê Axé Opô Afonjá

**Descrição:** A história do Terreiro do Axé Opô Afonjá, assim como a do Terreiro do Gantois, está intimamente vinculada ao Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho. Este é o Terreiro mais antigo de que se tem notícia e o que, segundo vários autores, serviu de modelo para todos os outros, de todas as nações. Um grupo dissidente do Terreiro da Casa Branca, comandado por Eugênia Anna dos Santos, fundou, em 1910, numa roça adquirida no bairro de São Gonçalo do Retiro, o Terreiro Kêtu do Axé Opô Afonjá. O terreiro ocupa uma área de cerca de 39.000 m<sup>2</sup>. As edificações de uso religioso e habitacional do terreiro, ocupam cerca de 1/3 do total do terreno, em sua parte mais alta e plana, sendo o restante ocupado pela área de vegetação densa que constitui, nos dias de hoje, o único espaço verde das redondezas. Por força da topografia do terreno, as edificações do Axé Opô Afonjá se distribuem mais ou menos linearmente, aproveitando as áreas mais planas da cumeada, tornando, no acesso principal, um "terreiro" aberto em torno do qual se destacam os edifícios do barracão, do templo principal - contendo os santuários de Oxalá e de Iemanjá -, da Casa de Xangô e da Escola Eugênia Anna dos Santos. A organização espacial do Axé Opô Afonjá mantém as características básicas do modelo espacial típico do terreiro jeje-nagô. Esses mesmos elementos, são também encontrados nos terreiros da Casa Branca e do Gantois, apenas com uma diferença: no Axé Opô Afonjá o barracão é uma construção independente, ao passo que nos dois outros terreiros ele está incorporado ao templo principal.

**Endereço:** Rua Direta de São Gonçalo do Retiro, 557, Cabula - Salvador - BA

#### Livro Histórico

**Inscrição:** 559

**Data:** 28-7-2000

#### Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico

**Inscrição:** 124

**Data:** 28-7-2000

**Nº Processo:** 1432-T-98

Disponível em: <

[http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema\\_consulta.asp?Linha=tc\\_arque.gif&Cod=2866](http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_arque.gif&Cod=2866)>.

## ANEXO B - Notificação oficial do Iphan sobre o tombamento do Terreiro de Candomblé Bate Folha

### Terreiro do Bate Folha é tombado em Salvador

13/10/2003

Acaba de ser homologado o tombamento do Terreiro de Candomblé do Bate Folha Manso Banduquenqué, em Salvador, na Bahia, o primeiro do rito congo-angola, da tradição banto, a ter proteção federal.

Ao som dos atabaques, fiéis, autoridades do governo e da hierarquia do candomblé, festejaram hoje, pela manhã, em Salvador, a notícia do tombamento. Este é o quinto terreiro tombado pelo Iphan. O primeiro, em 1984, foi o da Casa Branca do Engenho Velho, também em Salvador. Seguiram-se os terreiros baianos do Ilê Axé Opô Afonjá (1999), o do Gantois (2002), ambos do rito nagô-kêto (tradição iorubá), e o maranhense Casa das Minas (2001), representante do rito jêje (tradição fon).

Segundo o conselheiro-relator Luiz Fernando Duarte, as casas de culto da tradição afro-brasileira são "eminentemente monumentos do patrimônio nacional, porque se encontram carregados da aura de 'autenticidade' popular, privada e artesanal". O relator cita ainda o parecer de Gilberto Velho, quando do primeiro tombamento de terreiro em 1984, sobre a oportunidade de "reconhecer o candomblé como um sistema religioso fundamental na constituição da identidade de significativas parcelas da sociedade brasileira".

Fonte: Iphan

**→ Bem / Inscrição**

*Outras denom.*

*Nº Processo*

*Livro Histórico*

*Liv. Arq./Etn./Psg.*

**Terreiro de Candomblé do Bate-Folha Manso Banduquenqué**

Terreiro do Bate-Folha

1486-T-01

*Nº inscr.: 574 ;Vol. 2 ;F. 083-85 ;Data: 03/02/2005*

*Nº inscr.: 133 ;Vol. 2 ;F. 036-37 ;Data: 03/02/2005*

Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=10548&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>>.

Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3263>>.



## ANEXO C - Premiações e participações da quadrilha Asa Branca

### Participação no Concurso Folgedos e XII Nordestão 2014



### Premiação de 1º Lugar no Concurso Nacional de Quadrilha – Tocantins, 2012



**ANEXO D - Algumas premiações do Restaurante Paraíso Tropical**

Prêmio Gula – 2007 e 2006





Prêmio Guia Quatro Rodas O Melhor da Cozinha Baiana no Brasil – 2008, 2007 e 2006



Reconhecimento ao Chef Beto Pimentel da Guia Quatro Rodas pela Contribuição para a Culinária Regional

